ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DIRETORIA LEGISLATIVA

Número: **OF./0158.7/2017**

Origem: Externa

Autor: Tribunal de Contas do Estado

Regime: ESPECIAL

Encaminha a Prestação de Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referente ao exercício de 2016.

(Este processo é composto por V volumes)

Volume I

PARECER(ES).....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

EMENDA(S).....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 02 RUBRICA

Ofício TC/GAP/Nº 6476/2017

Florianópolis, 3 de junho de 2017.

Ref.: Processo PCG 17/00171094 - Contas do Governo do Estado - exercício de 2016.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
OFÍCIO Nº OF./0158.7/2017

DE ORDEM DO SR. PRESIDENTE - AO DIRETOR LEGISLATIVO P/ AS PROVIDÊNCIAS NA FORMA REGIMENTAL.
02.06.17
Joniandeson Menezes
Chefe de Gabinete da Presidência

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, tenho a satisfação de encaminhar a essa Augusta Assembléia Legislativa o Processo nº PCG 17/00171094, que trata das Contas prestadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, relativas ao exercício de 2016.

Cumpre-me informar que o Processo de Prestação de Contas foi submetido à apreciação do Tribunal Pleno, em Sessão Extraordinária realizada no dia 31 de maio de 2017 (quarta-feira), às 14 horas, dentro do prazo estabelecido no art. 59, inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Na oportunidade, foi emitido Parecer Prévio recomendando a aprovação das contas do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina (C.E., art. 59, I e L.C. 202/2000, art. 47), referente ao exercício de 2016, de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor João Raimundo Colombo.

Ao ensejo, aproveito para renovar a Vossa Excelência e seus ilustres pares votos de consideração e apreço.

Respeitosamente,

Conselheiro **Luiz Eduardo Cherem**
Presidente

ALESC/PROTOCOLO 07/Jun/2017 12:30 000326

Ao Senhor
Deputado **SÍLVIO DREVECK**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - SC

Lido no Expediente
49ª Sessão de 06/06/17
À Comissão de:
(II) Jurídico
Secretário

C SEC. GERAL

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 03
Rub.

PROCESSO: **PCG 17/00171094**

AUTUADO: 05/04/2017 Protocolo: 6727/2017 Via(s) 1 VOL

RELATOR: **CONSELHEIRO Wilson Rogério Wan-Dall**

UN. GESTORA: Governo do Estado

INTERESSADO: João Raimundo Colombo

ESPÉCIE: Contas anuais do Estado Prestadas pelo Governador

ASSUNTO: Prestação de Contas anuais do Estado Prestadas pelo Governador referente ao exercício de 2016

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DIRETORIA DE CONTROLE DE CONTAS DE GOVERNO

Tribunal de Contas de Santa Catarina Fl. 02 DCG

SOLICITAÇÃO DE AUTUAÇÃO

(Resolução TC nº 09/2002, art. 6º e Portaria TC nº 638/2007)

Protocolo nº	**6727**	Ano	**2017**

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 04 Rub.

Origem	**Governo do Estado**
Tipo	**PCG**
Espécie	**Prestação de Contas do Governador**
Assunto	**Prestação de Contas referente ao exercício de 2016**
Ano de Referência do Exercício	**2016**
Interessado(s)	João Raimundo Colombo
Responsável(is)	João Raimundo Colombo
Outros Interessados (s/abreviat.)	
Entidade	
CNPJ	
Proponente (pessoa física)	
CPF	
Destino após a Autuação	**DCG**

Florianópolis, 03 de abril de 2017.

Márcia Alves Sueiro

Chefe da Divisão de Apoio Administrativo – DCG/DAAD

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

03/04/2017 10:16:38

Secretaria Geral
Divisão de Protocolo - SEG/DIPO

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 03
DCG

Protocolo nº 6727/2017

Informamos para os devidos fins que no dia 03/04/2017 as 10:16, na máquina com IP 10.10.1.134, deu entrada neste Tribunal o(s) documentos(s) protocolado(s) sob o nº 6727/2017.

O acompanhamento poderá ser feito através do site do Tribunal de Contas do Estado, www.tce.sc.gov.br.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 05
Rub.

GCE
8/2017

Estado de Santa Catarina
Gabinete do Governador

Tribunal de Contas de S. Catarina
Fl. 04
DCG

Ofício GABGOV nº 047/2017

Florianópolis, 28 de março de 2017

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 06
Rub.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 71, inciso IX, da Constituição do Estado, apresento a Vossa Excelência o Balanço Geral do Estado de Santa Catarina, relativo ao exercício financeiro de 2016.

Nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a referida prestação de contas abrange dados contábeis consolidados de todos os Poderes e Órgãos da Administração Pública Estadual integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

As demonstrações contábeis, as notas explicativas e as análises que compõem o Balanço Geral reúnem informações inerentes à situação econômica e financeira do Estado e buscam fornecer indicadores que possibilitem avaliar desde o equilíbrio das finanças públicas e a obediência aos diplomas legais até a demanda por postura transparente, permitindo assim o controle social da gestão estadual.

Atenciosamente,

João Raimundo Colombo
Governador do Estado

03/04/2017
Jânio Quadros
(000) [illegible]
Supervisor Técnico

Excelentíssimo Senhor
LUIZ EDUARDO CHEREM
Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
Rua Bulcão Viana, 90 – Caixa Postal: 733 – Centro
88020-160 – Florianópolis/SC

Santa Catarina, gente que se supera

SANTA CATARINA EM 2016
BALANÇO GERAL

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 07
Rubr.

VOLUME 1

Relatório técnico sobre a prestação de contas

Secretaria de Estado da Fazenda
Diretoria de Contabilidade Geral

GOVERNO DE SANTA CATARINA

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 06
DCG

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO BALANÇO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEF)
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL (DCOG)
GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA (GEINC)

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO BALANÇO

Graziela Luiza Meincheim – Diretora da DCOG
Gilceu Ferreira – Gerente da GEINC

Cláudia Voges – GEINC
Geraldo Catunda Neto – GEINC
Janice Viisella Pacífico da Silveira – GEINC
Kely Cristina da Silva Truppel – GEINC
Maria Luiza Seemann – CSIOP
Roberto Mosânio Duarte de Carvalho Júnior – GEINC
Rogério Felipe Pereira – GEINC
Rosangela Della Vechia – GEINC
Aline Cabral Vaz – ASCOM
Cléia Cionia Schmitz – ASCOM
Cristina Valdeci Rodrigues – DIOR
Flávio George Rocha – GENOC
Guilherme Kraus dos Santos – DIOR
Michele da Silva Espindola – Assessoria
Paulo Zoldan – DIOR
Sandro Robson Pontes – GENOC
Vitório Manoel Varaschin – DIOR

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 08
Rub.

COLABORAÇÃO

DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

ASSESSORIA

Isio Paz Portinho
Michele da Silva Espindola
Vagner Alonso Pacheco
Vanessa Resende Carvalho Pereira

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA (GECOC)

Andréa Terezinha Vitali (Gerente)
Bruno Hubacher da Costa
Cintia Fronza Rodrigues
Raquel Costa Pereira

GERÊNCIA DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL (GENOC)

Flávio George Rocha (Gerente)
Ângela Coelho
Michele Patrícia Roncalio
Roberto Fialho
Sandro Robson Pontes

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE FINANCEIRA (GECOF)

Vera Lúcia Hawerroth Santana (Gerente)
Ana Maria da Silva
Solange Maria Lourenço Cardoso de Oliveira

GERÊNCIA DE SISTEMAS DE GESTÃO FISCAL (GESIF)

Marcelo Inocêncio Pereira (Gerente)
Carmem Lúcia Massulini
Djalma Lúcio Ferreira da Silva Arena
Elizabete Salazar da Silva
Ivan Grave

COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL (COINF)

Mário Wenchausen Gentil
Alice Luciane Rhoden
Heber Lima da Costa
Marcelo Fernandes Pedrosa

COORDENADORIA DO SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE OBRAS PÚBLICAS (CSIOP)

Tatiana Borges
Márcio Studart Nogueira
Maria Luiza Seemann

COORDENADORIA DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CUSTOS DE SANTA CATARINA (COSIC)

Gilmar de Oliveira Amorim

CONTADORES DA FAZENDA ESTADUAL RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES ESTADUAIS

Adalberto Cervino Ventura
Alexandra Mara de Brito
Anderson Pereira
André Amaral Medeiros
André Conceição Costa
Ângela Coelho
Arcangelo Felisberto
Carlos Eduardo Osório
Cintia Salvador Sorgan
Cristiano Severo Martins
Daniela de Souza Pereira Savi
Dielis Heder Fiorentini
Eliana Amorim Rosa
Elisa Mayer
Erci Velho de Melo Petronilio
Everaldo Elias Vieira
Fabiana Santana Correa
Gabriel Pereira da Silva
Geraldo Catunda Neto
Graziela Gesser
Guilherme Cerutti Bueno
Gutemberg Salles Afonso
Isac Garcia Fernandes
Isair Sell
Ivana Kretzer Santos
Jefferson Fernando Grande
Júlio Cesar Siqueira
Laizy da Silva
Luana Claudia Torres
Marcelo Carlos Botelho
Michely Bernardini Schweitzer
Nadieg Sorato Pacheco
Ozemar Nascimento Willmer
Paulo Guilherme D. Belvedere
Patrick Estevão Imeton Pereira
Priscila Tais Schulle
Rinaldo José Valese
Sandro Medeiros Alves
Wilson Henrique Fetzner Filho

OUTRAS DIRETORIAS E ÁREAS

Assessoria de Comunicação – SEF
Diretoria Administrativa e Financeira – SEF
Diretoria de Administração Tributária – SEF
Diretoria de Auditoria Geral – SEF
Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública – SEF
Diretoria de Gestão de Fundos – SEF
Diretoria de Planejamento Orçamentário – SEF
Diretoria do Tesouro Estadual – SEF
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. (CIASC)

INFORMAÇÕES

Gerência de Informações Contábeis
geinc@sefaz.sc.gov.br
(48) 3665-2773 – (48) 3665-2710

Secretaria de Estado da Fazenda
Diretoria de Contabilidade Geral

GOVERNO DE SANTA CATARINA

Centro Administrativo do Governo
Rodovia SC-401, nº 4.600 – Km 5
Saco Grande II – Florianópolis – SC

CONCEPÇÃO GRÁFICA
OFFICIO (officio.com.br)

Fls. 07
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 09
Rub.

João Raimundo Colombo
GOVERNADOR DO ESTADO

Identidade catarinense

Tenho certeza de que se hoje somos o 6º maior PIB do Brasil, mesmo com um território pequeno, é porque temos uma parceria bem-sucedida com todos os setores da sociedade.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 08
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 10
Rub.

Antonio Marcos Gavazzoni
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Superação é a nossa marca

Podemos não ter superado a crise, que dá sinais de continuar em 2017. Mas certamente superamos muitos desafios e mostramos ao Brasil que o catarinense é forte e batalhador.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 09
DCG

Graziela Luiza Meincheim
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 01
Rub.

Este documento é dos catarinenses

O Balanço Geral não é só uma obrigação legal ou uma formalidade. É por meio deste documento que o Governo do Estado presta satisfação aos cidadãos catarinenses.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 10
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 12
Rub.

Os dados são provenientes de diversos órgãos e entidades da administração pública estadual, responsáveis pela sua consistência e veracidade, e fornecem uma visão mais detalhada das ações para que a publicação vá além do enfoque técnico.

A contabilidade atua como o interlocutor entre o poder público e a sociedade. Assim, transforma os dados em informações úteis tanto para a tomada de decisões dos gestores públicos como para os cidadãos, de tal maneira que estes possam acompanhar a arrecadação e as despesas do Governo. Esse papel se revela fundamental para a promoção da cidadania plena. Acreditamos que ela só será atingida quando gestores e administrados tiverem posições simétricas relativas às informações advindas do setor público. Em outras palavras, quando um número deixar de ser somente um número e fornecer uma perspectiva de análise e julgamento da ação governamental.

Seguindo o propósito de aperfeiçoamento contínuo e de maior transparência e qualidade na prestação de contas do Governo, a Diretoria de Contabilidade Geral tem envidado esforços a fim de aderir às boas práticas de transparência contábil adotadas pelas grandes companhias abertas. Nesse sentido, contextualizamos as informações financeiras com indicadores sociais e econômicos, tornando os relatórios mais racionais, efetivos e focados em informações realmente relevantes sob o ponto de vista do cidadão/usuário das demonstrações contábeis e dos tomadores de decisão em geral. Esse compromisso vem ao encontro da janela de oportunidades que se mostrou com mais força a partir de 2013, com os protestos que tiveram grande repercussão e acabaram por mudar radicalmente a relação entre governantes e governados no território brasileiro.

A transparência é reflexo direto dessa comunicação que abriga dois polos: de um lado, cidadãos ávidos por informações sobre o manejo da coisa pública e, de outro, governantes desejosos de mostrar os resultados alcançados. Ou seja, a transparência é o elo que une esses dois agrupamentos de interesses.

Portanto, em atendimento ao Princípio da Transparência na Gestão Fiscal, contido na Lei de Responsabilidade Fiscal, esta prestação de contas encontra-se disponível, na íntegra, no Portal da Transparência do Poder Executivo do Estado, no endereço eletrônico www.transparencia.sc.gov.br. Nele, também é possível consultar todos os dados sobre a execução orçamentária e financeira, de forma detalhada e atualizada diariamente, a remuneração e os dados funcionais de servidores, os pagamentos efetuados aos fornecedores do Estado, as diárias pagas, assim como outras informações relevantes relacionadas à gestão do estado catarinense. O Portal é um importante disseminador da transparência em nível global, uma vez que se encontra no ambiente da rede mundial de computadores, acessível a todos os cidadãos.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 13
Rub.

Perfil 14

Reconhecimentos 16

ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

Um estado mais preparado 25
Desafios e oportunidades 25
Repatriação de ativos 27
Acelerando a Economia 27
Compromisso 28
Divida com a União 28
Nova previdência estadual 29
Reestruturação administrativa 29
Pacto por Santa Catarina 30
FUNDAM 32
Auditoria Cidadã 33
Competividade regional 34
Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal 35
Avanços na apuração de custos 36
Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina 39
Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual 41
Convergência às Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 42
Avaliação das finanças 45

ASPECTOS SOCIAIS

Educação 49
Saúde 52
Agricultura 56
Infraestrutura 61
Desenvolvimento econômico sustentável 71
Turismo 74
Assistência social 77
Segurança 81
Justiça e cidadania 86
Defesa civil 90

ASPECTOS ECONÔMICOS

A economia catarinense 97
Produto Interno Bruto 98
Comércio exterior 110
Mercado de trabalho 113

ASPECTOS FINANCEIROS

Crescimento, apesar das incertezas 119
Planejamento e Orçamento 122
Receitas 123
Despesas 138
Limites constitucionais e legais 150

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 14
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 12
DCG

Santa Catarina, gente que se supera

2016 foi um ano de superação. E disso quem vive em Santa Catarina entende bem. Persistir, resistir, superar, vencer os desafios impostos pela vida é a maior herança deixada pelos povos que deram origem ao catarinense.

A formação do povo catarinense começou no século 18 com a chegada dos luso-açorianos e, junto com eles, de descendentes de africanos. Na verdade, o território onde hoje fica Santa Catarina era povoado por indígenas. A miscigenação entre esses três entre eles deu origem aos "mestiços" que deixam as primeiras notas ligando o litoral ao interior. No século 19, começaram a chegar ao Estado alemães, italianos, austríacos, poloneses, russos, holandeses e outros europeus, entre outras etnias. Já no século 20 vieram os japoneses.

Essa mescla de etnias, combinada a uma geografia marcada por extremos – serra e mar, frio e calor –, resultou em um povo empreendedor. Logo, em um Estado marcado por um desenvolvimento mais sustentável.

Santa Catarina e o Brasil

1% do território | 3% da população | 6ª maior PIB

Santa Catarina

Área	População estimada	Número de municípios	Capital
95.737,895 km²	6.819 milhões	295	Florianópolis

Status sanitário

Santa Catarina é o único estado livre de febre aftosa sem vacinação, status alcançado em 2007. Em 2019, o Estado também recebeu o certificado de Zona Livre de Peste Suína Clássica, concedido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

Infraestrutura portuária

Santa Catarina tem uma privilegiada estrutura portuária para escoar a sua produção e receber importações. São cinco portos marítimos que movimentam cerca de 8% das cargas gerais e 17% dos contêineres do Brasil: Itajaí, São Francisco do Sul, Navegantes, Itapoá e Imbituba. O Estado ainda conta com o Porto de Laguna, voltado à pesca.

Rota de grandes investimentos

O Governo do Estado investe em políticas para o atração de empreendimentos com o objetivo de gerar emprego e renda para os catarinenses. Entre essas políticas estão:

- incentivo fiscal;
- universalização de áreas estratégicas;
- promoção da inovação; e
- capacitação de pessoas.

2016 (R$ bilhões)	Receita Bruta	Receita Líquida	Despesa Realizada
Previsão	34.892	28.752	28.752
Execução	32.769	26.284	26.289
Execução em Relação à Previsão	93,9%	90,9%	91,4%

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 15
Rub.
Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 13
DCG

Economia

2º maior crescimento de participação no PIB nacional.

Santa Catarina foi o segundo estado brasileiro com maior crescimento na participação do PIB do País, ficando atrás apenas de Minas Gerais.

3,7% 2002

4,2% 2014

Investimentos

São nove as cidades catarinenses que estão entre as melhores para investir.

Santa Catarina tem nove municípios classificados entre as 100 melhores cidades brasileiras para se investir em negócios: Florianópolis (7º lugar), Itajaí (40º), Balneário Camboriú (41º), Joinville (49º), Blumenau (59º), Jaraguá do Sul (64º), São José (71º), Chapecó (72º) e Tubarão (89º). O Estado só perde para São Paulo.

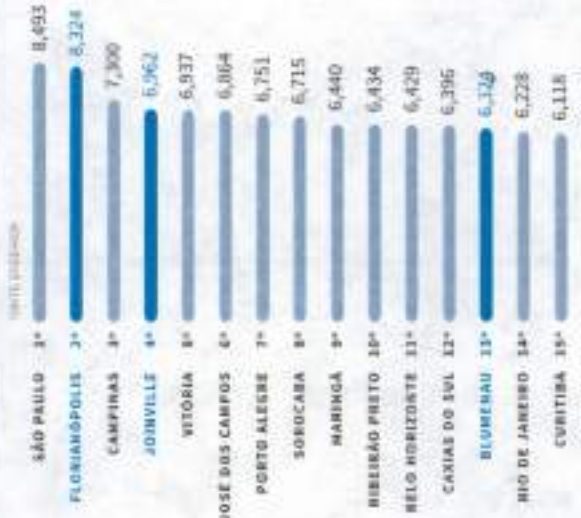
Posição no ranking	Cidade
1	Barueri (SP)
2	São Caetano do Sul (SP)
3	São Paulo (SP)
4	Paulínia (SP)
5	Vitória (ES)
6	Rio de Janeiro (RJ)
7	**Florianópolis (SC)**
40	**Itajaí (SC)**
41	**Balneário Camboriú (SC)**
49	**Joinville (SC)**
59	**Blumenau (SC)**
64	**Jaraguá do Sul (SC)**
71	**São José (SC)**
72	**Chapecó (SC)**
89	**Tubarão (SC)**

Empreendedorismo

Três cidades do Estado estão entre as 15 mais favoráveis para se empreender.

As três cidades de Santa Catarina que estão na lista das 15 mais favoráveis para se empreender são: Florianópolis, que figura em 2º lugar, Joinville, que está em 4º, e Blumenau, que ocupa a 13ª posição.

Índice de Cidades Empreendedoras 2016



COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 16
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 14
DCG

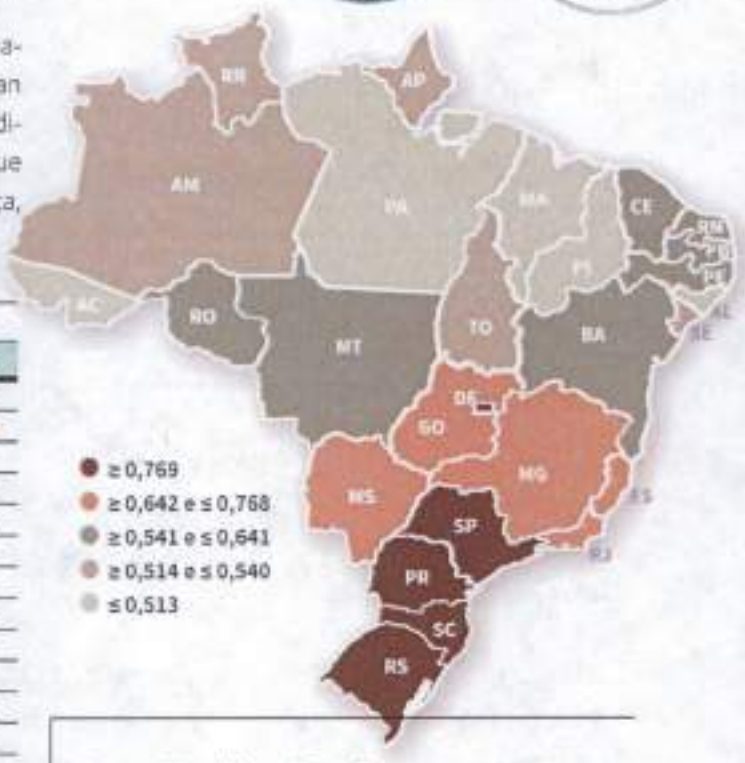
Gestão pública

2º melhor desempenho no Índice dos Desafios da Gestão Estadual (IDGE).

Santa Catarina é o segundo estado mais bem avaliado no estudo realizado pela consultoria Macroplan abrangendo o período 2004-2014. A pesquisa, divulgada em 2016, leva em conta 28 indicadores que envolvem dez áreas, entre as quais estão segurança, saúde, educação, infraestrutura e gestão fiscal.

	2014		2004	
Posição	UF	Índice	UF	Índice
1	SP	0,844	SP	0,683
2	SC	0,827	SC	0,673
3	DF	0,798	RS	0,650
4	RS	0,773	DF	0,620
5	PR	0,769	MG	0,593
6	RJ	0,750	PR	0,591
7	MG	0,749	RJ	0,582
8	ES	0,734	ES	0,555
9	MS	0,674	GO	0,504
10	GO	0,642	MS	0,471
11	MT	0,611	MT	0,432
12	PE	0,592	RN	0,422
13	RN	0,565	RO	0,413
14	RO	0,561	SE	0,412
15	CE	0,551	AC	0,401
16	PB	0,547	BA	0,397
17	BA	0,541	AM	0,376
18	AM	0,540	CE	0,374
19	TO	0,532	PA	0,372
20	AP	0,522	RR	0,358
21	SE	0,517	TO	0,357
22	RR	0,514	PB	0,353
23	AC	0,511	AP	0,343
24	PA	0,486	PE	0,339
25	PI	0,480	PI	0,307
26	AL	0,430	MA	0,294
27	MA	0,426	AL	0,258

FONTE: MACROPLAN



3º no Ranking Gestão e Competitividade dos Estados.

Santa Catarina é o terceiro estado mais competitivo do País segundo ranking elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP). Desde 2011, o Estado subiu quatro posições.

Posição	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1	SP	SP	SP	SP	SP	SP
2º	RJ	RJ	RJ	RJ	RJ	PR
3º	MG	MG	PR	PR	SC	SC
4º	RS	RS	RS	RS	DF	
5º	PR	PR	MG	SC	ES	
6º	DF	SC	SC	MG	RS	
7º	SC					

FONTE: CLP

Destaque na mídia

Santa Catarina se destacou na mídia como um estado bem preparado para enfrentar a crise econômica nacional.

A gestão pública estadual ficou em evidência na revista inglesa The Economist, que ressaltou o empreendedorismo do catarinense. No Brasil, a revista Exame destacou a competitividade do Estado no cenário nacional.

Fls. 15
DCG

Not the country you know

Brazil's three southern states escape the worst ravages of recession

The region's luck starts with climate and geography

MAKESHIFT stalls appear on every country road in Brazil, usually laden with bananas and coconuts. On the back roads of Brazil's three southern states—Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul—the staple is loops of smoked sausage. Like the garden gnomes that

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 17
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 16
DCG

Um estado mais preparado

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 18
Rub.

Os desafios provocados pela queda brusca da arrecadação evidenciaram um estado mais preparado do que os demais do País. Santa Catarina manteve o compromisso firmado em 2015 de não elevar impostos e conseguiu saldar em dia os salários dos seus servidores, tudo isso sem parar os investimentos em obras e programas socioeconômicos. O Estado ainda colocou em prática um novo modelo de previdência para o servidor público estadual e protagonizou a renegociação da dívida com a União, recebendo um fôlego financeiro importante no ápice da crise.

Desafios e oportunidades

As receitas brutas estaduais de 2016 apresentaram um aumento nominal de 6,37% em relação a 2015 e um aumento real de 0,08% se considerada a inflação do período. Para evitar uma curva descendente na arrecadação sem ter de elevar alíquotas, a administração tributária da Secretaria da Fazenda (SEF) reforçou o trabalho de fiscalização. Foram 270 operações no ano de 2016 (11 a mais do que em 2015), entre elas a Quebra-Gelo, uma das maiores da história em termos de volume de recursos que podem ser recuperados: R$ 210 milhões, o suficiente para pagar por dois anos a merenda escolar fornecida para mais de 520 mil alunos da rede estadual. O número de operações inclui ações presenciais no varejo e no trânsito, bem como auditorias realizadas a partir do cruzamento de dados em sistemas tecnológicos.

A administração tributária também se esmerou em buscar os direitos do Estado sobre recolhimentos específicos. Entre os resultados das operações que contaram com a participação do Grupo Especialista Setorial de Fiscalização da SEF destacam-se os que se seguem.

A repercussão na arrecadação do setor têxtil nos meses de outubro e novembro de 2016 foi significativa: houve um crescimento de mais de 12% em relação ao mesmo período do ano passado. Isso significou um aumento de R$ 8,23 milhões em outubro e R$ 7,92 milhões em novembro. Com o segundo decreto, a expectativa é de aumento de arrecadação em torno de 20%, ou seja, algo perto de 15 milhões por mês. Os períodos anteriores serão verificados pelo Grupo Especialista Setorial Têxteis e Calçados e, caso os contribuintes não façam os recolhimentos devidos, os valores serão lançados.

R$ 21,3 milhões recuperados de ICMS do setor de redes

Em 2016, o Grupo Especialista Setorial em Redes de Estabelecimento recuperou para devolver aos cofres públicos do Estado R$ 21,3 milhões de 11 contribuintes, referentes ao ICMS de substituição tributária. Após constatar a irregularidade por meio de monitoramento e acompanhamento, o grupo entra em contato com a empresa para que apure e declare a tributação de forma espontânea.

Repatriação de ativos

Em 2016, foi firmado outro acordo com o Governo Federal para a repatriação de recursos obtidos com a regularização de ativos mantidos por brasileiros no exterior ilegalmente. A disputa pelos recursos estava no Supremo Tribunal Federal (STF) e foi abandonada pelos estados após a negociação com a União. Ao todo, foram R$ 115,88 milhões que vieram para Santa Catarina como parte do imposto de renda (R$ 55,50 milhões) e das multas (R$ 60,38 milhões).

Acelerando a Economia

Em vez de inflar a pesada carga tributária, Santa Catarina optou por reforçar a sua política de apoio a novos empreendimentos. Para fortalecer a economia catarinense com investimentos de qualidade que supram as necessidades das empresas, foi criada a Agência de Atração de Investimentos (Investe SC), uma parceria entre o Governo de Santa Catarina e a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC). Com isso, o Governo trabalha para garantir que o Estado seja o destino escolhido por empreendedores e investidores, principalmente quando a crise passar.

INVESTE SC

A Investe SC fechou 2016 com a negociação de 25 projetos de investimento no Estado. Desse total, oito já confirmaram a vinda para Santa Catarina. Entre os setores, destacam-se alimentos, energia e metalmecânico. Em plena crise, dois projetos foram concretizados em 2016: Cremer e Blue Star. Juntas, as empresas somaram investimentos de R$ 16,3 milhões e geraram 86 empregos.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 18
DCG

Nova previdência estadual

Santa Catarina tirou do papel a reforma da previdência aprovada em 2015 com o objetivo de reduzir o deficit previdenciário. Duas leis mudaram o modelo catarinense. Uma elevou a contribuição dos servidores de 11% para 14% e do Estado de 22% para 28%, de forma gradual, até 2018. A outra criou uma fundação de previdência complementar, a SCPrev. Ao longo do ano, foram constituídos a Diretoria Executiva e os Conselhos Deliberativo e Fiscal, estes últimos formados por representantes de todos os Poderes.

A SCPrev entrou efetivamente em funcionamento na data de 30 de setembro de 2016, após aval da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Foram definidos o estatuto e o regulamento do plano de benefícios. Com a SCPrev, tanto o Governo quanto o servidor só farão aportes obrigatórios de 11% ao fundo previdenciário sobre os valores até o teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (R$ 5.189,82 em 2016). O servidor terá a opção de contribuir com até 8% sobre o valor excedente para a SCPrev. Nesse caso, o Estado também terá de contribuir com 8% na previdência complementar.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls 20
Rub.

Reestruturação administrativa

Para reduzir custos e aumentar a eficiência do Estado, o Governo anunciou em 2016 uma nova etapa da reestruturação administrativa e organizacional. Um projeto de lei foi enviado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina propondo a extinção de duas empresas estatais: a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC) e a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB). Além disso, o Governo deu início à extinção da BESC Corretora de Seguros e Administradora de Bens Móveis e Imóveis (BESCOR), medida que já tem autorização legislativa. A estimativa é de uma economia anual de mais de R$ 42 milhões ao cofre estadual. A decisão leva em conta também a situação deficitária e a inexistência de atribuições que justifiquem a manutenção das empresas.

O balanço do exercício de 2015 da CODESC apontou um prejuízo acumulado de mais de R$ 193 milhões ao longo dos anos. A COHAB vive situação semelhante. A empresa registra prejuízo acumulado de mais de R$ 65 milhões, conforme aponta o balanço de 2015. Outra razão para a extinção da COHAB é a existência de diretoria específica na Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), chamada Diretoria de Habitação, que tem a finalidade central de formular a política habitacional em Santa Catarina de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). A proposta de extinção da COHAB e da CODESC bem como a execução da extinção da BESCOR também atendem a manifestações do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC).

Fls. 19
DCG

Descrição do projeto	Valor (R$)
Pavimentação da SC-453, trecho Herciliópolis-Salto Veloso	25.609.831,47
Reabilitação da SC-370, trecho Entrada BR 101 (Tubarão)-Gravatal-Braço do Norte-São Ludgero	16.664.602,29
Implantação da Ponte Sobre o Rio das Flores (Distrito de Marifior), no Município de São José do Cedro	12.556.333,34
Pavimentação do acesso à Barra do Leão, em Campos Novos	11.663.391,16
Pavimentação do acesso ao Distrito de São José do Laranjal (município de Iraceminha)	10.553.922,71
Restauração e tratamento urbano da Travessia Urbana de São Joaquim	7.202.952,30
Revitalização da SC-390, trecho Piratuba-Entrada SC-461 (Peritiba)	7.026.012,25
Pavimentação da SC-436, trecho São Martinho-São Luiz	5.570.561,30
Pavimentação e drenagem da Rua Bonifácio Haendchen – Morro do Serafim – Gaspar	3.438.453,34
Revitalização da SC-410, trecho São João Batista-Tijucas	3.151.561,72
Pavimentação do acesso à Sede Ouro (Romelândia)	2.970.719,03
Pavimentação da SC-160, trecho (Cunhataí) em São Carlos	2.043.447,37
Execução de Passarela na SC-401, trecho Canasvieiras-Entrada SC-404 (Itacorubi)	1.193.375,20
Pavimentação da rodovia SC-390, trecho Pedras Grandes-Orleans	1.079.268,36

Principais obras do Pacto pelas Estradas concluídas em 2016

Fonte: Secretaria de Projetos do Pacto por Santa Catarina

Da mesma forma, a execução do Pacto pela Saúde realizou diversas entregas por meio do Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde (INVESTSAUDE), que foi criado com o objetivo de promover o desenvolvimento dos municípios catarinenses mediante apoio financeiro aos planos de trabalho municipais de investimento. Abaixo a lista de entidades contempladas com a aquisição de equipamentos:

Descrição do projeto	Valor (R$)
Associação Hospitalar Beneficente de Pinhalzinho	103.000,00
Associação Renal Vida de Blumenau e Rio do Sul	668.470,00
Fundação Hospitalar de Rio dos Cedros	400.927,59
Fundação Hospitalar e Assistencial de Cunha Porã	267.800,00
Fundação Hospitalar Municipal de Correia Pinto	123.600,00
Hospital Beneficente São José de Caibi	309.000,00
Hospital Beneficente São Roque de Arroio Trinta	308.936,84
Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos de Laguna	1.339.000,00
Hospital e Maternidade Maria Auxiliadora de Presidente Getúlio	51.500,00
Hospital e Maternidade de Santa Cecília	463.500,00
Hospital Nossa Senhora da Conceição de Urussanga	247.200,00
Hospital Padre João Berthier de São Carlos	206.000,00
Hospital Santa Casa Rural de São João do Oeste	309.000,00
Hospital Santa Isabel – Centro de Estudos de Blumenau	2.163.000,00
Hospital São Sebastião de Turvo	144.200,00
Município de Balneário Rincão	123.600,00
Município de Blumenau	370.800,00
Município de Catanduvas	113.092,97
Município de Criciúma	334.750,00
Município de Garuva	278.100,00
Município de Itajaí	2.059.880,74
Município de Rio do Sul	514.770,46
Município de São Bernardino	51.500,00
Município de São João Batista	307.551,20
Município de Timbó Grande	51.188,57
Município de Trombudo Central	92.700,00
Município de Witmarsum	199.187,58
Município de Morro da Fumaça	123.600,00

Pacto pela Saúde: entidades beneficiadas com a aquisição de equipamentos

Fonte: Secretaria de Projetos do Pacto por Santa Catarina

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 21
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 20
DCG

Gerenciado pelas Secretarias de Estado da Casa Civil e da Fazenda, com atuação direta da equipe da Diretoria de Gestão de Fundos, além da análise técnica, do acompanhamento e da fiscalização das obras pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), o FUNDAM contabiliza 454 convênios celebrados com 292 municípios, em um valor total de R$ 592 milhões. Em 2016, foram repassados diretamente às prefeituras catarinenses mais de R$ 90 milhões, totalizando R$ 562 milhões em pagamentos desde o início do Programa.

O Governo do Estado sempre prezou pela transparência das informações relacionadas ao FUNDAM. Em razão disso, são atualizados diariamente dados sobre valores disponibilizados e repassados a cada prefeitura, projetos cadastrados, tramitação das propostas e número de convênios assinados. As informações estão acessíveis na página da Secretaria da Fazenda (www.sef.sc.gov.br) e no Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual (www.transparencia.sc.gov.br) para que os cidadãos possam acompanhar de perto os recursos investidos.

ÁREAS DE INVESTIMENTO DO FUNDAM

- Infraestrutura (logística e mobilidade urbana)
- Construção e ampliação de prédios nas áreas de educação, saúde e assistência social
- Construção nas áreas de desporto e lazer
- Saneamento básico
- Aquisição de equipamentos, máquinas e veículos destinados aos serviços de saúde e educação
- Aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários novos, fabricados em território nacional

FUNDAM EM NÚMEROS

R$606 MI
PARA INVESTIMENTOS NAS 295 PREFEITURAS

976
EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS ADQUIRIDOS

59
OBRAS REALIZADAS

1.358
RUAS PAVIMENTADAS (538 KM)

454
CONVÊNIOS ASSINADOS, (COM 99% DAS PREFEITURAS CATARINENSES)

R$591 MI
VALOR TOTAL EM CONVÊNIOS ASSINADOS

R$562 MI
EM VALORES REPASSADOS

R$90 MI
VALORES REPASSADOS AS CONTAS DAS PREFEITURAS EM 2016

Fonte: BRDE e Diretoria de Gestão de Fundos/SEF

Auditoria Cidadã

O Governo de Santa Catarina lançou em 2016 um programa que despertou a atenção dos demais estados brasileiros: o Auditoria Cidadã. A proposta é levar auditores internos para verificar *in loco* se o recurso investido em um serviço ou obra está sendo bem aplicado. Foram realizadas cinco operações: merenda escolar, emergências de hospitais, parques ambientais, entidades beneficiadas com recursos de transferências voluntárias e APAEs. O cidadão é o principal beneficiado, mas o projeto também traz ao Governo a oportunidade de avaliar melhor as suas entregas e aperfeiçoar a sua imagem institucional.

Em 2016, uma das operações da Auditoria Cidadã avaliou a merenda escolar oferecida às crianças da rede pública estadual

Foto: Cleiton Schmitt

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 22
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 21
DCG

Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

O sistema que controla desde a definição das diretrizes e metas do planejamento do Governo até os detalhes dos pagamentos aos fornecedores do Estado iniciou o seu desenvolvimento em 2003 e hoje já conta com 24 módulos e mais de mil funcionalidades para registros e controles dos atos e fatos administrativos.

Seus módulos formam uma ferramenta integrada que proporciona subsídios tecnológicos para o processo do planejamento orçamentário, da execução orçamentária e financeira, da contabilidade, da integração on-line com os sistemas de arrecadação e folha de pagamento, do controle das transferências voluntárias, da dívida pública, do acompanhamento físico e financeiro, e dos contratos nos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Também é de extrema importância destacar que é do SIGEF que advêm a maior parte da base de dados que é divulgada no Portal da Transparência e, dessa forma, permite o exercício do controle social.

Em setembro de 2016, após a finalização de um diagnóstico efetuado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi realizado o Seminário Internacional de Sistemas Integrados de Administração Financeira (SIAFI), que contou com representantes da Coreia do Sul, da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, do Chile, além dos estados e municípios brasileiros. Na ocasião, os sistemas utilizados pelos estados brasileiros foram classificados em três gerações:

- I Geração: construídos na década de 1990, baseados sobretudo em linguagem natural e banco de dados Adabas. O principal representante dessa geração é o SIAFEM do Governo Federal, ainda presente em 7 dos 8 estados que compõem essa geração;
- II Geração: construídos no final do século XX e início do século XXI, baseados em Visual Basic e Java, com banco de dados Oracle ou SQL Server. Essa geração é formada por oito estados. São soluções que estão tecnologicamente menos defasadas que os da I Geração, mas que estão conceitualmente atrasadas.
- III Geração: construídos na última década, basicamente desenvolvidos em Dot Net e Java, predominando o Java com base de dados Oracle, comportam toda a estrutura fiscal do estado brasileiro (ERP Público). Estão nessa geração nove estados, entre eles Santa Catarina com o SIGEF.

SIGEF
SANTA CATARINA

SIGEF EM NÚMEROS

24
MÓDULOS

+DE 1000
FUNCIONALIDADES

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 23
Rub.

Com isso, foram integradas as seguintes bases de dados: energia elétrica (Celesc); água (CASAN e SAMAE); recursos humanos (gastos com servidores e encargos); IPEN (Informações Penitenciárias); material de consumo (materiais de expediente, combustíveis e lubrificantes); e serviços (terceirizados e manutenções).

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 22
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 24
Rub

O objetivo do sistema é possibilitar a análise dos custos do Estado por objeto de custos, por item e por local de realização do gasto, unificando em um centro de custos os componentes financeiros e seus respectivos componentes físicos, como metros cúbicos de água, quilowatt-hora (kwh), horas de trabalho, entre outros. Com o sistema, será possível saber, por exemplo, de maneira rápida e automática, quanto foi gasto com energia elétrica em uma determinada escola e quantos alunos foram beneficiados com esse item. Além disso, o sistema facilitará a análise comparativa de períodos, permitindo a verificação de comportamentos sazonais e gastos excessivos, o que auxiliará o gestor na tomada de decisões.

Depois de implantado integralmente, o sistema de custos poderá proporcionar muitos benefícios ao Estado, como a organização estrutural dos órgãos, a integração de dados, a disponibilização de informações de custos em tempo real, a otimização de recursos, o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão de desempenho, a qualidade e a transparência do gasto público.

Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 23

Permitir que unidades administrativas vinculadas a órgãos e entidades do Estado possam realizar despesas de pequeno vulto, extraordinárias ou urgentes com maior eficiência e transparência é o objetivo principal do Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina (CPESC). Regulamentado no final de 2013 por meio do Decreto nº 1.949, o CPESC começou a ser utilizado no Poder Executivo Estadual a partir do ano de 2014.

O CPESC caracteriza-se como uma ferramenta inovadora para uma prática antiga: o adiantamento previsto nas leis federais nº 4.320/1964 e nº 8.666/1993 e há muito utilizado. O diferencial do Cartão é o controle efetivo dos gastos, que podem ser acompanhados, em tempo real, no Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual. Na modalidade tradicional de adiantamento, a individualização dos gastos é conhecida apenas na prestação de contas. Já no caso do CPESC, a prestação de contas é automatizada, utilizando-se de informações sobre a execução orçamentário-financeira de cada unidade gestora e sobre a movimentação de cada cartão.

Atualmente, o CPESC está implantado em escolas, hospitais, unidades prisionais e socioeducativas, unidades de fiscalização ambiental e administrativas do Estado, que atendem diretamente o cidadão, abrangendo quase 1,4 mil usuários. Além de oportunizar autonomia às unidades, o Cartão possibilita controle financeiro efetivo e maior transparência dos gastos – características de uma administração pública moderna.

Além de ser finalista no Prêmio de Boas Práticas em Gestão Pública, promovido pelo Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc/Esag), o Cartão de Pagamentos também recebe o reconhecimento de seus usuários, constatado por meio de pesquisas realizadas com os servidores que o utilizam nos hospitais estaduais e nas unidades escolares, tendo obtido, novamente, excelente avaliação.

Comparando-se a avaliação do CPESC Educação 2016 com os resultados da mesma pesquisa relativa ao ano anterior (2015), verifica-se um aumento de 7% na classificação "Ótimo" (de 57% para 64%), o que demonstra uma percepção ainda mais positiva do Cartão por parte dos diretores das escolas estaduais.

Quanto às melhorias implementadas, os servidores que utilizam o CPESC nas escolas e nos hospitais destacaram a facilidade de uso e a agilidade na prestação de contas, além da segurança proporcionada.

Prêmio Udesc Esag
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 25
Rub.

Portal da Transparência do Poder Executivo Estadual

O Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina bateu recorde no número de acessos em 2016: 3,2 milhões de visitas. O número corresponde a 1,5 milhão de acessos a mais em relação ao ano anterior. A média é de 8.832 acessos diários ou 6,1 por minuto.

A exemplo do que ocorreu no último ano, a maioria das consultas ocorre na área de Gasto Público, com 66%. É neste campo que o cidadão pode encontrar, entre outros dados, as despesas com manutenção e investimentos das principais áreas do Governo, além de consultar os salários dos servidores públicos. O Portal também traz informações sobre o desempenho da arrecadação do Estado e os indicadores de gestão fiscal.

Mesmo tendo lugar de destaque em rankings nacionais de avaliação da transparência, um novo Portal da Transparência começou a ser desenvolvido no final de 2015 com a coordenação da Diretoria de Contabilidade Geral.

Em 2016, as ações para a melhoria da transparência da arrecadação e dos gastos públicos do Governo tiveram grandes avanços. O novo Portal está sendo desenvolvido com a premissa de que a transparência efetiva não é apenas disponibilizar milhares de dados sobre receitas e despesas orçamentárias dos órgãos e entidades públicos em linguagem técnica. Isso pode atender aos dispositivos legais hoje existentes, contudo não alcança o real objetivo da transparência pública.

Para sua plenitude, a transparência depende da compreensibilidade dos dados publicados pelo cidadão e, para isso, os portais devem primar pela utilização de linguagem simples, recursos gráficos, glossário interativo e infográficos, buscando sempre orientar o cidadão sobre como podem ser acompanhadas a arrecadação e a aplicação dos recursos públicos. É preciso transformar os dados em informação compreensível para o cidadão que tem pouco conhecimento de gestão e contabilidade públicas.

Com leiaute e linguagem mais acessíveis, o novo Portal tem a intenção de permitir que o cidadão encontre as informações que procura de forma rápida e que explore mais a ferramenta e aprofunde as suas consultas. A principal novidade é a *Pergunta Cidadã*, um espaço interativo que permite ao cidadão customizar a sua dúvida e acessar informações de maneira rápida e simples. Além disso, o usuário poderá contar com a ferramenta de pesquisa e com o glossário interativo.

O Portal também está sendo desenvolvido em uma plataforma tecnológica mais moderna, que oferece um design bem mais amigável. Há melhorias importantes nos quesitos usabilidade (facilidade de interação com a ferramenta), responsividade (leiaute que se adapta a diferentes tipos de telas) e acessibilidade (acesso às pessoas com necessidades especiais).

Uma pesquisa de avaliação do Portal antigo, feita com a participação de 2.063 usuários, ajudou a estimular as mudanças para a nova ferramenta. Do total de participantes da pesquisa, 72% disseram que já acessaram o Portal,

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 94
DCG

TRANSPARÊNCIA

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 26
Rub.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA EM NÚMEROS

3,2 MILHÕES
DE ACESSOS

8.832
ACESSOS DIÁRIOS

6,1
ACESSOS POR MINUTO

66%
DOS ACESSOS NA ÁREA "GASTO PÚBLICO"

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 25
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 27
Rub.

Outro ponto imprescindível nesse processo foi o desenvolvimento do SIGEF, um sistema integrado de planejamento e gestão fiscal moderno, capaz de permitir a consolidação das contas em tempo real, além de manter controles das despesas, de contratos, dívida pública, transferências a entidades, entre outros. O SIGEF iniciou a execução orçamentária em 2009 e é utilizado por todos os órgãos e as entidades do Poder Executivo, além dos Poderes Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública.

E na terceira base desse tripé, estão os procedimentos de convergência às Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Em 2010, observando-se as regulamentações para a adoção das novas regras, foi instituído o GTCON, um grupo de trabalho que se dedicou em tempo integral a verificar e fazer as adaptações para o novo plano de contas, a nova tabela de eventos e as rotinas do sistema, de modo a gerar o menor impacto possível aos usuários. Dessa forma, já no encerramento do exercício de 2012 foi promovida a transferência de saldos para o novo padrão de plano de contas estabelecido. Em relação às demonstrações contábeis em 2010, o Estado de Santa Catarina foi pioneiro ao publicar a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Em 2015, o Estado implantou no SIGEF as demonstrações comparativas com anos anteriores, como preconizado pelas novas normas.

A observância do regime de competência para o registro dos créditos a receber do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) também foi pioneira em Santa Catarina. Em 2012, a partir de um trabalho conjunto com a área tributária, foram reconhecidos os créditos tributários a receber, com base em relatórios mensais de suporte documental. Até hoje, somente três estados efetuaram o reconhecimento dos créditos tributários por competência.

Após essa primeira etapa do processo de convergência, os esforços foram concentrados na implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais (PCPs). A STN, por meio da Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, estabeleceu o plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais (PIPCPs) para todos os entes da Federação. O plano consiste em definir estratégias e prazos para implantar os procedimentos patrimoniais necessários à convergência.

Os procedimentos para avaliação do patrimônio constituem um dos maiores desafios da nova contabilidade do setor público, já que se deve reconhecer desde as edificações aos bens de infraestrutura, como pontes e viadutos. Dessa forma, em 2010, foram editadas as primeiras normas em Santa Catarina, determinando a mensuração dos bens móveis, imóveis e intangíveis, bem como os registros de depreciações, amortizações e exaustões ocorridas. Na primeira avaliação, realizada em 2010, o Estado tomou por base o valor venal dos imóveis utilizado para o cálculo do IPTU. A partir de 2012, as avaliações passaram a ter como base os valores

Avaliação das finanças

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 26
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 28
Rub.

A avaliação do desempenho da gestão das finanças públicas de Santa Catarina, mediante a aplicação da metodologia PEFA – Public Expenditure & Financial Accountability (gasto público e responsabilidade financeira) – foi destaque na conferência mundial realizada em Budapeste, na Hungria, em abril de 2016.

Criada em 2005 por diversos organismos internacionais, entre eles o Banco Mundial, o FMI e a União Europeia, a metodologia PEFA examina diversos aspectos sobre o desempenho da gestão financeira dos entes ao longo do tempo e fornece subsídios para executar a reforma das finanças de maneira coordenada, contribuindo assim para o uso eficiente de recursos para prestação de serviços aos cidadãos e garantindo que os recursos públicos sejam usados de forma transparente.

O maior objetivo da conferência foi trocar experiências, contribuindo para a disseminação de boas práticas para a reforma da gestão financeira entre os participantes de 76 países. Diversas partes do mundo, incluindo Papua-Nova Guiné, Vietnã, Marrocos, Tunísia, Libéria, Costa Rica, Timor-Leste, Bangladesh e Brasil, representado por Santa Catarina, inspiraram os participantes, relatando as evoluções obtidas a partir da aplicação da metodologia. A experiência de Santa Catarina foi destacada na conferência por ser o único ente subnacional no mundo a aplicar a nova versão da metodologia, revisada em 2015.

A avaliação foi concebida no âmbito do Projeto SC Rural, que é uma iniciativa do Governo do Estado de Santa Catarina coordenada pela Secretaria de Estado da Agricultura, com financiamento do Banco Mundial e que visa consolidar a proposta de política pública para o desenvolvimento do meio rural catarinense. No âmbito desse projeto, vislumbrou-se a possibilidade de se aplicar essa avaliação como uma ferramenta que poderia trazer insumos em benefício da gestão pública e apoiar o Estado nos seus esforços, já iniciados, para alcançar impactos sustentáveis na gestão das finanças públicas.

Um dos mais utilizados no mundo, o modelo prevê a avaliação de pelo menos 30 indicadores, entre os quais transparência, credibilidade fiscal e planejamento. Tendo em vista que boa parte das informações necessárias para a avaliação dos indicadores era disponibilizada pela Secretaria de Estado da Fazenda, a aplicação da metodologia PEFA foi coordenada pela Diretoria de Contabilidade Geral, que apresentou a experiência do Estado à comunidade mundial.

Educação

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 34
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 29
Rub.

Inovação para educar melhor

Recursos tecnológicos vêm auxiliando cada vez mais os professores e os alunos da rede estadual de ensino a ensinar e aprender de forma inovadora. A proposta leva em conta que a educação do presente e do futuro vai além da sala de aula convencional.

Fonte: Secretaria de Estado da Educação (SED)

1.080
ESCOLAS

71.557
PROFESSORES

19.750 efetivos
23.471 ACTs
28.336 inativos

Fonte: Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE)

Programa Estadual Novas Oportunidades de Aprendizagem (PENOA) 2016

O Penoa atende alunos do ensino fundamental e médio que apresentem lacunas de conhecimento no processo de leitura, produção textual oral e escrita e cálculo.

PENOA EM NÚMEROS

284
ESCOLAS

10.555
ALUNOS BENEFICIADOS

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 23
DCG

Alimentação escolar

O objetivo é contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos. O Governo investiu também na aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar, beneficiando 29 cooperativas/associações e aproximadamente 2.500 produtores rurais. A alimentação escolar no Estado de Santa Catarina é planejada visando ao atendimento pleno das necessidades nutricionais dos alunos durante o período de permanência na escola. Os cardápios são calculados e determinados de forma a possibilitar a autonomia dos alunos, respeitando as escolhas e as perspectivas individuais de alimentação.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 30
Rub.

Programa de alimentação escolar 2016
mais de 900 MIL alunos beneficiados

Transporte escolar 2016
299 municípios parceiros
127.406 alunos beneficiados

Programa Bolsas Universitárias (UNIEDU)
mais de 29 MIL bolsas para estudantes de graduação, especialização, mestrado e doutorado

Pró-Universidade

Há mais de 10 anos, a Secretaria de Estado da Educação oferece curso de preparação aos diferentes vestibulares do Estado. O Pró-Universidade é o maior curso preparatório público e o que mais aprova no Brasil. Anualmente, são abertas vagas a alunos do 3º ano para aulas presenciais e on-line. Em 2016, foram atendidos 11.440 alunos de forma presencial e on-line.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 29
DCG

INVESTSAÚDE

Fundo criado para garantir investimentos na infraestrutura do setor nos municípios catarinenses. Os recursos do INVESTSAÚDE poderão ser repassados a municípios, entidades filantrópicas ou entidades beneficentes sem fins lucrativos para aplicação nos investimentos em construção, reforma e ampliação de unidades de saúde básicas, bem como de unidades de média e alta complexidade, além da aquisição de equipamentos permanentes, mobiliário e veículos novos destinados aos serviços de saúde pública prestados ao cidadão.

Em 2016, o INVESTSAÚDE investiu na aquisição de 53 vans, 123 ambulâncias, equipamentos, mobiliário, projetos de reformas, ampliações e adequações de unidades de saúde.

53 vans foram adquiridas em 2016 com recursos do INVESTSAÚDE

Foto: Paulo Fernando Gonh

UTI do Hospital Infantil Joana de Gusmão

Referência estadual em diversas especialidades, o Hospital Infantil Joana de Gusmão, de Florianópolis, inaugurou em 2016 a sua nova Unidade de Terapia Intensiva (UTI), que passou de oito para 20 leitos de UTI. A partir de agora, a unidade passa a contar com espaço maior, mais moderno e tecnologia de ponta para o atendimento de crianças e de adolescentes com graves problemas de saúde. Em 2016, o Hospital Infantil realizou 7.946 internações, 5.426 cirurgias, 87.557 atendimentos de emergência, 106.103 consultas ambulatoriais e 262.333 exames laboratoriais.

Nova Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Infantil Joana de Gusmão inaugurada em 2016

Foto: Paulo Fernando Gonh

Centro Catarinense de Reabilitação

Em 2016, o Centro Catarinense de Reabilitação entregou 1.710 órteses, próteses, meios auxiliares de locomoção e cadeiras de rodas aos pacientes da unidade. Essas entregas zeraram as filas de espera para esses equipamentos, permitindo que novos pacientes da unidade recebam em tempo normal e hábil os equipamentos solicitados.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 31
Rub.

Eliane String, 34 anos, de Chapecó, foi uma das beneficiadas com uma cadeira de rodas motorizada. Ela sofreu um acidente de trânsito há 12 anos e ficou paraplégica

Foto: Rafael Carlesso

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 30
DCG

SC Transplantes

Santa Catarina mantém a liderança nacional na doação de órgãos para transplantes. O Registro Brasileiro de Transplantes (RBT) do terceiro trimestre de 2016 consolida o Estado com a melhor taxa de doação do Brasil, sendo 36,2 doadores efetivos por milhão de população (pmp), comparável às melhores taxas dos países desenvolvidos. A média nacional ficou em 14,4 doadores pmp. Além disso, em 2016 Santa Catarina novamente bateu o recorde em número de doações de múltiplos órgãos, com 251 doações, ou seja, um aumento de 23% em relação ao ano de 2015. O desempenho é resultado de investimentos em logística e em treinamentos das equipes dos hospitais responsáveis pela abordagem das famílias dos doadores no momento da perda.

SC EM 2016

251
DOAÇÕES DE MÚLTIPLOS ÓRGÃOS

36,2
DOADORES EFETIVOS POR MILHÃO DE POPULAÇÃO (MELHOR TAXA DE DOAÇÃO DE ÓRGÃOS DO BRASIL)

14,4
MÉDIA NACIONAL DE DOADORES POR MILHÃO DE POPULAÇÃO

Se Cuida SC

Em 2016, a Secretaria da Saúde lançou o movimento #secuidaSC como uma importante iniciativa de promoção da saúde. A ênfase foi sobre fatores de risco e de proteção associados às doenças crônicas não transmissíveis predominantes no Estado, tais como doenças cardiovasculares, doenças respiratórias crônicas, câncer e diabetes. O movimento envolveu a realização de dois grandes eventos: um com foco no estímulo à alimentação saudável e à prática de atividade física; e o outro com ênfase na redução do consumo de álcool e na cessação do tabagismo. Ambos foram realizados no Parque de Coqueiros, em Florianópolis. Mais informações disponíveis em www.secuidasc.sc.gov.br.

O pequeno super-homem Heitor, de três anos, aproveitou para se divertir no Parque de Coqueiros, em Florianópolis, no primeiro grande evento do #socuidaSC

Foto: Divulgação

Vacinação

Em 2016, foram realizadas duas campanhas nacionais de vacinação. A Campanha contra a Influenza foi responsável pela aplicação de 1.225.670 doses, imunizando 96,7% da população-alvo. A Campanha de Multivacinação 2016 imunizou 215.670 crianças menores de 5 anos de idade de doenças como hepatites A e B, BCG, tetra viral, varicela, tríplice viral, febre amarela, pneumo 10 e meningo C. Nessa campanha, os adolescentes também foram chamados a comparecer nas unidades de saúde para atualizar as suas vacinas, principalmente as meninas de 9 a 14 anos para vacinarem-se contra o HPV.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 33
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 31
DCG

Produção agropecuária

Ao longo de 2016, mais de 76 mil famílias do meio rural e pesqueiro foram beneficiadas com os programas de fomento da Secretaria da Agricultura. Os agricultores familiares e pescadores artesanais catarinenses contaram com a concessão de empréstimos, subvenção de juros, Programa Terra Boa, subvenção ao seguro agrícola, kit informática, entre outros.

Programa SC Rural

Em 2016, o Programa SC Rural recebeu e aprovou mais de 100 projetos. Entre eles, destaque para aqueles relativos à melhoria de sistemas produtivos, com predomínio da atividade leiteira, e projetos de apoio a empreendimentos de cooperativas, pequenas agroindústrias e associações de produtores. O volume de projetos desse ano – quase a metade dos 247 apresentados durante todo o programa – reflete a maior procura dos agricultores diante dos bons resultados colhidos através de projetos implantados em anos anteriores.

O Programa SC Rural é executado pelo Governo do Estado em parceria com o Banco Mundial e destina recursos não reembolsáveis a empreendimentos da agricultura familiar mediante contrapartida dos beneficiários. Os empreendimentos apoiados abrangem atividades agrícolas ou não agrícolas (como o turismo rural) por meio de projetos de caráter estruturante, de melhorias de sistemas produtivos ou planos de negócios, além de outras ações implementadas por cooperativas e associações de agricultores familiares.

Desenvolvimento do campo

Uma série de eventos reuniu mais de dois mil produtores rurais em 2016 e marcou a parceria entre o Banco Mundial e o Governo do Estado em prol do desenvolvimento do meio rural catarinense. O Encontro dos Jovens Empreendedores do Meio Rural e Marinho Catarinense e o Encontro Catarinense de Empreendedores do SC Rural levaram a Chapecó, Itajaí e Criciúma os beneficiários do Programa SC Rural para discutir o futuro do agronegócio catarinense.

Centro de Inovação Tecnológica

Em visita à Santa Catarina, o Banco Mundial anunciou a decisão de escolher o Estado para sediar um centro de inovação tecnológica com foco na agricultura familiar. O objetivo é apoiar pequenas e médias empresas, incluindo associações, cooperativas, organizações de mulheres e de agricultores, desenvolvedoras de projetos de "tecnologia verde" em zonas rurais catarinenses. A escolha deve-se, entre outros fatores, ao desempenho do Governo do Estado na execução do Programa SC Rural. A expectativa é a de que em maio de 2017 o projeto esteja pronto para a efetiva implantação do centro de tecnologias verdes em Santa Catarina.

PROGRAMA TERRA BOA

72 MIL
PRODUTORES ATENDIDOS

3.750
KITS FORRAGEIRA

294
KITS APICULTURA

231.391
TONELADAS DE CALCÁRIO

220 MIL
SACAS DE SEMENTES DE MILHO

PROGRAMA SC RURAL

100
PROJETOS

Encontro de jovens empreendedores do meio rural

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 33
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 32
DCG

Pesquisa e extensão rural

O Estado, por meio da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) prestou assistência a cerca de 110 mil famílias rurais em 2016.

A Gestão de Ecossistemas do Programa SC Rural beneficiou 307 propriedades com Pagamento de Serviços Ambientais (PSA), conservando 1.500 hectares de florestas. A experiência é pioneira no Estado.

Em 2016, o Estado também desenvolveu projetos especiais voltados para a apicultura e a meliponicultura. Ao longo do ano, foram mais de quatro mil produtores atendidos pela extensão rural, além da realização de reuniões e cerca de 50 cursos voltados para o fortalecimento da cadeia produtiva.

Na área de pesquisa, a Epagri contabilizou 324 publicações, 168 projetos executados e cinco novas tecnologias.

NÚMEROS DA EPAGRI

MAIS DE
26 MIL
AGRICULTORES CAPACITADOS

490
FAMÍLIAS INDÍGENAS RECEBERAM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

133
ESCOLAS RURAIS RECEBERAM OFICINAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 34
Rub.

Defesa sanitária animal

Em 2016, o Estado, por meio da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), ampliou o sistema informatizado para solicitação da Guia de Trânsito Animal Eletrônica (e-GTA), aumentando o acesso dos produtores que podem solicitar a guia a qualquer hora e dia da semana, sem a necessidade de se deslocarem ao escritório da CIDASC.

A CIDASC investiu ainda em dois laboratórios para diagnósticos na área animal que foram acreditados pelo Inmetro em 2016. Os laboratórios de Chapecó e Joinville já somam mais de 10 mil análises.

Santa Catarina continua a se destacar pelo modelo diferenciado de inspeção de produtos de origem animal. Para atender à demanda das agroindústrias, aumentar a oferta de médicos veterinários e dar mais segurança aos consumidores, o Estado criou normativas próprias. O Regulamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal permite que as indústrias contratem médicos veterinários do setor privado para executar os serviços de inspeção. Esses profissionais devem estar vinculados a uma instituição credenciada pela CIDASC e devem ser habilitados para prestar o serviço. Atualmente, são mais de 460 médicos veterinários, vinculados a dez empresas credenciadas, habilitados a prestar o serviço em todo o Estado, com 35 médicos veterinários da CIDASC atuando na fiscalização.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 33
DCG

Infraestrutura

Obras em andamento

Em 2016, o Governo do Estado deu a largada a grandes obras de infraestrutura. São investimentos em logística que garantem qualidade de vida aos cidadãos e progresso aos empreendimentos que dependem de nossas estradas para escoar a produção.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 35
Rub.

Implantação da Via Rápida e do Contorno Viário de Criciúma (em andamento)

As duas maiores obras do Governo do Estado no Sul seguem em ritmo acelerado, com previsão de entrega para o primeiro semestre de 2017. A Via Rápida ligará Criciúma à BR-101, garantindo um novo acesso para a entrada e o escoamento da produção. O investimento nessa obra é de cerca de R$ 117,6 milhões. Outra obra importante para o desenvolvimento da região é o Contorno Viário de Criciúma, com 6,8 quilômetros de extensão. A obra deve aliviar o fluxo de veículos dos municípios da região – os veículos que vêm da Serra não terão mais que entrar no Centro de Criciúma. O investimento previsto do Governo do Estado para essa obra é de R$ 43,4 milhões.

Acesso ao Aeroporto Hercílio Luz Florianópolis (em andamento)

O conjunto de obras para o novo acesso ao Aeroporto Hercílio Luz representa um grande avanço para o Sul da Ilha de Santa Catarina, contribuindo para o turismo e garantindo maior mobilidade e também mais qualidade de vida e segurança aos moradores da região. A obra foi dividida em quatro lotes para ganhar mais agilidade. Estão previstos a duplicação em um trecho de 6,48 km, entre o acesso à SC-405 e o terminal do aeroporto, um viaduto em frente ao estádio da Ressacada e a reforma da ponte sobre o Rio Tavares. O investimento total previsto é de R$ 168 milhões, com recursos do Programa Pacto por Santa Catarina.

Aeroporto Correia Pinto (em andamento)

O Aeroporto Regional de Correia Pinto está passando por obras de pavimentação do acesso entre a seção contra incêndio e a pista de pousos e decolagens. A área já está toda cercada, e a rótula da BR-116 também está praticamente pronta. O aeroporto atenderá à demanda por transporte aeroviário na Região Serrana do Estado, facilitando a ligação e o desenvolvimento da Região.

Aeroporto Regional de Correia Pinto

Foto: Rafa Gomes

Fl. 34
DCG

Recuperação da Ponte Hercílio Luz (em andamento)

A recuperação da Ponte Hercílio Luz é um assunto muito discutido em todo o Estado. Totalmente interditada desde 1991, a ponte, por tudo o que significa para Florianópolis e Santa Catarina, tornou-se, ainda nos anos 1990, um Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico do Brasil, ficando acima de qualquer vontade política. Em outras palavras: conservar, restaurar e recuperar a Ponte Hercílio Luz é uma obrigação legal do Governo do Estado. Desde a sua inauguração, a Ponte Hercílio Luz enfrenta inimigos que, muitas vezes, não são vistos. A ação corrosiva do mar, com o acúmulo de salitre sobre o material da ponte, é um deles. O desgaste natural da estrutura, agravado com o passar dos anos, é outro. E, por fim, o aumento da carga e do número de veículos, muito superior para o qual a ponte foi projetada em 1922.

A necessidade de manutenção preventiva permanente não é exclusividade da Ponte Hercílio Luz. Isso também ocorre com outros grandes símbolos do mundo, como a Torre Eiffel, em Paris, a Estátua da Liberdade, em Nova York, e a Golden Gate Bridge, na Califórnia. E foram os serviços de manutenção preventiva realizados ao longo dos anos que fizeram a ponte, hoje interditada, manter a sua estrutura original após tanto tempo, o que permite, agora, o trabalho de recuperação. Restaurada, a ponte irá então absorver até 20% do trânsito das outras duas pontes, Colombo Salles e Pedro Ivo Campos, garantindo maior sobrevida ao sistema viário atual de Florianópolis. Além disso, a cidade e o Estado voltarão a ter, no seu dia a dia, o convívio com o seu maior símbolo. E Santa Catarina terá sido protagonista de uma obra que entrará para a história. O prazo de execução é de 30 meses, com conclusão prevista para o segundo semestre de 2018. No ano de 2016, foram aplicados R$ 68,9 milhões nessa recuperação. Em março desse ano, foi concluída a construção da estrutura chamada "ponte segura". Trata-se da implantação de um apoio temporário, cuja finalidade é estabilizar a estrutura da obra original, garantindo a sua integridade e a efetiva conclusão de sua recuperação. Foram instaladas cinco estruturas em formato de treliças entre as quatro torres erguidas abaixo da estrutura

OS NÚMEROS DA PONTE

14.11.1922
INÍCIO DA CONSTRUÇÃO

13.05.1926
INAUGURAÇÃO

819,471
METROS DE EXTENSÃO

339,471
METROS DE VÃO CENTRAL

5 MIL
TONELADAS DE PESO TOTAL

75
METROS É A ALTURA DE CADA TORRE A PARTIR DO NÍVEL DO MAR

43
METROS É A ALTURA DO VÃO CENTRAL A PARTIR DO NÍVEL DO MAR

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 36
Rub.

Obras na Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis

Foto: James Tavares/Secom

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 35
PCG

Ponte de Ilhota e acesso ao Município

Foto: Julian Fernandes e James Tavares/Secom

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 37
Rub.

Ponte de Ilhota

Com 2,4 quilômetros de extensão, a Ponte de Ilhota mudou a vida da população, que até então utilizava uma balsa para cruzar o Rio Itajaí-Açu. O trajeto, que durava mais de uma hora, agora é feito em poucos minutos. Os trabalhos, que começaram em 2012, incluíram terraplenagem, drenagem e sinalização. O novo acesso à Ilhota liga a BR-470 e a SC-412, e contou com um investimento de R$ 39,9 milhões. Do valor total investido, o Governo Federal participou com 60%, e o Governo de Santa Catarina teve 40% de participação.

Revitalização do acesso a Caldas da Imperatriz

A revitalização do acesso a Caldas da Imperatriz é um importante estímulo ao turismo de águas termais, um dos grandes potenciais de Santo Amaro da Imperatriz. Para a população, proporcionará mais segurança e conforto contar com uma rua com ciclovia, sinalização e iluminação novas. O investimento do Governo do Estado de Santa Catarina previsto para essa obra é de R$ 9,4 milhões, valor que também contemplou a terraplanagem, a pavimentação, a drenagem e trabalhos complementares. A obra faz parte do Programa Pacto por Santa Catarina.

Acesso a Caldas da Imperatriz

Foto: Julio Cavalheiro/Secom

Restauração da SC-414 no Vale do Itajaí

A obra de restauração da rodovia SC-414 abrange desde a ligação à BR-470, no município de Navegantes, até Luis Alves, no Vale do Itajaí. Para a realização das obras, nos 27 quilômetros de via, foram investidos R$ 19 milhões. A SC-414 passa por oito localidades rurais de Navegantes e dá acesso a Massaranduba e Blumenau. As obras de recuperação da rodovia consistiram na retirada de todo o asfalto antigo para colocação de uma nova base de pedras, terraplenagem e também nova pavimentação asfáltica, incluindo drenagem e sinalização. É a principal via para escoamento da produção agrícola da região, como cachaça e banana, além de garantir mais conforto e segurança aos usuários que trafegam por ali.

SC-414

Foto: James Tavares/Secom

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 36

Restauração da SC-355

A obra de restauração da SC-355, rodovia que liga os municípios de Videira e Fraiburgo, faz parte do Programa Pacto por Santa Catarina. Com investimento de R$ 53,6 milhões, a obra vai contribuir com o escoamento da produção, em sua maioria de grãos e produtos industrializados. O trecho de 23 quilômetros recebeu terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem, sinalização e obras de contenção. Também foram ampliadas as faixas duplas e implantados e melhorados trevos e rotatórias, aumentando a segurança para os usuários que ali trafegam.

Pavimentação da SC-464 no Meio-Oeste

A pavimentação asfáltica do trecho de 17,2 quilômetros da SC-464, entre o município de Salto Veloso e o Distrito de Herciliópolis, em Água Doce, oferecerá as condições necessárias para o desenvolvimento de uma região de muita produção.

Restauração da SC-135 – Tangará a Campos Novos

Após a restauração da SC-135, está mais seguro e mais rápido seguir de Campos Novos a Tangará. A rodovia está novinha e ganhou um trecho de oito quilômetros com três pistas, o que facilitou o trânsito pesado e melhorou o fluxo de veículos na região. A via recebeu também nova pavimentação com asfalto, abrigos para parada de ônibus, além de sinalização e dos trevos de acesso ao município de Ibiam e à comunidade da Bela Vista. Por ali circulam muitos caminhões com grãos, suínos, aves e leite, já que a região é uma das de maior produção agropecuária do Estado. A estrada ajudará nesse escoamento, diminuindo custos e contribuindo com a economia. No trecho de 44 quilômetros, foram investidos R$ 57,7 milhões.

Reabilitação de rodovias no Sul

Aproximadamente 38 quilômetros de via foram recuperados em três trechos nas rodovias SC-370 e SC-108, no Sul do Estado. Os investimentos de R$ 16,6 milhões contemplaram os seguintes trechos: entre os municípios de Gravatal e Tubarão, com 16,51 quilômetros; entre Braço do Norte e Gravatal, com 15,30 quilômetros na SC-370; e da rodovia SC-108, entre Braço do Norte até São Ludgero, com 6,3 quilômetros de extensão.

SC-355, SC-464 e SC-135

Fotos: Carlos Tavares Gleich

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 36
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 37
DCG

Outras obras concluídas

Ainda em 2016, foram concluídas outras obras:

- pavimentação do acesso à comunidade de Padre Réus, em São José do Cedro;
- restauração da travessia urbana de São Joaquim;
- melhoramentos em estradas rurais em Santa Rosa de Lima e Angelina;
- ampliação de ponte sob o Rio Burro Branco, na SC-159, em União do Oeste;
- pavimentação da pista de pouso e decolagem e pátio de manobras do Aeroporto de São Joaquim;
- pavimentação da ligação entre o Distrito Barra do Leão, em Campos Novos, com o município de Capinzal;
- revitalização da SC-390 entre Piratuba e Peritiba;
- revitalização da SC-410 entre São João Batista e Tijucas;
- pavimentação da Rua Bonifácio Haendchen, em Gaspar;
- ampliação da EEB Cruz e Souza, em Tijucas;
- reforma geral da EEB Senador Renato Ramos, em Palhoça;
- reforma geral da EEB Nicolina Tancredo, em Palhoça;
- construção da EEB Frei Manoel Philippi, em Imbuia;
- ampliação da unidade escolar e do ginásio da EEB General Rondon, em Massaranduba;
- restauração e ampliação do Museu da Comunicação Catarinense e da Casa do Jornalista;
- ampliação e reforma da unidade escolar e do ginásio da EEB Regente Feijó, em Lontras;
- reforma da EEB Sagrado Coração de Jesus, em Tubarão; e
- reforma e ampliação da EEB Expedicionário Mario Nardelli, em Rio do Oeste.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 39
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 38
DCG

Desenvolvimento econômico sustentável

Crescimento com sustentabilidade

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 40
Rub.

O Governo vem intensificando ações de estímulo à criação de novos negócios e a manutenção de empreendimentos no Estado com o objetivo principal de gerar novos empregos. Ao mesmo tempo, tem investido em programas voltados à sustentabilidade.

Centros de Inovação

O Governo inaugurou em 2016 o primeiro dos 13 Centros de Inovação planejados para consolidar uma cultura inovadora e de empreendedorismo no Estado. O Centro de Inovação Luiz Henrique da Silveira, em Lages, possui quatro mil metros quadrados de área construída. São 35 salas para instalar empresas, mais espaços para coworking e áreas comuns. Além das empresas instaladas, outras poderão utilizar a estrutura para capacitações e consultorias ocasionais.

Outros sete Centros de Inovação estão em construção e contarão com incubadora, aceleradora, coworking, laboratórios de ponta, orientação/mentoria para empreendedores, pesquisa e desenvolvimento (P&D), eventos com escopo em inovação, centro de treinamento e diversos espaços de convivência.

Em construção	Em licitação	Em fase de estudo
» Blumenau	» Brusque	» Criciúma
» Chapecó		» Florianópolis
» Itajaí		» Joinville
» Jaraguá do Sul		» Rio do Sul
» Joaçaba		
» São Bento do Sul		
» Tubarão		

Centro de Inovação Luiz Henrique da Silveira, em Lages, inaugurado em 2016

Foto: [illegible]

Tribunal de Justiça de Santa Catarina
Fl. 39
DCG

Bacias hidrográficas – SC Rural

Os Planos das Bacias Hidrográficas em Santa Catarina têm como objetivo fundamentar e orientar a implantação de ações estratégicas para a construção gradativa e participativa das políticas nacional e estadual de recursos hídricos nas bacias hidrográficas. Em 2016, foi iniciada a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, além da modelagem e da metodologia dos planos elaborados. Também estão sendo elaborados os planos de bacia dos rios Camboriú, Itapocu e das Antas.

Molhe na foz do Rio Itapocu

Para minimizar as enchentes na região do Vale do Itapocu e Norte catarinense, o Governo repassou para a Prefeitura de Barra Velha R$ 2 milhões para a contratação de estudos do projeto executivo e para a primeira etapa nas obras de estabilização da foz do Rio Itapocu.

Qualidade da água do mar

Em 2016, a Fundação do Meio Ambiente (FATMA) aumentou de 199 para 214 os pontos de monitoramento da qualidade da água do mar no litoral catarinense. Foram 18 mil avaliações durante a temporada para análise da água, ar e coliformes fecais.

Parque Estadual das Araucárias

Foi inaugurado no município de São Domingos, no Meio-Oeste, o Parque Estadual das Araucárias, primeira unidade de conservação de araucárias sob a responsabilidade do Governo do Estado. São duas mil araucárias em um espaço que corresponde a 600 campos de futebol. O parque conta com trilhas ecológicas, educação ambiental e atendimento no centro de visitantes.

Parque Estadual das Araucárias, em São Domingos: primeira unidade de conservação de araucárias sob a responsabilidade do Governo do Estado

Foto: Rodrigo de Souza/SDS

JUNTA COMERCIAL EM 2016

82.362
EMPRESAS CONSTITUÍDAS

91.444
EMPRESAS EXTINTAS

282.329
SERVIÇOS PROTOCOLADOS

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 41
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 40
DCG

Atendimento ao turista

Três centros de atendimento ao turista (CATs) estão em construção em Santa Catarina. Um deles será na cidade de Garuva. No município, o espaço está sendo construído às margens da BR-101 e terá 229,43 m². A intenção é que o local ofereça informações aos turistas que vêm do Paraná e dos demais estados do Sudeste, Nordeste, Norte e Centro-Oeste do Brasil e que entram em Santa Catarina pela BR-101.

Outro CAT será construído em Dionísio Cerqueira: serão 453,30 m² para atender à região da fronteira com a Argentina. O terceiro CAT está sendo construído em Itapema. Serão dois pavimentos num espaço de 380,48 m².

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 42
Rub.

Centro de Eventos de Balneário Camboriú

O maior Centro de Eventos de Santa Catarina está sendo construído em Balneário Camboriú. Serão 33,5 mil metros quadrados às margens da BR-101. Há investimentos dos governos federal, estadual e municipal. A previsão é inaugurar o Centro de Eventos em 2017.

Imagem do projeto do Centro de Eventos de Balneário Camboriú

Gaudí em Santa Catarina

Florianópolis foi a primeira cidade do Brasil a receber a exposição *Gaudí, Barcelona 1.900*. Mais de 40 mil pessoas visitaram a exposição, realizada entre 27 de agosto e 30 de outubro no Museu de Arte de Santa Catarina (MASC).

Programa Mais Cultura

Com o objetivo de incrementar as ações do Programa Mais Cultura, a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL) realizou em 2016 o chamamento público para a seleção de projetos culturais. As inscrições, voltadas às organizações da sociedade civil que desenvolvam ações de caráter cultural e educativo, ocorreram até o dia 19 de dezembro. Houve a seleção de até 50 projetos, no valor de R$ 25 mil cada, com propostas de ações sociais, culturais, artísticas ou educacionais.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 41
DCG

Assistência social

Proteção social

Nos últimos anos, o sistema de proteção social ganhou novos equipamentos para garantir dignidade aos cidadãos que vivem em situação de vulnerabilidade social no Estado. Políticas de combate à fome e de geração de emprego e renda garantem à Santa Catarina o terceiro melhor Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil (IDH).

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 43
Rub.

Centros de Referência

O Governo do Estado inaugurou 26 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em 2016. Os municípios beneficiados foram Blumenau, Braço do Norte, Flor do Sertão, Formosa do Sul, Governador Celso Ramos, Herval do Oeste, Ilhota, Itaiópolis, Jaguaruna, Lauro Müller, Lebon Régis, Meleiro, Orleans, Penha, Praia Grande, Riqueza, Santa Rosa do Sul, Santa Terezinha, São Bernardino, São João do Sul, Seara, Tangará, Tijucas, Timbó Grande, Trombudo Central e Tunápolis.

O Estado também entregou seis Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS). As cidades beneficiadas foram Camboriú, Campos Novos, Capivari de Baixo, Fraiburgo, Indaial e Palhoça.

CRAS	Unidade pública cuja função é a proteção das famílias para prevenir a ruptura de vínculos, promover o acesso e o usufruto de direitos, e contribuir para a melhoria da qualidade de vida.
CAPACIDADE DE ATENDIMENTO	Média de 3.500 usuários por mês/unidade.
CREAS	Oferecem orientação e apoio especializado e continuado para quem teve os direitos violados.
CAPACIDADE DE ATENDIMENTO	Média de 5 mil usuários/unidade.

CRAS de Taiópolis

Foto: IGR Notícia

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 412
DCG

Emprego e renda

Inclusão

O Sistema Nacional de Emprego (SINE) participou em Florianópolis do Dia D, voltado à inclusão de pessoas com deficiência ou que tenham cumprido o Programa de Reabilitação Profissional pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Foram realizados 113 atendimentos, com um total de 42 trabalhadores inscritos encaminhados para o empregador. De acordo com o Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do Brasil é composta por 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o que corresponde a quase 24% do total. Em Santa Catarina, o estudo apontou a existência de 1,3 milhão de pessoas com deficiência, ou 21,3% da população do Estado, que, em 2010, girava em torno de 6,2 milhões de pessoas.

SINE 2016

267.082

PEDIDOS DE ENCAMINHAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO

26.164

VAGAS OFERECIDAS

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 44
Rub

Artesão

Em parceria com o SEBRAE, o Governo do Estado desenvolveu o Projeto de Fortalecimento do Artesanato de Santa Catarina. O objetivo é que mais trabalhadores possam adquirir a Carteira Nacional do Artesão e, assim, ajudar no combate ao desemprego no Estado por meio do desenvolvimento econômico regional. Atualmente, existem 1.006 pessoas registradas no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), sendo 654 artesãos e 352 trabalhadores manuais. O documento permite o acesso dos profissionais a cursos de capacitação, feiras e eventos apoiados pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, além de uma série de benefícios, como a isenção do ICMS dentro do Estado e a possibilidade de o profissional tornar-se contribuinte autônomo para fins previdenciários.

Manoel Petronilho, de 66 anos, foi um dos artesãos que adquiriu a Carteira Nacional do Artesão

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 43
DCG

Segurança

Reforço ao policiamento

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 45
Rub.

Mesmo em meio a uma crise econômica sem precedentes, em 2016 o Governo de Santa Catarina nomeou 1.362 novos servidores para atuar na segurança pública. Além disso, o Estado investiu em novos equipamentos, viaturas e estrutura física para garantir mais segurança aos catarinenses.

Formatura dos policiais

Foto: Jura Cardoso Sasm

NOVOS POLICIAIS

501

POLICIAIS CIVIS (AGENTES, ESCRIVÃES E DELEGADOS)

711

POLICIAIS MILITARES

150

AUXILIARES CRIMINALÍSTICOS E DE LABORATÓRIO PARA O INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS

Complexo Administrativo

O Governo do Estado deu continuidade às obras do novo Complexo Administrativo da Segurança Pública, na região continental de Florianópolis. A construção abrigará as sedes da Secretaria de Segurança Pública, da Polícia Civil, do Instituto Geral de Perícias (IGP), do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e dos comandos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. O complexo terá 13 pavimentos, distribuídos em três blocos, com expectativa de ativação em março de 2017. Assim, o Governo do Estado fará uma economia aproximada de R$ 600 mil mensais, pagos aos aluguéis das salas ocupadas pela Secretaria.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 44
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 46
Rub.

Monitoramento urbano

Foram instaladas 361 câmeras de videomonitoramento em 29 municípios do Estado: Ascurra, Brusque, Caçador, Campo Alegre, Campos Novos, Canelinha, Catanduvas, Cocal do Sul, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Garuva, Grão Pará, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapoá, Lindóia do Sul, Luzerna, Orleans, Pinhalzinho, Quilombo, Rio dos Cedros, São José do Cedro, São Pedro de Alcântara, Seara, Tunápolis, Videira, Capivari de Baixo, Criciúma e Tubarão.

Delegacia virtual

A Delegacia Geral da Polícia Civil, em parceria com o Centro de Informática e Automação de Santa Catarina (CIASC), implantou a Delegacia Eletrônica, permitindo registros on-line dos crimes tipificados como furto e roubo. É mais uma facilidade para o cidadão, diminuindo a cifra de crimes não registrados.

Combate às drogas

O ano em que o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), desenvolvido pela Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), completou 18 anos de atividade em Santa Catarina foi um dos mais importantes de sua história. Pela primeira vez, uma equipe americana do DARE (Drug Abuse Resistance Education) supervisionou um Estágio de Formação de Instrutores PROERD, chancelando a PMSC como centro de treinamento fora dos Estados Unidos da América.

Apesar da redução dos investimentos no PROERD em 2016 e da diminuição significativa do número de instrutores em atuação, o programa, que luta por uma sociedade mais segura, saudável e responsável, conseguiu superar as dificuldades financeiras e demonstrou que o seu sucesso está diretamente ligado ao comprometimento de seus instrutores, que atenderam 78.202 alunos em 2016, totalizando ao longo dos seus 18 anos de existência 1.257.577 catarinense atendidos.

Formatura de 2 mil alunos do PROERD em Brusque

O PROERD EM 2016

78.202
ALUNOS ATENDIDOS

237
MUNICÍPIOS ENVOLVIDOS

2.362
ESCOLAS ATENDIDAS:
2 FEDERAIS, 717 ESTADUAIS,
1.312 ESCOLAS MUNICIPAIS E
331 ESCOLAS PARTICULARES

O PROERD DESDE O INÍCIO

1257577
CRIANÇAS ATENDIDAS

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 47
Rub.
Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 45
DCG

Segurança em números

22.427
PRISÕES E APEENSÕES

APREENSÕES

10.667,073
QUILOS DE DROGAS

3.721
UNIDADES DE ARMAS DE FOGO

187
ARMAS BRANCAS

29.342
MUNIÇÕES

55
UNIDADES DE OUTRAS ARMAS

CORPO DE BOMBEIROS

35.594
ATENDIMENTOS OPERACIONAIS (OCORRÊNCIAS DE SOCORRO E BUSCA/SALVAMENTO/RESGATE E COMBATE A INCÊNDIO)

3.934.632
ATENDIMENTOS OPERACIONAIS DE PREVENÇÃO (VISTORIAS E ANÁLISES)

DETRAN

690.428
PROCESSOS DE VISTORIAS

651.115
TRANSFERÊNCIAS VEICULARES

105.455
PRIMEIROS EMPLACAMENTOS

2.362.620
LICENCIAMENTOS

686.349
MIL CARTEIRAS NACIONAIS DE HABILITAÇÃO EMITIDAS

IGP

453.884
CARTEIRAS DE IDENTIDADE EMITIDAS

103.219
EXAMES PERICIAIS

POLÍCIA CIVIL

585.944
REGISTROS DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA (PRESENCIAL)

51.595
REGISTROS DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA (ON-LINE)

93.359
PROCEDIMENTOS POLICIAIS INSTAURADOS

POLÍCIA MILITAR

803.607
ATENDIMENTOS DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS

196.329
BOLETINS DE OCORRÊNCIA

POLÍCIA AMBIENTAL

9.913
ATENDIMENTOS DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS AMBIENTAIS

548
TERMOS CIRCUNSTANCIADOS (CRIMES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO)

456
NOTIFICAÇÕES DE INFRAÇÃO PENAL AMBIENTAL (CRIMES DE MAIOR GRAVIDADE)

BATALHÃO DE AVIAÇÃO

1.495
MISSÕES

1.170
HORAS DE VOO

593
OCORRÊNCIAS POLICIAIS

193
PESSOAS PRESAS

132
SOCORROS DE URGÊNCIA

266
PESSOAS SOCORRIDAS

POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL

344.057
VEÍCULOS ABORDADOS

3.579
BOLETINS DE OCORRÊNCIA

485
CONDUTORES PRESOS POR DIRIGIR EMBRIAGADOS

8.595
ACIDENTES DE TRÂNSITO ATENDIDOS

218
PALESTRAS PARA

10.579
PESSOAS

Fl. 46

Novas penitenciárias

Duas obras de grande porte foram inauguradas em 2016 com estruturas voltadas para a ressocialização do preso: a Penitenciária Industrial de Blumenau e a Penitenciária Industrial de Chapecó. As duas unidades seguem os padrões exigidos pela Lei de Execuções Penais (LEP) com áreas de saúde, educação, oficinas de trabalho e espaço de vivência. As novas penitenciárias também estão de acordo com as normas de acessibilidade de portadores de necessidades especiais.

Penitenciária Industrial de Chapecó inaugurada em 2016

Foto: Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 48
Rub.

Referência nacional

Técnicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), vinculado ao Ministério da Justiça, estiveram em Santa Catarina para uma visita técnica em unidades prisionais com o objetivo de colher subsídios para a implantação de uma linha específica de financiamento e de melhorias para o sistema prisional brasileiro. A visita selou o trabalho conjunto que vem sendo realizado entre os governos federal e estadual e empresários catarinenses para impulsionar o crescimento do Programa de Ressocialização pelo Trabalho no sistema prisional catarinense, que já é considerado referência nacional.

Penitenciária-modelo

Representantes dos governos de Rondônia, Distrito Federal e Ceará estiveram na Penitenciária Sul, em Criciúma, e no Complexo da Canhanduba, em Itajaí, para conhecer o sistema penitenciário catarinense, hoje considerado modelo no Brasil.

Operação Presença

Foi anunciada, no dia 13 de dezembro, o lançamento da Operação Presença 2016, ação estratégica e preventiva realizada nas 50 unidades prisionais de Santa Catarina. A operação teve início em 16 de dezembro de 2016 e foi até 8 de janeiro de 2017, envolvendo uma equipe de mais de 600 agentes do Departamento Estadual de Administração Prisional (DEAP). Na oportunidade, também foram entregues nove viaturas adaptadas para o transporte de presos (dois são veículos para gestantes e mulheres no período pós-parto) e 625 armas, além da assinatura das ordens de serviço para a construção da nova Penitenciária Industrial de Tijucas, com 628 vagas, e do novo bloco carcerário no presídio de Joinville, com 145 vagas.

ADQUIRIDOS EM 2016

2,1 MIL

KITS DE UNIFORMES COMPLETOS (CALÇA TÁTICA, CAMISETA, COTURNO, CINTO E BORNAL)

17

VIATURAS PARA O TRANSPORTE DE PRESOS

11

VIATURAS PARA USO SOCIOEDUCATIVO

Fl. 47
DCG

Novas estruturas para o adolescente

Em 2016, foi concluído em Chapecó o prédio do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE), com 40 vagas, e do Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório (CASEP), com 20 vagas, unidades de atendimento de adolescentes em conflito com a lei. As novas estruturas garantem escola, curso profissionalizante, médico, dentista e psicólogo, favorecendo a reinserção do jovem na sociedade. Para atender à região Sul, o Estado também iniciou a obra do CASE de Criciúma.

Centro de Atendimento Socioeducativo de Chapecó

Unidades Socioeducativas de Santa Catarina

5	14	9
Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE)	**Centros de Atendimento Socioeducativo Provisórios (CASEP)**	**Casas de Semiliberdade**
Grande Florianópolis, Joinville, Lages, Chapecó e Criciúma (em construção)	Blumenau, Caçador, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitibanos, Itajaí, Joaçaba, Joinville, Lages, Rio do Sul, São José do Cedro, Tubarão e Xanxerê	Araranguá, Blumenau, Caçador, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Joinville e Lages
Objetivo: cumprir medida de internamento de adolescentes	**Objetivo:** afastar o adolescente do convívio sociofamiliar antes da sentença, em entidade destinada especificamente a esse fim, pelo prazo máximo de 45 dias	**Objetivo:** permanência do adolescente em estabelecimento determinado pela autoridade judiciária, com possibilidade de realização de atividades externas e obrigatórias para escolarização e profissionalização

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 49
Rub.

Bloqueio de telemarketing

Em 2016, os consumidores catarinenses passaram a ter a opção de solicitar bloqueio de ligações de telemarketing por meio de um link disponibilizado no site do Procon estadual e pelo preenchimento de um cadastro. A inscrição pode ser feita pelo titular da linha telefônica (linha fixa ou celular) ou do correio eletrônico.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 48
DCG

Assistência humanitária

Em 2016, a Defesa Civil prestou assistência humanitária para municípios que precisaram de ajuda por conta de desastres climáticos:

- Em maio, Ponte Alta do Norte sofreu danos após a passagem de um vendaval e recebeu 70 cestas básicas, 280 kits de higiene, 1.500 telhas, 47 pacotes de pregos, 70 kits de limpeza, 200 colchões de solteiro, 200 kits de acomodações para solteiro e 5 rolos de lona de 600 m² cada.
- Em outubro, outro vendaval voltou a afetar Santa Catarina, causando danos a várias famílias. Fraiburgo, no Oeste, recebeu 37.228 telhas de fibrocimento, 600 pacotes de pregos, 2.300 parafusos para as telhas e 28 rolos de lona.
- Também em outubro, a cidade de Tubarão, no Sul do Estado, recebeu 12.300 telhas de fibrocimento da Defesa Civil catarinense. Para a cidade, foram destinados ainda 123 rolos de lona, 100 kits de cesta básica, 100 kits de limpeza e 400 kits de higiene pessoal.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 50
Rub.

O Estado também enviou 57 rolos de lona para outros 21 municípios. No total, foram 329 rolos de lona e 51.028 telhas fornecidos aos municípios catarinenses em 2016.

Itens de assistência humanitária fornecidos em 2016

Item	Município				
	Ponte Alta	Fraiburgo	Tubarão	Outros	Total
Cesta básica	70		100		170
Colchões	200				200
Kits de acomodação	200				200
Kits de higiene	280		400		680
Kits de limpeza	70		100		170
Pacotes de pregos	47	600			647
Parafusos		2.300			2.300
Rolos de lona	5	28	123	173	329
Telhas	1.500	37.228	12.300		51.028

Barragens

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 49
DCG

A Defesa Civil gerencia três barragens em Santa Catarina: José Boiteux, Ituporanga e Taió.

» **José Boiteux:** com 58,50 metros de altura, a barragem tem capacidade para armazenar 357 milhões de metros cúbicos de água e possui duas comportas. Ela serve para evitar que ocorram enchentes no Vale do Rio Itajaí, controlando a vazão excedente dos rios Hercílio ou Itajaí do Norte.

» **Ituporanga:** a barragem passou por uma sobrelevação em dois metros em 2016. Agora, a sua altura é de 45,5 metros. O volume de água armazenada também aumentou de 93 milhões para 110 milhões de metros cúbicos. A estrutura possui cinco comportas e tem como objetivo evitar que ocorram enchentes no Vale do Rio Itajaí, controlando a vazão excedente do Rio Itajaí do Sul.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 51
Rub

» **Taió:** a barragem também foi sobrelevada em dois metros. Sua altura aumentou para 27 metros, e a capacidade de armazenamento subiu de 83 milhões para 100 milhões de metros cúbicos de água. Ela possui sete comportas e recebeu um canal extravasor. A obra serve para evitar que ocorram enchentes no Vale do Rio Itajaí, controlando a vazão excedente do Rio Itajaí d'Oeste.

Barragem de Taió, que foi sobrelevada em dois metros, e a barragem de Ituporanga

Fotos: Leo Gabarella e Diego Fernandes Lanzi

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 50
DCG

A economia catarinense

A economia de Santa Catarina se diferencia da dos demais estados brasileiros pela sua diversificação e dispersão das atividades em seu território. Também conta com uma grande participação de pequenos empreendimentos e com trabalhadores e empresários relativamente mais bem qualificados.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 52
Rub

A variedade de clima e relevo bem como a influência de uma formação cultural variada contribuíram para um modelo de desenvolvimento econômico bastante difuso e diversificado.

Esse perfil socioeconômico tem permitido ao Estado não somente a obtenção dos melhores indicadores de educação, saúde e segurança pública, mas também uma maior resiliência diante das crises que afetam o País.

Também por contar com contínuos aportes em infraestrutura e com um governo com finanças organizadas, Santa Catarina tem conseguido manter o menor nível de desemprego do País e se conserva competitiva na atração de investimentos e de novas empresas, apesar da forte recessão que atingiu o País recentemente.

Ainda assim, a economia catarinense, por ser muito atrelada ao mercado interno e sujeita às decisões da política econômica de Brasília, vem sofrendo fortemente os efeitos dessa crise.

A retração de 2015 e 2016 provavelmente será a maior já registrada na história do País. Contudo, cada vez mais, sinais indicam que o pior passou e que um novo ciclo, agora positivo, começa a se delinear.

Incertezas ainda pairam, mas os principais obstáculos parecem ter sido superados, haja vista a confiança na economia, que se recupera rapidamente, e os riscos associados ao Brasil, que caem gradualmente.

Assim, pouco a pouco se organiza uma nova dinâmica na economia com uma crescente perspectiva de retomada do crescimento, embora as evidências indiquem que seja de forma lenta e gradual.

Distribuição espacial do PIB

Tribunal de Contas Santa Catarina
Fl. 51
DCG

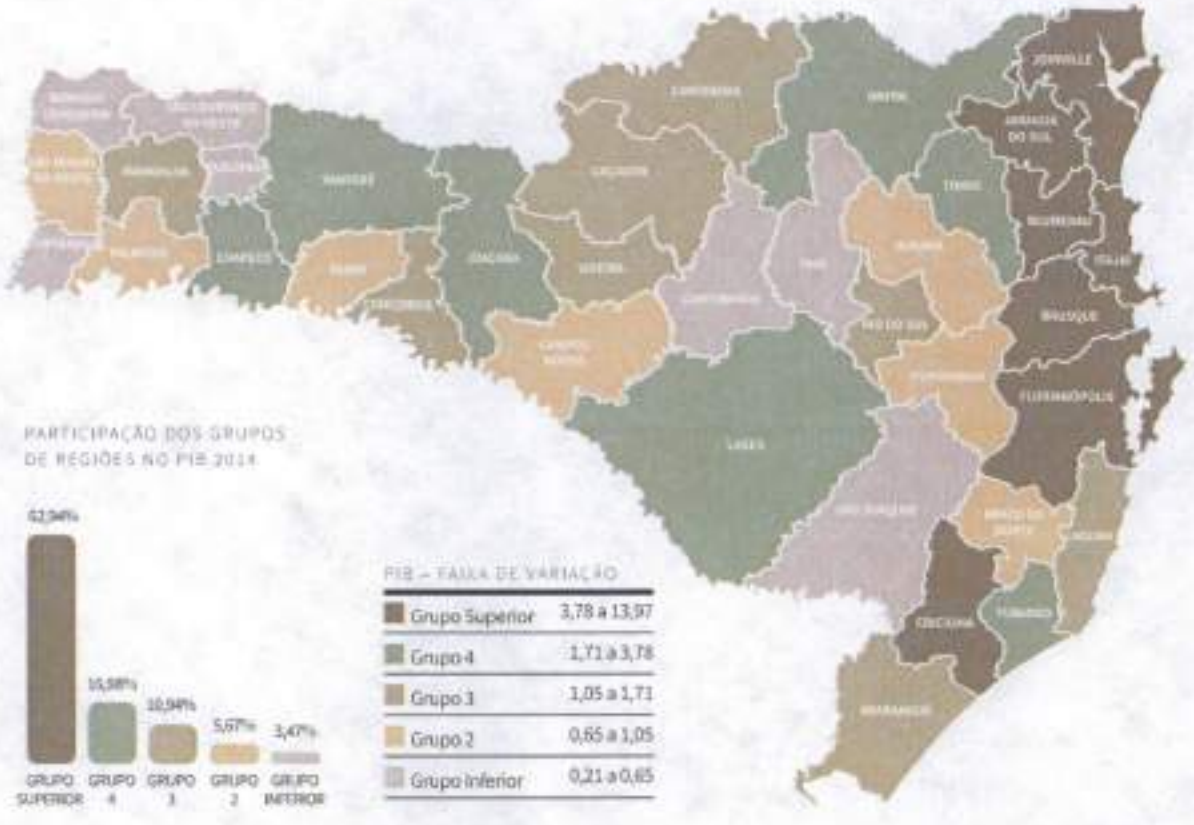
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 53
Rub.

Apesar de Santa Catarina se distinguir entre os demais estados brasileiros pelo relativo equilíbrio na distribuição da sua economia pelo território, observa-se um claro e crescente adensamento na região litorânea. Assim, as regiões administrativas da Grande Florianópolis, de Joinville, Itajaí, Blumenau, Criciúma, Jaraguá do Sul e Brusque concentravam, em 2014, 62,9% do PIB estadual, acima, portanto, dos 60,9% que concentravam em 2013.

A indústria tem expressiva concentração na região de Joinville e de Blumenau (26%). Apesar dessa concentração regional, Santa Catarina é o estado brasileiro onde a indústria de transformação configura-se como a maior atividade econômica em 33% dos seus municípios, sendo a melhor distribuição da indústria entre os estados da Federação.

Os serviços estão concentrados nas regiões de Florianópolis, de Joinville e de Itajaí (37%), enquanto a agricultura é a atividade que está mais dispersa pelo território, embora tenha maior expressão no Oeste do Estado.

Distribuição espacial do PIB segundo as regiões administrativas – Santa Catarina – 2014



Setor Terciário

O setor de serviços é o maior no Estado, com uma participação de 63,5% no PIB em 2014. Entre as suas atividades, a principal era comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas, com 25,3% no PIB do setor.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 52
DCG

Atividade econômica dos serviços	Serviços		Participação (%) no VAB de SC	Participação (%) dos serviços de SC no Brasil
	2014	Participação (%)		
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	32.837,0	25,3	16,0	4,9
Transporte, armazenagem e correio	8.885,6	6,8	4,3	3,9
Alojamento e alimentação	3.813,1	2,9	1,9	3,1
Informação e comunicação	5.399,8	4,2	2,6	3,2
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	7.203,1	5,5	3,5	2,3
Atividades imobiliárias	20.960,8	16,1	10,2	4,5
Serviços prestados às empresas	12.354,2	9,5	6,0	3,1
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social	26.466,1	20,4	12,9	3,2
Educação e saúde mercantis	6.328,1	4,9	3,1	3,3
Outros serviços	5.785,5	4,4	2,8	3,9
Total	**130.033,3**	**100,0**	**63,5**	**3,7**

Santa Catarina - Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades econômicas dos serviços, contribuição das atividades no VAB e participação no Brasil em 2014 (R$ milhões)

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias de Estado de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

Em 2014, Santa Catarina contribuiu com 3,7% dos serviços produzidos no País, entretanto, algumas de suas atividades superaram essa média. É o caso do comércio, com 4,9% da produção nacional, das atividades imobiliárias, com 4,5%, e dos transportes, armazenagem e correio, com 3,9%.

Distribuição espacial dos serviços

O setor de serviços também é bastante concentrado nas regiões litorâneas. Na Grande Florianópolis, que concentra a administração pública, os serviços de saúde e educação, o comércio, os serviços financeiros e turísticos do Estado, a produção de serviços tem maior expressão. A Grande Florianópolis, juntamente com a região de Joinville (comércio e outros), de Itajaí (serviços portuários) e de Blumenau (diversos), respondia, em 2014, por 46% da produção de serviços do Estado. As sete maiores nos serviços, que além das anteriores incluem Criciúma, Jaraguá do Sul e Chapecó, juntas respondiam por 60% da produção do setor em 2014.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 54
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 53
DCG

Evolução das vendas do comércio varejista catarinense

O volume de vendas no comércio varejista é um importante indicador da atividade econômica e reflete o comportamento da renda, do emprego e da confiança na economia catarinense.

Volume de vendas do comércio varejista ampliado. Taxa percentual de crescimento acumulada em 12 meses (Base: 12 meses anteriores)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 55
Rub.

Observa-se, desde 2014, uma rápida retração das vendas do comércio varejista ampliado. No acumulado de 12 meses até novembro de 2016, o volume das vendas caiu 9,4% em comparação com o período anterior, taxa esta que já esteve ainda mais acentuada ao longo do ano. Essa retração deveu-se à diminuição do poder de compra das famílias, ocasionada pela inflação, pelo desemprego e pelo crédito escasso e caro. Também contribuíram para isso o endividamento elevado das famílias e a crise de confiança que atingiu a economia do País.

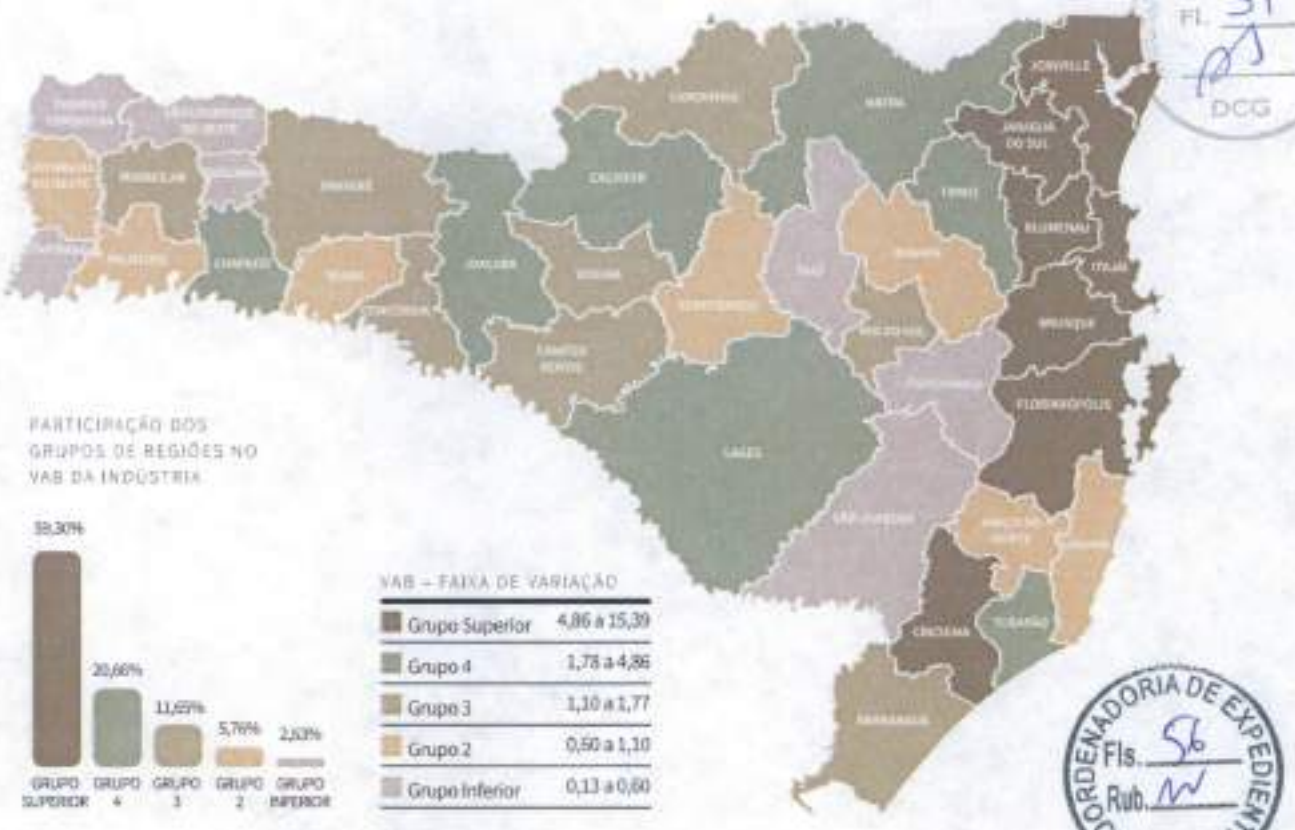
Setor secundário

O setor secundário consiste na agregação das atividades da indústria extrativa mineral, da indústria de transformação, da produção e distribuição de eletricidade, gás e água, esgoto e limpeza urbana (SIUP), e também da construção civil.

Esse setor é o segundo maior da economia do Estado, com uma participação de 30,3% no PIB em 2014. Entre as suas atividades, a principal é a indústria de transformação, que gerou 73,2% do valor adicionado do setor, seguida pela construção civil, com 18,7%. Isoladamente, a participação da indústria de transformação no PIB estadual foi de 22,2%.

Santa Catarina participou com 5,3% da produção industrial do País em 2014, em comparação com 4,9% no ano anterior. A indústria da transformação, exclusivamente, produziu 7,6%, ao passo que no ano anterior essa produção foi de 7,1%. Já os serviços industriais de utilidade pública produziram 4,5%, a construção civil 3,8% e a extrativa 0,4%.

Distribuição espacial do Valor Adicionado Bruto do setor industrial segundo as regiões administrativas em 2014



A região de Joinville contribuiu com 15,4% da produção industrial do Estado, e as sete maiores regiões do Estado (Joinville, Blumenau, Florianópolis, Criciúma, Itajaí, Jaraguá do Sul e Brusque) produziram juntas cerca de 59,3% do total industrial.

Santa Catarina: participação e posição dos cinco maiores municípios no setor secundário em 2014

Município	Participação	Ranking
Joinville	11,81%	1
Blumenau	7,43%	2
Jaraguá do Sul	4,17%	3
Chapecó	3,57%	4
Itajaí	3,22%	5

Joinville é o maior município industrial de Santa Catarina, com 11,8% do total. Seguem no ranking os municípios de Blumenau, Jaraguá do Sul, Chapecó e Itajaí. Esses cinco maiores municípios geraram 30,2% da produção da indústria.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 54
DCG
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 56
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 55
DCG

A forte aptidão florestal também constituiu a base de relevante polo industrial de madeira, papel e móveis. Santa Catarina é o terceiro estado produtor de papel e celulose do Brasil. Seus produtos respondem por 11,4% das exportações do Estado e por 5,4% das do País.

Com mais de 561,4 quilômetros de costa oceânica, o Estado é também um grande produtor de pescados e crustáceos, sendo destaque no País no cultivo de ostras, vieiras e mexilhões.

Produção dos principais produtos agropecuários e participação nacional

O setor contribuiu com 6,2% do PIB estadual em 2014. Entre as suas atividades, a principal é a agricultura, que gerou 49,4% do valor adicionado do setor, seguida pela pecuária, com 34,8%.

O setor primário de Santa Catarina participou com 5,1% da produção primária do País. Considerando-se apenas as produções florestal e pesqueira, a participação do Estado foi de 8,4%, a da pecuária ficou em 6,6%, e a da agricultura, em 3,9%.

Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária catarinense por atividade, participação das atividades no VAB do Estado e participação de SC no VAB por atividade econômica da agricultura brasileira em 2014 (R$ milhões)

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)

Atividade econômica da agropecuária	Agropecuária		Participação (%) no VAB de SC	Participação (%) da agropecuária de SC no Brasil
	2014	Participação (%)		
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita	6.261	49,4	3,1	3,9
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	4.416	34,8	2,2	6,6
Produção florestal, pesca e aquicultura	2.000	15,8	1,0	8,4
Total	**12.676**	**100,0**	**6,2**	**5,1**

O Estado destacou-se como o maior produtor nacional de carne suína, maçã e cebola e o segundo na produção de frango, arroz e fumo.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 57
Rub.

A avicultura catarinense é marca reconhecida globalmente, sendo referência estratégica para a avicultura mundial. O setor se desenvolveu adotando o modelo de parceria produtor/indústria implantado em Santa Catarina a partir do início dos anos 1970. Representa 22% do total exportado pelo Estado e 39% das carnes de aves exportadas pelo País.

A suinocultura catarinense também é competitiva internacionalmente. Possui o melhor nível de produtividade do País tanto no campo como na indústria. Tem os índices de produtividade semelhantes aos dos produtores europeus e americanos. O segmento representa 5,9% do total exportado pelo Estado e 34,8% das carnes suínas exportadas pelo Brasil.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 56
DCG
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 58
Rub

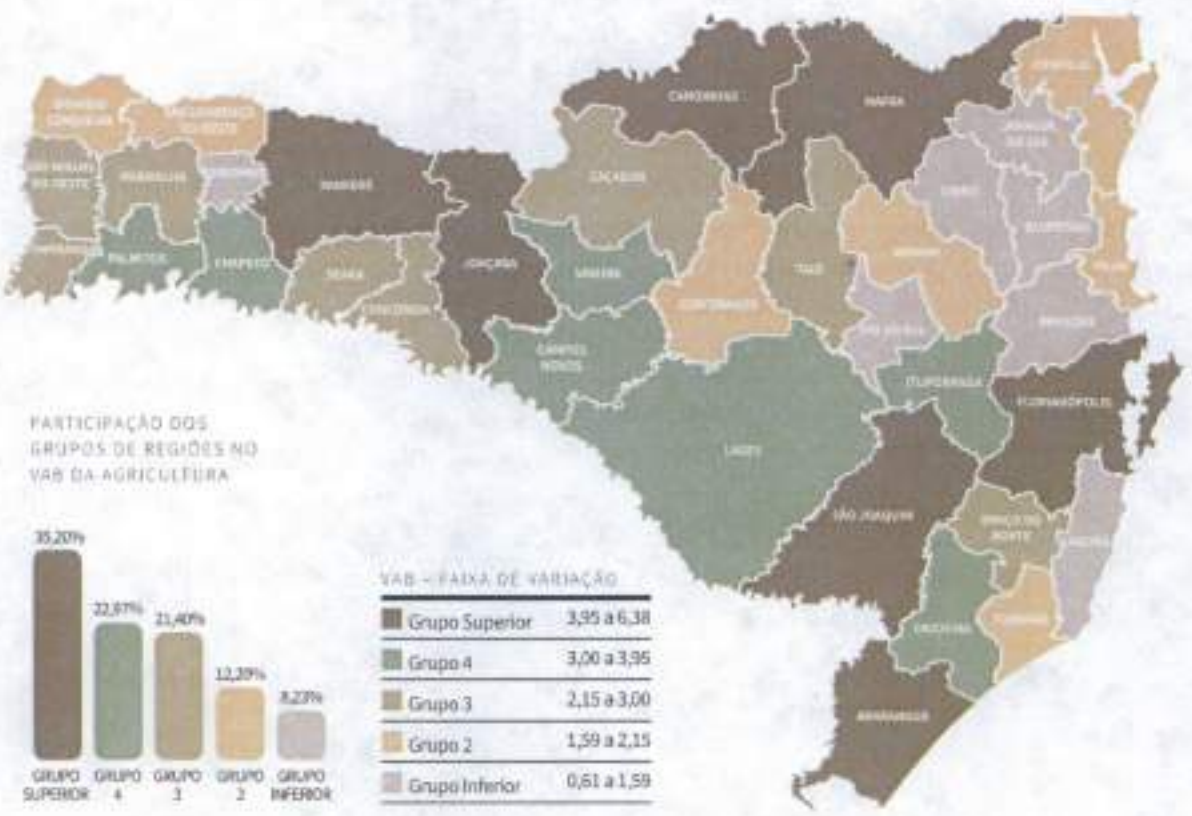
Problemas climáticos ao longo de 2016 afetaram mais uma vez as lavouras catarinenses, derrubando a produção e a produtividade. A cultura da soja seguiu expandindo área, contudo enfrentou queda na produtividade. A do milho reduziu área e também enfrentou queda de produtividade. Já a cultura da maçã teve mais um ano de recuo em área e produção.

Entre os 17 principais produtos agropecuários do Estado, 9 reduziram a produção em 2016 e 8 aumentaram, com destaque para a produção de cebola, trigo e alho, que apresentaram aumento mais expressivo.

Distribuição espacial da agropecuária

A agropecuária é a atividade mais dispersa pelo território, embora tenha maior expressão no Oeste e no Planalto Norte do Estado. Possui notável vínculo com os setores industriais e de serviços e grande importância para os pequenos municípios, onde é responsável por impulsionar inúmeras atividades, principalmente o comércio e os serviços.

Participação (%) do Valor Adicionado Bruto do setor primário segundo as regiões administrativas do Estado em 2014



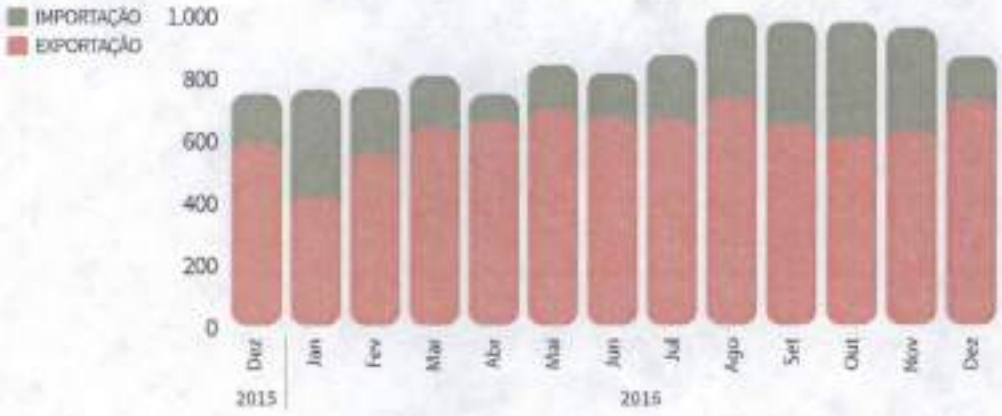
Observa-se, dessa forma, que as sete maiores regiões agropecuárias do Estado participaram com 35,2% da produção. Nesse grupo, estão as regiões do intervalo de participação entre 3,95% a 6,38%. Além de regiões do Oeste e do Planalto Norte, destaca-se a participação da Grande Florianópolis (hortaliças, plantas ornamentais e pesca) e da região de Araranguá (arroz, fumo e aves).

Evolução do comércio exterior

O baixo desempenho do comércio mundial, o baixo preço das commodities e a valorização do real ao longo do ano não permitiram um avanço das exportações catarinenses, que caíram, em dólares, 0,7% em relação ao ano anterior, percentual menor, no entanto, do que a queda verificada nacionalmente, que foi de 3,1%. As importações, sob influência da forte recessão interna, tiveram uma queda maior, de 17,8%, enquanto as importações em nível nacional caíram 20%.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 57
DCG

Comércio exterior de Santa Catarina. Valor mensal (US$ milhões)



COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 58
Rub.

A retomada das exportações deverá continuar lenta. Além dos baixos preços das commodities, a economia brasileira é muito voltada ao mercado interno e tem dificuldades de aumentar a sua participação no mercado global. Além disso, a baixa eficiência da economia brasileira, que enfrenta competidores globais cada vez mais arrojados e por vezes servidos de legislações mais favoráveis, de melhor infraestrutura e de trabalhadores mais bem qualificados, tem dificultado a melhora da competitividade dos produtos brasileiros.

Destino das exportações e origem das importações em 2016

O destino das exportações estaduais é bastante diversificado. Entre os principais blocos, destacou-se a Ásia, que adquiriu 23,4% do total, seguida pela América Latina (23%), pela União Europeia (17%), pelos Estados Unidos (16,6%) e pelo Oriente Médio (5,7%). Considerando-se os países isoladamente, o principal destino foram os EUA (16,1%), a China (11,3%) e a Argentina (6%), que juntos adquiriram quase 34% das exportações estaduais.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 58
DCG

Mercado de trabalho

Os dois anos seguidos de forte recessão na economia catarinense e brasileira tiveram grande repercussão no mercado de trabalho. Embora o Estado tenha, nos últimos anos, exibido baixas taxas de desemprego, o aprofundamento da crise política e econômica em nível nacional acabou afetando o mercado de trabalho.

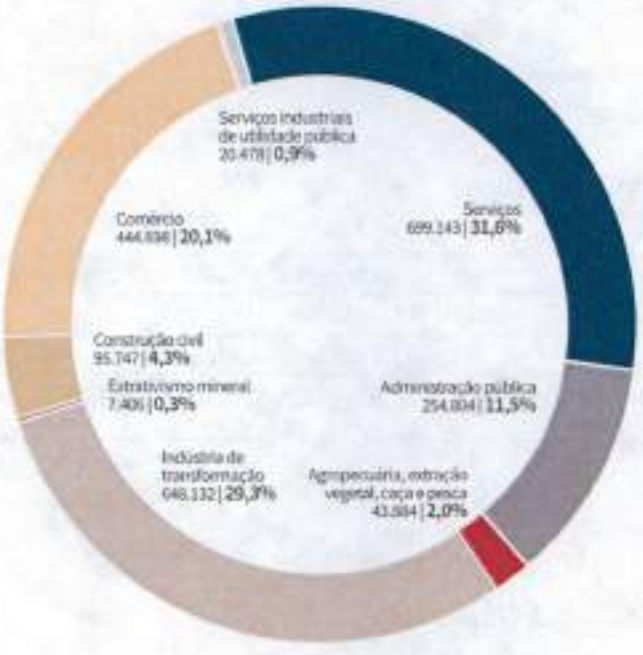
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 60
Rub.

Empresas e empregos

O estoque de emprego da economia catarinense em 2015 foi de 2.214.292 trabalhadores, distribuídos em 225.337 estabelecimentos. O setor de serviços foi o que mais empregou, absorvendo 43,5% dos trabalhadores. A indústria de transformação foi a segunda maior, com 28,5% do total, seguida pelo comércio, com 19,9%. Juntos, esses três setores responderam por 91,9% dos postos de trabalho na economia catarinense.

Número de trabalhadores por atividade econômica em Santa Catarina em 2015

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações (2015)



A indústria de transformação catarinense ocupa uma posição de destaque no Brasil tanto em quantidade de empresas como em número de trabalhadores. Os segmentos têxtil, vestuário e alimentar são os que mais empregam no Estado.

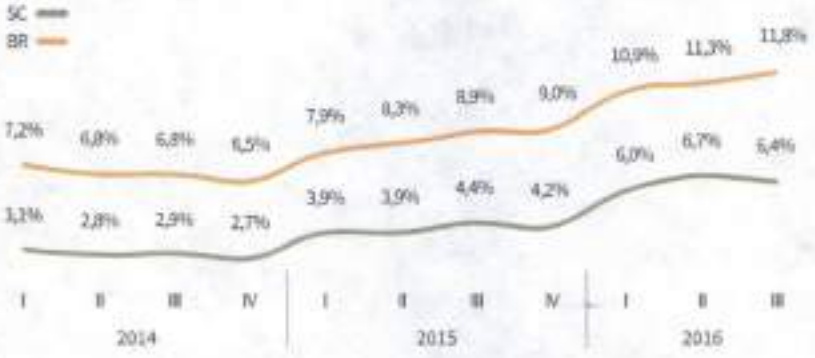
Taxa percentual acumulada de crescimento em 12 meses (Base: 12 meses anteriores)

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED)

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 59
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 61
Rub.

No Estado, em 2016, a indústria de transformação liderou as demissões, seguida pela construção civil e pelos serviços. O único setor que teve crescimento positivo foi o dos serviços industriais de utilidade pública.



Evolução da taxa de desocupação

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

A taxa de desocupação em Santa Catarina continuou a menor do País em 2016. Apesar de ter crescido no primeiro semestre do ano, teve um leve recuo no terceiro trimestre e manteve-se distante da taxa de desocupação da economia brasileira.

Passou de 4,2% no final de 2015 para 6,7% no final do primeiro semestre de 2016 e, ao contrário da tendência nacional, teve leve redução no terceiro trimestre. Embora em ritmo menor, as perspectivas para os próximos meses são de aumento do desemprego, já que é lenta a recuperação econômica.

No terceiro trimestre de 2016, o rendimento médio do trabalho em Santa Catarina era de R$ 2.158 contra R$ 2.019 no País.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 60
DCG

Crescimento, apesar das incertezas

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 62
Rub.

O ano de 2016 começou sob o estigma da incerteza e foi marcado pela desaceleração econômica no País, a qual provocou um quadro de recessão nacional motivado pela crise política, pela diminuição de investimentos e pela redução no consumo.

Enfrentar esse cenário desfavorável, controlar as contas públicas e manter um desempenho positivo foram alguns dos grandes desafios que Santa Catarina teve de enfrentar em 2016 e que levaram a administração pública estadual a adotar medidas focadas no equilíbrio financeiro e no bem-estar das pessoas.

Medidas como a reforma no modelo da previdência estadual, a reestruturação organizacional, o corte dos gastos públicos, o acompanhamento rigoroso da receita e a renegociação da dívida foram fundamentais para o equilíbrio das contas do Governo e possibilitaram a Santa Catarina assegurar índices acima da média dos demais estados.

Mesmo sem recorrer ao aumento de impostos para minimizar o impacto da crise, a arrecadação bruta do Estado encerrou 2016 com um crescimento nominal de 6,37%, o equivalente a um crescimento de 0,08% se considerada a inflação do ano (6,29% – IPCA). O valor da receita líquida (R$ 24,284 bilhões) foi R$ 105 milhões superior ao gasto no ano (R$ 24,180 bilhões), o que resultou num superavit orçamentário.

O Estado superou os percentuais exigidos pela Constituição Federal na aplicação de recursos em saúde e educação, e também esteve dentro dos limites impostos pela legislação relacionados às despesas de pessoal, à dívida consolidada, às garantias e contragarantias e às operações de crédito.

Objetivando-se a transparência da gestão pública estadual, a seguir demonstra-se de forma simples de onde vieram e como foram utilizados os recursos públicos do Estado de Santa Catarina em 2016. Na sequência, abordam-se alguns aspectos considerados mais relevantes da execução orçamentária e financeira do Estado de Santa Catarina no ano.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 61
DCG

Planejamento e orçamento

Todo ano, o Estado necessita estimar o que espera receber de receitas e, com base nessa estimativa, planejar os gastos com saúde, educação, segurança pública e demais áreas sob a sua responsabilidade. Essa programação de receitas e de despesas faz parte do planejamento orçamentário estadual, que é composto por três leis que englobam a autorização para todas as despesas do Governo: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para o ano de 2016, os instrumentos de planejamento orçamentário do Estado foram estruturados da seguinte forma:

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 63
Rub.

PPA 2016 - 2019
Lei nº 16.859/2015
Definiu as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada

▼

LDO
Lei nº 16.672/2015
Orientou a elaboração do orçamento de 2016, definindo prioridades e metas

▼

LOA
Lei nº 16.860/2015
Estimou a receita e fixou a despesa de 2016

Receita Líquida Prevista (R$)	Despesa Fixada (R$)
25.751.795.913	25.751.795.913

Receita Prevista	Valor (R$)
Receita Bruta	34.981.671.873
Receitas Correntes	33.463.486.953
Receitas de Capital	1.518.184.920
Deduções	-9.229.875.960
Receita Líquida	25.751.795.913

Fls. 62 DCG

Receita prevista x receita arrecadada[1] (R$ milhões)

	2016				2015			
Receitas	Previsão Inicial	Arrecadação Bruta	Deduções	Arrecadação Líquida	Previsão Inicial	Arrecadação Bruta	Deduções	Arrecadação Líquida
Receitas Correntes	**33.463**	**31.388**	**-8.481**	**22.907**	**30.650**	**29.517**	**-8.061**	**21.456**
Receitas Tributárias	**22.756**	**21.180**	**-7.917**	**13.263**	**20.774**	**19.345**	**-7.314**	**12.031**
Impostos	22.025	20.578	-7.917	12.661	20.162	18.794	-7.314	11.480
Taxas	731	602	-0,04	602	612	551	-0,04	551
Receita de Contribuições	**2.118**	**2.078**	**-10**	**2.068**	**1.558**	**1.742**	**-2**	**1.740**
Receita Patrimonial	**726**	**973**	**-53**	**920**	**545**	**921**	**-44**	**878**
Receita Agropecuária	**1**	**1**	**-0,001**	**1**	**2**	**1**	**-0,003**	**1**
Receita Industrial	**4**	**4**		**4**	**16**	**4**		**4**
Receita de Serviços	**915**	**827**	**-1**	**826**	**681**	**696**	**-0,2**	**696**
Transferências Correntes	**6.116**	**5.369**	**-353**	**5.017**	**6.418**	**6.000**	**-565**	**5.435**
Transferências Intergovernamentais	5.412	4.575	-352	4.223	5.036	4.237	-315	3.921
Transferências de Instituições Privadas	360	668	-0,4	668	1.073	1.698	-249	1.448
Transferências de Pessoas	0,2	1		1	0,4	1		1
Transferências de Convênios	344	126	-1	125	309	65		65
Outras Receitas Correntes	**827**	**956**	**-149**	**807**	**655**	**808**	**-136**	**671**
Multas e Juros de Mora	267	333	-112	221	218	314	-111	203
Indenizações e Restituições	245	259	-0,01	259	187	143	-0,1	143
Receita da Dívida Ativa	62	115	-35	80	20	88	-24	64
Receitas Diversas	253	249	-2	248	231	262	-2	260
Receitas de Capital	**1.518**	**1.377**		**1.377**	**2.783**	**1.286**		**1.286**
Operações de Crédito	1.399	1.254		1.254	2.625	1.147		1.147
Alienação de Bens	54	9		9	50	6		6
Amortização de Empréstimos	13	23		23	46	22		22
Transferências de Capital	22	57		57	62	50		50
Outras Receitas de Capital	30	34		34	1	61		61
Total	**34.982**	**32.766**	**-8.481**	**24.284**	**33.433**	**30.803**	**-8.061**	**22.742**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF).

A receita bruta arrecadada de 2016 foi 6,37% superior à receita bruta de 2015 e correspondeu a 93,67% do valor previsto.

A receita líquida arrecadada de 2016 foi R$ 1,542 bilhão superior à de 2015.

1 Nos valores das receitas correntes e de capital, foram consideradas as receitas intraorçamentárias correntes e de capital, respectivamente. As receitas intraorçamentárias referem-se às operações realizadas entre órgãos e demais entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado. Elas são a contrapartida das despesas classificadas na modalidade de aplicação "91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social", que, devidamente identificadas, possibilitam anulação do efeito da dupla contagem na consolidação das contas governamentais.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 64 Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 63
DCG

As receitas patrimoniais brutas somaram R$ 973 milhões, o que representou um acréscimo de 5,6% em relação a 2015.

As receitas brutas de contribuições totalizaram R$ 2,078 bilhões em 2016, representando 19,3% a mais que em 2015, quando totalizaram R$ 1,742 bilhão. Esse aumento significativo é resultado da reforma da previdência, aprovada em 2015, que elevou a contribuição dos servidores de 11% para 14% e a do Estado de 22% para 28%, de forma gradual, até 2018. O objetivo da reforma é reduzir o deficit previdenciário.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 65
Rub.

R$ 2,068 BI
Receita líquida de contribuições em 2016

Representa as contribuições patronais e as dos servidores pagas ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores Estaduais, sendo, no caso da contribuição patronal, registradas como receitas intraorçamentárias, tendo em vista se tratar de uma operação interna do ente.

Contribuição patronal: R$ 1.236,81 MI	Em 2016, a contribuição do Estado aumentou de 22% para 24%
Contribuição do servidor: R$ 830,77 MI	Em 2016, a contribuição dos servidores aumentou de 11% para 12%

O restante das receitas correntes correspondeu a 5,7% da receita corrente bruta total.

Receita Tributária

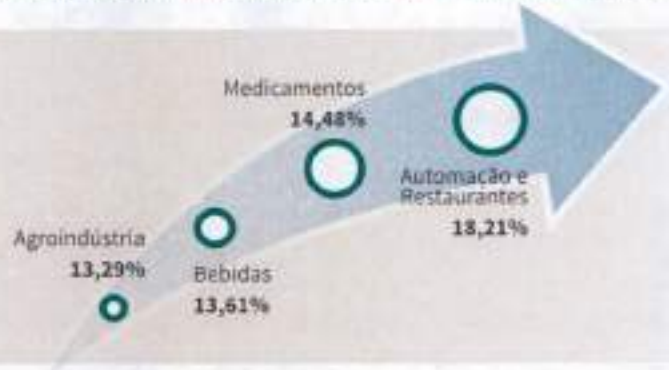
Em 2016, do total de R$ 21,180 bilhões de receitas tributárias brutas, foram arrecadados R$ 20,578 bilhões com impostos, sem considerar multas, juros e dívida ativa. As taxas cobradas pelo exercício do poder de polícia e pela prestação de serviços somaram R$ 602 milhões.

A receita tributária líquida, após a dedução dos repasses aos municípios e ao Fundeb, bem como as devoluções aos contribuintes e outras deduções, foi de R$ 13,263 bilhões.

Tribunal de Contas de Santa Catarina FL. 64 DCG

Setores de Santa Catarina que mais arrecadaram ICMS em 2016

Setores do Estado com maior crescimento percentual de arrecadação de ICMS em 2016



COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 66 Rub.

Alíquotas de ICMS

	SC	RS	PR	SP
Gasolina	25%	30%	29%	25%
Energia Elétrica	25%	30%	29%	25%
Cerveja	25%	27%	27%	20%
Cigarros	25%	27%	29%	30%
Cesta básica	7%	12%	7%*	7%
Telecom	25%	30%	29%	25%
Alíquota Geral	17%	18%	18%	18%

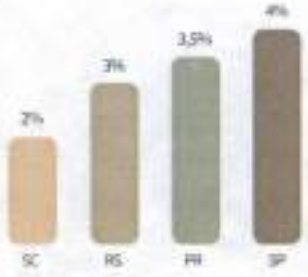
IPVA

O segundo imposto com a maior arrecadação no ano de 2016 foi o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Mesmo com a menor alíquota do Sul do País, a receita com o IPVA de Santa Catarina cresceu 3,1% em relação a 2015, e a arrecadação bruta do tributo em 2016, considerando-se as multas, os juros e a dívida ativa, foi de R$ 1,491 bilhão.

A arrecadação líquida do IPVA, após as transferências aos municípios e ao Fundeb e após as restituições aos contribuintes e outras deduções, foi de R$ 596 milhões.

Alíquotas de IPVA



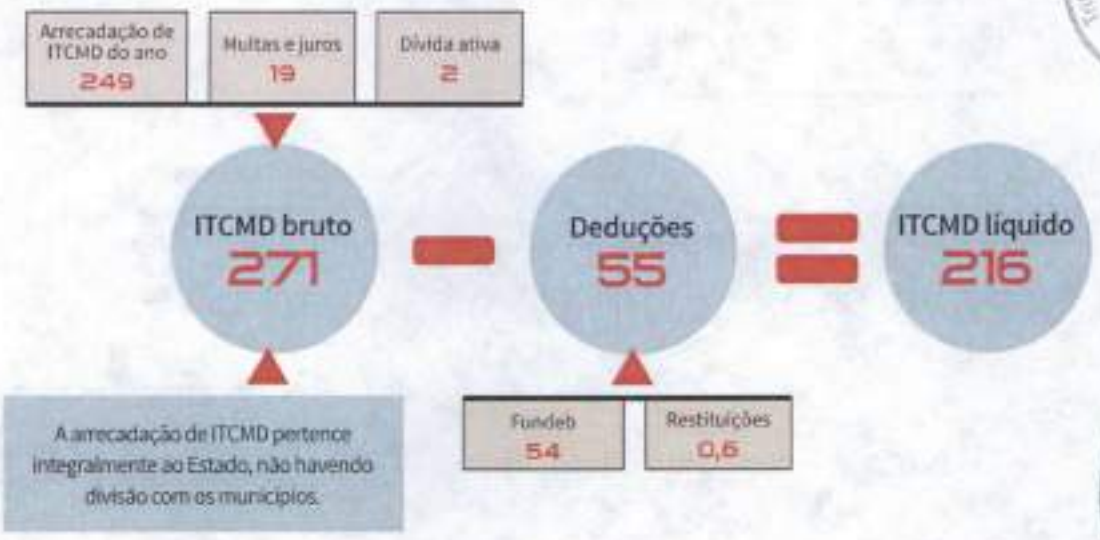
IPVA SC - Alíquotas vigentes:

- 2% para veículos terrestres, de passeio e utilitários, e motor-casa (fabricação nacional ou estrangeira);
- 1% para veículos terrestres, de duas ou três rodas e os de transporte de carga ou passageiros (fabricação nacional ou estrangeira);
- 1% para veículos terrestres destinados à locação.

Arrecadação de IPVA em 2016 (R$ milhões)

Tribunal de Contas de Santa Catarina Fl. 65 DCG

Arrecadação de ITCMD em 2016 (R$ milhões)



COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 67 Rub.

Arrecadação de ITCMD (R$ milhões)

Taxas

A arrecadação bruta de 2016 com as taxas, sem considerar as multas e os juros, foi de R$ 602,48 milhões (R$ 551,35 milhões em 2015), o equivalente a 2,8% da Receita Tributária Bruta e 1,8% da Receita Bruta Total.

Em relação ao ano de 2015, a arrecadação desse tributo cresceu 9,3% e foi proveniente das taxas cobradas pelo Estado em virtude do exercício do poder de polícia (fiscalização de vigilância sanitária, controle e fiscalização ambiental, regulação de serviços de gás canalizado, entre outras) e da prestação de serviços (taxa judiciária, taxa de segurança preventiva, taxa de aposentadoria de serventuários e auxiliares da Justiça e taxa de registro de contrato de veículo).

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
Fl. 66
DCG

Transferências Correntes

As transferências correntes são recursos financeiros recebidos de outras entidades, independentes de contraprestação direta em bens ou serviços, e que são aplicados no atendimento de despesas correntes.

As **Transferências correntes** brutas, em 2016, representaram 16,4% da receita orçamentária bruta, perfazendo um montante de R$ 5,369 bilhões. O valor recebido em 2016 foi R$ 630,7 milhões inferior ao recebido em 2015.

A redução mais significativa, em termos de valores, foi observada nas *Transferências de Instituições Privadas*, tendo sido ocasionada pela mudança de metodologia de contabilização dos recursos arrecadados pelo Sistema Estadual de Incentivo a Cultura, ao Turismo e ao Esporte (SEITEC) e pelo Fundo de Desenvolvimento Social (FundoSocial). Até 2015, os recursos de natureza tributária arrecadados pelo SEITEC e pelo Fundo Social eram registrados em *Transferências de Instituições Privadas*, na origem *Transferências Correntes*. No entanto, a partir do exercício de 2016, tais recursos passaram a ser contabilizados na origem *Receitas Tributárias*, conforme decisões do Tribunal de Contas do Estado. Dessa forma, a comparabilidade da variação da arrecadação entre os anos de 2015 e de 2016, por origem, foi prejudicada, o que justifica a variação negativa na arrecadação entre os exercícios no grupo *Transferências Correntes* e uma variação maior no grupo *Receitas Tributárias*, pois nesta publicação foram mantidos os registros contábeis originais de cada ano. As contas que passaram a ser contabilizadas como *Receita Tributária* em 2016 totalizaram R$ 477,228 milhões. Para fins de comparação, se o valor tivesse sido contabilizado em *Transferências Correntes*, a variação desse grupo de 2015 para 2016 teria sido de uma redução de 2,6% (em vez de 10,5%).

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 68
Rub.

O maior montante das transferências correntes recebidas pelo Estado são aquelas provenientes da União, que representam 46,4% das transferências correntes. Entre as transferências da União, a principal recebida refere-se ao Fundo de Participação dos Estados (FPE), que chegou a R$ 1,140 bilhão em 2016, seguida das transferências do Sistema Único de Saúde (SUS).

Outro valor representativo é o proveniente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que totalizou R$ 2,082 bilhões líquidos em 2016. O valor representa o retorno que Santa Catarina recebeu do Fundeb para aplicação na rede estadual de ensino e foi R$ 1,043 bilhão inferior ao valor repassado pelo Estado ao mesmo fundo no ano.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 67
DCG

São os valores de impostos transferidos aos municípios, os repasses ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), restituições de tributos aos contribuintes e outras deduções.

Deduções da receita corrente

As **deduções da receita** corrente somaram R$ 8,481 bilhões em 2016. Desse valor, R$ 5,229 bilhões referem-se às transferências aos municípios catarinenses, R$ 3,126 bilhões às transferências ao Fundeb e R$ 125,949 milhões às restituições aos contribuintes e às outras deduções.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 69
Rub.

Deduções da receita corrente (R$ bilhões)

Transferências Constitucionais aos Municípios (R$ milhões)

Transferências Constitucionais aos Municípios

Em 2016, as transferências constitucionais aos municípios totalizaram R$ 5,229 bilhões. Desse valor, a parcela mais significativa (84,3%) refere-se à arrecadação de ICMS.

Transferências constitucionais aos municípios

- 25% do produto da arrecadação de ICMS estadual (artigo 158, inciso IV, da Constituição Federal de 1988)
- 50% da receita de IPVA arrecadada pelo Estado pertence ao município onde o veículo é licenciado (artigo 158, inciso III, da Constituição Federal de 1988)
- 2,5% do IPI transferido pela União aos estados, proporcional às exportações ocorridas no território estadual

Fundeb

Ao Fundeb, foram transferidos R$ 3,126 bilhões. A principal origem das transferências foi a arrecadação de ICMS (85%), seguida da cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE), com 7%.

Origem das transferências constitucionais ao Fundeb em 2016 (R$ milhões)

3.126 Transferências ao Fundeb

2.646	228	149	54	38	11
ICMS	Cota-Parte FPE	IPVA	ITCMD	Cota-Parte IPI Exportação	Lei Kandir

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
Fl. 68
DCG

Dívida ativa

É o valor originário de débito, tributário ou não, em favor do Estado, pelo não pagamento de tributo juridicamente constituído e esgotadas todas as exigências de prazos e de cobranças.

Em 2016, o estoque da **Dívida Ativa** do Estado apresentava um saldo contábil de R$ 29,038 milhões, sendo R$11,54 milhões referentes a créditos de dívida ativa tributária.

Natureza dos Créditos	Estoque da Dívida Ativa	Ajuste de Perdas	Saldo	Dívida Ativa	Ajuste de Perdas	Saldo
Tributários	13.638,80	-13.627,27	11,54	11.665,15	-11.654,86	10,29
Não Tributários	331,18	-330,81	0,37	238,09	-228,18	9,92
Previdenciários	17,13	0,00	17,13	17,41	0,00	17,41
Total	13.987,12	-13.958,08	29,04	11.920,65	-11.883,03	37,62

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 70
Rub

Estoque da dívida ativa (R$ milhões)

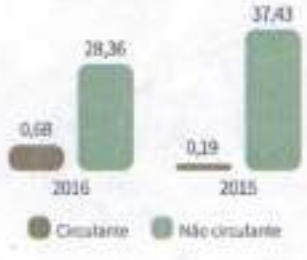
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A partir do processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e consequente adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) pelo Estado, a Dívida Ativa está registrada no patrimônio do ente como um Ativo. Trata-se de um direito de recebimento do Estado, dividido entre circulante e não circulante, ou seja, um direito de receber que pode ser realizável em curto ou longo prazos, respectivamente.

A adoção das normas também levou ao reconhecimento dos riscos de recebimento dessas dívidas, os quais são registrados em conta de ajuste redutoras, ou seja, ao final de cada exercício é feita a análise para o reconhecimento das perdas estimadas desses recebíveis.

Saldo da dívida ativa (R$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Perfil da dívida ativa de ICMS por segmento econômico

Fonte: Diretoria de Administração Tributária – Secretaria de Estado da Fazenda

Perfil da dívida ativa tributária por período de inscrição

Período de Inscrição	ICMS	IPVA	ITCMD	Tributo Outros Tributos	Total
Menos de 5 anos	45,95%	2,10%	0,48%	0,16%	48,69%
Entre 5 e 10 anos	25,17%	0,19%	0,14%	0,21%	25,71%
Mais de 10 anos	25,50%	0,09%	0,00%	0,00%	25,60%
Total	96,62%	2,38%	0,62%	0,37%	100,00%

Fonte: Diretoria de Administração Tributária – Secretaria de Estado da Fazenda

Perfil da dívida ativa tributária por segmento econômico

Período de Inscrição	ICMS	IPVA	ITCMD	Tributo Outros Tributos	Total
Industrial	44,30%	0,03%	-	0,05%	44,38%
Comerciante	37,31%	0,07%	-	0,04%	37,42%
Prestador de Serviços de Transporte	6,50%	0,06%	-	0,01%	6,56%
Outros Prestadores de Serviços	2,97%	0,01%	-	0,01%	2,99%
Demais Contribuintes	5,56%	2,20%	0,62%	0,26%	8,64%
Total	96,62%	2,38%	0,62%	0,37%	100,00%

Fonte: Diretoria de Administração Tributária – Secretaria de Estado da Fazenda

Tribunal de Contas de Santa Catarina
FL. 69
DCG

Despesas

As leis que regem os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social autorizaram a execução de despesas para 2016 em R$ 29,539 bilhões. Desse valor, R$ 25,752 bilhões foram inicialmente orçados e R$ 3,788 bilhões foram acrescentados pelos créditos adicionais[6].

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 71
Rub.

Despesa autorizada x despesa executada em 2015 - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (R$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF).

Despesas	Fixadas (a)	Créditos Adicionais (b)	Autorizada (c) = (a+b)	Executada (d)	% d/c
Correntes	**21.233**	**3.472**	**24.705**	**21.699**	**87,83%**
Pessoal e Encargos Sociais	11.951	3.825	15.776	14.698	93,17%
Juros e Encargos da Dívida	1.208	-382	826	671	81,27%
Outras Despesas Correntes	8.074	29	8.103	6.329	78,11%
Capital	**4.236**	**599**	**4.835**	**2.481**	**51,32%**
Investimentos	3.324	650	3.975	1.817	45,73%
Inversões Financeiras	36	35	71	53	74,20%
Amortização da Dívida	875	-86	789	611	77,42%
Correntes + Capital	**25.468**	**4.071**	**29.539**	**24.180**	**81,86%**
Reserva de Contingência	283	-283	0	0	-
Total	**25.752**	**3.788**	**29.539**	**24.180**	**81,86%**

6 Créditos adicionais consistem em uma suplementação do orçamento inicialmente previsto, que visa atender a despesas não calculadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Eles podem ser:
I – suplementares: é o reforço de uma dotação (verba consignada em orçamento) já existente que se tornou insuficiente durante a execução do orçamento;
II – especiais: destinam-se a cobrir despesas não previstas inicialmente; ou
III – extraordinários: para despesas urgentes e imprevistas, como as decorrentes de calamidade pública, por exemplo.
A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis que poderão ser provenientes de:
I – superavit financeiro (sobra) apurado no exercício anterior;
II – excesso de arrecadação;
III – operações de crédito; ou
IV – anulação parcial de dotação orçamentária autorizada na LOA.

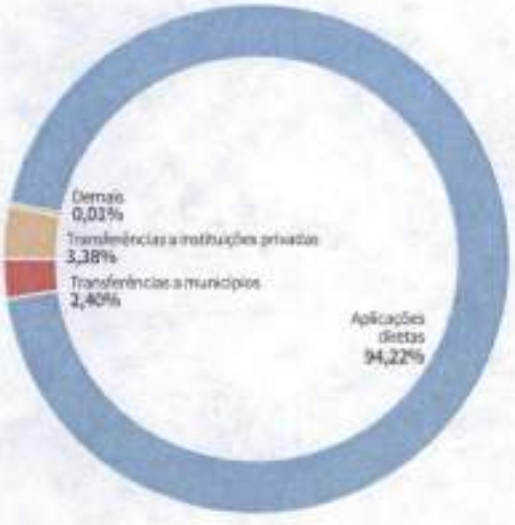
Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 70
DCG

Despesas do Estado de Santa Catarina em 2016 por função

PREVIDÊNCIA SOCIAL	EDUCAÇÃO	SAÚDE	SEGURANÇA PÚBLICA
R$ 5,678 BI	R$ 3,347 BI	R$ 3,011 BI	R$ 2,614 BI

Despesas executadas por modalidade de aplicação em 2016

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 72
Rub.

Modalidade de aplicação é a indicação de como os recursos públicos serão aplicados, podendo ser:

a) diretamente aplicados aos órgãos ou entidades do Estado;

b) aplicados por outro ente da Federação ou por suas respectivas entidades (municípios, outros estados ou União);

c) aplicados por consórcios públicos; ou

d) aplicados por instituições privadas.

Pessoal e encargos sociais

Quando se compara a despesa com pessoal e encargos sociais do Estado com o total das despesas realizadas no ano de 2016, observa-se que os gastos com pessoal ativo correspondem a 37,75% das despesas totais e que os gastos com pessoal inativo e pensionistas responderam por 23,03% do valor total das despesas de 2016, resultando em um percentual total de 60,79%.

Despesas com pessoal e encargos sociais x despesa total (R$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 71
DCG

Evolução do deficit previdenciário (R$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 73
Rub.

Valores gastos com a manutenção dos serviços públicos, como por exemplo despesas com água, energia elétrica, telefone, etc.

Outras Despesas Correntes

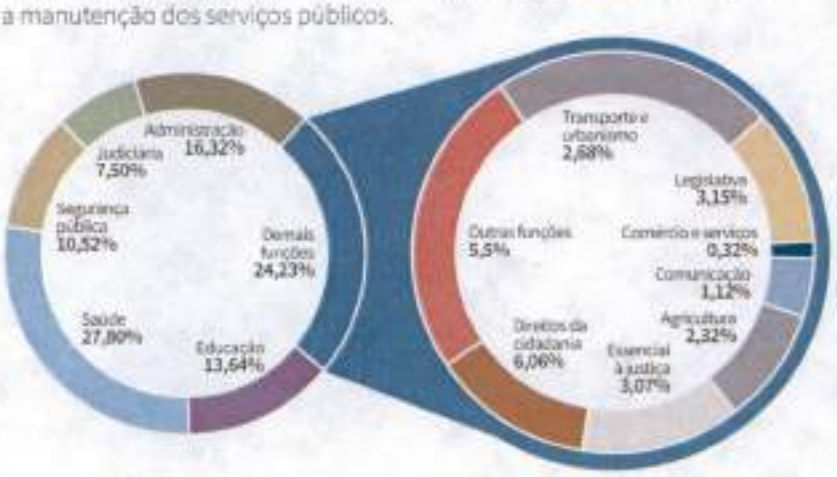
Do total das despesas incorridas no ano, R$ 6,3 bilhões (26%) corresponderam ao gasto com os serviços contratados, compra de material de consumo, gastos com água, luz, telefone, aluguel, terceirizações, subvenções, entre outras.

Destes R$ 6,3 bilhões, a maior parte, 27,8%, foi aplicada na área da saúde. Esse valor, em sua maioria, é composto pelas despesas com as entidades que administram os hospitais, a contratação de serviços de terceiros e aquisição dos materiais de consumo necessários para a manutenção dos serviços de saúde.

Na função Administração, que reúne as despesas para a administração de diversos órgãos estaduais, o valor com custeio foi de R$ 1 bilhão, o que representou 16,32% do total. Na sequência, as despesas com a manutenção dos serviços da Educação foram de R$ 863 milhões, ou seja, 13,64% do total. Na área da segurança pública, as despesas chegaram a R$ 665 milhões, representando 10,52%, e a área judiciária ficou com 7,5%. As demais áreas somaram R$ 1,533 bilhão, o equivalente a 24,23% do total das despesas com a manutenção dos serviços públicos.

Outras despesas correntes por função

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 72
DCG

Transferências Voluntárias

As despesas com transferências voluntárias realizadas pelo Estado somaram R$ 1,104 bilhão, representando 4,57% no total das despesas executadas em 2016.

Transferências Voluntárias

R$ 1,104 BI

Transferências voluntárias são os recursos públicos repassados pelo Estado a outro ente da Federação (município, estado ou União), entidade privada sem fins lucrativos ou consórcio público, cuja finalidade é a realização de obras e/ou serviços de interesse comum.

ÁREA DE GOVERNO DA TRANSFERÊNCIA				
Saúde	Educação	Transporte Rodoviário	FUNDAM	Demais áreas
R$ 545,95 MI	R$ 203,58 MI	R$ 130,14 MI	R$ 89,72 MI	R$ 134,76 MI
44,07%	16,43%	10,50%	7,24%	10,88%

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 74
Rub.

Do total repassado pelo Estado nas modalidades de transferências voluntárias[7], que podem ser convênios ou instrumentos similares, R$ 795,98 milhões (72,09%) foram para entidades sem fins lucrativos e R$ 308,17 milhões (27,91%) foram para os municípios catarinenses.

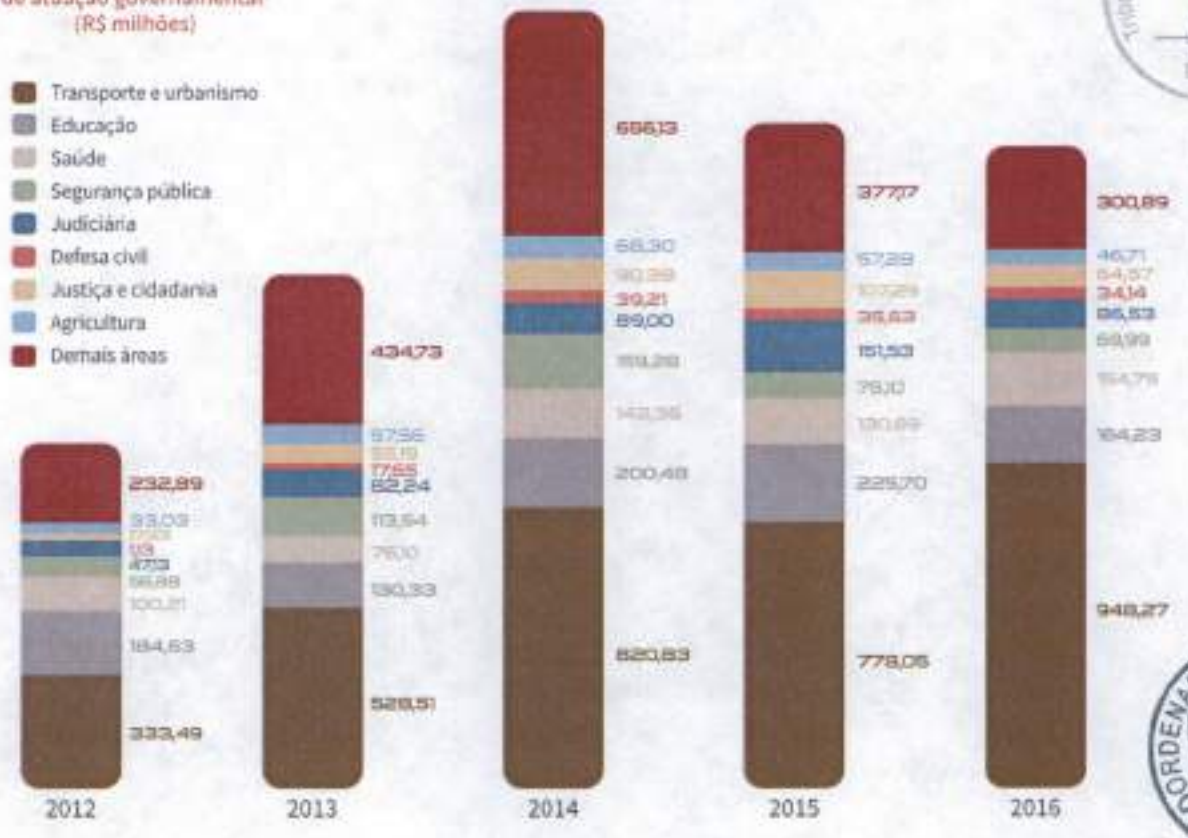
Transferências voluntárias em 2016 (R$ milhões)

Quanto ao total transferido voluntariamente aos municípios para investimentos públicos, 36,79%, ou seja, R$ 89,72 milhões, foram transferidos pelo Fundo de Apoio aos Municípios (FUNDAM), programa idealizado pelo Governo do Estado em 2013 para promover a valorização dos municípios. Já nas transferências para as entidades sem fins lucrativos, o maior percentual de repasse concentra-se na área da saúde, 67,13%, o que corresponde a R$ 534,37 milhões que foram repassados para as entidades sem fins lucrativos que administram e prestam serviços de saúde.

7 - Foram consideradas as modalidades de aplicação 40 – Transferências a Municípios e 50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 73
DCG

Investimentos por área de atuação governamental[1] (R$ milhões)



COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 75
Rub

Investimentos públicos em 2016

R$1,870 BI

Transporte e urbanismo	R$ 949,3 MI	51%
Educação	R$ 164,2 MI	9%
Saúde	R$ 154,8 MI	8%
Judiciário	R$ 86,5 MI	5%
Segurança pública	R$ 69,9 MI	4%
Justiça e cidadania	R$ 64,6 MI	3%
Agricultura	R$ 46,7 MI	2%
Defesa civil	R$ 34,1 MI	2%
Demais áreas	R$ 299,8 MI	16%

1 Na área de atuação Defesa Civil, estão incluídas as despesas executadas pela Secretaria de Estado da Defesa Civil e pelo Fundo Estadual da Defesa Civil nas seguintes funções: administração, segurança pública e gestão ambiental. Na área de atuação Justiça e Cidadania, estão incluídas as despesas executadas pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e seus fundos nas seguintes funções: essencial à justiça e direitos da cidadania. Na área de atuação Segurança Pública, estão incluídas as despesas executadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e seus fundos nas seguintes funções: essencial à justiça, administração, segurança pública, saúde, educação, cultura, direitos da cidadania, urbanismo, gestão ambiental, agricultura e comércio e serviços. Na área de atuação Transporte e Urbanismo, estão incluídas as despesas executadas pelos órgãos nas funções transporte e urbanismo.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 74
DCG

Resultado orçamentário

Em 2016, considerando-se o total das receitas líquidas[10] realizadas menos o total das despesas empenhadas, chega-se a um resultado orçamentário superavitário de R$ 105 milhões, o que indica que as receitas orçamentárias arrecadadas no ano foram maiores do que as despesas orçamentárias empenhadas no mesmo período.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 76
Rub.

Execução orçamentária (R$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Do total de despesas realizadas em 2016, R$ 1,764 bilhão foi custeado com recursos do superavit financeiro de anos anteriores, ou seja, parte das despesas empenhadas foi financiada com recursos de sobras de caixa de exercícios anteriores (superavit financeiro), que serviram como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais no orçamento. Assim, se esse valor fosse suprimido e se fossem considerados apenas os recursos arrecadados no ano de 2016 e as despesas financiadas com esses recursos, o Estado apresentaria um superavit orçamentário ainda maior (R$ 1,869 bilhão).

Execução orçamentária (R$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

10 Receitas líquidas dos repasses constitucionais e legais aos municípios e ao Fundeb, restituições e outras deduções.

Tribunal de Contas do Santa Catarina Fl. 75 DCG

Limites constitucionais e legais

A Lei Complementar Federal nº 101/2000, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabeleceu regras e limites para uma gestão fiscal responsável, visando ao equilíbrio das contas públicas. Nesse sentido, a LRF impôs o estabelecimento de metas de resultado primário e nominal a serem atingidas e fixou limites para as despesas com pessoal, endividamento, operações de crédito, garantias e contragarantias, bem como para inscrição dos restos a pagar.

Para verificação dos limites estabelecidos pela LRF, o parâmetro é a Receita Corrente Líquida (RCL). A RCL compreende a soma das receitas correntes do Estado, tais como receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as parcelas entregues aos municípios e ao Fundeb por determinação constitucional ou legal, bem como as contribuições dos servidores públicos ao regime próprio de previdência, a compensação financeira entre os regimes geral e próprio de previdência e as restituições de receitas. Em 2016, a RCL totalizou R$ 20,489 bilhões (R$ 19,410 bilhões em 2015), o que representou um incremento de 5,56% em relação a 2015.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 77 Rub

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

R$ 20,489 BI

Além da LRF, o Estado observa os dispositivos constitucionais que determinam a aplicação mínima de recursos nas áreas de educação e saúde. Para verificação da aplicação desses valores, utiliza-se como base a Receita Líquida de Impostos (RLI). A RLI soma todas as receitas de impostos estaduais e as transferências constitucionais e legais recebidas da União, referentes à divisão dos impostos, subtraindo-se as transferências constitucionais do Estado aos municípios decorrentes da repartição de impostos e transferências. No exercício de 2016, a RLI foi de R$ 17,042 bilhões (R$ 15,881 bilhões em 2015).

RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS

R$ 17,042 BI

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 76
DCG
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 78
Rub.

Cumprimento da aplicação mínima em saúde em 2016

Base de cálculo

RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS

Total da arrecadação líquida de impostos e transferências

R$ 17,042 BI

R$ 2,045 BI

12%

Aplicação mínima constitucional em **Saúde**

Despesas gerais | Material de consumo, contribuições, serviços de terceiros, etc. — R$ 1,759 BI

Pessoal | Salários e encargos — R$ 1,097 BI

Investimentos | Obras, instalações, materiais, equipamentos permanentes, etc. — R$ 155 MI

Despesas não computadas — R$ 826 MI

R$ 2,185 BI

Despesas empenhadas em 2016

12,82%

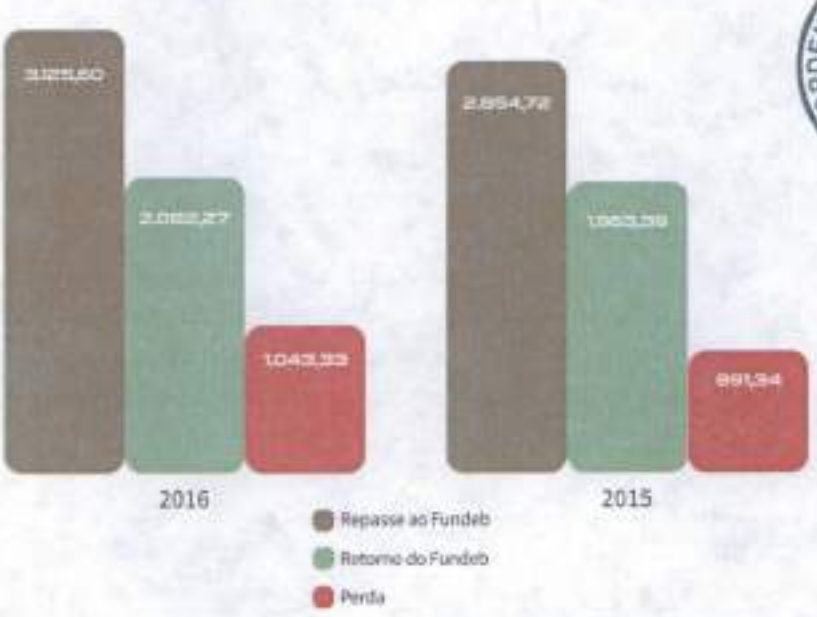
Tribunal de Contas de Santa Catarina Fl. 77 DCG

Fundeb foi de R$ 2,082 bilhões. A diferença entre o que o Estado repassa ao fundo e o que recebe de volta para ser investido na rede estadual de ensino é chamada de "perda" do Fundeb, e essa perda é considerada como aplicação em educação para fins de verificação do mínimo constitucional, já que foi um recurso que saiu dos cofres estaduais. No ano de 2016, a perda do Fundeb foi de R$ 1,043 bilhão. Na prática, essa perda é revertida em resultados para Santa Catarina em seu conjunto, pois os recursos são distribuídos entre os municípios catarinenses para o desenvolvimento das crianças e dos jovens que vivem no Estado.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 79 Rub.

Repasses x retorno do Fundeb (R$ milhões)

Fonte: Relatório Resumo da Execução Orçamentária (RREO)



Outro item considerado como aplicação em educação para fins de verificação do mínimo constitucional são os inativos da educação custeados com recursos de impostos. Essas despesas somaram R$ 1,397 bilhão em 2016 e são realizadas por intermédio do Fundo Financeiro, vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Estaduais, que gerencia o pagamento das pensões e dos inativos do Estado. Contudo, para fins de apuração do mínimo constitucional em educação, Santa Catarina vem reduzindo gradativamente a inclusão dessas despesas no cálculo. Em 2016, foram considerados 50% dessas despesas com o pagamento dos inativos da educação, o que totalizou R$ 698 milhões (R$ 710 milhões em 2015).

Dessa forma, considerando-se as despesas com folha de ativos, custeio, investimentos, a perda do Fundeb e 50% das despesas com o pagamento dos inativos da educação, para fins do limite constitucional, as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino somaram R$ 4,6 bilhões em 2016. Esse valor equivale a 26,99% da RLI e está acima do valor mínimo exigido de 25%.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
fl. 78
DCG

Nesse sentido, a Lei Complementar Estadual nº 407/2008 criou o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina (FUMDES). Tal fundo é constituído de contribuições realizadas por empresas privadas beneficiárias de incentivos financeiros ou fiscais concedidos no âmbito de programas estaduais.

A lei estabeleceu ainda que os recursos arrecadados pelo FUMDES deverão ser destinados ao pagamento de bolsas de estudo, pesquisa e extensão universitária para alunos que cursaram todo o ensino médio em unidade escolar da rede pública ou em instituição privada, com bolsa integral, e que residam há dois anos no Estado de Santa Catarina. A lei ainda permite que os recursos não utilizados sejam aplicados em ações que promovam e ampliem o atendimento no ensino médio, conforme o parágrafo único do artigo 5º.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 80
Rub

Aplicação conforme o artigo 171 da Constituição Estadual (R$ milhões)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES)	2016	2015
Receitas[14]	46,23	52,47
Despesas[15]	45,76	49,86
Percentual de aplicação	98,99%	95,02%

Verifica-se que, visando ao cumprimento do disposto no artigo 171 da Constituição Estadual, Santa Catarina aplicou na educação superior em 2016 a importância de R$ 45,76 milhões, o equivalente a 98,99% da receita arrecadada pelo FUMDES.

14 Nas receitas foram considerados apenas os valores das Transferências Correntes para a Unidade Gestora 410001, fonte de recursos 0.260 e subalíneas 1.7.3.0.05.03.00 e 9.7.3.0.05.03.00.

15 nas despesas foram considerados os valores das subações 5413, 10748 e 12198, tendo como base a fonte de recursos 0.260.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 79
DCG

Despesa com Pessoal

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 169, determinou que a "despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar".

Esses limites foram estabelecidos na LRF, em seus artigos 19, 20, 22 e 59, que versam sobre os limites de despesa com pessoal de cada poder e órgão em relação à RCL.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 81
Rub.

Em 2016, Santa Catarina ficou abaixo do limite legal das despesas com pessoal estabelecido pela LRF. As despesas com pessoal consolidadas do Estado representaram 57,45% da RCL, ultrapassando o limite prudencial (57%) imposto pela lei. As despesas com pessoal do Poder Executivo representaram 47,42% da RCL e também ultrapassaram o limite prudencial.

Representatividade das despesas com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida por Poderes e Órgãos

Fonte: Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Relatório de Gestão Fiscal - RGF)

Especificação	2016	2015	Variação 2016/2015	Limite Legal	Limite Prudencial	Limite de Alerta
Poder Executivo	47,42%	48,35%	-1,92%	49,00%	46,55%	44,10%
Poder Legislativo	2,76%	2,76%	0,00%	3,00%	2,85%	2,70%
Assembleia Legislativa	1,93%	1,96%	-1,53%	2,20%	2,09%	1,98%
Tribunal de Contas	0,83%	0,80%	3,75%	0,80%	0,76%	0,72%
Poder Judiciário	5,16%	5,21%	-0,96%	6,00%	5,70%	5,40%
Ministério Público	1,88%	1,85%	1,62%	2,00%	1,90%	1,80%
Procuradoria junto ao Tribunal de Contas	0,09%	0,09%	0,00%	-	-	-
Defensoria Pública	0,13%	0,11%	18,18%	-	-	-
Consolidado Geral	**57,45%**	**58,35%**	**-1,54%**	**60,00%**	**57,00%**	**54,00%**

Analisando-se detalhadamente os itens que compõem a despesa com pessoal, constata-se que as despesas brutas, as quais representam quase a totalidade do desembolso financeiro da folha de pagamento, cresceram 9,88% em 2016 no consolidado geral do Estado e 9,99% no Poder Executivo, enquanto a RCL cresceu 5,56%.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 80
DCG

Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida corresponde ao valor da Dívida Pública Consolidada menos as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, que são valores a receber líquidos e certos.

Os limites da dívida são definidos pela Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, conforme estabelecido no artigo 52 da Constituição Federal de 1988.

De acordo com a Resolução do Senado, até o final de 2017 (quinze anos após a Resolução ser sancionada), o montante da Dívida Consolidada Líquida dos estados deve estar limitado a duas vezes a Receita Corrente Líquida anual.

Em 2016, a Dívida Consolidada Líquida totalizou R$ 10,288 bilhões, correspondendo ao percentual de 50,21% da RCL (53,04% em 2015) e atendendo ao limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 82
Rub.

O Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida abrange todos os Poderes do Estado e compõe o Relatório de Gestão Fiscal, com o objetivo de assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificar os limites de endividamento de que trata a legislação, além de outras informações relevantes sobre o tema.

Demonstrativo da dívida consolidada líquida (R$ milhões)

Fonte: Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Relatório de Gestão Fiscal 2017

Dívida Consolidada Líquida	2016		2015	
	Valor	% RCL	Valor	% RCL
Limite definido por Resolução do Senado Federal	40.978	200	38.820	200
Dívida Consolidada Líquida	10.288	50,21	10.295	53,04

Operações de Crédito

De acordo com a LRF (artigo 29, inciso III), a Operação de Crédito corresponde ao compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

Conforme a Resolução nº 43/2001, artigo 7º, inciso I, do Senado Federal, o limite para operações de crédito internas e externas é de 16% sobre a RCL e para operação de crédito por antecipação da receita é de 7% sobre a RCL.

Em 2016, foi captado um montante de R$ 1,254 bilhão em recursos de operações de crédito internas e externas. Desse total, 81,49% dos recursos foram provenientes das operações de crédito internas.

As operações de crédito internas e externas do Estado, consideradas para fins de verificação do limite acima citado, totalizaram R$ 1,226 bilhão em 2016 e representaram 5,99% da Receita Corrente Líquida (5,59% em 2015). No ano, não houve operações de crédito por antecipação da receita.

Assim, o percentual de comprometimento das receitas de operações de crédito realizadas pelo Estado em relação à RCL atendeu ao disposto na Resolução nº 43/2001, ficando abaixo do limite estabelecido.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 81
DCG

Inscrição dos Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa

Os restos a pagar são as despesas empenhadas e não pagas até o término do exercício. Dividem-se em restos a pagar processados (despesas liquidadas e não pagas) e restos a pagar não processados (despesas empenhadas e não liquidadas).

No exercício de 2016, o Estado de Santa Catarina inscreveu em restos a pagar o montante de R$ 699,162 milhões (R$ 647,194 milhões em 2015), sendo R$ 157,084 milhões processados e R$ 542,078 milhões não processados.

A disponibilidade de caixa bruta menos as obrigações financeiras[17] totalizou, em 2016, R$ 3,676 bilhões (após a inscrição dos restos a pagar processados e antes da inscrição dos restos a pagar não processados). Quando considerada a inscrição dos restos a pagar não processados, a disponibilidade financeira restante foi de R$ 3,134 bilhões, representando o superavit financeiro do exercício.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 83
Rub.

Resultado Primário

O resultado primário é a diferença entre a receita primária e a despesa primária. De forma simples, pode-se considerar que as receitas e as despesas primárias são aquelas típicas de operações do Governo, não sendo inclusas aí as receitas e as despesas financeiras.

Portanto, do lado das receitas, não são considerados recursos obtidos com aplicações financeiras, operações de crédito, amortização de empréstimos concedidos ou alienação de bens. Do lado da despesa, não são considerados os gastos com o pagamento dos juros e a amortização da dívida, bem como as concessões de empréstimos.

Ao se analisar o resultado primário obtido em relação à meta prevista na LDO, devem ser considerados dois fatores que afetam o resultado e que não são levados em conta na sistemática de estabelecimento da meta. O primeiro deles corresponde às despesas primárias executadas com recursos de

17 As obrigações financeiras são compostas pelas consignações, pelos depósitos de diversas origens e por outras obrigações financeiras resultantes de operações realizadas com terceiros, independentemente da execução orçamentária. No montante, já estão inclusos os valores inscritos em restos a pagar processados.

Tribunal de Contas de Santa Catarina Fl. 82 DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 84 Rub.

Resumo do Resultado do Estado de Santa Catarina (2016-2015) – R$ milhões

		2016		2015
SAÚDE	**VALOR**	**% RLI**	**VALOR**	**% RLI**
Mínimo Constitucional a ser aplicado (art. 77, ADCT, CF/88)	2.045	12	1.906	12
Despesas consideradas	2.185	12,82	2.042	12,86
EDUCAÇÃO – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE	**VALOR**	**% RLI**	**VALOR**	**% RLI**
Mínimo Constitucional a ser aplicado (art. 212, CF/88)	4.261	25	3.970	25
Despesas consideradas	4.600	26,99	4.379	27,57
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	**VALOR**	**% Receita Corrente**	**VALOR**	**% Receita Corrente**
Mínimo Constitucional a ser aplicado (art. 193, CE/89)	458	2	429	2
Despesas consideradas	366	1,60	387	1,80
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**20.489**		**19.410**	
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	**17.042**		**15.881**	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% RCL**	**VALOR**	**% RCL**
Limite Máximo (art. 20, inc. I, II e III, LRF)	12.293	60	11.646	60
Limite Prudencial (art. 22, parágrafo único, LRF)	11.679	57	11.064	57
Despesa Total com Pessoal	11.770	57,45	11.326	58,35
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% RCL**	**VALOR**	**% RCL**
Limite definido por Resolução do Senado Federal	40.978	200	38.820	200
Dívida Consolidada Líquida	10.288	50,21	10.295	53,04

Continua na próxima página

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 83
DCG

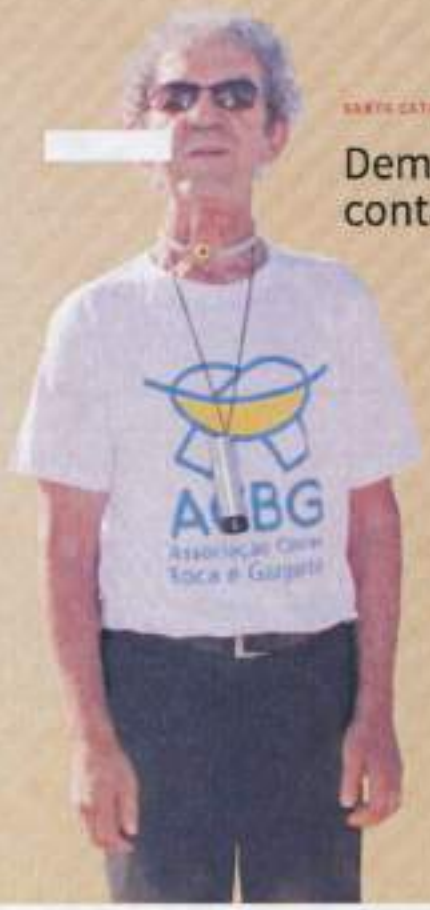
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 85
Rub.

Vencer o invencível

Odalino Melo Filho, paciente do Centro de Pesquisas Oncológicas (CEPON), de Florianópolis

Impossível? Odalino Melo Filho, 58 anos, acreditava que nunca mais falaria na vida depois que precisou retirar as pregas vocais por conta de um câncer na garganta. Logo após a cirurgia, realizada em 2015, no Centro de Pesquisas Oncológicas (CEPON), em Florianópolis, Odalino hesitou em usar a laringe eletrônica. O aparelho permite a produção da voz. Quando precisava se comunicar, escrevia bilhetes para a família, mas acabou se excluindo socialmente, ficando no seu canto.

Aos poucos, foi convencido a usar o equipamento e começou a participar do Grupo de Acolhimento a Pacientes, conhecido como GAL. Logo, Odalino estava falando de novo com a esposa, as filhas e os amigos. O que ele nunca podia imaginar é que participaria de um espetáculo de música como integrante do coro. O feito ocorreu em dezembro de 2016, na 1ª Mostra do Projeto Cantarolar, que emocionou os familiares presentes. Odalino não poderia estar mais orgulhoso: havia superado o que parecia impossível.



SANTA CATARINA EM 2016

Demonstrações contábeis

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 86 Rub.
Tribunal de Contas de Santa Catarina Fl. 84 DCG

Continuação da página anterior

R$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota Explicativa	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c - b)
RECEITAS DE CAPITAL (II)	38	1.518.185	1.518.185	1.377.253	(140.932)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.399.108	1.399.108	1.253.881	(145.228)
Operações de Crédito Internas		1.050.677	1.050.677	1.037.465	(13.212)
Operações de Crédito Externas		348.431	348.431	216.415	(132.016)
ALIENAÇÃO DE BENS		54.148	54.148	9.079	(45.069)
Alienação de Bens Móveis		27.411	27.411	7.856	(19.555)
Alienação de Bens Imóveis		26.737	26.737	1.222	(25.514)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS		12.506	12.506	23.350	10.844
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		22.423	22.423	57.024	34.601
Transferências Intergovernamentais		9.510	9.510	4.841	(4.668)
Transferências de Instituições Privadas		-	-	291	291
Transferências do Exterior		-	-	-	-
Transferências de Pessoas		-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas		-	-	-	-
Transferências de Convênios		12.913	12.913	51.892	38.978
Transferências para o Combate à Fome		-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		30.000	30.000	33.920	3.920
Integralização do Capital Social		-	-	9.906	9.906
Dívida Ativa Prov. da Amortização de Empréstimos e Financiamentos		-	-	-	-
Restituições		-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas		30.000	30.000	24.014	(5.986)
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)		-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)		**25.751.796**	**25.751.796**	**24.284.266**	**(1.467.530)**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)		**25.751.796**	**25.751.796**	**24.284.266**	**(1.467.530)**
DEFICIT (VII)		-	-	-	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)		**25.751.796**	**25.751.796**	**24.284.266**	**(1.467.530)**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)					
Superavit Financeiro	39		2.956.655	1.764.379	
Reabertura de Créditos Adicionais			-	-	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 85
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 87
Rub.

Consolidado Geral | **Balanço Orçamentário**

Execução de Restos a Pagar não Processados

R$ milhares

Restos a Pagar não Processados	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2015 (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
Despesas Correntes	**-**	**312.456**	**164.695**	**164.680**	**147.761**	**15**
Pessoal e Encargos Sociais	-	12.282	11.114	11.114	1.167	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	300.174	153.581	153.566	146.593	15
Despesas de Capital	**-**	**142.970**	**69.699**	**69.699**	**73.271**	**-**
Investimentos	-	141.788	69.382	69.382	72.406	-
Inversões Financeiras	-	1.182	318	318	864	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**-**	**455.426**	**234.395**	**234.379**	**221.031**	**15**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 88 Rub.
Tribunal de Contas de Santa Catarina Fl. 86 DCG

Consolidado Geral | **Balanço Financeiro**

Anexo 13 | Lei Federal nº 4.320/64

Período: janeiro a dezembro de 2016 e de 2015

R$ milhares

INGRESSOS	Nota Explicativa	2016	2015
Receita Orçamentária (I)		**24.284.266**	**22.741.779**
Ordinária		**15.829.780**	**14.520.401**
Vinculada		**8.454.487**	**8.221.378**
Recursos Vinculados à Educação		2.465.237	2.325.983
Recursos Vinculados à Saúde		546.379	574.871
Recursos Vinculados à Previdência Social		2.098.611	1.830.816
Recursos Vinculados à Assistência Social		644.833	1.131.460
Recursos Vinculados à Segurança Pública		560.392	525.905
Recursos Vinculados à Cultura, ao Turismo e ao Esporte		124.279	124.703
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos		52.812	48.127
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes		35.679	12.753
Recursos Vinculados à Emergência e à Calamidade Pública		3.247	6.444
Recursos Vinculados à Alienação de Bens		9.214	6.168
Recursos Vinculados a Operações de Crédito		1.435.122	1.147.970
Outras Vinculações de Recursos		478.681	486.177
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**67.558.634**	**65.716.316**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		18.076.123	17.626.765
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária		46.526.942	44.919.352
Transferências Recebidas - Aportes RPPS		2.955.569	3.170.199
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**18.139.135**	**15.384.679**
Inscrição de Restos a Pagar não Processados		542.078	455.426
Inscrição de Restos a Pagar Processados		157.084	191.768
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.060.473	12.242.001
Aplicações do RPPS		4.379.492	2.495.421
Outros Recebimentos Extraorçamentários		8	64
Saldo do Exercício Anterior (IV)		**7.999.954**	**7.239.307**
Caixa e Equivalente de Caixa	35/41	7.999.954	7.239.307
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**117.981.989**	**111.082.082**

Continua na próxima página

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 87
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 89
Rub.

Demonstrativo 12 (MDF) | Balanço Financeiro
Anexo 13 | Lei Federal nº 4.320/64
Período: janeiro a dezembro de 2016 e de 2015

(R$ milhares)

Especificação	2016			2015		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldos (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções da Receita Orçamentária (e)	Saldos (f) = (d - e)
Ordinária	**49.390.519**	**9.297.547**	**10.829.799**	**11.919.491**	**7.465.983**	**14.559.845**
Vinculada	**5.616.799**	**114.328**	**6.434.467**	**5.479.133**	**157.754**	**6.321.379**
Recursos Vinculados à Educação	1.465.724	468	1.465.257	1.333.042	99	1.333.083
Recursos Vinculados à Saúde	340.312	141	340.170	575.998	33	575.871
Recursos Vinculados à Previdência Social	1.209.559	13.431	1.196.128	1.134.464	3.644	1.130.820
Recursos Vinculados à Assistência Social	756.778	156.944	844.333	1.359.433	107.961	1.251.480
Recursos Vinculados à Segurança Pública	360.459	28	360.431	532.948	89	531.993
Recursos Vinculados à Cultura, ao Turismo e ao Esporte	265.588	31.307	234.279	165.901	41.101	124.793
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	52.012	-	51.912	48.127	-	48.127
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	46.771	11.991	35.379	16.788	4.037	12.751
Recursos Vinculados a Emergência e a Calamidade Pública	3.146	1	3.147	6.755	311	6.443
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	9.114	-	9.114	3.188	-	3.188
Recursos Vinculados a Operações de Crédito	1.333.132	-	1.333.132	1.147.379	-	1.147.379
Outras Destinações de Recursos	474.474	781	473.693	986.799	369	986.177
TOTAL	**55.707.433**	**9.411.965**	**16.263.266**	**17.399.124**	**7.623.737**	**20.881.224**

Fonte: Coordenadoria de Contabilidade Pública - DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 90
Rub. 40
Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
Fl. 88
DCG

Continuação da página anterior

R$ milhares

	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	24	196.096	189.649
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	25	582.709	970.308
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	26	443.762	457.280
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	27	18.278	18.084
Provisões a Curto Prazo	28	628.053	470.347
Demais Obrigações a Curto Prazo	29	6.185.349	5.458.857
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**8.054.247**	**7.564.527**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	24	797.981	751.045
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	25	18.838.625	17.277.421
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	26	1.446.315	1.324.171
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	27	265.590	258.459
Provisões a Longo Prazo	28	755.820	653.419
Demais Obrigações a Longo Prazo	29	684.411	639.113
Resultado Diferido	30	657.740	644.230
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**23.446.482**	**21.547.858**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social e Capital Social		6.655	6.655
Reservas de Capital		368	368
Demais Reservas		8.088	8.088
Resultados Acumulados	31	9.130.556	1.039.154
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**9.145.668**	**1.054.266**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**40.646.397**	**30.166.650**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 91
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 189
DCG

Consolidado Geral | **Balanço Patrimonial**
Excluídas as Operações Intraorçamentárias
Quadro do superavit/deficit financeiro
Lei Federal nº 4.320/1964

R$ milhares

FONTES DE RECURSOS	31/12/2016	31/12/2015
0.100 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLO	50.893	(46.745)
0.101 - Recursos ordinários - diversos	12.825	1.547
0.110 - Taxa judiciária - recursos do tesouro - exercício corrente	3.408	1.807
0.111 - Taxas da segurança pública - recursos do tesouro - exercício corrente	38.830	20.388
0.119 - Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício corrente	11.654	7.630
0.120 - Cota-parte da contribuição do salário-educação - recursos do tesouro - exercício corrente	3.111	5.452
0.121 - Cota-parte contribuição de intervenção no domínio econômico CIDE - Estadual - recursos do tesouro - exercício corrente	5.271	1.797
0.122 - Cota-parte da compensação financeira dos recursos hídricos - recursos do tesouro - exercício corrente	4.065	12.614
0.124 - Convênio - Programas de Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	28.065	3.008
0.126 - Convênio - Programa de Combate à Fome - recursos do tesouro - exercício corrente	1	165
0.128 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos do tesouro - exercício corrente	20.383	11.573
0.129 - Outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	11.221	6.240
0.131 - Recursos do Fundeb - transferências da União	42.899	1.907
0.140 - Outros serviços - recursos do tesouro - exercício corrente	1.973	98
0.160 - Recursos patrimoniais primários - recursos do tesouro - exercício corrente	901	3.448
0.161 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos do tesouro - exercício corrente	13.758	-
0.162 - Receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	15.593	-
0.169 - Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercício corrente	8.937	7.952
0.180 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos do tesouro - exercício corrente	9.093	9.746
0.181 - Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo - recursos do tesouro - exercício corrente	7.249	17.533
0.182 - Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - recursos do tesouro - exercício corrente	10.982	2.183
0.183 - Remuneração de disponibilidade bancária - conta única do Judiciário - recursos do tesouro - exercício corrente	142.956	110.331
0.184 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - recursos do tesouro - exercício corrente	1.586	3.770
0.185 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - recursos do tesouro - exercício corrente	114.114	52.398
0.186 - Remuneração de disponibilidade bancária - Fundeb	1.264	2.193
0.187 - Remuneração de disponibilidade bancária - salário-educação	266	2
0.188 - Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE	2.388	661
0.191 - Operações de crédito internas - recursos do tesouro - exercício corrente	471.755	488.563
0.192 - Operações de crédito externas - recursos do tesouro - exercício corrente	23.827	13.651
0.195 - Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça	4.031	23.323
0.198 - Receita da alienação de bens - recursos do tesouro - exercício corrente	481	626
0.199 - Outras receitas não primárias - recursos do tesouro - exercício corrente	579	25
0.223 - Convênio - Sistema Único Saúde - recursos de outras fontes - exercício corrente	7	21.945
0.225 - Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercício corrente	1.564	607
0.228 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos de outras fontes-exercício corrente	79.143	20.491
0.229 - Outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente	10.058	15.699
0.232 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade	642	232
0.240 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	200.184	111.231
0.250 - Contribuição previdenciária - recursos de outras fontes - exercício corrente	87.016	152.667
0.259 - Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	11
0.260 - Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	10.647	8.565
0.261 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercício corrente	11.022	36.591
0.262 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício corrente	3.816	15.006
0.263 - Receitas diversas - Programa Pró-Emprego	6.484	6.386
0.265 - Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior	6.326	7.048
0.266 - Receitas diversas - receita agroindustrial - FDR	1.855	846
0.269 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	133.077	102.993

Continua na próxima página

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 92 Rub.
Fl. 90 DCG

Continuação da página anterior

R$ milhares

FONTES DE RECURSOS	31/12/2016	31/12/2015
0.647 - Serviços judiciários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	222	222
0.650 - Contribuição previdenciária	70.117	406.465
0.699 - Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	31.971	31.960
0.660 - Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	19.320	13.291
0.661 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	2.763	5.040
0.662 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	1.689	8.230
0.663 - Receitas diversas - Programa Pró-Emprego - exercícios anteriores	-	-
0.665 - Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção ensino superior - exercícios anteriores	185	152
0.666 - Receitas diversas - receita agroindustrial - FDR - exercícios anteriores	-	-
0.669 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	87.704	84.585
0.680 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	17.881	8.609
0.682 - Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - disponibilidade bancária - Judiciário	19	137
0.684 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - exercícios anteriores	13.772	12.413
0.685 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - exercícios anteriores	168.750	116.286
0.689 - Remuneração de disponibilidade bancária - recursos vinculados - Fundos IPREV - exercícios anteriores	58.496	62.080
0.698 - Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	3.456	3.096
0.699 - Não primárias - outras receitas	35.116	35.072
1.100 - Contrapartida - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)	-	(278)
2.100 - Contrapartida - BID - recursos do tesouro - exercício corrente	-	(175)
2.191 - Contrapartida de operações de crédito internas - BID - recursos do tesouro - exercício corrente	-	(6.639)
2.391 - Contrapartida - BID - operações de crédito internas - recurso do tesouro - exercícios anteriores	-	-
2.661 - Contrapartida - BID - receitas diversas - FundoSocial - receitas de outras fontes - exercícios anteriores	-	-
4.191 - Contrapartida de outros empréstimos - operação de crédito interna - recursos do tesouro	-	(2.052)
4.661 - Contrapartida de outros empréstimos - receitas diversas - FundoSocial - exercícios anteriores	-	-
7.100 - Contrapartida de convênios - recursos ordinários - recursos do tesouro - exercício corrente	894	567
7.111 - Contrapartida de convênios - taxa da segurança pública - recursos do tesouro - exercício corrente	1.715	-
7.129 - Contrapartida de convênios - outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	-	2.172
7.240 - Contrapartida de convênios - receita de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	340	4
7.261 - Contrapartida de convênios - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercício corrente	76	-
7.269 - Contrapartida de convênios - outros recursos primários - exercício corrente - recursos de outras fontes	992	391
7.300 - Contrapartida de convênios - recursos ordinários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	7.043	6.768
7.311 - Contrapartida de convênios - taxas da segurança pública e defesa do cidadão - recursos do tesouro - exercícios anteriores	677	967
7.329 - Contrapartida de convênios - outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	2.175	3
7.629 - Contrapartida de convênios - outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	1.000	1.000
7.640 - Contrapartida de convênios - recursos de serviços - exercícios anteriores	147	146
7.660 - Contrapartida de convênios - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	2	2
7.661 - Contrapartida de convênios - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	-	4
7.662 - Contrapartida de convênios - recursos diversos - SEITEC - exercícios anteriores	81	881
7.669 - Contrapartida de convênios - outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	436	96
7.680 - Contrapartida de convênios - remuneração de disponibilidade bancária - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	-	14
7.698 - Contrapartida de convênios - receita de alienação de bens - exercícios anteriores	-	-
8.263 - Contrapartida de empréstimos internos - receitas diversas - Programa Pró-Emprego	-	(2.882)
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	**3.132.546**	**2.858.489**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 91
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 93
Rub

Continuação da página anterior

R$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Nota Explicativa	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos		**8.420.989**	**8.088.733**
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RPPS - Consolidação		5.020.696	4.809.454
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS - Consolidação		1.339.514	1.220.724
Remuneração a Pessoal Ativo Militar - Abrangidos pelo RPPS - Consolidação		1.099.221	1.090.989
Encargos Patronais - RPPS - Inter União		4.764	4.160
Encargos Patronais - RGPS - Consolidação		28	0,4
Encargos Patronais - RGPS - Inter OFSS - União		266.891	251.496
Encargos Patronais - FGTS - Inter União		19.101	18.254
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência - Consolidação		27.186	23.693
Outros Encargos Patronais - Consolidação		6.019	6.022
Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - União		218	1.620
Outros Encargos Patronais - Inter OFSS - Município		18	12
Benefícios a Pessoal - RPPS - Consolidação		342.114	364.237
Benefícios a Pessoal - RGPS - Consolidação		102.194	88.197
Benefícios a Pessoal - Militar - Consolidação		59.969	62.451
Indenizações e Restituições Trabalhistas - Consolidação		118.870	122.588
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Consolidação		14.186	24.837
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Inter União		-	-
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Inter Estado		-	-
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Inter Município		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas de Pessoal e Encargos - Consolidação		-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		**5.646.683**	**4.934.845**
Aposentadorias - RPPS - Consolidação		3.542.160	3.221.257
Reserva Remunerada e Reformas - Militar - Consolidação		1.087.603	874.308
Pensões - RPPS - Consolidação		796.359	707.886
Pensões - Militar - Consolidação		201.302	168.847
Outros Benefícios Previdenciários - RPPS - Consolidação		9.774	4.980
Outros Benefícios Previdenciários - RGPS - Consolidação		51	18
Outros Benefícios Previdenciários - Militar - Consolidação		574	464
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Consolidação		8.859	7.086
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		**4.152.118**	**3.810.585**
Consumo de Material - Consolidação		785.569	801.218
Distribuição de Material Gratuito - Consolidação		95.398	130.224
Diárias - Consolidação		47.145	47.152
Serviços de Terceiros - Pessoa Física - Consolidação		153.230	110.932
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Consolidação		2.717.618	2.417.121
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Inter OFSS - União		-	-
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Inter OFSS - Município		-	-
Contrato de Terceirização por Substituição de Mão de Obra - Art. 18 da LRF - Consolidação		26.031	24.465
Depreciação - Consolidação		314.791	270.963
Amortização - Consolidação		12.336	8.509
Custo de Mercadorias Vendidas - Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Consolidação		-	-
Custo de Serviços Prestados - Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Consolidação		-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		**3.474.644**	**4.503.855**
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação		442.111	388.110
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - União		100.827	535.470
Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação		128.316	135.260
Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços - Consolidação		331	113
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Consolidação		71	16
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Inter OFSS - União		60.855	37.325
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Consolidação		461.425	583.327
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - União		1.391.350	967.351
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa - Consolidação		591.288	1.734.336
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação		269.810	197.872
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União		22.996	24.450
Descontos Financeiros Concedidos - Consolidação		1.183	226
Juros e Encargos de Tributos Renegociados - Inter OFSS - União		4.080	-
Transferências e Delegações Concedidas		**9.901.678**	**9.066.627**
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Inter OFSS - União		1.523	1.503
Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas - Inter OFSS - Município		5.344.409	4.950.235

Continua na próxima página

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 94
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 92
DCG

Consolidado Geral | Demonstração dos Fluxos de Caixa

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: janeiro a dezembro de 2016 e de 2015

R$ milhares

	Nota Explicativa	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos		**90.519.236**	**87.223.886**
Receitas Derivadas e Originárias		16.330.262	14.725.429
Transferências Correntes Recebidas		6.576.752	6.730.838
Outros Ingressos Operacionais	36	67.612.223	65.767.619
Desembolsos		**89.432.853**	**85.992.238**
Pessoal e Demais Despesas		18.140.366	16.591.101
Juros e Encargos da Dívida		671.254	957.286
Transferências Concedidas		2.956.556	2.657.508
Outros Desembolsos Operacionais	36	67.664.677	65.786.343
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações (I)		**1.086.383**	**1.231.648**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos		**32.429**	**28.116**
Alienação de Bens		9.079	6.137
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		23.350	21.979
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
Desembolsos		**1.437.393**	**1.529.863**
Aquisição de Ativo não Circulante		1.294.726	1.401.872
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		10.536	10.284
Outros Desembolsos de Investimento		132.131	117.706
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)		**(1.404.964)**	**(1.501.746)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos		**1.344.824**	**1.257.397**
Operações de Crédito		1.253.881	1.146.895
Integralização de Capital Social de Empresas Dependentes		9.906	23.446
Transferências de Capital Recebidas		57.024	49.599
Outros Ingressos de Financiamentos		24.014	37.457
Desembolsos		**610.791**	**834.924**
Amortização/Refinanciamento da Dívida		608.954	834.924
Outros Desembolsos de Financiamentos		1.836	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)		**734.033**	**422.472**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	**35**	**415.452**	**152.374**
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		3.536.702	3.384.329
Caixa e Equivalente de Caixa Final		3.952.154	3.536.702

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 95
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 93
DCG

Consolidado Geral | Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

Período: janeiro a dezembro de 2016 e de 2015

R$ milhares

	Nota Explicativa	2016	2015
Legislativa		562.680	529.888
Judiciária		1.391.439	1.371.123
Essencial à Justiça		689.064	521.206
Administração		1.466.616	1.473.074
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		2.062.079	1.920.563
Relações Exteriores		2.846	193
Assistência Social		71.394	35.809
Previdência Social		5.619.661	4.922.850
Saúde		1.990.604	1.810.014
Trabalho		5.208	5.253
Educação		2.479.023	2.444.492
Cultura		29.077	27.652
Direitos da Cidadania		665.270	517.748
Urbanismo		-	1
Habitação		20.275	23.465
Saneamento		212	2.390
Gestão Ambiental		67.900	74.184
Ciência e Tecnologia		24.444	27.143
Agricultura		553.536	549.607
Organização Agrária		-	-
Indústria		-	-
Comércio e Serviços		28.644	31.079
Comunicações		55.344	37.020
Energia		3	1
Transporte		209.023	181.741
Desporto e Lazer		30.791	28.735
Encargos Especiais		115.234	55.871
Reserva de Contingência			-
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		**18.140.366**	**16.591.101**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral | Quadro de Juros e Encargos da Dívida

Período: janeiro a dezembro de 2016 e de 2015

R$ milhares

	Nota Explicativa	2016	2015
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		516.943	791.688
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		110.171	114.827
Outros Encargos da Dívida		44.140	50.771
Total dos Juros e Encargos da Dívida		**671.254**	**957.286**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 96
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 94
DCG

Crise?

Saleta de Lourenzi, Marlise Voigt Dalke e Varlene Bastos Blerchver, sócias da panificadora Aroma Rural, de Trombudo Central, beneficiárias do SC Rural.

As amigas Saleta de Lourenzi, Marlise Voigt Dalke e Varlene Bastos Blerchver, de Trombudo Central, não se deixaram levar pelo pessimismo que tomou conta do Brasil em 2016. Acostumadas com a dura vida do campo, elas se encheram de coragem para realizar um sonho antigo: abrir uma empresa e, assim, conquistar autonomia financeira.
O trio já vendia pães e bolachas na vizinhança, mas com a oficialização, o negócio deu um salto gigantesco e ultrapassou as divisas do município.
Batizada de Aroma Rural, a produção da empresa passou de cinco para 50 quilos por dia, alcançando um faturamento mensal de R$ 20 mil. As agricultoras tiveram o apoio do Programa SC Rural, que destina recursos não reembolsáveis a empreendimentos da agricultura familiar mediante contrapartida dos beneficiários. Com investimentos de R$ 21,3 mil, metade em recursos do SC Rural, elas pensam em ir mais longe e aumentar a produção para 200 quilos diários. Alguém duvida?

SANTA CATARINA EM 2016

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Base de elaboração das Demonstrações Contábeis

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 97 Rub.
Tribunal de Contas de Santa Catarina Fl. 95 DCG

1 Contexto Operacional

O Governo do Estado de Santa Catarina é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 82.951.229/0001-76, tendo a sua sede administrativa situada em Florianópolis, na rodovia SC-401, Km 5, nº 4.600.

As atividades operacionais do Estado durante o exercício de 2016 estão amparadas pela Lei Estadual nº 16.860, de 28 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2016.

As ações desenvolvidas pelo Estado no exercício financeiro de 2016 estão agrupadas nas seguintes funções de Governo previstas na Portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 42, de 14 de abril de 2009: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Comércio e Serviços, Comunicação, Energia, Transportes, Desporto e Lazer, e Encargos Especiais[1].

As demonstrações contábeis deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os Poderes e Órgãos do Estado constantes no item 3 destas notas explicativas.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2016, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

2 Relação das Empresas Controladas pelo Estado de Santa Catarina

São controladas diretamente por Santa Catarina aquelas empresas das quais o Estado detenha mais de 50% das ações ordinárias, isto é, as ações com direito a voto. Em relação ao ente controlador, depois da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), essas empresas podem ser classificadas em dependentes[2] e não dependentes. No exercício de 2016, são elas:

a) Empresas Estatais Dependentes

I – Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)
II – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)
III – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
IV – Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)

1 Na Função Encargos Especiais, foram realizadas as despesas de Precatórios e o Serviço da Dívida Interna e Externa.
2 Empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesa de pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles recursos provenientes de aumento de participação acionária (artigo 2º, III, da Lei Complementar nº 101/00).

3.1 Relação Nominal de Órgãos, Entidades e Fundos Consolidados, Unidades Gestoras de Orçamento do Poder Executivo

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 96
DCG

a) Secretarias e Órgãos

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 98
Rub.

- Gabinete do Vice-Governador
- Polícia Militar
- Corpo de Bombeiros Militar
- Secretaria de Estado da Administração
- Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca
- Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação
- Secretaria de Estado da Casa Civil
- Secretaria de Estado da Defesa Civil
- Secretaria de Estado da Educação
- Secretaria de Estado da Fazenda
- Secretaria de Estado da Infraestrutura
- Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
- Secretaria de Estado da Saúde
- Secretaria de Estado da Segurança Pública
- Secretaria de Estado de Comunicação
- Secretaria de Estado do Planejamento
- Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável
- Secretaria Executiva de Articulação Nacional
- Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais

b) Agências de Desenvolvimento Regional

- Araranguá
- Blumenau
- Braço do Norte
- Brusque
- Caçador
- Campos Novos
- Canoinhas
- Chapecó
- Concórdia
- Criciúma
- Curitibanos
- Dionísio Cerqueira
- Grande Florianópolis[4]
- Ibirama
- Itajaí
- Itapiranga
- Ituporanga
- Jaraguá do Sul
- Joaçaba
- Joinville
- Lages
- Laguna
- Mafra
- Maravilha
- Palmitos
- Quilombo
- Rio do Sul
- São Joaquim
- São Lourenço
- São Miguel do Oeste
- Seara
- Taió
- Timbó
- Tubarão
- Videira
- Xanxerê

4 Apesar da extinção da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) da Grande Florianópolis pela Lei Estadual nº 16.795, de 30 de dezembro de 2015, em 31/12/2016 ainda permaneciam saldos contábeis na unidade gestora da SDR da Grande Florianópolis.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 97
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 99
Rub.

- Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis
- Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó
- Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina
- Fundo Estadual de Defesa Civil
- Fundo de Melhoria da Polícia Militar
- Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis
- Fundo Estadual de Incentivo à Cultura
- Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo
- Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte
- Fundo Estadual de Assistência Social
- Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina (FUNDHAB)
- Fundo Estadual do Artesanato e da Economia Solidária
- Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP)
- Fundo para a Infância e Adolescência
- Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente
- Fundo Estadual de Recursos Hídricos
- Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas
- Fundo de Desenvolvimento Social (FundoSocial)
- Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento
- Fundo Especial da Defensoria Dativa
- Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina
- Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural
- Fundo Estadual de Sanidade Animal
- Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior
- Fundo Estadual de Educação (FEDUC)
- Fundo Financeiro
- Fundo de Materiais, Publicação e Impressos Oficiais
- Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais
- Fundo Patrimonial
- Fundo Estadual de Saúde
- Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde (INVESTSAÚDE)
- Fundo Estadual de Apoio aos Municípios
- Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina
- Fundo de Esforço Fiscal
- Fundo Pró-Emprego
- Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, HEMOSC, CEPON e Hospitais Municipais
- Fundo de Água e Esgoto

No Volume II, são apresentados os balanços do Poder Executivo, e neles estão consideradas as operações intra.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos relevantes para a compreensibilidade dos demonstrativos contábeis.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 100
Rub.

5.1 Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

O processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards* - IPSAS) teve como um dos marcos iniciais a Portaria nº 184, emitida pelo Ministério da Fazenda em 25 de agosto de 2008, que ficou conhecida como a "Portaria da Convergência". Foi essa portaria que determinou à STN o desenvolvimento de ações no sentido de promover a convergência.

Todo o processo de convergência foi alicerçado com a implantação de um plano de contas único para a Federação (PCASP) pela uniformização de procedimentos contábeis orçamentários (PCOs) e específicos (PCEs) e pela implantação das novas demonstrações contábeis (DCASPs).

O Estado de Santa Catarina vem trabalhando arduamente no sentido de acompanhar todo o processo de convergência e nesse sentido implantou o PCASP com dois anos de antecedência (2013). Já as novas demonstrações contábeis, como a DFC e a DMPL, são elaboradas desde o exercício de 2010.

Após essa primeira etapa do processo de convergência, os esforços estão concentrados na implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais (PCPs). A STN, por meio da Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, estabeleceu o plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais (PIPCPs). O plano consiste em definir estratégias e prazos para implantar os procedimentos patrimoniais necessários à convergência.

Nessa linha, o Estado de Santa Catarina promoveu uma série de ações que o colocam reconhecidamente na vanguarda nesse processo. Destacam-se, entre outras ações, o reconhecimento, pelo regime de competência, dos créditos tributários a receber do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), a reavaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis) e o reconhecimento de ativos de infraestrutura.

A seguir, estão os prazos dos PCPs determinados pela Portaria nº 548/2015 e a situação do Estado em relação a esses prazos.

Fl. 99
DCG

Para o exercício de 2017, apresentam-se como desafios ao Estado de Santa Catarina o processo de automação de registros contábeis dos procedimentos contábeis patrimoniais já implementados e o reconhecimento das férias a pagar e seus encargos por competência.

Ademais, é importante ressaltar que a partir de 2017 a Diretoria de Contabilidade Geral da Secretaria de Estado da Fazenda (DCOG/SEF) expedirá seus normativos tendo como referência as novas NBCs TSP, que estão sendo convergidas às IPSAS gradualmente pelo CFC, com destaque, entre outras normas, para a NBC TSP Estrutura Conceitual, que apresenta o arcabouço da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro convergida às normas internacionais.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 100
Rub.

6 Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado. Todos os saldos foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

7 Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, o Governo do Estado fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações.

As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) a mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação foi realizada com dados comparáveis no mercado ou valor de reposição. No exercício de 2016, destacam-se os valores atribuídos às rodovias estaduais pavimentadas que foram avaliadas pelo DEINFRA;

b) no ajuste para perdas prováveis dos valores inscritos em dívida ativa, foi utilizada a média de recebimento dos últimos três anos;

c) na determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, quando couber, para os bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009, foi utilizada a vida útil definida no laudo de avaliação. Para os bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2010, a vida útil foi definida pela Secretaria de Estado da Administração, com base na Instrução Normativa SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998. No caso dos intangíveis, foi utilizado o período contratual das licenças de uso ou de acordo com a vida útil definida em laudo de avaliação inicial;

d) os benefícios de aposentadoria foram registrados como passivo atuarial, tendo como base o laudo de avaliação atuarial emitido por profissional independente. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de mortalidade, etc. A obrigação é altamente sensível a mudanças nessas premissas, que são revisadas a cada data-base. A nota explicativa nº 28 detalha as principais premissas utilizadas na avaliação atuarial;

e) as provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificadas como passivo contingente ou como passivo exigível. O SIGEF possui funcionalidade específica que controla os riscos fiscais do Estado de Santa Catarina. Neste exercício, as provisões para riscos fiscais foram baixadas e evidenciadas como passivos contingentes, tendo em vista a análise da Diretoria de Captação de Recursos e Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda (DICD/SEF);

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 100
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 102
Rub.

d) Investimentos Permanentes

As participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. A equivalência patrimonial é baseada nas demonstrações contábeis do terceiro trimestre de 2016 das empresas públicas e das sociedades de economia mista, quando não for reportado de forma diversa. O lapso temporal das demonstrações contábeis das empresas estatais para fins de equivalência patrimonial ocorre pela diferença de apresentação das demonstrações do Governo do Estado (controlador) e de suas estatais (controladas). A IPSAS 7 – Investimentos em coligadas e em controladas – prevê como prazo máximo desse lapso temporal o período de três meses.

e) Propriedade para Investimento

As propriedades para investimentos estão mensuradas a valor de mercado e representam imóveis mantidos exclusivamente para auferir renda no Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina.

f) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão e controle patrimonial é de centralização dos bens da administração direta na unidade gestora do Fundo Patrimonial.

g) Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

h) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

De acordo com o Decreto Estadual nº 3.486, de 3 de setembro de 2010, todos os bens adquiridos anteriormente a 1º/1/2010, necessariamente, deveriam passar pelo procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável dos ativos. Procedeu-se, dessa forma, a um corte temporal.

A partir disso, estabeleceu-se um cronograma de reavaliação/redução a valor recuperável para os bens registrados no patrimônio anteriormente a 1º/1/2010. Por outro lado, garantiu-se a possibilidade de reconhecimento da perda de valor dos bens adquiridos e postos em operação após aquela data, considerando-se tratar-se de bens com valor objetivamente mensurados a partir da transação que levou à sua incorporação ao patrimônio do Estado. Nesse sentido, a solução adotada buscou atender à norma contábil aplicável à matéria bem como mobilizar as estruturas envolvidas para a tarefa de avaliar adequadamente o patrimônio estatal.

A primeira avaliação do bem é registrada no Patrimônio Líquido na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores e, da segunda em diante, diretamente em contas de resultado.

i) Depreciação, amortização e exaustão

A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009 foi realizada de acordo com a vida útil definida no laudo de avaliação, conforme cronograma estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF nº 001, de 12 de abril de 2011.

Fl. 102
DCG
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 103
Rub.

p) Apuração dos Custos dos Serviços Públicos

O Poder Executivo está desenvolvendo, por meio da DCOG/SEF, o Sistema de Informação de Custos (SICSC). Em 2016, as atividades foram voltadas para os processos de integração entre os subsistemas administrativos, tais como o Sistema de Gestão de Pessoas (SIGRH), o Sistema de Gestão Prisional do Estado, o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), o Sistema de Gerenciamento de Veículos (GVE), o Sistema de Materiais de Consumo (SME) e o Sistema da Celesc.

O sistema ainda está em fase de validação dos dados obtidos, e a próxima etapa deve ser a integração de dados dos sistemas das grandes áreas da administração pública, como segurança pública e educação.

q) Renúncia de Receita

Os valores da renúncia de receita apurados pela área tributária são informados à contabilidade e reconhecidos como dedução da variação patrimonial aumentativa (vide nota explicativa nº 33). Os valores só são reconhecidos pela contabilidade quando forem passíveis de ser mensurados com segurança.

Em observância ao artigo 35, I, da Lei Federal nº 4.320/1964, os valores não transitam pelo orçamento, tendo em vista que não percorrem o estágio da arrecadação.

r) Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras estaduais em observância ao regime de competência, às NBCs TSP e ao artigo 30, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 964/2016.

s) Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

Fl. 102
DCG
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 104
Rub.

Conta Única - RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). Da mesma forma que a sistemática da conta única do Tesouro, as rubricas credoras "(-) Aplicações Financeiras – Fundo Financeiro" e "(-) Aplicações Financeiras – Taxa de Administração" demonstram os recursos financeiros aplicados do Regime Próprio de Previdência dos Servidores. Contudo, o grupo de contas que apresenta o saldo devedor das aplicações financeiras do RPPS está segregado do grupo "Caixa e Equivalentes de Caixa", conforme a nota explicativa nº 18.

Outras contas

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais como, por exemplo, os recursos recebidos por meio de convênios e operações de crédito.

Arrecadação Indireta

Representa os valores da receita arrecadada no período pelos agentes financeiros e que ainda não foram recolhidos a nenhum dos domicílios bancários de titularidade do Estado. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, é nesse momento que se reconhece a receita sob o enfoque orçamentário.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos que estão aplicados no mercado financeiro, conforme o disposto no artigo 128, § 6º, da Lei Complementar Estadual nº 381/2007. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios) e operações de crédito são aplicados de acordo com as legislações específicas dos concedentes.

A seguir, apresenta-se a composição das aplicações financeiras por Poder e Órgão.

R$ milhares

	31/12/2016				
Aplicações Financeiras	**CDB/RDB**	**Poupança**	**Fundos**	**Outras aplicações**	**TOTAL**
Executivo	824.668	91.613	2.061.991	21.419	2.999.691
Legislativo	-	-	36.514	-	36.514
Judiciário	38.565	1.200	5.922.268	-	5.962.033
Tribunal de Contas do Estado	-	-	-	30.283	30.283
Ministério Público	-	-	162.653	-	162.653
TOTAL	**863.234**	**92.813**	**8.183.427**	**51.702**	**9.191.175**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Ressalta-se que, no Poder Judiciário, do valor de R$ 5,922 bilhões aplicados em fundos, R$ 5,396 bilhões não constituem uma disponibilidade do ente de fato, tendo em vista que, por força da Lei Estadual nº 15.327, de 23 de novembro de 2010, os recursos provenientes de depósitos sob aviso à disposição da justiça em geral – depósitos judiciais – são aplicados no mercado financeiro enquanto não forem autorizados os pagamentos aos interessados pelo juízo competente. Sendo assim, a contrapartida desses valores é contabilizada no passivo circulante do Tribunal de Justiça, na conta dos depósitos recebidos por determinação judicial (vide nota explicativa nº 29 – Depósitos Judiciais).

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 103
DCG

Créditos Previdenciários Parcelados

Esta conta registra o valor a receber de alguns municípios cujos servidores estavam segurados pelo Instituto de Previdência do Estado.

No ativo não circulante, esses créditos estão contabilizados no grupo "Outros créditos da dívida ativa tributária", no valor de R$ 17,132 milhões (nota explicativa nº 14).

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 105
Rub.

12 Clientes

Esta conta apresenta os valores a receber por vendas, prestação de serviços ou ressarcimentos de despesas.

Na tabela a seguir, são apresentadas as unidades gestoras do Estado que possuem saldo na conta contábil Clientes.

R$ milhares

Unidades Gestoras	31/12/2016	31/12/2015
Fundação Catarinense de Cultura	73	20
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	1	-
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S.A.	21	10
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	3.923	2.982
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	8	21
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	50.197	52.910
Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais	2	2
Fundação Escola de Governo (ENA)	2	2
Departamento de Transportes e Terminais	17.040	-
Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	65	50
Fundo Rotativo da Penitenciária Sul	48	34
Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	300	20
Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	21	18
Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	80	60
TOTAL DE CLIENTES ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	**71.780**	**56.129**
(-) Ajuste de Perdas	(16.979)	(66)
TOTAL DE CLIENTES APÓS O AJUSTE DE PERDAS	**54.801**	**56.063**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

13 Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Esta conta registra os valores a receber pelo Estado decorrentes de empréstimos e de financiamentos concedidos.

Na tabela a seguir, são apresentadas as unidades gestoras do Estado que possuem saldo na conta contábil Empréstimos e Financiamentos.

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
Fl. 104
DCG

Perfil da dívida ativa tributária por tempo de inscrição:

Dívida Ativa Tributária por Período de Inscrição e Tributo

Período de Inscrição	ICMS	IPVA	ITCMD	Outros Tributos	TOTAL
Menos de 5 anos	45,95%	2,10%	0,48%	0,16%	48,69%
Entre 5 e 10 anos	25,17%	0,19%	0,14%	0,21%	25,71%
Mais de 10 anos	25,50%	0,09%	0,00%	0,00%	25,60%
TOTAL	**96,62%**	**2,38%**	**0,62%**	**0,37%**	**100,00%**

Fonte: Diretoria de Administração Tributária (DIAT)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 106
Rub.

Perfil da dívida ativa tributária por segmento econômico:

Dívida Ativa Tributária por Segmento e Tributo

Segmento	ICMS	IPVA	ITCMD	Outros Tributos	TOTAL
Comerciante	37,31%	0,07%	-	0,04%	37,42%
Industrial	44,30%	0,03%	-	0,05%	44,38%
Prestador de Serviços de Transporte	6,50%	0,06%	-	0,01%	6,56%
Outros Prestadores de Serviços	2,97%	0,01%	-	0,01%	2,99%
Demais Contribuintes	5,56%	2,20%	0,62%	0,26%	8,64%
SUBTOTAL	**96,62%**	**2,38%**	**0,62%**	**0,37%**	**100,00%**

Fonte: Diretoria de Administração Tributária (DIAT)

Cobrança da Dívida Ativa

R$ milhares

TÍTULOS	31/12/2016	31/12/2015
Estoque de Dívida Ativa Tributária	13.655.936	11.682.554
Cobrança no Exercício	**178.846**	**143.367**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Outros Créditos

Estão registrados neste grupo, no ativo não circulante, os valores a receber pelo Fundo Financeiro do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV) – R$ 17,132 milhões referentes a valores a receber de alguns municípios cujos servidores estavam segurados pelo Instituto de Previdência do Estado.

Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária

A 6ª edição do MCASP, aprovada pela Portaria STN nº 700/2014, não mais especificou uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, cabendo o uso da estimativa a cada ente da Federação.

A metodologia utilizada nas demonstrações deste relatório técnico é a apresentada a seguir, salvo quando disposto em contrário (vide nota explicativa nº 17):

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 107
Rub.
Fl. 105
DCG

17 Demais Créditos e Valores

R$ milhares

	31/12/2016			31/12/2015		
Demais Créditos e Valores	Circulante	Não circulante	TOTAL	Circulante	Não circulante	TOTAL
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	9.087	-	9.087	10.748	-	10.748
Suprimento de Fundos/ Diárias	14.163	-	14.163	16.146	-	16.146
Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	1.606.214	-	1.606.214	1.274.167	-	1.274.167
Tributos a Recuperar/ Compensar	5.943	-	5.943	5.861	-	5.861
Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	-	-	-	476	-	476
Créditos por Danos ao Patrimônio	227.874	-	227.874	197.884	-	197.884
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	113.439	90.962	204.401	62.352	67.737	130.089
Outros Créditos e Valores a Receber	527.985	92.777	620.762	498.212	86.166	584.378
TOTAL DOS CRÉDITOS ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	2.504.705	183.739	2.688.444	2.065.846	153.903	2.219.749
(-) Ajuste de Perdas	(417.596)	(287)	(417.883)	(366.230)	(32)	(366.262)
TOTAL DOS CRÉDITOS APÓS O AJUSTE DE PERDAS	**2.087.109**	**183.453**	**2.270.561**	**1.699.616**	**153.872**	**1.853.487**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Adiantamentos Concedidos a Pessoal

Registra os valores de adiantamentos concedidos a pessoal referentes a 13º salário e 1/3 de férias, que ocorrem principalmente com adiantamentos de 13º salário de empresas estatais dependentes, por convenção coletiva de trabalho.

Suprimento de Fundos/Diárias

Os suprimentos de fundos/diárias são adiantamentos concedidos pelo ente a servidores para despesas de pequeno vulto, de pronto atendimento e de diárias, que, após serem realizadas, devem ter a devida prestação de contas que comprove a operação. A baixa desses valores ocorrerá somente após a análise regular da prestação de contas.

Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)

Os adiantamentos concedidos a título de transferências voluntárias também são registrados no ativo até a devida prestação de contas. A seguir, a discriminação das transferências efetuadas:

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 108
Rub
Fl. 106
DCG

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Registra os valores decorrentes de depósitos judiciais ou recursais e de mandados judiciais de sequestros na conta única e em outras contas bancárias por conta de litígios judiciais e pagamentos de precatórios. A baixa desses valores ocorre com a execução da despesa orçamentária após a confirmação do processo por parte da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Abaixo são demonstrados os valores por unidade gestora de orçamento.

R$ milhares

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	31/12/2016			31/12/2015		
Unidade Gestora	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
COHAB	1.350	695	2.045	1.352	697	2.049
CIDASC	34	12.282	12.316	34	9.799	9.833
EPAGRI	-	6.322	6.322	-	5.378	5.378
Diretoria do Tesouro Estadual	79.022	-	79.022	59.851	-	59.851
Demais Unidades Gestoras	33.034	71.663	104.697	1.115	51.864	52.979
TOTAL	**113.439**	**90.962**	**204.402**	**62.352**	**67.737**	**130.089**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Outros Créditos e Valores a Receber

R$ milhares

Outros Créditos e Valores a Receber	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	419.967	7.297	427.264	367.823	969	368.792
Multas de Trânsito a Receber	29.975	-	29.975	35.755	-	35.755
Dividendos Propostos a Receber	4.901	-	4.901	5.020	-	5.020
Coparticipação do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	14.554	-	14.554	26.507	-	26.507
Outros Créditos e Valores a Receber	58.589	85.480	144.069	63.107	85.197	148.304
TOTAL	**527.985**	**92.777**	**620.762**	**498.212**	**86.166**	**584.378**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA
Fl. 107
DCG

Destacam-se ainda os registros em outros créditos e valores a receber no longo prazo, dos valores de R$ 283 mil decorrentes de antecipação de cota patronal ao SC Prev, Instituto de Direito Privado que irá gerir o Fundo de Previdência Complementar do servidor público do Estado e de R$ 85 milhões em incentivos fiscais no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 109
Rub.

18 Investimentos e Aplicações Temporárias

Os investimentos e as ações temporárias abrangem os valores depositados na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) que estão aplicados no mercado financeiro. Esses valores são geridos pelo Instituto de Previdência do Estado e, com exceção das ações passíveis de alienação, as demais aplicações são consideradas caixa e equivalentes de caixa, para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (vide nota explicativa nº 35).

R$ milhares

Investimentos e Aplicações Temporárias	31/12/2016	31/12/2015
Fundos de Investimento em Renda Fixa	321.609	727.954
Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	15.523	2.420
Ações Passíveis de Alienação	216	216
TOTAL	**337.348**	**730.590**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

19 Estoques

R$ milhares

	31/12/2016			31/12/2015		
Estoques	**Circulante**	**Não circulante**	**TOTAL**	**Circulante**	**Não circulante**	**TOTAL**
Mercadorias para Revenda	1.005	-	1.005	1.112	-	1.112
Matérias-Primas	696	-	696	1.068	-	1.068
Almoxarifado	170.631	-	170.631	206.492	-	206.492
Outros Estoques	6.093	-	6.093	1.044	-	1.044
Terrenos	-	11.194	11.194	-	15.608	15.608
Obras em Andamento	-	1.428	1.428	-	981	981
Estoque de Bens Móveis Inservíveis	-	1	1	-	1	1
TOTAL	**178.425**	**12.623**	**191.048**	**209.715**	**16.590**	**226.305**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Fls. 1108
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 110
Rub

R$ milhares

Empresa	MEP		Método de Custo		Adiantamento para Aumento de Capital	% de Participação no Capital Social	Data-Base do Último Balanço Utilizado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015			
Empresas Estatais não Dependentes (não Integram o Balanço Consolidado)							
SC Participações	150.991	96.859	-	-	370.586	99,99%	30/09/2016
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)	804.000	791.272	-	-	36.931	64,21%	30/09/2016
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC)	280.941	276.084	-	-	-	51,82%	30/09/2016
Companhia de Distritos Industriais de SC (CODISC)	1.620	2.209	-	-	-	99,71%	30/09/2016
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC)	759	11	-	-	29.596	100,00%	30/09/2016
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC)	450.200	455.110	-	-	26.598	98,75%	30/09/2016
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA)	5.649	6.083	-	-	-	93,91%	30/09/2016
Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc)	436.485	451.865	-	-	-	20,20%	30/09/2016
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	782.622	698.753	-	-	-	33,33%	30/09/2016
Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC)[8]	-	-	-	-	-	99,50%	31/12/2015
Outras participações acionárias	-	-	9.261	9.261	-	-	-
Perdas Estimadas para Valor Realizável Líquido	-	-	-8.896	-8.896	-	-	-
Empresas Estatais Dependentes (Integram o Balanço Consolidado e São Excluídos na Consolidação)							
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC (Epagri)	1.273	23.446	-	-	-	96,28%	30/09/2016
Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)	-	1.212	-	-	-	96,75%	30/09/2016
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de SC (CIDASC)	4.571	-	-	-	-	100,00%	31/12/2015
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)	-	-	-	-	-	96,10%	30/09/2016
TOTAL	**2.919.111**	**2.802.904**	**365**	**365**	**463.711**		

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

8 A Invesc tem o valor do investimento zerado, pois apresenta patrimônio líquido negativo, isto é, passivo a descoberto. A responsabilidade do Estado sobre o passivo a descoberto está sendo controlada nos relatórios de metas fiscais.

Fl. 109
DCG

Propriedade para Investimentos

Em 2016, foi realizada a reclassificação contábil, no valor de R$ 41.803.077,93, dos bens imóveis que estavam registrados no Imobilizado para Investimentos (propriedade para investimentos), pois são imóveis mantidos exclusivamente para auferir renda. Os imóveis são de propriedade do Regime de Previdência (Fundo Financeiro).

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 111
Rub.

22 Imobilizado

R$ milhares

	31/12/2016			31/12/2015		
Imobilizado	**Custo Corrigido**	**Depreciação Acumulada**	**Valor Líquido**	**Custo Corrigido**	**Depreciação Acumulada**	**Valor Líquido**
Bens Móveis	**2.162.790**	**(705.575)**	**1.457.215**	**2.079.580**	**(551.785)**	**1.521.795**
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	767.068	(246.366)	520.702	764.590	(206.337)	558.253
Equipamentos de Tecnologia da Informação	339.810	(112.842)	226.968	316.381	(74.231)	242.150
Móveis e Utensílios	335.919	(89.596)	246.323	328.392	(70.949)	257.443
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	111.397	(401)	110.996	109.427	(387)	109.040
Veículos	556.767	(244.599)	312.168	515.379	(188.967)	326.412
Armamentos	45.830	(10.043)	35.787	36.812	(7.147)	29.665
Demais Bens Móveis	5.998	(1.728)	4.270	8.599	(3.769)	4.830
Bens Imóveis	**19.496.171**	**(375.122)**	**19.121.049**	**10.836.850**	**(276.474)**	**10.560.376**
Bens de Uso Especial	6.451.657	(334.346)	6.117.311	6.225.955	(236.820)	5.989.136
Bens de Uso Comum do Povo	8.781.760	(36.804)	8.744.956	1.170.160	(34.822)	1.135.338
Bens Imóveis em Andamento	4.172.459	-	4.172.459	3.364.786	-	3.364.786
Instalações	59.455	(1.472)	57.983	56.074	(2.924)	53.150
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	15.518	(2.500)	13.018	7.458	(1.908)	5.550
Demais Bens Imóveis	15.322	-	15.322	12.417	-	12.417
SUBTOTAL	**21.658.961**	**(1.080.697)**	**20.578.264**	**12.916.430**	**(828.259)**	**12.088.171**
(-) Redução a Valor Recuperável do Imobilizado	(30.990)	-	(30.990)	(6)	-	(6)
TOTAL	**21.627.971**	**(1.080.697)**	**20.547.273**	**12.916.424**	**(828.259)**	**12.088.166**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Os valores de redução a valor recuperável estão registrados no Ministério Público (R$ 30,984 milhões) e na Udesc (R$ 6 mil).

Fls. 110
DCG

A partir de outubro de 2013, o Estado suspendeu o cálculo mensal da depreciação para bens cujo valor fosse menor ou igual a R$ 10,00. Levando em conta a materialidade desse valor e o custo associado ao processamento desses dados, o Poder Executivo considera que atende ao equilíbrio entre custo e benefício conceituado como uma restrição inerente à informação contábil nas IPSAS.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 112
Rub.

Os critérios para cálculo da depreciação dos bens móveis são apresentados no quadro a seguir.

Item Depreciado	Parâmetro
Bens móveis adquiridos e postos em operação até 31/12/2009	» Avaliados segundo o cronograma estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF nº 001/2011. » Vida útil definida no laudo da avaliação.
Bens móveis adquiridos e postos em operação a partir de 1º de janeiro de 2010	» Método das cotas constantes. » Vida útil definida pela Secretaria de Estado da Administração, com base na Instrução Normativa SRF nº 162/1998.

R$ milhares

	Bens Imóveis – Depreciação Acumulada			
Tipo de Consolidação	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Administração Direta	23.853	3.032	1.021	297
Autarquias	36.915	34.932	14.340	71
Fundações	2.456	964	326	1.190
Fundos Especiais	282.121	208.490	126.467	47
Empresas Dependentes	29.778	29.056	28.190	28.595
Consolidado Geral	**375.123**	**276.474**	**170.344**	**30.201**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

O valor elevado nos Fundos Especiais decorre da política de gestão patrimonial de concentrar o controle patrimonial e o registro contábil dos bens imóveis das Secretarias de Estado na unidade gestora do Fundo Patrimonial.

Bens de Infraestrutura/Bens de uso comum do povo

Os critérios e os procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura administrados pelo Poder Executivo Estadual foram fixados por um Grupo de Trabalho composto por servidores da Secretaria de Estado da Fazenda e do Departamento Estadual de Infraestrutura, designados pela Portaria SEF nº 244, de 21 de outubro de 2013 (publicada no DOE nº 19.688, de 23 de outubro de 2013). Os critérios foram estabelecidos de acordo com o previsto nas NBC TSP nºs 16.9 e 16.10, aprovadas pelas Resoluções CFC nºs 1.136 e 1.137, de 21 de novembro de 2008, alteradas pela Resolução CFC nº 1.437, de 22 de março de 2013, e em portarias da STN/MF que regem a matéria.

Em 2016, de acordo com o previsto no cronograma constante no Anexo I da Instrução Normativa Conjunta SEF/DEINFRA nº 001, de 19 de janeiro de 2015, foram avaliadas e registradas as rodovias pavimentadas sob o controle do Estado. Isso explica a elevação do saldo dessa classe de ativos (Ruas/Estradas/Rodovias), conforme pode ser visualizado na tabela seguinte.

A avaliação das rodovias foi realizada por engenheiros da Diretoria de Obras e Transporte do Departamento Estadual de Infraestrutura (DIOT/DEINFRA) através de vistoria da malha rodoviária, com base nos seguintes parâmetros: a) valor de referência de mercado ou b) valor de reposição e estado físico da rodovia, de acordo com o disposto no Anexo II da IN SEF/DEINFRA nº 001/2015.

PROCURADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 113
Rub.

Fl. 111

Empresas Públicas

As empresas estatais dependentes estão sujeitas às regras estabelecidas pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e às suas alterações, e, portanto, impedidas de realizar a reavaliação de seu imobilizado. Em 2016, ainda consta na contabilidade das empresas o valor de R$ 5,815 milhões na conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido, permanecendo até a total realização desses valores, conforme o quadro abaixo:

R$ milhares

Saldo da Reserva de Avaliação por Empresa Estatal Dependente	31/12/2016
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	2.452
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	3.362
TOTAL	**5.815**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

23 Intangível

R$ milhares

	31/12/2016			31/12/2015		
Intangível	**Custo**	**Amortização Acumulada**	**Valor Líquido**	**Custo**	**Amortização Acumulada**	**Valor Líquido**
Softwares	213.427	(29.122)	184.305	149.306	(17.013)	132.293
Softwares em Desenvolvimento	74.612	-	74.612	62.952	-	62.952
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	247	(56)	191	248	(56)	192
SUBTOTAL	**288.285**	**(29.179)**	**259.106**	**212.506**	**(17.069)**	**195.437**
Redução a Valor Recuperável do Intangível	(3.508)[1]	-	(3.508)	-	-	-
TOTAL	**284.777**	**(29.179)**	**255.598**	**212.506**	**(17.069)**	**195.437**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Os bens intangíveis do Poder Executivo compreendem, especialmente, mas não exclusivamente, softwares adquiridos de empresas especializadas, visando atender a necessidades específicas desta unidade da Federação. As tabelas a seguir apresentam uma relação dos principais ativos classificados nas contas de softwares e softwares em desenvolvimento em algumas unidades do Poder Executivo (apenas valores materiais são apresentados).

1) Registro de redução a valor recuperável de softwares do Ministério Público de Santa Catarina.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 114
Rub.

Fl. 112
DCG

Evolução de Saldo das Contas de Softwares e Softwares em Desenvolvimento

R$ milhares

	Softwares	Softwares em Desenvolvimento	Total
Saldo em 31/12/2015	**149.306**	**62.952**	**212.258**
Adições	84.164	14.348	98.512
Baixas	20.044	2.688	22.732
Saldo em 31/12/ 2016	**213.427**	**74.612**	**288.038**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Impacto da Reavaliação/Redução a Valor Recuperável de Intangíveis no Resultado Patrimonial

R$ milhares

Contas de Registro	31/12/2016	31/12/2015
3.6.1.6.1.01 – Redução a Valor Recuperável de Bens Intangíveis	(3.508)	(5.862)
4.6.1.2.1.01 – Reavaliação de Ativos Intangíveis	1.602	2.175
TOTAL	**(1.906)**	**(3.687)**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A evolução dos saldos das contas demonstra o esforço das unidades administrativas do Estado em reconhecer, mensurar e evidenciar a sua evolução patrimonial quanto a esses intangíveis.

Fl. 113 DCG
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 115 Rub.

R$ milhares

	31/12/2016			31/12/2015		
Precatórios de Pessoal	2016 Curto Prazo	2016 Longo Prazo	TOTAL	2015 Curto Prazo	2015 Longo Prazo	TOTAL
Legislativo	1.025	4.100	5.125	1.075	4.301	5.376
Judiciário	921	3.684	4.605	898	3.592	4.490
Tribunal de Contas do Estado	406	1.624	2.030	423	1.690	2.113
Ministério Público	22	87	109	19	78	97
Executivo						
Encargos Gerais do Estado	8.234	32.939	41.173	4.471	17.886	22.357
Departamento Estadual de Infraestrutura	10.595	42.379	52.974	183	733	916
Fazenda	2.221	8.884	11.105	3.759	15.038	18.797
Saúde	821	3.282	4.103	1.042	4.169	5.211
Segurança Pública	12.412	49.649	62.061	12.035	48.139	60.174
Procuradoria Geral do Estado	4.638	18.554	23.192	4.220	16.882	21.102
Demais Órgãos	8.737	34.916	43.653	7.945	31.781	39.726
TOTAL	**50.032**	**200.098**	**250.130**	**36.070**	**144.289**	**180.359**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

25 Empréstimos e Financiamentos

R$ milhares

	31/12/2016			31/12/2015		
TÍTULOS	Circulante	Não circulante	TOTAL	Circulante	Não circulante	TOTAL
Internos	251.979	15.979.834	16.231.813	594.465	13.711.804	14.306.269
Externos	330.730	2.858.791	3.189.520	375.844	3.565.617	3.941.460
TOTAL	**582.709**	**18.838.625**	**19.421.333**	**970.308**	**17.277.421**	**18.247.729**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 116 Rub.
FL. 114
DCG

Abaixo segue tabela com o estoque da dívida pública por indexador:

R$ milhares

	31/12/2016		31/12/2015	
Indexador	**TOTAL**	**%**	**TOTAL**	**%**
IGPDI	10.216.427	52,62%	9.080.754	49,76%
DÓLAR (USA)	4.461.535	22,98%	4.405.971	24,15%
TJLP	3.520.255	18,13%	3.307.736	18,13%
CDI	1.199.564	6,18%	1.430.221	7,84%
TR	17.545	0,09%	22.991	0,13%
TOTAL	**19.415.237**	**100,00%**	**18.247.673**	**100,00%**

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (SEF)

Os valores informados de empréstimos e financiamentos externos foram convertidos para real com base na cotação do dólar (valor de R$ 3,2591) datada de 31 de dezembro de 2016.

A Lei Complementar Federal nº 148, de 25 de novembro de 2014, já com as alterações introduzidas pela Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015, e regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, autorizou o Governo Federal a modificar o indexador e a taxa de juros dos contratos firmados com base na Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

Em relação à dívida do contrato de 31/3/98 – (012/98/STN/COAFI – Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997), Santa Catarina está na iminência da assinatura do termo aditivo que possibilitará ao Estado usufruir dos benefícios fornecidos pela Lei Complementar Federal supracitada, sobretudo do desconto sobre o saldo devedor, o que permitirá uma significativa melhora no perfil do endividamento estadual. A expectativa é que, com a assinatura do aditivo, o saldo devedor do contrato reduza a R$ 9,124 bilhões, ou seja, uma redução de R$ 1,093 bilhão (10,7%).

O quadro a seguir apresenta uma previsão do fluxo financeiro de desembolso com o serviço da dívida registrada no passivo não circulante para os próximos cinco anos:

R$ milhares

	Previsão do Fluxo Financeiro de Desembolso do Serviço da Dívida				
	Dívida Interna		Dívida Externa		
Período/Ano	**Amortização**	**Juros**	**Amortização**	**Juros**	**Total**
2018	474.254	1.062.309	409.976	112.393	2.058.933
2019	546.265	1.089.565	428.252	104.116	2.168.198
2020	671.961	1.106.327	428.252	89.862	2.296.403
2021	730.954	1.036.058	428.252	72.706	2.267.971
2022	726.554	1.001.894	409.987	53.474	2.191.909
Períodos Subsequentes	12.824.641	14.109.805	754.071	258.001	27.946.519
TOTAL	**15.974.629**	**19.405.959**	**2.858.791**	**690.554**	**38.929.932**

Premissas da Projeção: Dólar: R$ 3,2591 (31/12/2016); Selic: 1,12% (12/2016); IPCA: 0,53% (média de 1/1998 a 1/2017) e TJLP: 7,5% (12/2016)

Fonte: Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (SEF)

Observa-se na tabela acima que o desembolso da dívida estará distribuído de forma equânime nos próximos cinco exercícios.

Demais informações sobre os contratos listados são encontradas no Relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública (DICD) de 2016, parte do Volume II deste Balanço Geral.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 117
Rub.
Fl. 115
DCG

Por cautela, em 11 de abril de 2013, o STF determinou que os Tribunais de Justiça de todos os estados e do Distrito Federal dessem continuidade aos pagamentos de precatórios, na forma como já vinham realizando, até que a Corte Suprema decida sobre a modulação da decisão proferida. Portanto, no exercício de 2015, foram mantidas as regras de pagamento de precatórios adotadas com a publicação da EC nº 62/2009.

Em março de 2015, a Suprema Corte concluiu o julgamento sobre a modulação dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade da EC 62/2009. Segundo o STF, fica mantido parcialmente o regime especial pelo período de cinco anos, contados a partir de janeiro de 2016. Com tal decisão, o Estado terá de liquidar o seu estoque de precatórios até 2020.

Do valor total repassado pelo Governo do Estado ao Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios em 2016, aproximadamente 23,5% foram provenientes de depósitos judiciais tributários. A utilização de depósitos judiciais tributários para o pagamento de precatórios é respaldada pela Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015, que autoriza os estados a usarem parte dos depósitos tributários e não tributários em que Santa Catarina seja parte para pagamento de precatórios mediante a instituição de um fundo garantidor.

R$ milhares

	31/12/2016			31/12/2015		
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Legislativo	310	1.241	1.551	295	1.180	1.475
Judiciário	11	45	56	10	40	50
Tribunal de Contas do Estado	66	264	330	61	243	304
Executivo						
Encargos Gerais do Estado	315.557	1.262.227	1.577.784	282.144	1.128.576	1.410.720
Departamento Estadual de Infraestrutura	25.594	102.377	127.971	22.921	91.686	114.607
Fazenda	13.859	55.435	69.294	13.768	55.073	68.841
Saúde	1.391	5.565	6.956	6.403	25.613	32.016
Segurança Pública	3.422	13.687	17.109	3.831	15.325	19.156
Demais Orgãos	1.355	5.420	6.775	1.596	6.385	7.981
TOTAL	**361.565**	**1.446.261**	**1.807.826**	**331.029**	**1.324.121**	**1.655.150**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

27 Obrigações Fiscais

R$ milhares

	31/12/2016			31/12/2015		
Obrigações Fiscais	**Circulante**	**Não circulante**	**TOTAL**	**Circulante**	**Não circulante**	**TOTAL**
Tributos Renegociados	17.215	265.590	282.805	17.258	258.444	275.701
Demais Obrigações Fiscais	1.063	-	1.063	827	15	842
TOTAL	**18.278**	**265.590**	**283.868**	**18.084**	**258.459**	**276.543**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 118
Rub.

Fl. 116
DCG

Provisões Matemáticas Previdenciárias

R$ milhares

	31/12/2016			31/12/2015		
TÍTULOS	**Plano Financeiro**	**Plano Previdenciário**	**TOTAL**	**Plano Financeiro**	**Plano Previdenciário**	**TOTAL**
Provisão para Benefícios Concedidos						
Aposentadoria/ Pensões/Outros Benefícios	91.505.223	-	91.505.223	80.860.559	9.587	80.870.146
Contribuições dos Inativos	(3.077.666)	-	(3.077.666)	(2.083.505)	(135)	(2.083.640)
Contribuições dos Pensionistas	(632.823)	-	(632.823)	(536.739)	(15)	(536.754)
Cobertura de Insuficiência Financeira	(77.942.643)	-	(77.942.643)	(70.154.259)	-	(70.154.259)
Compensação Previdenciária do Plano Financeiro do RPPS	(9.121.693)	-	(9.121.693)	(8.086.056)	(479)	(8.086.535)
TOTAL - Benefícios Concedidos	**730.399**	**-**	**730.399**	**-**	**8.956**	**8.956**
Provisão para Benefícios a conceder						
Aposentadoria/ Pensões/Outros Benefícios	108.394.692	-	108.394.692	83.625.073	2.012.228	85.637.301
Contribuições do Ente	(28.852.003)	-	(28.852.003)	(18.095.062)	(761.603)	(18.856.665)
Contribuições dos Ativos	(15.742.833)	-	(15.742.833)	(9.033.440)	(761.603)	(9.795.043)
Compensação Previdenciária	(7.604.730)	-	(7.604.730)	(8.362.507)	(100.611)	(8.463.118)
Cobertura de Insuficiência Financeira	(56.195.126)	-	(56.195.126)	(48.134.064)	-	(48.134.064)
Provisões Atuariais para Ajuste do Plano	-	-	-	-	205.846	205.846
TOTAL - Benefícios a Conceder	-	-	-	-	594.256	594.256
TOTAL	**730.399**		**730.399**	**-**	**603.213**	**603.213**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

A avaliação atuarial para o exercício financeiro de 2016 foi realizada pela empresa CSM – Consultoria Atuarial, de acordo com o contrato de prestação de serviços nº 053/2014, que fez atualizações mensais do saldo das provisões matemáticas.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 119 Rub.
Tribunal de Contas de Santa Catarina Fl. 117 DCG

29 Demais Obrigações

R$ milhares

	31/12/2016			31/12/2015		
Demais Obrigações	**Circulante**	**Não circulante**	**TOTAL**	**Circulante**	**Não circulante**	**TOTAL**
Adiantamentos de Clientes	73.574	207.402	280.976	74.531	278.511	353.042
Dividendos a Pagar	-	-	-	1.104	-	1.104
Consignações	120.447	-	120.447	31.020	-	31.020
Garantias	8.206	-	8.206	7.024	-	7.024
Depósitos Judiciais	5.529.321	158.002	5.687.323	5.148.611	135.751	5.284.362
Depósitos	137.663	-	137.663	111.586	-	111.586
Outras Obrigações	316.139	319.008	635.147	84.981	224.852	309.833
TOTAL	**6.185.349**	**684.411**	**6.869.760**	**5.458.857**	**639.113**	**6.097.970**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Adiantamento de Clientes

Registra, principalmente, os valores pagos antecipadamente pelo Banco do Brasil ao Governo do Estado de Santa Catarina por conta da prestação de serviços bancários pelo prazo de 60 meses, contabilizados na Unidade Gestora Diretoria do Tesouro Estadual, sendo apropriados mensalmente para o resultado do período em obediência ao princípio da competência.

Também estão reconhecidos nesta rubrica no passivo não circulante os valores levantados a título de depósito judicial sob a égide da Lei Complementar Federal nº 151/2015.

A tabela abaixo demonstra a movimentação da conta que reconhece o passivo do Estado decorrente de levantamento dos depósitos judiciais.

R$ milhares

Depósitos sob Aviso à Disposição da Justiça	
Saldo em 01/01/2016	**135.751**
Incorporação de Valores	
Levantamento do Depósito Judicial	24.014
Atualização Monetária do Passivo	73
Desincorporação de Valores	
Restituição ao Fundo (LC 151/2015)	(1.836)
Saldo em 31/12/2016	**158.002**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Patrimônio Líquido
Saldo Patrimonial

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 120
Rub.
Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 118
DCG

31 Ajustes de Exercícios Anteriores

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores foi movimentada em 2016, substancialmente, em função de:

a) mudança de práticas contábeis, inclusive:
   - reavaliação positiva ou negativa, conforme os procedimentos previstos no Decreto Estadual nº 3.486/2010, quando se tratar da primeira avaliação do bem.

b) retificação de erros de exercícios anteriores não atribuíveis a fatos subsequentes, tais como:
   - ajuste do saldo da contabilidade pública à contabilidade comercial, feito pelas empresas estatais dependentes, devido à defasagem entre o fechamento contábil da área comercial e pública; e
   - incorporação ou desincorporação de patrimônio relativo a exercícios anteriores (vide nota explicativa nº 22).

Abaixo, segue o quadro-resumo dos valores registrados em Ajustes de Exercícios Anteriores:

R$ milhares

Ajuste de Exercícios Anteriores decorrentes de:	
a) Mudança de Práticas Contábeis	7.446.725
b) Retificação de Erros de Exercícios Anteriores	31.486
TOTAL	**7.478.211**

Fonte: Unidades Gestoras

No item de mudanças de práticas contábeis, destacamos o DEINFRA, que em 2016 avaliou bens de infraestrutura da classe "Rodovias Pavimentadas" no valor de R$ 7,410 bilhões.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 121
Rub.
Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
Fl. 119
DCG

DEINFRA

Os riscos fiscais do DEINFRA são compostos por ações civis públicas, dívida ativa, ações trabalhistas e ações comuns, nestas enquadrando-se a demanda judicial referente à duplicação das rodovias SC-401, SC-402 e SC-403.

Udesc

Trata-se de ações, praticamente todas cíveis, que tramitam na Vara da Fazenda Pública. Em geral, são ações de repetição de indébito do ensino a distância, sendo, na sua maioria, pagas por meio de RPV.

Epagri

Os riscos fiscais da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) referem-se a ações trabalhistas, cíveis e tributárias, registradas pela contabilidade.

Riscos Diversos

Durante a implantação da funcionalidade referente ao controle dos Riscos Fiscais no módulo de Precatórios no SIGEF, a DICD julgou o risco de desembolso de algumas provisões reconhecidas no passivo, promovendo a sua baixa, e as inseriu como riscos fiscais, pois não existiam indícios de prováveis desembolsos financeiros por parte do Estado de Santa Catarina.

No volume II desta prestação de contas anual, encontra-se o relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda, o qual detalha os riscos fiscais e os passivos contingentes.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 122 Rub.
Tribunal de Contas de Santa Catarina Fl. 120 DCG

R$ milhares

RECEITA SEM CONTRAPRESTAÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
Transferências e Delegações Recebidas		
Transferências Intergovernamentais	4.746.270	4.340.698
Transferências das Instituições Privadas	677.569	1.606.835
Transferências do Exterior	19	4
Transferências de Pessoas Físicas	1.125	516
Outras Transferências e Delegações Recebidas	486.524	639.946
TOTAL	**5.911.506**	**6.587.999**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Detalhamento da Renúncia de Receita

R$ milhares

Renúncia/Tributo	ICMS	IPVA	ITCMD	Outros	Total
Isenção em Caráter não Geral	-	90.919	-	-	90.919
Outros Benefícios Diferenciados	21.048	-	-	-	21.048
Total da Renúncia	**21.048**	**90.919**	**-**	**-**	**111.967**

Fonte: Diretoria de Administração Tributária

Valores apurados de janeiro a novembro pela Diretoria de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda (DIAT/SEF). Os valores referentes ao mês de dezembro não são reconhecidos contabilmente, pois as informações são apuradas e informadas após o fechamento contábil do exercício.

Em dezembro, o valor apurado da renúncia é de R$ 57.096 milhares, sendo assim distribuídos:

R$ milhares

Renúncia/Tributo	ICMS	IPVA	ITCMD	Outros	Total
Remissão	53.031	76	4		53.110
Outros Benefícios Diferenciados	3.986	-	-	-	3.986
Total da Renúncia	**57.016**	**76**	**4**	**-**	**57.096**

Fonte: Diretoria de Administração Tributária

Portanto, o valor total apurado e informado pela DIAT/SEF em 2016 passível de evidenciação nestas notas explicativas é R$ 169.063 milhares.

34 Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial consolidado do período foi positivo de R$ 613.192 milhões ante um resultado negativo em 2015 de R$ 1,434 bilhão, o que gera uma variação positiva de aproximadamente 143%. Grande parte desse bom desempenho foi decorrente do resultado financeiro, tendo em vista que as variações patrimoniais diminutivas financeiras caíram, em 2016, 22,85%, enquanto as variações patrimoniais aumentativas financeiras cresceram 94,55%, contribuindo significativamente para o superavit patrimonial do período.

As variações patrimoniais qualitativas representam as incorporações/desincorporações de ativos e passivos resultantes da execução orçamentária das receitas/despesas de capital, não afetando o resultado patrimonial do período.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 123
Rub.
Fl. 123
DCG

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

35 Caixa e Equivalentes de Caixa

A disponibilidade é composta por caixa e equivalentes de caixa. O saldo de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias. Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de alta liquidez e os valores arrecadados e não recolhidos aos cofres do Tesouro, os quais são contabilizados como arrecadação indireta.

Para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), os valores da fonte de recursos extraorçamentários (9.9.99) não integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa, pois são recursos não utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento. São exemplos desses recursos os depósitos e cauções recebidos.

Com relação ao Balanço Financeiro (BF), os valores da fonte de recursos extraorçamentários (9.9.99) integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa, sendo, portanto, diferentes do saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Dos valores de caixa e equivalentes de caixa constantes na DFC, a quantia de R$ 337,132 milhões está aplicada em fundos de investimentos temporários de renda fixa pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores Estaduais.

Quadro Demonstrativo de Caixa e Equivalentes de Caixa das Demonstrações Contábeis

R$ milhares

BALANÇO PATRIMONIAL/ BALANÇO FINANCEIRO		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.217.933	Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto disponibilidade extraorçamentária)	3.615.022
.....	.....	Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	321.609
.....	.....	Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	15.523
TOTAL	**9.217.933**	**TOTAL**	**3.952.154**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

36 Outros Ingressos Operacionais/ Outros Desembolsos Operacionais

Estão sendo contemplados os valores a título de transferências resultantes da execução orçamentária entre órgãos e entidades do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, tais como as cotas, os repasses e os sub-repasses.

Fl. 122
DCG

Do total das despesas executadas no ano de 2016, o valor de R$ 1,764 bilhão foi custeado com o superavit financeiro de exercícios anteriores, ou seja, com saldo de caixa referente às receitas arrecadadas em exercícios anteriores.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 124
Rub.

40 Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário do período foi superavitário em R$ 104,687 milhões e é obtido por meio da diferença entre a receita arrecadada no período (24,284 bilhões) e a despesa empenhada (24,180 bilhões).

Balanço Financeiro (BF)

41 Resultado Financeiro

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro foi de R$ 1,218 bilhão e corresponde à variação das disponibilidades no final do ano (R$ 9,218 bilhões) e no início do ano (R$ 8 bilhões).

42 Eventos Subsequentes

Após o encerramento do período contábil, a Diretoria de Contabilidade Geral (DCOG/SEF) foi provocada a se manifestar no Processo SEF nº 10.537/2016 acerca dos registros patrimoniais e financeiros decorrentes da Lei Estadual nº 17.053, de 20 de dezembro de 2016, que dispõe sobre os efeitos das operações de doações efetuadas por contribuintes do ICMS com base em convênios autorizados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), em contrapartida à fruição de benefícios fiscais.

O art. 1º da lei em comento estabeleceu que as doações efetuadas ao Fundo de Desenvolvimento Social (FUNDOSOCIAL), instituído pela Lei nº 13.334, de 28 de fevereiro de 2005, por empresas públicas e sociedades de economia mista das quais o Estado seja controlador ou acionista majoritário, na qualidade de contribuinte do ICMS, em contrapartida a créditos presumidos decorrentes de tratamento tributário diferenciado concedido pela SEF, autorizados por convênio aprovado pelo CONFAZ, serão consideradas como receitas tributárias para efeitos de distribuição dos percentuais sobre a Receita Líquida Disponível (RLD) aos Poderes e Órgãos estaduais, na forma prevista nas leis de diretrizes orçamentárias, bem como para repasse aos municípios e aplicação em educação e saúde.

O reconhecimento dos efeitos patrimoniais e financeiros nas demonstrações contábeis de 2016 tornou-se impraticável, tendo em vista que, até a data de apresentação dessas demonstrações, o processo de mensuração dos valores ainda não tinha sido finalizado e analisado por todas as áreas competentes, inclusive o TCE/SC, como prevê o § 5º do art. 1º da Lei nº 17.053/2016.

Até o momento, a DCOG/SEF estima que a redução no patrimônio estadual poderá ser em torno de R$ 248,750 milhões.

Os valores a serem repartidos com Poderes e Órgãos autônomos não impactam o patrimônio líquido do Estado, pois são desconsiderados no processo de consolidação por representarem operações entre órgãos e entidades pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Assim que houver a conclusão do processo de mensuração dos valores, a DCOG/SEF providenciará o reconhecimento nas demonstrações contábeis.

Fls. 123
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 125
Rub.

Análise

A análise das Demonstrações Contábeis do Balanço Geral tem por finalidades a obtenção, a decomposição e a interpretação de valores constantes nos demonstrativos para gerar informações úteis que possibilitem o entendimento das contas do Estado, auxiliando no processo de tomada de decisão. Essa análise observa a evolução de indicadores nos últimos dois anos. A variação entre um ano e o anterior é denominada análise horizontal, sendo identificada com o termo H%.

Os indicadores estão divididos em cinco partes: Indicadores do Balanço Patrimonial, Análise da Execução Orçamentária, Análise do Balanço Financeiro, Análise das Variações Patrimoniais e Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os valores desses indicadores têm como base os demonstrativos publicados no capítulo "Demonstrações Contábeis", que apresenta os valores consolidados do Estado.

O Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) estão consolidadas excluindo as operações entre os órgãos e as entidades integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, denominadas "intra". O Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Financeiro (BF) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) estão consolidados considerando as operações intra.

As análises desconsideraram, no Ativo e no Passivo, os valores da fonte 9.9.99 (fonte extraorçamentária) que não são utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE Fls. 126 Rub.
Tribunal de Contas de Santa Catarina Fl. 124 DCG

Variações Patrimoniais – são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando ou não o seu resultado. Elas são divididas em quantitativas e qualitativas. As variações patrimoniais qualitativas alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido, determinando modificações apenas na composição específica dos elementos patrimoniais. As variações patrimoniais quantitativas decorrem de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, subdividindo-se em Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) – são variações patrimoniais que aumentam o patrimônio líquido (receita sob o enfoque patrimonial).

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) – são variações patrimoniais que diminuem o patrimônio líquido (despesa sob o enfoque patrimonial).

Balanço Patrimonial – evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública. É estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

Balanço Orçamentário – evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, e demonstrando o resultado orçamentário. É estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

Balanço Financeiro – evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Demonstração das Variações Patrimoniais – evidencia as variações quantitativas (VPAs e VPDs), o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos. O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – objetiva demonstrar: a) o déficit ou superávit patrimonial do período; b) cada mutação no patrimônio líquido reconhecida diretamente nele; c) o efeito decorrente da mudança nos critérios contábeis e os efeitos decorrentes da retificação de erros cometidos em exercícios anteriores; e d) as contribuições dos proprietários e distribuições recebidas por eles como proprietários. Ressalta ainda que alterações no patrimônio líquido de uma entidade entre as datas de duas demonstrações financeiras consecutivas refletem o aumento ou a diminuição da riqueza durante o período.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 127
Rub.

Tribunal de Contas da União
Fl. 125
DCG

Endividamento

Exercício	Metodologia	RCL	%	Dívida	Manutenção	Limites
Comparação do Endividamento*						
Endividamento Interno sobre Alerta*						
Dívida Interna Líquida*						

Nota 1:

Nota 2:

Nota 3:

Nota 4:

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 128
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 126
DCG

Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais

Indicador	Metodologia	2023		8%	2022			Interpretação	Análise
Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais[1]	Total das Variações Patrimoniais Aumentativas / Total das Variações Patrimoniais Diminutivas	34.865.381,80 / 40.229.669,20 (R$ mil/hora)	0,87	1%	71.641.756,74 / 72.241.517,17 (R$ mil/hora)	0,99		Indica se as variações aumentativas superam as diminutivas no exercício. • If 1: A receita patrimonial cobre as despesas. • If 1: Há superávit patrimonial no exercício. • If <1: Há déficit patrimonial no exercício. **Concluído:** aparecer valor abaixo	Em 2023, o Fundo apresentou um resultado patrimonial negativo de -13,35% de superávit/déficit em apenas um exercício.

Nota 1: Em 2022 e 2023, foi incluída a receita de variação positiva líquida de ativos (R$ 1.000 em 2022 e R$ 0 em 2023).

Análise do Balanço Financeiro

Indicador	Metodologia	2023		8%	2022			Interpretação	Análise
Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária	Receita Orçamentária Ajustada / Despesa Orçamentária Ajustada	12.741.779,79 / 12.979.610,00 (R$ mil/hora)	0,98	1%	13.384.128,00 / 14.135.699,00 (R$ mil/hora)	0,95		Indica se as receitas ajustadas superam as despesas ajustadas. • If 1: Há superávit orçamentário e financeiro, considerando a origem de caixa. • If 1: Há superávit orçamentário ou financeiro, mas não ambos, considerando a origem de caixa. • If <1: Há déficit orçamentário e financeiro, considerando a origem de caixa. **Concluído:** aparecer valor abaixo	O quociente ajustado indica que a receita de 2023 ajustada (R$ 12.741.779,79) é suficiente para cobrir a despesa ajustada (R$ 12.979.610,00).
Quociente da Execução Orçamentária	Receita Orçamentária Ajustada / Despesa Orçamentária Ajustada	12.741.779,79 / 12.979.610,00 (R$ mil/hora)	0,98	1%	13.384.128,00 / 14.135.699,00 (R$ mil/hora)	0,95		Indica se as receitas ajustadas superam as despesas ajustadas. • If 1: Há equilíbrio orçamentário. • If 1: Há superávit orçamentário. • If <1: Há déficit orçamentário. **Concluído:** aparecer valor abaixo	O quociente ajustado indica que a receita de 2023 ajustada (R$ 12.741.779,79) é suficiente para cobrir a despesa ajustada (R$ 12.979.610,00).
Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros	Saldo Apurado para o Exercício Seguinte / Saldo do Exercício Anterior	7.238.169,79 / 238.169,79 (R$ mil/hora)	1,11	11%	6.121.533,79 / 7.238.169,79 (R$ mil/hora)	0,85		Indica se os saldos financeiros superam os saldos do exercício anterior. • If 1: Há equilíbrio entre os saldos financeiros do exercício e os saldos do exercício anterior. • If 1: Há superávit financeiro. • If <1: Há déficit financeiro. **Concluído:** aparecer valor abaixo	O quociente ajustado indica que o saldo não foi suficiente para cobrir o déficit.

Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Indicador	Metodologia	2023		8%	2022			Interpretação	Análise
Quociente da capacidade de amortização da dívida[1]	Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício / Total da Dívida	1.214,80 / (0,1 x (R$ 1.214,80 - R$ 1.214,80)) (R$ mil/hora)	0,00	0,0%	1.980,30 / (10.000,00 - 1.019,70) (R$ mil/hora)	0,20		Indica a capacidade de pagamento da dívida com o caixa disponível. **Concluído:** aparecer valor abaixo	O Estado não possui dívida, portanto, não há comprometimento de receita.
Quociente da atividade operacional	Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício / Total da Execução Líquida do Ano	1.214,80 / (0,1) (R$ mil/hora)	0,00	0%	1.980,30 / 9,9 (R$ mil/hora)	0,20		Indica a capacidade de geração líquida de caixa para cobrir o déficit ou de aplicação superávit. **Concluído:** aparecer valor abaixo	O Estado apresentou déficit de caixa e não foi possível gerar caixa para cobrir o déficit.

Nota 1: Em 2022 e 2023, foi incluída a receita de variação positiva líquida de ativos (R$ 1.000 em 2022 e R$ 0 em 2023).

Nota 2: Em 2022 e 2023, foi incluída a receita de variação positiva líquida de ativos (R$ 1.000 em 2022 e R$ 0 em 2023).

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 129
Rub
Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 127
DCG

Santa Catarina, gente que se supera

SANTA CATARINA EM 2016

BALANÇO GERAL

VOLUME 2

Anexos do Balanço Geral do Estado

Secretaria de Estado da Fazenda

Diretoria de Contabilidade Geral

GOVERNO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 130
Rub. 40

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 128
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 131
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 129
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 132
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 130
DCG

CONTADORES DA FAZENDA ESTADUAL RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES ESTADUAIS

Adalberto Cerqueira Ventura
Alexandra Mara de Brito
Anderson Pereira
André Amaral Medeiros
André Conceição Costa
Ângela Coelho
Arcangelo Felisberto
Carlos Eduardo Osório
Cintia Salvador Sorgeri
Cristiano Severo Martins
Daniela de Souza Pereira Savi
Delia Heder Florentini
Eliana Amorim Rosa
Elisa Mayer
Erci Velho de Melo Petronilio
Everaldo Elias Vieira
Fabiana Santana Correa
Gabriel Pereira da Silva
Geraldo Catunda Neto
Graziela Geisler
Guilherme Cerutti Bueno
Gutemberg Salles Afonso
Isac Garcia Fernandes
Isair Sell
Ivana Kretzer Santos
Jefferson Fernando Grande
Julio Cesar Siqueira
Laizy da Silva
Luana Claudia Torres
Marcelo Carlos Botelho
Michely Bernardini Schweitzer
Nadieg Sorato Pacheco
Ocemar Nascimento Willmer
Paulo Guilherme O. Belvedere
Patrick Estevão Imaton Pereira
Priscila Teis Schulle
Rinaldo José Valese
Sandro Medeiros Alves
Wilson Henrique Fetzner Filho

OUTRAS ÁREAS ENVOLVIDAS

Assessoria de Comunicação – SEF
Diretoria Administrativa e Financeira – SEF
Diretoria de Administração Tributária – SEF
Diretoria de Auditoria Geral – SEF
Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública – SEF
Diretoria de Gestão de Fundos – SEF
Diretoria de Planejamento Orçamentário – SEF
Diretoria do Tesouro Estadual – SEF
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. (CIASC)

INFORMAÇÕES

Secretaria de Estado da Fazenda
Diretoria de Contabilidade Geral
Gerência de Informações Contábeis
geinc@sefaz.sc.gov.br – (48) 3665-2773 – (48) 3665-2710
Centro Administrativo do Governo Rodovia SC-401, nº 4.600 – Km 5 – Saco Grande II – Florianópolis – SC

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 133
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 131
DCG

SUMÁRIO

2.6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Anexo 19 da Lei Federal nº 4.320/64)
2.6.1. Consolidado Geral 170
2.6.2. Poder Executivo 171
2.6.3. Consolidado Geral – Excluídas as Operações Intraorçamentárias 172
2.7. Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei Federal nº 4.320/64)
2.7.1. Consolidado Geral 173
2.8. Programa de Trabalho (Anexo 6 da Lei Federal nº 4.320/64)
2.8.1. Consolidado Geral 174
2.9. Demonstrativo das Despesas por Funções, Subfunções e Programas (Anexo 7 da Lei Federal nº 4.320/64)
2.9.1. Consolidado Geral 324
2.10. Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo dos Recursos (Anexo 8 da Lei Federal nº 4.320/64)
2.10.1. Consolidado Geral 341
2.11. Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei Federal nº 4.320/64)
2.11.1. Consolidado Geral 358
2.12. Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64)
2.12.1. Consolidado Geral 381
2.13. Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64)
2.13.1. Consolidado Geral 409
2.13.2. Consolidado Geral por Unidade Gestora 416

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 134
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 132
DCG

SUMÁRIO

2.21. Quadro de Pessoal Consolidado com a Quantidade e os Valores da Folha de Pagamento
2.21.1 Consolidado Geral 574
2.21.2 Poder Executivo 575
2.21.3 Poder Judiciário 576
2.21.4 Poder Legislativo 577
2.21.5 Ministério Público 579
2.22. Demonstrativo da Quantidade de Pessoal por Meio de Contratos de Terceirização de Serviços
2.22.1 Consolidado Geral 580
2.22.2 Poder Executivo 581
2.22.3 Poder Judiciário 584
2.22.4 Poder Legislativo 585
2.22.5 Ministério Público 588
2.23. Demonstrativo dos Benefícios Previdenciários de Regime Próprio de Previdência (RPPS)
2.23.1 Consolidado Geral 589
2.23.2 Poder Executivo 590
2.23.3 Poder Judiciário 591
2.23.4 Poder Legislativo 592
2.23.5 Ministério Público 594
2.24. Relatório do Desempenho da Arrecadação Tributária
2.24.1 Dívida Ativa do Estado 595
2.24.2 Ações de Recuperação de Créditos na Instância Judicial 596
2.24.3 Evolução do Montante dos Créditos Tributários Passíveis de Cobrança Administrativa 597
2.24.4 Indicação das Medidas Adotadas para a Recuperação de Créditos Administrativamente 598
2.24.5 Medidas Adotadas para Incremento das Receitas Tributárias e de Contribuições 599
2.24.6 Providências Adotadas para o Combate à Evasão e à Sonegação de Tributos 602

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 135
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 133
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 136
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 134
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 137
Rub

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 135
DCG

os resultados alcançados. Ou seja, a transparência é o elo que une esses dois agrupamentos de interesses.

Portanto, em atendimento ao Princípio da Transparência na Gestão Fiscal, contido na Lei de Responsabilidade Fiscal, esta prestação de contas encontra-se disponível, na íntegra, no Portal da Transparência do Poder Executivo do Estado, no endereço eletrônico www.transparencia.sc.gov.br. Nele, também é possível consultar todos os dados sobre a execução orçamentária e financeira, de forma detalhada e atualizada diariamente, a remuneração e os dados funcionais de servidores, os pagamentos efetuados aos fornecedores do Estado, as diárias pagas, assim como outras informações relevantes relacionadas à gestão do estado catarinense. O Portal é um importante disseminador da transparência em nível global, uma vez que se encontra no ambiente da rede mundial de computadores, acessível a todos os cidadãos.

Por fim, no contexto do que foi previamente exposto, o Balanço Geral do Estado de 2016 está dividido em três volumes, além da mensagem apresentada pelo Governador na abertura da sessão legislativa:

Volume I - Relatório Técnico sobre a Prestação de Contas do Exercício de 2016

Documento que abrange de forma consolidada a execução dos orçamentos da administração direta, das autarquias, das fundações, dos fundos especiais e das empresas estatais dependentes, visando demonstrar os principais resultados alcançados no exercício tanto nas áreas administrativa, econômica, financeira e social quanto em relação às metas do planejamento orçamentário e fiscal e ao cumprimento de limites constitucionais e legais. Além disso, traz também as demonstrações contábeis consolidadas que evidenciam os resultados das gestões orçamentária, financeira e patrimonial do Estado (Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, Demonstrações das Variações Patrimoniais, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa e suas respectivas notas explicativas).

Volume II - Anexos do Balanço Geral do Estado

Neste volume, encontram-se os anexos exigidos pela Lei Federal nº 4.320/64, observadas as alterações posteriores e as demais normas legais e regulamentares pertinentes em vigor, assim como os demonstrativos exigidos pela Instrução Normativa nº TC-20/2015, o relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo e o relatório da Diretoria de Captação de Recursos e da Dívida Pública.

Volume III - Relatório de Atividades do Poder Executivo

Destaca os resultados mais relevantes nas áreas da ação governamental e possibilita o acompanhamento físico e financeiro dos programas de governo, bem como das ações priorizadas nas audiências públicas regionalizadas.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 138
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 136
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 239
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 137
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**683.854.508,00**	**683.854.508,00**	**807.063.639,19**	**123.169.131,19**
Multas e Juros de Mora	148.480.827,00	148.480.827,00	220.820.135,37	72.339.308,37
Indenizações e Restituições	245.256.555,00	245.256.555,00	258.689.798,91	13.433.243,91
Receita da Dívida Ativa	37.600.505,00	37.600.505,00	79.978.793,36	42.378.290,36
Receitas Correntes Diversas	252.556.621,00	252.556.621,00	247.574.909,55	(4.981.711,45)
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**1.518.184.920,00**	**1.518.184.920,00**	**1.377.252.456,59**	**(140.932.263,41)**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**1.399.108.132,00**	**1.399.108.132,00**	**1.253.880.610,78**	**(145.227.521,22)**
Operações de Crédito Internas	1.050.677.144,00	1.050.677.144,00	1.037.465.146,04	(13.211.997,96)
Operações de Crédito Externas	348.430.988,00	348.430.988,00	216.415.464,74	(132.015.523,26)
ALIENAÇÃO DE BENS	**59.148.001,00**	**59.148.001,00**	**9.978.706,18**	**(49.069.294,82)**
Alienação de Bens Móveis	27.411.303,00	27.411.303,00	7.856.309,86	(19.554.993,14)
Alienação de Bens Imóveis	26.736.698,00	26.736.698,00	1.222.396,32	(25.514.301,68)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	**12.505.647,00**	**12.505.647,00**	**23.349.837,80**	**10.844.190,80**
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	**22.423.140,00**	**22.423.140,00**	**57.323.693,58**	**34.900.553,58**
Transferências Intergovernamentais	9.509.695,00	9.509.695,00	4.541.236,54	(4.968.458,36)
Transferências de Instituições Privadas	-	-	290.581,69	290.581,69
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	12.913.445,00	12.913.445,00	51.891.875,25	38.978.430,25
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	**30.000.000,00**	**30.000.000,00**	**33.915.866,25**	**3.915.866,25**
Integralização do Capital Social	-	-	9.905.880,91	9.905.880,91
Dis., Atv, Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	30.000.000,00	30.000.000,00	24.010.927,34	(5.989.072,66)
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	25.751.795.913,00	25.751.795.913,00	24.284.269.243,91	(1.467.526.669,09)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 140
Rub. 10

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 138
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	21.232.812.488,00	26.704.918.066,83	21.998.671.576,45	21.339.625.794,90	21.104.180.250,54	3.095.247.868,98
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.820.535.023,00	15.775.988.285,33	14.098.807.036,39	14.003.619.964,78	14.073.137.347,29	1.677.863.248,94
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.207.879.510,00	825.915.336,54	671.254.327,44	671.254.327,44	671.254.327,44	154.661.011,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.374.480.955,00	8.103.013.441,76	6.328.409.712,62	5.974.991.892,77	5.849.788.581,83	1.773.603.728,84
DESPESAS DE CAPITAL (X)	4.235.585.561,00	4.634.591.604,84	2.460.906.394,65	2.297.575.537,48	2.256.317.187,90	2.353.593.209,99
INVESTIMENTOS	3.324.383.356,00	3.974.964.493,29	1.817.411.662,33	1.634.578.744,85	1.823.319.829,37	2.157.152.860,96
INVERSÕES FINANCEIRAS	36.127.113,00	71.034.885,91	52.706.137,21	52.706.137,21	52.295.623,21	18.328.748,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	875.075.092,00	788.902.257,73	610.790.695,32	610.790.695,32	610.790.695,32	178.111.562,41
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	383.417.884,00	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XIII = (IX + X + XI +XII)	25.751.795.913,00	29.339.509.670,67	24.459.578.471,10	23.637.201.332,47	23.360.497.438,44	5.399.841.198,97
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XIV)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII+ XIV)	25.751.795.913,00	29.339.509.670,67	24.459.578.471,10	23.637.201.332,47	23.360.497.438,44	5.399.841.198,97
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	194.885.772,47	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	25.751.795.913,00	29.339.509.670,67	24.264.356.243,91	23.637.201.332,47	23.360.497.438,44	5.399.841.198,97

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 141
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 139
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (b)	(c)	(d)	(e)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	-	182.055.349,17	181.276.268,36	779.080,81	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	12.387.519,35	12.387.519,35	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	169.670.829,82	168.891.749,01	779.080,81	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	9.709.288,74	9.702.997,74	6.291,00	-
INVESTIMENTOS	-	9.519.276,24	9.512.985,24	6.291,00	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	190.012,50	190.012,50	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	-	191.767.637,91	190.982.266,10	785.371,81	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

BRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 26.013/O-0

DILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 142
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 140
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PODER EXECUTIVO
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**503.390.043,00**	**503.390.043,00**	**573.672.134,42**	**70.282.091,42**
Multas e Juros de Mora	144.281.003,00	144.281.003,00	215.237.784,66	70.956.781,66
Indenizações e Restituições	244.956.555,00	244.956.555,00	258.594.727,16	13.638.172,16
Receita da Dívida Ativa	37.594.656,00	37.594.656,00	79.526.402,90	41.931.746,90
Receitas Correntes Diversas	76.557.829,00	76.557.829,00	20.313.219,51	(56.244.609,49)
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**1.518.184.920,00**	**1.518.184.920,00**	**1.377.252.656,59**	**(140.932.263,41)**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**1.399.108.132,00**	**1.399.108.132,00**	**1.253.880.910,78**	**(145.227.221,22)**
Operações de Crédito Internas	1.050.677.144,00	1.050.677.144,00	1.037.465.146,04	(13.211.997,96)
Operações de Crédito Externas	348.430.988,00	348.430.988,00	216.415.464,74	(132.015.523,26)
ALIENAÇÃO DE BENS	**54.148.001,00**	**54.148.001,00**	**9.078.706,18**	**(45.069.294,82)**
Alienação de Bens Móveis	27.411.303,00	27.411.303,00	7.856.909,86	(19.554.993,14)
Alienação de Bens Imóveis	26.736.698,00	26.736.698,00	1.222.396,32	(25.514.301,68)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	**12.505.647,00**	**12.505.647,00**	**23.349.837,85**	**10.844.190,85**
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	**22.423.140,00**	**22.423.140,00**	**57.023.693,58**	**34.600.553,58**
Transferências Intergovernamentais	9.509.695,00	9.509.695,00	4.841.239,64	(4.668.456,36)
Transferências de Instituições Privadas	-	-	290.581,69	290.581,69
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	12.913.445,00	12.913.445,00	51.891.875,25	38.978.430,25
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	**30.000.000,00**	**30.000.000,00**	**33.919.888,25**	**3.919.888,25**
Integralização do Capital Social	-	-	9.905.880,91	9.905.880,91
Div. Ativ. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	30.000.000,00	30.000.000,00	24.013.927,34	(5.986.072,66)
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	25.529.243.463,00	25.529.243.463,00	23.577.752.598,21	(1.951.310.864,79)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 143
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 141
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PODER EXECUTIVO
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	18.914.960.873,00	20.419.153.382,54	19.279.298.794,62	19.060.020.328,55	17.922.039.712,95	2.247.695.799,92
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.748.381.869,00	12.907.884.992,91	12.252.463.448,52	12.252.118.336,46	12.229.629.725,46	655.421.543,39
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.267.876.318,00	525.915.238,04	971.254.327,44	971.254.327,44	971.254.327,44	154.661.011,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.898.727.686,00	6.984.353.252,45	5.448.580.018,66	5.140.648.974,65	4.721.682.660,05	1.437.773.233,83
DESPESAS DE CAPITAL (X)	3.994.390.782,00	4.986.695.408,47	3.274.204.732,39	3.268.506.896,83	3.197.249.180,55	3.192.906.873,17
INVESTIMENTOS	3.079.332.854,00	3.709.412.930,63	1.716.297.939,77	1.340.089.797,58	1.334.291.912,02	1.088.704.881,36
INVERSÕES FINANCEIRAS	39.976.346,00	68.460.216,91	52.706.137,21	52.706.137,21	52.295.823,21	15.754.179,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	875.080.082,00	708.862.257,73	610.790.655,32	610.790.655,32	610.783.655,32	118.111.662,41
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	383.417.884,00	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XII)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XIII = (IX + X + XI +XII)	23.292.353.339,00	25.194.060.969,01	23.744.304.526,32	23.275.526.919,38	23.119.765.983,50	5.449.456.462,09
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XIV)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII+ XIV)	23.292.353.339,00	25.194.060.969,01	23.744.304.526,32	23.275.526.919,38	23.119.765.983,50	5.449.456.462,09
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	3.233.226.071,29	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	23.292.353.339,00	25.194.060.969,01	26.977.710.596,21	26.275.526.919,38	23.119.765.983,50	5.449.456.462,09

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 144
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 142
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PODER EXECUTIVO
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (b)	(c)	(d)	(e)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	-	183.126.312,88	179.354.424,15	771.888,73	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	10.080.761,38	10.080.761,38	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	169.145.551,50	168.373.662,77	771.888,73	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	9.671.879,94	9.665.385,94	6.291,00	-
INVESTIMENTOS	-	9.481.664,44	9.475.373,44	6.291,00	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	190.012,50	190.012,50	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	-	192.797.992,82	189.019.810,09	778.179,73	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

BRAZIELA LUIZA MERCHIORI
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 28.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 145
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 143
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

DISPÊNDIOS	Janeiro a Dezembro/2016	Janeiro a Dezembro/2015
Despesa Orçamentária (VI)	**24.179.579.471,50**	**22.979.636.740,42**
Ordinária	**15.906.463.892,07**	**14.863.376.179,64**
Vinculada	**8.573.115.579,43**	**8.116.260.560,78**
Recursos Vinculados à Educação	2.411.218.007,35	2.341.214.651,82
Recursos Vinculados à Saúde	583.483.176,65	629.344.517,72
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.568.998.236,74	1.636.807.508,54
Recursos Vinculados à Assistência Social	648.711.451,49	1.133.700.719,35
Recursos Vinculados à Segurança Pública	553.103.171,54	547.989.159,09
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	127.598.417,06	129.109.954,12
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	48.818.122,49	35.605.089,15
Recursos Vinculados a Programas de Infra Estrutura de Transportes	31.930.247,30	15.189.094,47
Recursos Vinculados à Emergência e Calamidade Pública	7.801.541,50	19.761.266,17
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	3.283.555,50	15.177.467,34
Recursos Vinculados a Operações de Crédito	1.291.824.279,90	1.235.513.612,25
Outras Vinculações de Recursos	298.775.371,91	379.153.341,76
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	**67.550.634.802,06**	**65.714.275.694,91**
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	18.076.123.123,76	17.624.724.727,59
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	46.528.942.291,03	44.919.352.371,51
Transferências Concedidas Aportes RPPS	2.955.568.827,27	3.170.198.595,81
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	**17.025.842.743,02**	**14.388.215.621,12**
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	234.379.331,81	211.142.071,48
Pagamento de Restos a Pagar Processados	190.982.268,10	55.380.719,02
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	12.614.215.397,30	11.425.114.935,58
Restos a Pagar - Retenções a Pagar	10.269,09	1.673,66
Aplicações do RPPS	3.986.250.359,72	2.696.576.221,38
Perdas Aplicação Financeira RPPS	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	90,00	-
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	**9.217.933.234,58**	**7.999.953.779,44**
Caixa e Equivalente de Caixa	9.217.933.234,58	7.999.953.779,44
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	**117.981.989.451,16**	**111.082.081.835,89**

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 146
Rub.
Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 144
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

NOTAS EXPLICATIVAS

001 - São consideradas como despesas orçamentárias as despesas empenhadas no exercício.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 147
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 145
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO FINANCEIRO - PODER EXECUTIVO
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

DISPÊNDIOS	Janeiro a Dezembro/2016	Janeiro a Dezembro/2015
Despesa Orçamentária (VI)	**20.744.504.526,52**	**19.749.290.585,85**
Ordinária	**12.494.761.760,10**	**11.918.736.312,78**
Vinculada	**8.249.742.766,82**	**7.830.554.273,07**
Recursos Vinculados à Educação	2.411.218.937,35	2.341.214.651,82
Recursos Vinculados à Saúde	980.485.176,05	929.344.517,72
Recursos Vinculados à Previdência Social	3.338.067.757,00	1.452.087.934,25
Recursos Vinculados à Assistência Social	615.049.997,20	1.070.638.765,87
Recursos Vinculados à Segurança Pública	693.103.171,54	947.689.158,09
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	104.337.979,60	112.641.061,28
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	48.818.122,49	35.605.069,15
Recursos Vinculados a Programas de Infra Estrutura de Transportes	31.500.247,30	13.186.004,47
Recursos Vinculados à Emergência e Calamidade Pública	7.601.541,50	19.761.266,17
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	3.283.555,50	15.147.867,34
Recursos Vinculados a Operações de Crédito	1.291.824.279,90	1.235.513.812,25
Outras Vinculações de Recursos	261.254.930,79	357.713.974,66
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	**66.908.781.956,08**	**65.143.599.442,79**
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	17.919.083.550,40	17.436.655.880,75
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	46.302.412.722,26	44.710.400.074,51
Transferências Concedidas Aportes RPPS	2.787.305.683,42	2.996.543.507,53
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	**13.197.688.101,90**	**11.200.852.567,89**
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	196.488.985,31	164.179.122,13
Pagamento de Restos a Pagar Processados	189.019.810,09	54.674.800,76
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.825.916.291,98	8.285.421.160,62
Restos a Pagar - Retenções a Pagar	12.864,80	1.263,00
Aplicações do RPPS	3.986.250.359,72	2.696.576.221,38
Perdas Aplicação Financeira RPPS	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	90,00	-
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	**3.024.680.456,99**	**2.266.072.370,58**
Caixa e Equivalente de Caixa	3.024.680.456,99	2.266.072.370,58
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	**103.875.655.041,89**	**98.359.814.967,11**

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 148
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 146
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO FINANCEIRO - PODER EXECUTIVO
Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

NOTAS EXPLICATIVAS

001 - São consideradas como despesas orçamentárias as despesas empenhadas no exercício.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 149
Rub

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 147
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Intra OFSS	41.775.433,32	-
Financiamentos Concedidos a Receber	41.775.433,32	-
Dívida Ativa Tributária	677.358.874,84	167.346.151,88
Dívida Ativa Tributária - Consolidação	677.358.874,84	167.346.151,88
Dívida Ativa Tributária Inscrita	677.358.874,84	167.346.151,88
Dívida Ativa Não Tributária	2.395.425,46	937.342,26
Dívida Ativa Não Tributária - Consolidação	2.395.425,46	937.342,26
Dívida Ativa Não Tributária	2.395.425,46	937.342,26
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	(712.213.823,24)	(184.323.183,27)
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo-Consolidação	(712.213.823,24)	(184.323.183,27)
*(-) Ajuste de Perdas de Clientes	(16.979.267,84)	(99.495,55)
(-) Ajuste de Perdas de Créditos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	(16.161.560,81)	(16.161.560,81)
(-)Ajuste de Perdas de Créditos da Dívida Ativa Tributária	(676.690.013,08)	(167.196.519,00)
*(-)Ajuste de Perdas de Créditos da Dívida Ativa Não Tributária	(2.382.651,51)	(866.567,91)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.124.483.101,05	1.724.965.093,62
Adiantamentos Concedidos	1.648.047.196,14	1.526.410.999,92
Adiantamentos Concedidos - Consolidação	1.829.483.367,94	1.301.061.153,32
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	9.087.115,50	10.747.701,28
=Suprimento de Fundos/Diárias	14.162.581,24	16.146.015,29
Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	1.606.213.671,10	1.274.167.436,75
Adiantamentos Concedidos - Intra OFSS	16.583.828,20	25.348.913,60
Adiantamento para Pagamento de Precatórios Regime Especial	16.583.828,20	25.348.913,60
Tributos a Recuperar / Compensar	5.943.167,04	5.860.980,75
Tributos a Recuperar/Compensar - Consolidação	783,20	783,20
ICMS a Recuperar/ Compensar	783,20	783,20
Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS União	5.774.734,15	5.692.547,96
IRRF a Compensar	3.202.169,23	3.120.002,94
IR e CSLL a Recuperar / Compensar	1.424.340,19	1.424.340,19

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 150
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 148
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Contribuição do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	2.905,54	1.090,09
Coparticipação do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	14.533.622,78	26.506.701,25
Ajuste dos Créditos a Receber	13.547.706,58	11.817.077,64
=Créditos a Receber Decorrentes de Compensação Brasil Telecom	23.537,46	35.901,56
=Créditos a Receber Decorrentes de Danos Causados ao Patrimônio Público	2.490.576,82	823.054,50
Créditos a Receber Decorrentes Ressarcimentos/Rateios de Despesas	1.036.546,56	-
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	37.081.945,15	45.824.529,93
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Intra OFSS	18.790.613,29	-
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	1.013.668,01	-
Contribuição Patronal do Plano de Saúde dos Servidores	17.776.945,28	-
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo -Inter União	1.404,79	-
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	1.404,79	-
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - - Inter OFSS Município	1.536.182,74	1.264.669,72
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	41.981,72	-
=Créditos a Receber Decorrentes de Cessão de Uso de Áreas Públicas	1.496.201,02	1.264.669,72
(-) Ajuste de Perdas com Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	(417.595.737,10)	(366.229.816,02)
(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo -Consolidação	(417.595.737,10)	(366.229.816,02)
(-) Ajuste de Perdas em Créditos por Danos ao Patrimônio	(368,68)	-
(-) Ajustes de Perdas de Outros Créditos e Valores a Curto Prazo	(417.595.368,42)	(366.229.816,02)
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	337.348.401,29	730.590.352,38
Títulos e Valores Mobiliários	337.348.401,29	730.590.352,38
Títulos e Valores Mobiliários-Consolidação	337.348.401,29	730.590.352,38
=Ações Passíveis de Alienação	218.162,40	218.162,40
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	321.606.495,29	727.954.087,69
Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	15.523.743,60	2.420.102,08
Estoques	176.425.253,87	209.714.858,14
Mercadorias para Revenda	1.004.859,29	1.111.886,40
Mercadorias para Revenda - Consolidação	1.004.859,29	1.111.886,40

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 151
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 149
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Créditos Tributários a Receber	2.276.165.527,04	2.145.747.164,99
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	278.253.242,63	264.085.858,61
Dívida Ativa Tributária	12.961.444.069,90	11.497.800.673,99
Dívida Ativa Não Tributária	326.788.834,46	297.157.253,89
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(13.279.008.062,56)	(11.714.935.999,70)
Créditos a Longo Prazo - Intra OFSS	-	12.670.918,25
Dívida Ativa Tributária	-	12.670.918,25
Créditos a Longo Prazo - Inter OFSS - Município	17.132.037,50	17.407.932,78
Dívida Ativa Tributária	17.132.037,50	17.407.932,78
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	183.452.606,97	153.871.842,20
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Consolidação	183.452.606,97	153.871.842,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	60.962.107,90	67.737.341,76
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	92.777.180,07	86.166.222,14
(-) Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	(286.680,40)	(31.721,70)
Estoques	12.923.461,33	16.590.448,99
Estoques - Consolidação	12.923.461,33	16.590.448,99
Outros Estoques	12.923.461,33	16.590.448,99
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	287.154.180,15	194.254.383,28
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - Consolidação	287.154.180,15	194.254.383,28
Demais VPD a Apropriar	287.154.180,15	194.254.383,28
Investimentos	3.424.994.934,29	3.325.114.363,47
Participações Permanentes	3.383.191.996,29	3.325.114.363,38
Participações Permanentes - Consolidação	3.377.342.937,57	3.300.461.228,32
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	3.376.978.276,50	3.300.096.967,25
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	364.361,07	364.361,07
Participações Permanentes - Intra OFSS	5.849.218,71	24.653.135,06
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	5.844.018,71	24.647.935,06
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	5.200,00	5.200,00

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 152
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 150
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	(1.080.698.447,34)	(828.259.424,65)
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas -Consolidação	(1.080.698.447,34)	(828.259.424,65)
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis	(705.575.072,65)	(551.785.441,96)
(-) Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	(375.122.693,99)	(276.473.982,69)
(-) Amortização Acumulada - Bens Imóveis	(680,70)	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	(30.990.183,35)	(5.716,28)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	(30.990.183,35)	(5.716,28)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado - Bens Móveis	(30.990.183,35)	(5.716,28)
Intangível	255.598.276,66	185.437.126,27
Softwares	288.038.217,00	212.258.131,50
Softwares - Consolidação	288.038.217,00	212.258.131,50
Softwares	213.426.521,31	149.309.306,39
Softwares em Desenvolvimento	74.611.695,69	62.951.825,11
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	247.029,71	248.426,71
Marcas, Direitos e Patentes Industriais - Consolidação	247.029,71	248.426,71
Marcas e Patentes Industriais	441,03	1.838,03
Outros Direitos - Bens Intangíveis	246.588,68	246.588,68
(-) Amortização Acumulada	(29.176.809,90)	(17.069.429,94)
(-) Amortização Acumulada-Consolidação	(29.176.809,90)	(17.069.429,94)
(-) Amortização Acumulada - Softwares	(29.122.370,81)	(17.012.990,85)
(-) Amortização Acumulada - Marcas, Direitos e Patentes	(56.439,09)	(56.439,09)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível	(3.508.158,15)	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível -Consolidação	(3.508.158,15)	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Softwares	(3.508.158,15)	-
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**27.293.871.669,37**	**15.453.367.270,68**
TOTAL DO ATIVO	**42.919.214.217,88**	**31.695.737.329,67**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Outros Encargos Sociais	470.690,80	-
Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	30.447.863,53	29.093.018,31
Contribuição a Regime Próprio de Previdência (RPPS)	12.670.918,25	12.670.918,16
Contribuição ao Plano de Saúde	17.776.945,28	16.389.099,15
Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	55.462.665,47	84.826.483,49
INSS a Pagar	55.462.665,47	84.826.483,49
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	624.494.037,06	970.308.420,39
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	251.177.888,56	594.464.979,75
Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Consolidação	81.939.120,47	88.235.858,49
Empréstimos Internos - em Contratos	81.939.120,47	88.235.858,49
Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - União	169.598.768,09	506.229.023,26
Empréstimos Internos - em Contratos	169.598.768,09	506.229.023,26
Empréstimos a Curto Prazo - Externo	330.729.890,38	375.843.540,64
Empréstimos a Curto Prazo - Externo - Consolidação	330.729.890,38	375.843.540,64
Empréstimos Externos - em Contratos	330.729.890,38	375.843.540,64
Financiamentos a Curto Prazo - Interno	42.576.258,12	-
Financiamentos a Curto Prazo-Interno-Consolidação	800.824,80	-
=Financiamentos Internos (F)	800.824,80	-
Financiamentos a Curto Prazo-Interno-Intra OFSS	41.775.433,32	-
=Financiamentos Internos (F)	41.775.433,32	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	443.761.982,59	457.280.318,70
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	443.761.982,59	456.083.237,04
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	443.761.982,59	456.083.237,04
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	82.197.337,57	125.053.157,46
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar - Credores Nacionais	361.564.645,02	331.030.079,58
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo	-	1.197.081,66
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo - Consolidação	-	1.197.081,66
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros	-	1.197.081,66

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 154
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 152
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos de Clientes	73.573.550,53	74.530.647,22
Adiantamentos de Clientes-Consolidação	73.573.550,53	74.530.647,22
=Adiantamentos de Clientes (F)	73.573.550,53	74.530.647,22
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	-	1.104.309,72
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar-Consolidação	-	1.104.309,72
Dividendos a Pagar - Tesouro Estadual	-	1.104.309,72
Valores Restituíveis	5.795.635.967,95	5.298.240.572,11
Valores Restituíveis - Consolidação	5.795.635.967,95	5.298.240.572,11
Consignações	120.446.699,59	31.020.139,38
Garantias	8.206.683,97	7.024.149,93
Depósitos Judiciais	5.529.320.518,02	5.148.610.484,43
Depósitos não Judiciais	137.663.066,41	111.585.798,35
Outras Obrigações a Curto Prazo	2.509.670.496,93	1.904.063.202,13
Outras Obrigações a Curto Prazo-Consolidação	314.778.441,73	84.444.938,66
Indenizações e Restituições	42.389.065,90	39.670.738,33
Diárias a Pagar	14.777,50	21.219,00
Convênios a Pagar	1.467.648,72	1.004.563,00
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	41.115,00	-
Subvenções Econômicas a Pagar	1.977,00	9.000,00
Valores em Trânsito Exigíveis	3.017.771,43	293.716,72
Depósitos Compulsórios a Pagar	7.197,90	-
Sentenças Judiciais a Pagar	34.287.871,37	36.279.587,99
Suprimentos de Fundos a Pagar	15.000,00	21.000,00
Credores a Pagar Sem Execução Orçamentária	231.663.896,91	7.145.124,93
Credores a Pagar - Acordo Parcelamento	1.890.000,00	-
Outras Obrigações a Curto Prazo - Intra OFSS	2.193.731.066,42	1.479.081.963,56
Adiantamentos Recebidos	18.583.628,20	25.348.913,40
Recursos Especiais a Liberar	2.175.147.238,22	1.453.733.070,26

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 155
Rub

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 153
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
=Empréstimos Externos - em Contratos	2.858.790.506,29	3.565.618.722,17
Financiamentos a Longo Prazo - Interno	5.205.361,20	58.116,48
Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	5.205.361,20	58.116,48
=Financiamentos Internos	5.205.361,20	58.116,48
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.446.314.905,78	1.324.171.369,37
Fornecedores Nacionais e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.446.314.905,78	1.324.171.369,37
Fornecedores Nacionais e Contas a Pagar a Longo Prazo - Consolidação	1.446.314.905,78	1.324.171.369,37
=Fornecedores Nacionais	94.590,18	51.051,20
Precatórios de Fornecedores Nacionais	1.446.280.315,60	1.324.120.318,17
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	266.590.332,72	256.458.955,84
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União	266.590.332,72	256.443.511,58
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União - Inter OFSS União	266.590.332,72	256.443.511,58
Tributos Federais Renegociados	266.590.332,72	256.443.511,58
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios	-	15.044,26
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios - Inter OFSS Município	-	15.044,26
=Outros Tributos e Contribuições Municipais a Recolher	-	15.044,26
Provisões a Longo Prazo	755.919.768,59	653.418.584,38
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	12.849.941,46	12.362.929,09
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo - Consolidação	12.849.941,46	12.362.929,09
=Provisão para Indenizações Trabalhistas	12.849.941,46	12.362.929,09
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	730.398.540,93	603.212.947,99
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	730.398.540,93	603.212.947,99
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios Concedidos	-	-
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios a Conceder	-	-
Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos	-	6.956.477,38
Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder	-	989.410.290,24
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário	-	205.846.180,37
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo	-	34.442.317,77

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 156
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 154
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social Subscrito	225.809.177,88	214.998.932,53
(-) Capital Social a Realizar	(810.069,59)	(10.715,15)
Capital Social Realizado - Inter OFSS União	5.383.499,10	5.383.499,10
Capital Social Subscrito	5.658.555,03	5.658.555,03
(-) Capital Social a Realizar	(275.055,93)	(275.055,93)
Capital Social Realizado - Inter OFSS Município	1.067,00	1.067,00
Capital Social Subscrito	1.067,00	1.067,00
Reservas de Capital	368.427,88	368.427,88
Outras Reservas de Capital	368.427,88	368.427,88
Outras Reservas de Capital - Consolidação	357.491,14	357.491,14
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	242.720,74	242.720,74
Demais Reservas de Capital	114.770,40	114.770,40
Outras Reservas de Capital - Inter OFSS União	10.935,34	10.935,34
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	7.356,92	7.356,92
Demais Reservas de Capital	3.478,42	3.478,42
Outras Reservas de Capital - Inter OFSS Município	111,40	111,40
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	75,64	75,64
Demais Reservas de Capital	35,76	35,76
Demais Reservas	6.088.202,21	6.088.202,21
Reserva de Reavaliação	5.814.681,63	5.814.681,63
Reserva de Reavaliação - Consolidação	5.814.681,63	5.814.681,63
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	2.452.340,00	2.452.340,00
Reserva de Reavaliação de Bens Móveis	3.362.341,63	3.362.341,63
Outras Reservas	2.273.520,58	2.273.520,58
Outras Reservas - Consolidação	2.273.520,58	2.273.520,58
Outras Reservas - Consolidação	2.273.520,58	2.273.520,58
Resultados Acumulados	9.911.612.457,98	832.540.443,47
Superávit ou Déficits Acumulados	9.448.587.393,53	1.240.392.703,60

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 157
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 155
DCG

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS	1.415.580.327,41	954.964.920,38
Lucros e Prejuízos do Exercício	502.390.840,35	489.599.080,90
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	954.964.920,38	465.365.626,48
Ajustes de Exercícios Anteriores	(41.775.433,32)	-
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - União	(344.761.208,16)	(271.572.320,86)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(73.188.887,32)	(88.157.295,70)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(271.572.320,86)	(183.415.025,16)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Estado	(13.229,00)	(13.229,00)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(13.229,00)	(13.229,00)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Município	(5.670.350,02)	(4.095.986,24)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(1.814.363,78)	(1.563.557,80)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(4.095.986,24)	(2.532.428,44)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(760.000,00)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**9.151.517.610,46**	**1.062.539.716,04**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**42.919.214.217,88**	**31.695.737.325,67**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 158
Rub.
Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 156
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.239.637.882,85	976.043.921,43
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	-	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**1.239.637.882,85**	**976.043.921,43**
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	657.390.033,17	707.292.459,93
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	456.539.928,85	408.410.142,83
Obrigações Contratuais a Executar	23.631.497.206,96	22.197.061.762,26
Controle de riscos fiscais e passivos contingentes	11.507.318.919,81	10.688.386.809,50
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**36.252.713.088,81**	**34.001.151.173,52**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 159
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 157
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2016	31/12/2015
0.191 Operações de crédito interna - recursos do tesouro - exercício corrente	471.754.504,13	488.562.699,05
0.192 Operações de crédito externa - recursos do tesouro - exercício corrente	23.827.037,92	13.651.078,88
0.195 Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça	4.030.692,52	23.323.009,73
0.198 Receita da alienação de bens - recursos do tesouro - exercício corrente	480.742,76	826.298,09
0.199 Outras receitas não primárias - recursos do tesouro - exercício corrente	578.746,08	24.976,00
0.223 Convênio - Sistema Único Saúde - recursos de outras fontes - exercício corrente	9.670,09	21.945.313,92
0.225 Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercício corrente	1.994.292,40	609.578,17
0.228 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes-exercício corrente	78.143.019,79	20.491.040,40
0.229 Outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente	10.057.881,51	15.898.702,62
0.232 Transferências da União - situação de emergência e calamidade	842.300,00	232.174,72
0.240 Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	206.193.943,50	111.230.856,37
0.250 Contribuição previdenciária - recursos de outras fontes - exercício corrente	87.015.588,78	152.687.270,72
0.259 Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	10.864,86
0.260 Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	10.647.145,50	8.565.407,87
0.261 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício corrente	11.021.569,54	36.596.700,00
0.262 Receitas diversas - SETEC - recursos de outras fontes - exercício corrente	3.915.843,16	15.003.725,54
0.263 Receitas diversas - Programa Pró-Emprego	6.484.183,63	6.385.836,01
0.265 Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior	6.326.103,35	7.047.953,21
0.266 Receitas diversas - receita Agroindustrial - FDR	1.834.991,73	846.426,91
0.269 Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	133.077.280,28	102.993.234,96
0.280 Remuneração da disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes-exercício corrente	12.930.776,23	10.889.941,91
0.282 Remuneração da disponibilidade bancária - Judiciário -rec outras fontes-exercício corrente	2.247.034,70	878.999,24
0.284 Remuneração da disp bancária - Ministério Público - rec outras fontes - exercício corrente	14.572.993,94	10.726.093,57
0.285 Remuneração da disp bancária - Executivo - rec vinculados-rec outras fontes-exerc corrente	135.521.934,60	91.552.734,69
0.289 Remuneração da disponibilidade bancária - recursos vinculados - Fundos IPREV	-	64.802.203,95
0.298 Receita da alienação de bens - recursos de outras fontes - exercício corrente	5.592.679,90	2.309.407,15
0.299 Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente	4.770.538,38	417.481,59

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 160
Rub. 40

Tribunal de Contas de Santa Catarina
fl. 158
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2016	31/12/2015
0.392 Operação de crédito externa - exercícios anteriores	5.534.829,15	4.964.983,03
0.395 Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça - exercícios anteriores	9.896.119,16	2.447.037,31
0.399 Receita de Alienação de Bens-Exercícios Anteriores	801.291,56	202.482,76
0.623 Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do tesouro - exercícios anteriores	6.322.962,53	20.705.981,20
0.625 Convênio - Programa de Assistência Social - recursos outras fontes - exercícios anteriores	3.000.331,93	2.723.479,44
0.628 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes - exerc anteriores	33.288.492,86	35.378.876,69
0.629 Outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	9.216.178,36	4.212.418,00
0.632 Transferências da União - situação de emergência e calamidade pública - exercício anterior	26.157,39	26.157,39
0.640 Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	56.648.843,16	41.542.804,37
0.647 Serviços judiciários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	222.432,31	222.432,31
0.650 Contribuição previdenciária	70.116.575,63	406.465.462,63
0.659 Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercício anterior	31.971.143,69	31.960.278,93
0.660 Primárias - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	19.319.522,95	13.290.525,10
0.661 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercício anterior	2.763.283,81	5.039.618,20
0.662 Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício anterior	1.888.638,47	8.230.157,94
0.665 Receitas diversas - recursos outras fontes - manutenção ens superior - exercício anterior	184.979,37	151.634,17
0.669 Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	87.755.938,91	84.584.814,11
0.680 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec outras fontes - exerc anteriores	17.861.259,12	6.606.940,85
0.682 Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - disp bancária - Judiciário	19.105,34	136.742,58
0.684 Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - exercícios anteriores	13.771.858,73	12.412.713,20
0.685 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec vinculados exercício anterior	158.750.412,14	118.286.429,87
0.689 Remuneração de disponibilidade bancária - Rec. vinc - Fundos IPREV - Ex. Anteriores	58.496.151,85	62.080.454,22
0.696 Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	3.456.387,53	3.095.999,28
0.699 Não primárias - outras receitas	35.115.589,98	95.071.667,23
1.100 Contrapartida - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	-	(277.992,48)
2.100 Contrapartida - BID - recursos do tesouro - exercício corrente	-	(175.018,29)
2.101 Contrapartida de Operações de Crédito Interna-BID-Rec.Tesouro-Exerc.Corrente	-	(6.939.476,81)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 161
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 159
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.199.827.695,21	3.719.805.440,84
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional	5.199.827.695,21	3.719.805.440,84
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação	3.024.680.456,99	2.266.072.370,58
Conta Única - Tesouro	295.322,14	278.911,12
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	10.092.753,03	17.180.078,25
Rede Bancária - Arrecadação	14.589.917,07	13.704.743,95
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	2.999.690.992,54	2.234.212.049,82
Conta Única - RPPS	11.472,21	696.587,44
Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Intra OFSS	2.175.147.238,22	1.453.733.070,26
Recursos Liberados pelo Tesouro	2.175.147.238,22	1.453.733.070,26
Créditos a Curto Prazo	1.580.648.553,23	1.118.041.934,86
Créditos Tributários a Receber	1.470.661.940,91	1.049.092.258,26
Créditos Tributários a Receber - Consolidação	1.457.715.527,36	1.036.116.844,62
Impostos	687.716.869,27	565.631.564,34
Contribuições Sociais	7.327.093,84	2.131.099,62
Créditos Tributários Parcelados	582.671.554,17	468.352.880,66
Créditos Tributários a Receber - Intra OFSS	12.870.918,25	12.870.918,19
+Créditos Previdenciários Parcelados	12.870.918,25	12.870.918,19
Créditos Tributários a Receber Inter OFSS - Município	275.495,28	275.495,28
+Créditos Previdenciários Parcelados	275.495,28	275.495,28
Clientes	71.780.362,38	56.128.812,67
Clientes - Consolidação	71.780.362,38	56.128.812,67
Faturas/Duplicatas a Receber	71.671.108,19	56.019.558,50
+Faturas/Duplicatas a Receber Vencidas	109.254,17	109.254,17
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	76.667.220,97	28.891.787,65
Empréstimos e Financiamentos Concedidos - Consolidação	28.891.787,65	28.891.787,65
Financiamentos Concedidos a Receber	28.891.787,65	28.891.787,65

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 162
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 160
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
INSS a Compensar	471.255,87	471.255,87
COFINS a Compensar	532.248,32	532.248,32
PIS/PASEP a Compensar	120.235,90	120.235,90
Outros Tributos a Recuperar / Compensar	24.486,65	24.486,65
Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS Municípios	167.669,69	167.669,69
ISS a Compensar	167.669,69	167.669,69
Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	-	476.068,12
Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos - Consolidação	-	476.068,12
=Créditos a Receber por Descentralização de Serviços Públicos - Faixa de Domínio	-	476.068,12
Créditos por Danos ao Patrimônio	222.485.574,37	193.400.531,60
Créditos por Danos ao Patrimônio-Consolidação	222.485.574,37	193.400.531,60
Créditos por Danos ao Patrimônio Provenientes de Créditos Administrativos	136.615.728,07	116.310.288,03
Créditos por Danos ao Patrimônio Apurados em Tomada de Contas Especial (TCE)	85.869.846,30	77.090.243,57
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	113.459.422,28	92.351.907,01
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados-Consolidação	113.459.422,28	92.351.907,01
=Depósitos e Cauções Relativos a Contratos ou Convenções	53.900,00	53.900,00
=Valores Apreendidos por Decisão Judicial	113.405.522,28	92.316.007,01
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	646.411.306,09	497.681.699,03
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo -Consolidação	526.121.941,01	495.617.020,93
=Aluguéis a Receber	1.067.443,16	629.829,79
=Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	419.962.969,93	367.623.153,59
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	1.596.235,02	2.236.507,45
=Créditos a Receber Decorrentes de Pagamento de Despesas de Terceiros	-	311.338,93
=Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento	-	9.926,29
=Dividendos Propostos a Receber	4.500.528,88	5.020.498,57
=Cheques em Cobrança	78.434,94	80.034,94
=Multas de Trânsito a Receber	29.975.366,82	33.754.510,97
Contribuição do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	2.605,54	1.060,08

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 163
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 161
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Mercadorias em Armazéns de Terceiros para Revenda	20.336,65	20.336,65
Matérias-Primas	696.370,75	1.067.630,23
Matérias-Primas - Consolidação	696.370,75	1.067.630,23
Matérias-Primas - Armazéns Próprios	696.370,75	1.067.630,23
Almoxarifado	158.167.440,11	195.376.321,20
Almoxarifado - Consolidação	159.167.440,11	195.376.321,20
=Material de Consumo	136.053.424,61	164.941.442,34
Bens Móveis	22.114.015,50	30.434.878,86
Outros Estoques	5.601.701,65	740.913,13
Outros Estoques - Consolidação	5.601.701,65	740.913,13
Estoques para Doação e/ou Permuta	1.246.914,67	740.913,13
Construções Civis	4.354.786,98	-
(-) Ajuste de Perdas de Estoques	(571,95)	(571,95)
(-) Ajuste de Perdas de Estoques - Consolidação	(571,95)	(571,95)
(-) Ajuste de Perdas em Estoques	(571,95)	(571,95)
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	6.345.340,18	3.745.904,55
Prêmios de Seguros a Apropriar	4.887.566,64	3.332.813,99
=Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação	4.887.566,64	3.332.813,99
=Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação	4.887.566,64	3.332.813,99
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	4.457.773,54	413.090,56
=Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação	4.457.773,54	413.090,56
=Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação	4.457.773,54	413.090,56
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**9.409.385.780,89**	**7.488.532.075,08**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.038.377.265,66	2.844.504.209,43
Créditos a Longo Prazo	2.682.570.232,08	2.679.797.635,26
Créditos a Longo Prazo - Consolidação	2.965.438.194,58	2.449.709.084,23
Créditos Tributários a Receber	2.276.166.527,04	2.145.747.154,55

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 164
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 162
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Propriedades para Investimento - Consolidação	41.803.077,93	-
Edifícios	13.324.492,93	-
Terrenos	28.478.585,00	-
Demais Investimentos Permanentes	0,09	0,09
Demais Investimentos Permanentes - Consolidação	0,09	0,09
(-)Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	0,09	0,09
Imobilizado	19.748.099.665,58	11.274.457.626,53
Bens Móveis	1.904.992.918,64	1.729.526.721,68
Bens Móveis - Consolidação	1.904.992.918,64	1.729.526.721,68
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	695.447.593,35	692.687.740,68
Equipamentos de Tecnologia da Informação	188.927.334,67	172.247.978,60
Móveis e Utensílios	243.095.989,30	236.732.226,46
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	96.815.132,47	90.988.027,17
Veículos	534.919.706,03	492.103.964,76
Armamentos	45.893.398,67	36.811.823,31
Semoventes	629.070,80	625.423,74
Peças não Incorporáveis a Imóveis	3.469.136,91	3.038.301,49
Demais Bens Móveis	799.918,24	4.291.235,47
Bens Imóveis	18.940.109.895,80	10.330.877.959,33
Bens Imóveis - Consolidação	18.940.109.895,80	10.330.877.959,33
Bens de Uso Especial	9.064.287.029,19	8.856.844.377,20
Bens Dominicais	19.834,76	19.834,76
Bens de Uso Comum do Povo	8.781.780.071,09	1.170.159.807,30
Bens Imóveis em Andamento	4.011.894.081,46	3.232.787.944,50
Instalações	51.595.733,50	51.575.383,50
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	15.466.793,31	7.414.993,88
Demais Bens Imóveis	15.301.353,50	10.096.688,17
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	(996.990.442,61)	(785.941.336,20)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 165
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 163
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	208.124.852,33	186.532.679,17
Pessoal a Pagar	85.406.101,92	72.733.464,76
Pessoal a Pagar - Consolidação	83.967.110,59	72.733.464,76
Pessoal a Pagar do Exercício	14.219.290,21	18.278.379,66
Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores	21.861.708,75	20.502.253,21
Precatórios de Pessoal	47.697.946,67	33.656.831,92
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	228.164,98	278.789,31
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos (F)	-	16.240,34
Pessoal a Pagar - Intra OFSS	923.239,06	-
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	923.239,06	-
Pessoal a Pagar - Inter União	43.562,08	-
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	43.562,08	-
Pessoal a Pagar - Inter Estado	23.670,76	-
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	23.670,76	-
Pessoal a Pagar - Inter Município	448.129,43	-
=Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício (F)	448.129,43	-
Benefícios Previdenciários a Pagar	47.308.845,43	44.700.957,85
Benefícios Previdenciários a Pagar-Consolidação	47.308.845,43	44.700.957,85
Precatórios de Benefícios Previdenciários	47.308.845,43	44.700.957,85
Benefícios Assistenciais a Pagar	172.946,22	-
Benefícios Assistenciais a Pagar -Consolidação	172.946,22	-
=Benefícios Assistenciais a Pagar do Exercício (F)	172.946,22	-
Encargos Sociais a Pagar	75.236.938,75	81.098.455,56
Encargos Sociais a Pagar-Consolidação	3.078.906,54	1.290.992,72
Entidades de Previdência Privada e Complementar	2.608.015,74	1.290.992,72
Outros Encargos Sociais	470.890,80	-
Encargos Sociais a Pagar - Intra OFSS	17.770.701,29	16.383.778,51

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 166
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 164
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
IRPJ a Recolher	606.999,68	606.999,68
PIS/PASEP a Recolher	45.806,38	-
Tributos Federais Renegociados	16.399.675,22	16.432.459,35
CSLL a Recolher	219.239,88	219.239,88
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	920.936,46	825.712,96
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios - Inter OFSS Município	920.936,46	825.712,96
ISS a Recolher	99.895,49	101,65
Tributos Municipais Renegociados	825.040,97	825.040,97
Taxas Municipais	-	570,37
Provisões a Curto Prazo	628.053.455,23	470.347.303,23
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	13.791.723,78	14.955.748,88
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo - Consolidação	13.791.723,78	14.955.748,88
Provisão para Indenizações Trabalhistas (P)	13.791.723,78	14.955.748,88
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo	1.725.677,87	3.748.341,02
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo - Consolidação	1.725.677,87	3.748.341,02
=Provisão para Indenizações Cíveis	1.725.677,87	3.748.341,02
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo	594.390.276,10	415.308.490,46
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Estado	221.742.351,61	157.231.006,47
Provisão para Transferência ao FUNDEB	221.742.351,61	157.231.006,47
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	362.647.924,49	258.075.483,99
Provisão para Distribuição Constitucional e Legal de Receitas	362.647.924,49	258.075.483,99
Outras Provisões a Curto Prazo	28.145.777,50	36.338.722,87
Outras Provisões a Curto Prazo -Consolidação	28.145.777,50	36.338.722,87
Provisão para Contingências	28.145.777,50	36.338.722,87
Demais Obrigações a Curto Prazo	2.912.986.393,30	1.640.510.921,15
Adiantamentos de Clientes	71.413.560,53	71.410.647,22
Adiantamentos de Clientes-Consolidação	71.413.560,53	71.410.647,22
=Adiantamentos de Clientes (P)	71.413.560,53	71.410.647,22

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 167
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 165
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**4.834.248.183,92**	**3.953.190.706,66**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	788.486.054,23	731.205.216,21
Pessoal a Pagar	190.603.102,77	134.627.207,67
Pessoal a Pagar-Consolidação	190.603.102,77	134.627.207,67
Precatórios de Pessoal	190.603.102,77	134.627.207,67
Benefícios Previdenciários a Pagar	189.235.781,77	178.603.831,36
Benefícios Previdenciários a Pagar - Consolidação	189.235.781,77	178.603.831,36
Precatórios de Benefícios Previdenciários	189.235.781,77	178.603.831,36
Encargos Sociais a Pagar	408.647.169,69	417.774.177,18
Encargos Sociais a Pagar - Inter OFSS - União	408.647.169,69	417.774.177,18
INSS a Pagar	408.647.169,69	417.774.177,18
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	18.836.824.566,44	17.277.420.821,24
Empréstimos a Longo Prazo - Interno	15.974.628.648,95	13.711.747.782,93
Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	5.858.853.167,70	5.052.684.907,73
Empréstimos Internos - em Contratos	5.858.853.167,70	5.052.684.907,73
Empréstimos a Longo Prazo - Interno - Inter OFSS - União	10.115.775.481,25	8.659.062.874,86
Empréstimos Internos - em Contratos	10.115.775.481,25	8.659.062.874,86
Empréstimos a Longo Prazo - Externo	2.858.790.556,29	3.565.616.722,17
Empréstimos a Longo Prazo - Externo - Consolidação	2.858.790.556,29	3.565.616.722,17
=Empréstimos Externos - em Contratos	2.858.790.556,29	3.565.616.722,17
Financiamentos a Longo Prazo - Interno	5.205.361,20	56.116,48
Financiamentos a Longo Prazo - Interno - Consolidação	5.205.361,20	56.116,48
=Financiamentos Internos	5.205.361,20	56.116,48
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.444.765.219,28	1.322.708.822,14
Fornecedores Nacionais a Contas a Pagar a Longo Prazo	1.444.765.219,28	1.322.708.822,14
Fornecedores Nacionais e Contas a Pagar a Longo Prazo - Consolidação	1.444.765.219,28	1.322.708.822,14
=Fornecedores Nacionais	54.590,19	61.061,20

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 161
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 166
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
=Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo	207.402.012,07	278.511.273,43
Valores Restituíveis	158.001.633,63	135.750.597,50
Valores Restituíveis - Consolidação	158.001.633,63	135.750.597,50
Depósitos Judiciais	158.001.633,63	135.750.597,50
Outras Obrigações a Longo Prazo	319.007.598,21	224.851.593,72
Outras Obrigações a Longo Prazo-Consolidação	319.007.598,21	224.851.593,72
Indenizações e Restituições	312.028.979,80	213.082.166,62
Outras Dívidas Junto ao RPPS	-	4.790.609,69
=Outros Credores a Longo Prazo	6.978.618,41	6.978.818,41
Resultado Diferido	657.739.791,60	644.230.104,03
Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) Diferida	657.739.791,60	644.230.104,03
Variação Patrimonial Aumentativa Diferida - Consolidação	657.739.791,60	644.230.104,03
=Variação Patrimonial Aumentativa Diferida	657.739.791,60	644.230.104,03
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**23.435.436.976,77**	**21.526.555.368,49**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	231.448.522,39	221.542.641,48
Capital Social Realizado	231.448.522,39	221.542.641,48
Capital Social Realizado - Consolidação	1.270.788,00	1.270.788,00
Capital Social Subscrito	1.270.788,00	1.270.788,00
Capital Social Realizado - Intra OFSS	224.793.168,29	214.887.287,38
Capital Social Subscrito	225.609.177,88	214.898.002,53
(-) Capital Social a Realizar	(816.009,59)	(10.715,15)
Capital Social Realizado - Inter OFSS-União	5.383.499,10	5.383.499,10
Capital Social Subscrito	5.658.555,03	5.658.555,03
(-) Capital Social a Realizar	(275.055,93)	(275.055,93)
Capital Social Realizado - Inter OFSS-Município	1.067,00	1.067,00
Capital Social Subscrito	1.067,00	1.067,00
Reservas de Capital	368.427,88	368.427,88

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 169
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 167
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Ajustes de Exercícios Anteriores	98.194.531,47	-
Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	-	2.709.846,93
Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - União	3.447.605.562,09	2.952.955.710,15
Superávits ou Déficits do Exercício	794.649.851,94	562.059.340,75
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	2.652.955.710,15	2.099.993.219,46
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(8.473.464,86)
Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	-	(293.385,22)
Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Estado	(3.406.581.867,26)	(2.290.689.125,51)
Superávits ou Déficits do Exercício	(1.115.952.741,75)	(878.096.204,39)
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	(2.290.689.125,51)	(1.412.592.921,12)
Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - Municípios	(20.912.691.378,81)	(15.112.893.958,19)
Superávits ou Déficits do Exercício	(5.799.812.464,88)	(5.355.701.632,43)
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	(15.112.893.958,19)	(9.757.180.494,51)
Ajustes de Exercícios Anteriores	15.044,26	-
Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	-	(1.831,23)
Lucros e Prejuízos Acumulados	(536.974.935,55)	(407.852.260,13)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Consolidação	(1.601.110.475,76)	(1.087.135.644,41)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(513.953.486,51)	(441.859.787,81)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(1.087.135.644,41)	(644.912.452,95)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(21.344,84)	(363.360,65)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Intra OFSS	1.415.580.327,41	954.964.920,38
Lucros e Prejuízos do Exercício	922.390.840,38	469.599.093,00
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	954.964.920,38	485.365.827,38
Ajustes de Exercícios Anteriores	(41.775.433,32)	-
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - União	(344.751.226,19)	(271.572.320,99)
Lucros e Prejuízos do Exercício	(73.188.887,32)	(88.157.295,70)
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(271.572.320,85)	(183.415.025,16)
Lucros e Prejuízos Acumulados - Inter OFSS - Estado	(13.229,00)	(13.229,00)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 170
Rub 10

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 168
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO		
Ativo Financeiro	5.666.753.230,91	4.526.436.359,50
Ativo Permanente	30.142.992.782,23	20.544.132.660,81
Total Ativo (I)	**35.808.746.013,14**	**25.070.569.020,31**
PASSIVO		
Passivo Financeiro	3.077.878.848,16	2.175.968.120,83
Passivo Permanente	25.659.751.229,71	23.680.106.588,28
Total Passivo (II)	**28.737.630.077,87**	**25.856.074.709,11**
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	**7.071.115.935,27**	**(785.105.688,80)**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 171
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 169
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2016	31/12/2015
0.100 Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	(96.539.325,62)	(188.302.545,29)
0.101 Recursos ordinários - diversos	10.331.510,95	1.220.171,67
0.110 Taxa judiciária - recursos do tesouro - exercício corrente	1.879,56	2.246,67
0.111 Taxas da Segurança Pública - recursos do tesouro - exercício corrente	38.890.171,95	23.987.599,76
0.119 Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício corrente	10.435.007,96	7.532.366,70
0.120 Cota-parte da contribuição do Salário-Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	3.111.066,97	5.452.234,27
0.121 Cota-parte contrib intervenção no domínio econ CIDE-Estadual - rec tesouro -exerc corrente	5.270.962,48	1.799.848,82
0.122 Cota-parte da compensação financeira dos rec hídricos - rec tesouro - exercício corrente	4.064.805,25	12.614.330,06
0.124 Convênio - Programas de Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	28.064.929,56	3.007.804,66
0.126 Convênio - Programa de Combate à Fome - recursos do tesouro - exercício corrente	786,00	164.927,74
0.128 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec tesouro - exercício corrente	20.362.825,70	11.572.600,51
0.129 Outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	11.221.004,30	6.240.289,41
0.131 Recursos do FUNDEB - transferências da União	42.999.188,03	1.907.235,15
0.140 Outros serviços - recursos do tesouro - exercício corrente	11.220,54	56.593,01
0.190 Recursos patrimoniais primários - recursos do tesouro - exercício corrente	33.531,29	22.113,74
0.161 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercício corrente	9.992.162,50	-
0.162 Receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	12.246.368,19	-
0.199 Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercício corrente	8.687.213,23	7.314.963,93
0.180 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercício corrente	9.092.510,02	9.746.508,21
0.186 Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados - rec tesouro - exerc corrente	114.113.589,30	52.397.615,50
0.186 Remuneração de disponibilidade bancária FUNDEB	1.264.209,39	2.193.063,39
0.187 Remuneração de disponibilidade bancária Salário Educação	266.476,83	1.993,94
0.188 Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE	2.369.234,90	661.039,68
0.191 Operações de crédito interna - recursos do tesouro - exercício corrente	471.754.504,13	488.982.699,06
0.192 Operações de crédito externa - recursos do tesouro - exercício corrente	23.827.037,92	13.651.078,88
0.196 Receita da alienação de bens - recursos do tesouro - exercício corrente	32.560,76	327.469,29
0.199 Outras receitas não primárias - recursos do tesouro - exercício corrente	578.746,08	24.976,00

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 172
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 170
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2016	31/12/2015
0.320 Cota-parte da contribuição do Salário Educação - recursos tesouro - exercícios anteriores	8.421,50	186.794,13
0.321 Cota-parte da contrib de interv no domínio econômico - CIDE-Estadual	288.025,28	781.980,05
0.324 Convênio - Programa de Educação - exercícios anteriores	16.823.687,58	16.707.698,81
0.325 Convênio-Programa de Assistência Social-Exercícios Anteriores	5.194,57	5.394,57
0.326 Convênio - Programa de Combate à Fome - exercícios anteriores	215.564,53	119.379,77
0.328 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - exercícios anteriores	7.038.731,75	3.359.934,73
0.329 Outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	791.707,00	51.707,00
0.332 Transferências da União - sit de emergência e calamidade--rec do tesouro - exerc anteriores	1.098.100,70	5.912.973,81
0.340 Outros serviços - recursos do tesouro - exercício anteriores	264.317,00	349.090,79
0.360 Recursos patrimoniais - primários	145.119,12	130.107,09
0.380 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercícios anteriores	238,81	238,81
0.383 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	64.020.483,43	32.566.736,33
0.387 Remuneração de disponibilidade bancária - Salário Educação	1.279,33	53.290,02
0.388 Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE - recursos tesouro - exercícios anteriores	661.039,88	-
0.391 Operação de crédito interna - rec.tesouro - exerc anteriores - superávit	432.809.440,77	333.854.379,69
0.392 Operação de crédito externa - exercícios anteriores	6.034.829,15	4.994.983,02
0.396 Recursos de depósitos sob aviso à disposição da justiça - exercícios anteriores	2.346.926,76	2.346.926,76
0.398 Receita de Alienação de Bens-Exercícios Anteriores	7.470,00	7.470,00
0.623 Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do tesouro - exercícios anteriores	6.322.962,53	20.703.981,20
0.625 Convênio - Programa de Assistência Social - recursos outras fontes - exercícios anteriores	3.000.331,93	2.723.479,44
0.626 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes - exerc anteriores	33.289.492,86	36.379.876,69
0.629 Outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	9.210.178,36	4.212.418,00
0.632 Transferências da União - situação de emergência e calamidade pública - exercício anterior	26.157,39	26.157,39
0.640 Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	54.343.429,56	40.589.136,04
0.650 Contribuição previdenciária	70.116.575,83	406.465.462,83
0.659 Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercício anterior	31.971.143,69	31.960.275,83
0.960 Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	19.318.380,28	15.287.408,45

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 173
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 171
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - PODER EXECUTIVO
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2016	31/12/2015
7.669 Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Próprios-Rec.de Outras Fontes-Ex. Anterior	436.221,63	86.831,28
7.680 Contrapartida de Convênios-Rem.disp.bancária- Rec. de outras Fontes - Exercício Anterior	-	14.274,72
8.263 Contrapartida de Empréstimos Internos- Receitas Diversas - Programa Pró-Emprego	-	(2.881.849,85)
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	**2.459.081.085,94**	**2.274.611.509,97**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 174
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 172
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Dívida Ativa Não Tributária	2.395.425,46	937.342,26
Dívida Ativa Não Tributária - Consolidação	2.395.425,46	937.342,26
Dívida Ativa Não Tributária	2.395.425,46	937.342,26
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	(712.213.823,24)	(184.323.183,27)
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo-Consolidação	(712.213.823,24)	(184.323.183,27)
*(-) Ajuste de Perdas de Clientes	(19.979.397,84)	(89.485,65)
(-) Ajuste de Perdas de Créditos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	(16.161.560,81)	(16.161.560,81)
(-)Ajuste de Perdas de Créditos de Dívida Ativa Tributária	(675.690.013,08)	(167.188.519,00)
*(-)Ajuste de Perdas de Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	(2.382.851,51)	(896.567,81)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.087.108.669,56	1.669.816.176,82
Adiantamentos Concedidos	1.629.463.367,94	1.301.061.153,32
Adiantamentos Concedidos - Consolidação	1.629.463.367,94	1.301.061.153,32
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	9.087.115,60	10.747.701,28
=Suprimento de Fundos/Diárias	14.192.581,24	16.149.015,29
Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	1.606.213.671,10	1.274.167.436,75
Tributos a Recuperar / Compensar	5.943.167,04	5.863.983,75
Tributos a Recuperar/Compensar - Consolidação	763,20	763,20
ICMS a Recuperar/ Compensar	763,20	763,20
Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS União	5.774.734,15	5.692.547,86
IRRF a Compensar	3.202.189,23	3.120.002,94
IR e CSLL a Recuperar / Compensar	1.424.340,18	1.424.340,18
INSS a Compensar	471.255,87	471.255,87
COFINS a Compensar	532.246,32	532.246,32
PIS/PASEP a Compensar	120.235,60	120.235,60
Outros Tributos a Recuperar / Compensar	24.466,65	24.466,65
Tributos a Recuperar/Compensar - Inter OFSS Municípios	167.669,69	167.669,69
ISS a Compensar	167.669,69	167.669,69

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 175
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 173
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Créditos a Receber Decorrentes Ressarcimentos/Rateios de Despesas	1.006.546,66	-
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	37.081.945,15	45.824.529,93
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo -Inter União	1.404,79	-
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	1.404,79	-
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Inter OFSS Município	1.838.182,74	1.264.669,72
=Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	41.981,72	-
=Créditos a Receber Decorrentes de Cessão de Uso de Áreas Públicas	1.496.201,02	1.264.669,72
(-) Ajuste de Perdas com Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	(417.595.737,10)	(366.229.816,02)
(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo -Consolidação	(417.595.737,10)	(366.229.816,02)
(-) Ajuste de Perdas em Créditos por Danos ao Patrimônio	(366,68)	-
(-) Ajustes de Perdas de Outros Créditos e Valores a Curto Prazo	(417.595.366,42)	(366.229.816,02)
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	337.348.401,29	730.590.352,36
Títulos e Valores Mobiliários	337.348.401,29	730.590.352,36
Títulos e Valores Mobiliários-Consolidação	337.348.401,29	730.590.352,36
=Ações Passíveis de Alienação	216.162,40	216.162,40
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	321.626.495,29	727.854.087,68
Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	15.522.743,60	2.420.102,08
Estoques	178.425.253,57	209.714.859,14
Mercadorias para Revenda	1.004.859,29	1.111.886,40
Mercadorias para Revenda - Consolidação	1.004.859,29	1.111.886,40
Mercadorias - Estoques Programas Próprios	984.522,64	1.091.549,75
Mercadorias em Armazéns de Terceiros para Revenda	20.336,65	20.336,65
Materiais-Primas	696.370,75	1.067.630,23
Materiais-Primas - Consolidação	696.370,75	1.067.630,23
Materiais-Primas - Armazéns Próprios	696.370,75	1.067.630,23
Almoxarifado	170.631.338,99	206.491.790,19
Almoxarifado - Consolidação	170.631.338,99	206.491.790,19

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 176
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 174
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Dívida Ativa Tributária	17.132.037,50	17.407.532,78
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	183.452.906,97	153.671.842,20
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Consolidação	183.452.906,97	153.671.842,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	96.962.107,30	67.737.341,76
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	92.777.190,07	86.166.222,14
(-) Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	(286.690,40)	(31.721,70)
Estoques	12.823.461,33	16.590.448,69
Estoques - Consolidação	12.823.461,33	16.590.448,69
Outros Estoques	12.823.461,33	16.590.448,69
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	287.154.180,15	194.254.383,28
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - Consolidação	287.154.180,15	194.254.383,28
Demais VPD a Apropriar	287.154.180,15	194.254.383,28
Investimentos	3.419.145.715,58	3.300.451.228,41
Participações Permanentes	3.377.342.637,57	3.300.451.228,32
Participações Permanentes - Consolidação	3.377.342.637,57	3.300.451.228,32
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	3.376.978.276,50	3.300.086.867,25
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	364.361,07	364.361,07
Propriedades para Investimento	41.803.077,93	-
Propriedades para Investimento - Consolidação	41.803.077,93	-
Edifícios	13.324.402,93	-
Terrenos	28.478.595,00	-
Demais Investimentos Permanentes	0,08	0,09
Demais Investimentos Permanentes - Consolidação	0,08	0,09
(-)Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	0,08	0,09
Imobilizado	20.547.373.549,01	12.089.165.514,24
Bens Móveis	2.162.790.079,54	2.079.580.351,83
Bens Móveis - Consolidação	2.162.790.079,54	2.079.580.351,83

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 177
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 175
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUIDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

R$

ATIVO	31/12/2014	31/12/2013
Softwares	289.039.217,00	212.259.131,50
Softwares - Consolidação	289.039.217,00	212.259.131,50
Softwares	213.428.521,31	149.306.306,39
Softwares em Desenvolvimento	74.611.695,69	62.951.825,11
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	247.029,71	248.426,71
Marcas, Direitos e Patentes Industriais - Consolidação	247.029,71	248.426,71
Marcas e Patentes Industriais	441,03	1.838,03
Outros Direitos - Bens Intangíveis	246.588,68	246.588,68
(-) Amortização Acumulada	(29.178.809,90)	(17.069.429,94)
(-) Amortização Acumulada-Consolidação	(29.178.809,90)	(17.069.429,94)
(-) Amortização Acumulada - Softwares	(29.122.370,81)	(17.012.990,85)
(-) Amortização Acumulada - Marcas, Direitos e Patentes	(56.439,09)	(56.439,09)
(-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível	(3.508.158,15)	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível-Consolidação	(3.508.158,15)	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Intangível - Softwares	(3.508.158,15)	-
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**27.288.022.640,66**	**18.416.033.217,37**
TOTAL DO ATIVO	**40.648.396.967,89**	**30.166.860.385,34**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COORDENADORIA LIE 2X
Fls. 178
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 176
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
INSS a Pagar	55.462.953,47	64.626.483,49
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	582.708.603,74	970.308.420,39
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	251.177.898,56	564.464.879,75
Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Consolidação	81.608.120,47	88.235.856,49
Empréstimos Internos - em Contratos	81.608.120,47	88.235.856,49
Empréstimos a Curto Prazo - Interno - Inter OFSS - União	169.569.778,09	506.229.023,26
Empréstimos Internos - em Contratos	169.569.778,09	506.229.023,26
Empréstimos a Curto Prazo - Externo	330.728.890,38	375.843.540,64
Empréstimos a Curto Prazo - Externo - Consolidação	330.728.890,38	375.843.540,64
Empréstimos Externos - em Contratos	330.728.890,38	375.843.540,64
Financiamentos a Curto Prazo - Interno	800.824,80	-
Financiamentos a Curto Prazo-Interno-Consolidação	800.824,80	-
=Financiamentos Internos (F)	800.824,80	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	443.761.982,59	467.280.318,70
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	443.761.982,59	466.083.237,04
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	443.761.982,59	466.083.237,04
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	82.197.337,57	135.053.157,46
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar - Credores Nacionais	361.564.645,02	331.030.079,58
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo	-	1.197.081,66
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros a Curto Prazo - Consolidação	-	1.197.081,66
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros	-	1.197.081,66
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	18.277.732,99	18.084.411,90
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	17.281.721,18	17.258.698,91
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União - Inter OFSS - União	17.281.721,18	17.258.698,91
IRPJ a Recolher	606.999,66	606.998,58
PIS/PASEP a Recolher	45.896,36	-
Tributos Federais Renegociados	16.389.675,22	16.432.459,35

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 179
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 177
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Dividendos a Pagar - Tesouro Estadual	-	1.104.309,72
Valores Restituíveis	5.795.635.967,66	5.298.240.572,11
Valores Restituíveis - Consolidação	5.795.635.967,66	5.298.240.572,11
Consignações	120.445.929,55	31.020.139,39
Garantias	6.209.693,97	7.024.149,93
Depósitos Judiciais	5.529.320.518,02	5.148.610.484,43
Depósitos não Judiciais	137.663.086,41	111.585.798,35
Outras Obrigações a Curto Prazo	316.139.429,01	84.981.308,27
Outras Obrigações a Curto Prazo-Consolidação	314.776.441,73	84.444.938,99
Indenizações e Restituições	42.388.085,50	39.670.726,33
Diárias a Pagar	14.777,50	21.219,00
Convênios a Pagar	1.467.648,72	1.004.968,00
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	41.115,00	-
Subvenções Econômicas a Pagar	1.977,00	9.000,00
Valores em Trânsito Exigíveis	3.017.771,40	269.715,72
Depósitos Compulsórios a Pagar	7.197,50	-
Sentenças Judiciais a Pagar	34.267.971,37	36.279.587,98
Suprimentos de Fundos a Pagar	15.000,00	21.000,00
Credores a Pagar Sem Execução Orçamentária	231.663.896,91	7.145.124,83
Credores a Pagar - Acordo Parcelamento	1.690.000,00	-
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - União	-	463.790,98
Indenizações e Restituições	-	463.790,98
Outras Obrigações a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	1.362.987,78	72.578,65
Transferências Fundo a Fundo a Pagar	1.362.987,78	72.578,65
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**6.354.246.598,90**	**7.564.826.846,35**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	797.991.376,20	751.045.441,35

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 180
Rub. 40

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 178
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Precatórios de Fornecedores Nacionais	1.446.290.316,59	1.324.120.318,17
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	265.590.332,72	258.458.955,84
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União	265.590.332,72	258.443.911,58
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União - Inter OFSS União	265.590.332,72	258.443.911,58
Tributos Federais Renegociados	265.590.332,72	258.443.911,58
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios	-	15.044,26
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com os Municípios - Inter OFSS Município	-	15.044,26
=Outros Tributos e Contribuições Municipais a Recolher	-	15.044,26
Provisões a Longo Prazo	755.819.768,59	653.418.594,36
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	12.849.941,46	12.382.929,09
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo - Consolidação	12.849.941,46	12.382.929,09
=Provisão para Indenizações Trabalhistas	12.849.941,46	12.382.929,09
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	730.398.540,93	603.212.947,99
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	730.398.540,93	603.212.947,99
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios Concedidos	730.398.540,93	-
Plano Financeiro - Provisões de Benefícios a Conceder	-	-
Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos	-	8.956.477,38
Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder	-	388.410.290,24
Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário	-	205.846.180,37
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo	-	34.442.317,77
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo - Consolidação	-	34.442.317,77
=Provisão para Pagamentos de Autuações Fiscais - Esfera Judicial	-	34.442.317,77
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo	12.571.286,20	3.400.389,53
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo - Consolidação	12.571.286,20	3.400.389,53
=Provisão para Indenizações Cíveis	12.571.286,20	3.400.389,53
Demais Obrigações a Longo Prazo	684.411.243,91	839.113.464,65
Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo	207.402.012,07	276.511.273,43

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 181
Rub.

TRIBUNAL de CONTAS de SANTA CATARINA
Fl. 179
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015
Outras Reservas de Capital - Consolidação	357.461,14	357.461,14
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	342.720,74	342.720,74
Demais Reservas de Capital	114.760,40	114.760,40
Outras Reservas de Capital - Inter OFSS União	10.935,34	10.935,34
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	7.358,92	7.358,92
Demais Reservas de Capital	3.476,42	3.476,42
Outras Reservas de Capital - Inter OFSS Município	111,40	111,40
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	75,64	75,64
Demais Reservas de Capital	35,76	35,76
Demais Reservas	8.088.302,21	8.088.302,21
Reserva de Reavaliação	5.814.681,63	5.814.681,63
Reserva se Reavaliação - Consolidação	5.814.681,63	5.814.681,63
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	2.452.340,00	2.452.340,00
Reserva de Reavaliação de Bens Móveis	3.362.341,63	3.362.341,63
Outras Reservas	2.273.520,58	2.273.520,58
Outras Reservas - Consolidação	2.273.520,58	2.273.520,58
Outras Reservas - Consolidação	2.273.520,58	2.273.520,58
Resultados Acumulados	9.130.556.407,59	1.039.153.895,94
Superávits ou Déficits Acumulados	11.083.111.970,52	2.401.970.874,45
Superávits ou Déficits Acumulados - Consolidação	32.125.925.815,04	17.270.786.760,61
Superávits ou Déficits do Exercício	7.375.760.013,91	4.821.206.054,40
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	17.270.786.760,61	12.331.971.101,49
Ajustes de Exercícios Anteriores	7.479.977.040,52	120.819.490,16
Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	-	(3.209.885,44)
Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - União	3.279.293.720,95	2.535.677.987,92
Superávits ou Déficits do Exercício	743.615.733,03	513.752.700,68
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	2.535.677.987,92	2.030.692.137,34

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 182
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 180
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO		
Ativo Financeiro	9.683.858.770,28	8.806.584.698,10
Ativo Permanente	30.962.538.197,61	21.360.065.667,24
Total Ativo (I)	**40.646.396.967,89**	**30.166.650.365,34**
PASSIVO		
Passivo Financeiro	6.403.603.574,15	5.855.450.263,37
Passivo Permanente	25.638.970.449,86	23.711.944.732,38
Total Passivo (II)	**32.042.774.024,01**	**29.567.394.995,75**
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	**8.603.622.943,88**	**599.255.369,59**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 183
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 181
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2016	31/12/2015
0.100 Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	90.660.416,49	(46.745.082,98)
0.101 Recursos ordinários - diversos	12.825.433,43	1.547.043,81
0.110 Taxa judiciária - recursos do tesouro - exercício corrente	3.407.585,22	1.806.525,99
0.111 Taxas da Segurança Pública - recursos do tesouro - exercício corrente	38.830.171,95	23.387.566,76
0.119 Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício corrente	11.653.808,38	7.629.522,68
0.120 Cota-parte da contribuição do Salário-Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	3.111.086,97	5.462.234,27
0.121 Cota-parte contrib intervenção no domínio econ CIDE-Estadual - rec tesouro -exerc corrente	5.270.962,46	1.796.948,82
0.122 Cota-parte da compensação financeira dos rec hídricos - rec tesouro - exercício corrente	4.064.855,25	12.614.330,05
0.124 Convênio - Programas de Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	28.084.929,56	3.007.604,66
0.126 Convênio - Programa de Combate à Fome - recursos do tesouro - exercício corrente	765,00	164.927,74
0.128 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec tesouro - exercício corrente	20.382.825,70	11.572.830,51
0.129 Outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	11.221.004,30	6.240.289,41
0.131 Recursos do FUNDEB - transferências da União	42.869.188,03	1.907.235,15
0.140 Outros serviços - recursos do tesouro - exercício corrente	1.973.272,20	58.328,41
0.160 Recursos patrimoniais primários - recursos do tesouro - exercício corrente	900.711,38	3.447.554,98
0.161 Receitas diversas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercício corrente	13.757.536,55	-
0.162 Receitas diversas - SETEC - recursos do tesouro - exercício corrente	16.582.550,64	-
0.169 Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercício corrente	9.936.545,22	7.951.744,48
0.180 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercício corrente	9.092.510,02	9.745.508,21
0.181 Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo - rec tesouro - exercício corrente	7.248.508,29	17.533.485,44
0.182 Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - rec tesouro - exercício corrente	10.982.169,37	2.193.283,52
0.183 Remuneração de disp bancária - conta única do Judiciário - rec tesouro - exerc corrente	142.955.865,02	119.330.981,26
0.184 Remuneração de disp bancária - Ministério Público - rec tesouro - exercício corrente	1.586.229,16	3.769.838,08
0.185 Remuneração de disp bancária - Executivo - rec vinculados - rec tesouro - exerc corrente	114.113.569,30	82.397.619,60
0.186 Remuneração de disponibilidade bancária FUNDEB	1.264.299,39	2.193.083,39
0.187 Remuneração de disponibilidade bancária Salário Educação	299.476,83	1.993,94

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 184
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 182
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

QUADRO DO SUPERAVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2016	31/12/2015
0.298 Receita da alienação de bens - recursos de outras fontes - exercício corrente	5.592.679,90	2.309.407,19
0.299 Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente	4.770.538,39	417.481,58
0.300 Recursos ordinários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	25.562.338,59	16.178.938,19
0.301 Recursos Ordinários Diversos-Fonte do Tesouro - Exercício Anterior	257.537,07	466.512,57
0.302 Recursos do Tesouro - Programa Revigorar III - Exercícios Anteriores	3.865,44	14.711,30
0.309 Superávit Financeiro -Recursos Convertidos - Recursos do Tesouro -Receitas Primárias	777.814,77	6.100,00
0.310 Taxa Judiciária - recursos do tesouro - exercícios anteriores	3.441.535,56	3.791.324,60
0.311 Taxas da Segurança Pública e Defesa do Cidadão - rec tesouro - exercícios anteriores	3.925.837,92	2.441.266,44
0.319 Outras taxas - vinculadas - recursos do tesouro - exercício anterior	1.895.473,81	1.992.908,79
0.320 Cota-parte da contribuição do Salário Educação - recursos tesouro - exercícios anteriores	8.421,50	186.794,13
0.321 Cota-parte da contrib de interv no domínio econômico - CIDE-Estadual	288.025,26	781.980,05
0.324 Convênio - Programa de Educação - exercícios anteriores	19.923.087,58	19.707.658,61
0.325 Convênio-Programa de Assistência Social-Exercícios Anteriores	5.194,57	5.394,57
0.326 Convênio - Programa de Combate à Fome - exercícios anteriores	215.564,60	119.376,77
0.328 Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - exercícios anteriores	7.538.731,75	3.359.634,73
0.329 Outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	751.707,00	51.707,00
0.332 Transferências da União - sit de emergência e calamidade-rec do tesouro - exers anteriores	1.098.100,70	5.912.873,61
0.340 Outros serviços - recursos do tesouro - exercício anteriores	354.455,95	459.874,34
0.360 Recursos patrimoniais - primários	5.344.492,56	4.960.011,99
0.369 Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	49.077,54	925.404,28
0.380 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - rec tesouro - exercícios anteriores	238,81	238,81
0.381 Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo	7.717.094,13	10.743.779,10
0.382 Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - exercício anterior	1.359,31	66.726,41
0.385 Remuneração de disponibilidade bancária -conta única do Judiciário - exercícios anteriores	109.487.455,54	71.005.340,94
0.384 Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público	2.525.246,94	1.937.291,90
0.385 Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	64.020.493,43	32.566.736,33

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 185
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 183
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

R$

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2016	31/12/2015
0.000 Não primárias – outras receitas	35.115.599,98	35.071.657,23
1.100 Contrapartida - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	-	(277.992,46)
2.100 Contrapartida - BID - recursos do tesouro – exercício corrente	-	(175.018,29)
2.191 Contrapartida de Operações de Crédito Interna-BID-Rec.Tesouro-Exerc.Corrente	-	(5.539.476,61)
4.191 Contrapartida de Outros Empréstimos-Op.Crédito Interna-Rec.Tesouro	-	(2.052.002,72)
7.100 Contrapartida de Conv.-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Corrente	893.554,55	967.290,83
7.111 Contrapartida de Convenios-Tx. da Segurança Pública-Rec.Tesouro-Exercício Corrente	1.715.289,28	-
7.129 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências-Rec. do Tesouro-Exercício Corrente	-	2.171.660,60
7.240 Contrapartida de Convênios - Rec. de Serviços - Rec. de Outras fontes - Exerc. Corrente	339.804,90	4.100,00
7.261 Contrapartida de Convenios-Fundo Social-Recursos de Outra Fontes-Exercício Corrente	75.520,10	-
7.299 Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Ex. Corrente- Rec.Outras Fontes	992.480,49	991.061,30
7.300 Contrapartida de Convenios-Recursos Ordinários-Recursos do Tesouro-Exercício Anterior	7.043.111,14	6.766.435,47
7.311 Contrapartida de Convenios-Taxas da Segurança Pública e Def. do Cidadão-Rec.Tesouro-Ex.Ant	676.828,37	966.686,77
7.329 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências-Rec. do Tesouro-Exercícios Anteriores	2.174.827,74	3.137,14
7.629 Contrapartida de Convênios-Outras Transferências- Exerc. Ant - Rec. Outras Fontes	1.000.000,00	1.000.000,00
7.640 Contrapartida de Convenios-Recursos de serviços-Exercícios Anteriores	146.752,31	146.711,54
7.660 Contrapartida de Convenios-Recursos Patrimoniais-Exercícios Anteriores	2.000,00	2.000,00
7.661 Contrapartida de Convenios-Fundo Social-Recursos de Outra Fontes-Exercícios Anteriores	-	3.518,95
7.662 Contrapartida de Convênios-Rec. Diversos-Salário-Exerc.Anteriores	80.578,60	881.099,85
7.699 Contrapartida de Convênios-Outros Recursos Primários-Rec.de Outras Fontes-Ex. Anterior	436.221,03	99.831,28
7.690 Contrapartida de Convênios-Rem.disp.bancária- Rec. de outras Fontes - Exercício Anterior	-	14.274,72
8.263 Contrapartida de Empréstimos Internos- Receitas Diversas - Programa Pró-Emprego	-	(2.581.849,83)
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	**3.132.545.644,98**	**2.959.488.607,88**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 186
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 184
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	23.291.679.249,77	20.777.753.902,13
Impostos	22.467.899.318,71	20.032.983.697,40
Impostos sobre Patrimônio e a Renda	3.203.663.095,78	2.963.219.278,97
Impostos sobre Patrimônio e a Renda - Consolidação	3.203.663.095,78	2.963.219.278,97
Impostos sobre a Produção e a Circulação	19.264.196.222,93	17.069.764.418,43
Impostos sobre a Produção e a Circulação -Consolidação	19.264.196.222,93	17.069.764.418,43
Taxas	823.919.931,06	744.770.214,73
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	560.450.359,57	510.043.540,54
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Consolidação	560.450.359,57	510.043.540,54
Taxas pela Prestação de Serviços	263.369.571,49	234.726.674,19
Taxas pela Prestação de Serviços - Consolidação	263.369.571,49	234.726.674,19
Contribuições	2.056.829.978,87	1.724.520.102,15
Contribuições Sociais	2.056.829.978,87	1.724.520.102,15
Contribuições Sociais - RPPS	2.056.829.978,87	1.724.520.102,15
Contribuições Sociais - RPPS - Consolidação	839.719.407,63	727.682.688,98
Contribuições Sociais - RPPS - Intra OFSS	1.217.110.571,24	996.937.413,17
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.009.284.733,37	876.804.913,06
Venda de Mercadorias	18.955.805,37	19.121.453,26
Venda Bruta de Mercadorias	18.955.805,37	19.121.453,26
Venda Bruta de Mercadorias - Consolidação	18.955.805,37	19.121.453,26
Venda de Produtos	5.250.510,24	4.782.921,48
Venda Bruta de Produtos	5.250.510,24	4.782.921,48
Venda Bruta de Produtos - Consolidação	5.250.510,24	4.782.921,48
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	985.078.417,76	852.900.538,80
Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	985.697.221,05	853.144.016,60
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação	760.012.912,25	666.413.971,59
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Intra OFSS	225.684.308,80	183.730.045,01

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 187
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 185
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	48.583.102.687,90	46.720.007.252,46
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária - Intra OFSS	48.583.102.687,90	46.720.007.252,46
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	2.955.568.627,27	3.170.196.586,91
Transferências Recebidas p/ Aporte de Recursos p/ o RPPS - INTRA OFSS	2.955.568.627,27	3.170.196.586,91
Transferências Intergovernamentais	4.746.289.530,49	4.340.667.903,92
Transferências Constitucionais e Legais de Receitas	2.403.575.021,91	2.220.756.371,52
Transferências Constitucionais e Legais de Receitas - Inter OFSS - União	2.403.575.021,91	2.220.756.371,52
Transferências do FUNDEB	2.092.266.394,15	1.993.387.057,20
Transferências do FUNDEB - Inter OFSS - Estado	2.092.266.394,15	1.993.387.057,20
Transferências Voluntárias	254.492.022,54	154.199.300,49
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - União	247.074.534,48	148.328.488,06
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Município	7.417.488,06	5.870.812,43
Outras Transferências	5.934.101,88	2.376.174,41
Outras Transferências - Inter OFSS - União	5.907.817,33	750.000,00
Outras Transferências - Inter OFSS - Município	26.284,55	1.626.174,41
Transferências das Instituições Privadas	577.358.648,00	1.606.600.066,70
Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	18.513.819,33	18.832.646,71
Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação	18.513.819,33	18.832.646,71
Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos	559.054.828,67	1.588.002.419,99
Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação	559.054.828,67	1.588.002.419,99
Transferências do Exterior	19.053,98	3.773,36
Transferências do Exterior	19.053,98	3.773,36
Transferências do Exterior - Consolidação	19.053,98	3.773,36
Transferências de Pessoas Físicas	1.124.952,91	516.303,41
Transferências de Pessoas Físicas	1.124.952,91	516.303,41
Transferências de Pessoas Físicas - Consolidação	1.124.952,91	516.303,41
Outras Transferências e Delegações Recebida	486.524.156,17	639.945.587,08
Outras Transferências e Delegações Recebida	486.524.156,17	639.945.587,08

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 188
Rub.

R. 186
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Reversão de Ajustes de Perdas	288.400.552,68	417.709.927,88
Reversão de Ajustes de Perdas - Consolidação	288.400.552,68	417.709.927,88
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	592.211.739,34	475.748.359,77
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	27.551.728,19	24.998.887,33
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	27.551.728,19	24.998.887,33
Multas Administrativas	111.681.969,59	114.977.750,12
Multas Administrativas - Consolidação	111.681.969,59	114.977.750,12
Indenizações e Restituições	274.486.943,96	199.994.600,94
Indenizações e Restituições - Consolidação	254.993.579,39	199.994.600,94
Indenizações e Restituições - Intra	18.856.943,11	-
Indenizações e Restituições	119.280,54	-
Indenizações e Restituições	155.633,45	-
Indenizações e Restituições	402.407,47	-
VPA Decorrente Alienação Bens Apreendidos	-	1.996.276,24
VPA Decorrente Alienação Bens Apreendidos - Consolidação	-	1.996.276,24
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	156.491.097,60	134.165.845,24
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	156.491.097,60	134.165.845,24
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	**144.938.318.215,56**	**150.507.669.272,92**

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 189
Rub.

TRIBUNAL de Contas de Santa Catarina
Fl. 187
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Benefícios a Pessoal - RGPS	102.193.932,32	88.197.446,75
Benefícios a Pessoal - RGPS - Consolidação	102.193.932,32	88.197.446,75
Benefícios a Pessoal - Militar	59.969.211,32	62.450.622,22
Benefícios a Pessoal - Militar - Consolidação	59.969.211,32	62.450.622,22
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	151.912.395,41	147.424.991,29
Indenizações e Restituições Trabalhistas	118.870.035,56	122.587.815,48
Indenizações e Restituições Trabalhistas - Consolidação	118.870.035,56	122.587.815,48
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	33.042.359,85	24.837.175,79
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Consolidação	7.855.071,04	24.837.175,79
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Intra	15.856.043,11	-
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	865.793,99	-
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	1.718.269,07	-
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	6.747.182,64	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.848.682.865,81	4.864.845.302,40
Aposentadorias e Reformas	4.629.793.274,12	4.095.564.361,80
Aposentadorias - RPPS	3.542.160.396,81	3.221.256.838,21
Aposentadorias - RPPS - Consolidação	3.542.160.396,81	3.221.256.838,21
Reserva Remunerada e Reformas - Militar	1.087.632.877,31	874.306.343,59
Reserva Remunerada e Reformas - Militar - Consolidação	1.087.632.877,31	874.306.343,59
Pensões	987.661.557,49	876.732.309,66
Pensões - RPPS	796.359.199,29	707.886.965,77
Pensões - RPPS - Consolidação	796.359.199,29	707.886.965,77
Pensões - Militar	201.302.358,20	168.845.743,89
Pensões - Militar - Consolidação	201.302.358,20	168.845.743,89
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	10.258.034,20	12.545.010,96
Outros Benefícios Previdenciários - RPPS	9.773.873,21	4.979.931,41
Outros Benefícios Previdenciários - RPPS - Consolidação	9.773.873,21	4.979.931,41
Outros Benefícios Previdenciários - RGPS	51.370,00	18.300,00

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 190
Rub.

Fl. 188
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	442.110.758,99	288.109.981,30
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter OFSS União	100.827.458,76	535.469.956,12
Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa	128.316.109,80	135.260.267,47
Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	128.316.109,80	135.260.267,47
Juros e Encargos de Mora	61.256.375,03	37.463.782,30
Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços	330.755,53	112.823,95
Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços - Consolidação	330.755,53	112.823,95
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias	60.925.619,50	37.340.958,39
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Consolidação	70.780,83	15.980,11
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Inter OFSS - União	60.854.838,67	37.324.978,24
Variações Monetárias e Cambiais	2.736.869.001,37	3.507.334.939,55
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna	1.852.775.584,49	1.560.677.340,91
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Consolidação	461.425.386,08	993.329.982,49
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - União	1.391.350.198,37	967.360.958,32
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa	591.267.513,00	1.734.336.380,44
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa - Consolidação	591.267.513,00	1.734.336.380,44
Outras Variações Monetárias e Cambiais	292.805.903,92	222.321.218,30
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação	269.809.516,38	197.871.824,49
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União	22.996.387,54	24.449.393,81
Descontos Financeiros Concedidos	1.183.483,99	226.374,14
Descontos Financeiros Concedidos	1.183.483,99	226.374,14
Descontos Financeiros Concedidos - Consolidação	1.183.483,99	226.374,14
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	4.080.337,48	-
Juros e Encargos Sobre Tributos Renegociados	4.080.337,48	-
Juros e Encargos de Tributos Renegociados - Inter OFSS União	4.080.337,48	-
Transferências e Delegações Concedidas	79.519.472.395,73	76.583.597.794,22
Transferências Intragovernamentais	69.514.794.418,93	67.516.970.911,65
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	18.078.123.123,76	17.824.724.727,59

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 191
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 189
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	2.942.898,29	6.362.961,04
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado	248.786.924,93	287.916,14
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	248.786.924,93	287.916,14
Redução a Valor Recuperável de Intangíveis	3.508.158,15	5.862.120,43
Redução a Valor Recuperável de Intangíveis - Consolidação	3.508.158,15	5.862.120,43
VPD com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplic.Temporários	2.403.041.973,25	1.912.274.329,38
VPD com Ajuste de Perdas de Créditos e de Invest. e Aplicações Temporárias-Consolidação	2.403.041.973,25	1.912.274.329,38
Perdas com Alienação	1.750.046,67	553.459,20
Perdas com Alienação de Imobilizado	1.750.046,67	553.459,20
Perdas com Alienação de Imobilizado - Consolidação	1.750.046,67	553.459,20
Perdas Involuntárias	936.094,91	949.463,31
Perdas Involuntárias com Imobilizado	936.094,91	949.463,31
Perdas Involuntárias com Imobilizado - Consolidação	936.094,91	949.463,31
Incorporação de Passivos	2.958.972,44	253.926,47
Incorporação de Passivos	2.958.972,44	253.926,47
Incorporação de Passivos - Consolidação	2.958.972,44	253.926,47
Desincorporação de Ativos	186.968.169,67	126.492.123,38
Desincorporação de Ativos	186.968.169,67	126.492.123,38
Desincorporação de Ativos - Consolidação	186.968.169,67	126.492.123,38
Tributárias	195.282.267,77	186.906.320,94
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.951.088,23	4.848.934,88
Impostos	4.133.690,83	3.021.100,47
Impostos - Consolidação	53.469,03	59.159,51
Impostos - Inter OFSS União	413.386,62	389.516,85
Impostos - Inter OFSS Município	3.666.834,28	2.572.424,11
Taxas	1.717.397,40	1.827.834,22
Taxas - Consolidação	207.847,89	143.065,68
Taxas - Inter OFSS - Municípios	1.509.549,51	1.684.768,54

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 192
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
FL. 190
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Outras Premiações - Consolidação	94.492,53	114.422,92
Resultado Negativo de Participações	84.751.686,71	133.282.816,02
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	84.751.686,71	133.282.816,02
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Consolidação	31.460.404,43	112.752.463,73
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Intra OFSS	53.291.282,28	20.530.352,29
Incentivos	32.636.354,22	32.205.795,23
Incentivos à Educação	25.780.782,22	22.082.815,74
Incentivos à Educação - Consolidação	25.780.782,22	22.082.815,74
Incentivos a Ciência	6.255.572,00	10.122.979,49
Incentivos a Ciência - Consolidação	6.255.572,00	10.122.979,49
Subvenções Econômicas	23.004.327,05	22.909.176,46
Subvenções Econômicas	23.004.327,05	22.909.176,46
Subvenções Econômicas - Consolidação	23.004.327,05	22.909.176,46
VPD de Constituição de Provisões	37.909.175.973,49	49.567.937.439,80
VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas	7.483.637,94	28.026.112,76
VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas - Consolidação	7.483.637,94	28.026.112,76
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	37.796.507.710,98	49.536.465.788,28
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	37.796.507.710,98	49.536.465.788,28
VPD de Provisões para Riscos Fiscais	2.857.196,17	-
VPD de Provisões para Riscos Fiscais - Consolidação	2.857.196,17	-
VPD de Provisão para Riscos Cíveis	2.327.458,41	3.445.528,76
VPD de Provisão para Riscos Cíveis - Consolidação	2.327.458,41	3.445.528,76
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	703.399.829,44	803.475.348,10
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	16.458,40	-
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	16.458,40	-
Indenizações e Restituições	419.352.550,93	325.169.155,10
Indenizações e Restituições - Consolidação	419.352.550,93	325.169.155,10
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	281.026.820,11	475.310.181,00

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 193
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 191
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Incorporação de Ativo	1.372.934.607,97	1.481.846.402,36
Desincorporação de Passivo	610.790.055,52	834.524.410,43
Incorporação de Passivo	1.263.880.610,78	1.146.896.088,00
Desincorporação de Ativo	32.428.543,98	28.116.261,77

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 194
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 192
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	23.070.296.995,41	20.584.287.498,40
Impostos	22.467.899.318,71	20.032.983.697,40
Impostos sobre Patrimônio e a Renda	5.203.993.095,78	2.963.216.279,97
Impostos sobre Patrimônio e a Renda - Consolidação	5.203.993.095,78	2.963.216.279,97
Impostos sobre a Produção e a Circulação	19.264.196.222,93	17.069.764.408,43
Impostos sobre a Produção e a Circulação -Consolidação	19.264.196.222,93	17.069.764.408,43
Taxas	602.436.236,70	551.303.811,03
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	560.450.398,57	510.043.540,54
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Consolidação	560.450.398,57	510.043.540,54
Taxas pela Prestação de Serviços	41.985.877,13	41.260.270,49
Taxas pela Prestação de Serviços - Consolidação	41.985.877,13	41.260.270,49
Contribuições	2.356.829.976,67	1.724.520.102,15
Contribuições Sociais	2.356.829.976,67	1.724.520.102,15
Contribuições Sociais - RPPS	2.356.829.976,67	1.724.520.102,15
Contribuições Sociais - RPPS - Consolidação	539.719.407,63	727.582.688,98
Contribuições Sociais - RPPS - Intra OFSS	1.217.110.571,24	996.937.413,17
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	840.170.954,47	790.922.211,90
Venda de Mercadorias	18.955.805,37	19.121.453,28
Venda Bruta de Mercadorias	18.955.805,37	19.121.453,28
Venda Bruta de Mercadorias - Consolidação	18.955.805,37	19.121.453,28
Venda de Produtos	5.250.510,24	4.782.921,48
Venda Bruta de Produtos	5.250.510,24	4.782.921,48
Venda Bruta de Produtos - Consolidação	5.250.510,24	4.782.921,48
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	815.964.338,86	767.017.837,14
Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	816.583.142,15	767.261.274,94
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Consolidação	590.898.833,35	583.531.229,93
Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços - Intra OFSS	225.684.308,80	183.730.045,01

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 195
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 193
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	48.358.092.736,87	46.502.074.009,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária - Intra OFSS	48.358.092.736,87	46.502.074.009,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	2.955.566.627,27	3.170.198.595,81
Transferências Recebidas p/ Aporte de Recursos p/ o RPPS - INTRA OFSS	2.955.566.627,27	3.170.198.595,81
Transferências Intergovernamentais	4.746.243.245,93	4.339.071.729,21
Transferências Constitucionais e Legais de Receitas	2.403.575.021,91	2.220.739.371,52
Transferências Constitucionais e Legais de Receitas - Inter OFSS - União	2.403.575.021,91	2.220.739.371,52
Transferências do FUNDEB	2.082.268.384,15	1.983.397.057,20
Transferências do FUNDEB - Inter OFSS - Estado	2.082.268.384,15	1.983.397.057,20
Transferências Voluntárias	254.492.022,54	154.193.300,49
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - União	247.074.534,48	148.325.488,06
Transferências Voluntárias - Inter OFSS - Municípios	7.417.488,06	5.870.812,43
Outras Transferências	5.907.817,33	750.000,00
Outras Transferências - Inter OFSS - União	5.907.817,33	750.000,00
Transferências das Instituições Privadas	677.296.106,13	1.605.054.328,51
Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	18.513.819,33	18.832.646,71
Transferências das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Consolidação	18.513.819,33	18.832.646,71
Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos	658.782.286,80	1.586.221.681,80
Transferências das Instituições Privadas com Fins Lucrativos - Consolidação	658.782.286,80	1.586.221.681,80
Transferências do Exterior	19.053,98	3.773,36
Transferências do Exterior	19.053,98	3.773,36
Transferências do Exterior - Consolidação	19.053,98	3.773,36
Transferências de Pessoas Físicas	941.336,38	252.179,54
Transferências de Pessoas Físicas	941.336,38	252.179,54
Transferências de Pessoas Físicas - Consolidação	941.336,38	252.179,54
Outras Transferências e Delegações Recebidas	461.142.513,58	556.986.021,54
Outras Transferências e Delegações Recebidas	461.142.513,58	556.986.021,54
Outras Transferências e Delegações Recebidas - Consolidação	461.142.513,58	556.986.021,54

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 196
Rub.

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
Fl. 194
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Reversão de Ajustes de Perdas - Consolidação	287.032.591,88	416.779.006,80
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	584.631.372,09	461.178.211,02
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	27.551.728,19	24.998.887,33
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	27.551.728,19	24.998.887,33
Multas Administrativas	105.696.945,92	108.998.901,35
Multas Administrativas - Consolidação	105.696.945,92	108.998.901,35
Indenizações e Restituições	264.753.708,91	191.015.406,88
Indenizações e Restituições - Consolidação	245.582.676,69	191.015.406,88
Indenizações e Restituições - Intra	18.523.711,78	-
Indenizações e Restituições	119.280,54	-
Indenizações e Restituições	155.633,46	-
Indenizações e Restituições	432.407,47	-
VPA Decorrente Alienação Bens Apreendidos	-	1.995.276,24
VPA Decorrente Alienação Bens Apreendidos - Consolidação	-	1.995.276,24
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	166.419.088,77	134.193.745,24
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação	166.419.088,77	134.193.745,24
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	**140.369.598.861,25**	**146.257.868.909,73**

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 197
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 195
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Benefícios a Pessoal - RGPS	48.404.613,67	42.579.178,52
Benefícios a Pessoal - RGPS - Consolidação	48.404.613,67	42.579.178,52
Benefícios a Pessoal - Militar	54.170.040,95	57.327.068,08
Benefícios a Pessoal - Militar - Consolidação	54.170.040,95	57.327.068,08
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	70.393.758,47	83.498.686,31
Indenizações e Restituições Trabalhistas	46.178.709,22	66.937.217,91
Indenizações e Restituições Trabalhistas - Consolidação	46.178.709,22	66.937.217,91
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	25.215.060,25	17.901.417,40
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Consolidação	9.099.115,29	17.901.417,40
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos - Intra	13.240.509,84	-
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	866.793,99	-
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	1.048.295,58	-
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos	3.374.335,25	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.199.416.436,14	4.568.337.706,35
Aposentadorias e Reformas	4.189.675.667,03	3.683.264.741,93
Aposentadorias - RPPS	3.102.272.789,72	2.808.956.398,34
Aposentadorias - RPPS - Consolidação	3.102.272.789,72	2.808.956.398,34
Reserva Remunerada e Reformas - Militar	1.087.402.877,31	874.308.343,59
Reserva Remunerada e Reformas - Militar - Consolidação	1.087.402.877,31	874.308.343,59
Pensões	997.661.557,49	876.732.309,65
Pensões - RPPS	796.359.199,29	707.885.565,77
Pensões - RPPS - Consolidação	796.359.199,29	707.885.565,77
Pensões - Militar	201.302.358,20	168.846.743,88
Pensões - Militar - Consolidação	201.302.358,20	168.846.743,88
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	11.879.211,62	8.340.744,77
Outros Benefícios Previdenciários - RPPS	8.702.255,85	3.994.271,23
Outros Benefícios Previdenciários - RPPS - Consolidação	8.702.255,85	3.994.271,23
Outros Benefícios Previdenciários - RGPS	51.370,00	19.300,00

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 198
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 196
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 16 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	442.110.758,88	288.103.881,30
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter OFSS União	100.827.458,76	535.469.950,12
Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa	128.316.109,80	135.260.267,47
Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	128.316.109,80	135.260.267,47
Juros e Encargos de Mora	61.253.545,42	37.462.936,72
Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços	330.755,53	112.923,95
Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços - Consolidação	330.755,53	112.923,95
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias	60.922.789,89	37.349.114,77
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Consolidação	97.851,22	15.220,27
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias - Inter OFSS - União	60.854.838,67	37.324.894,50
Variações Monetárias e Cambiais	2.735.936.376,24	3.936.435.979,93
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna	1.452.775.566,45	1.550.677.340,81
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Consolidação	461.425.368,08	583.325.692,49
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna - Inter OFSS - União	1.391.350.198,37	967.393.658,32
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa	991.287.513,30	1.734.336.380,44
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa - Consolidação	991.287.513,30	1.734.336.380,44
Outras Variações Monetárias e Cambiais	291.873.276,79	221.422.258,68
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Consolidação	268.979.891,25	196.972.964,87
Outras Variações Monetárias e Cambiais - Inter OFSS - União	22.996.387,54	24.449.293,81
Descontos Financeiros Concedidos	1.193.483,66	229.374,14
Descontos Financeiros Concedidos	1.193.483,66	229.374,14
Descontos Financeiros Concedidos - Consolidação	1.193.483,66	229.374,14
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	4.093.337,48	-
Juros e Encargos Sobre Tributos Renegociados	4.093.337,48	-
Juros e Encargos de Tributos Renegociados - Inter OFSS União	4.093.337,48	-
Transferências e Delegações Concedidas	78.383.033.417,68	75.581.300.407,62
Transferências Intragovernamentais	66.509.333.673,79	66.598.625.990,79
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	17.819.083.560,40	17.436.655.990,79

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 199
Rub
Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 197
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Reavaliação de Imobilizado - Consolidação	1.024.363,27	6.362.361,04
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado	217.602.457,56	267.916,14
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado - Consolidação	217.602.457,56	267.916,14
Redução a Valor Recuperável de Intangíveis	-	5.862.120,43
Redução a Valor Recuperável de Intangíveis - Consolidação	-	5.862.120,43
VPD com Ajuste de Perdas de Créditos e de Investimentos e Aplic.Temporários	2.351.774.678,98	1.871.293.437,58
VPD com Ajuste de Perdas de Créditos e de Invest. e Aplicações Temporários-Consolidação	2.351.774.678,98	1.871.293.437,58
Perdas com Alienação	457.443,67	16.200,00
Perdas com Alienação de Imobilizado	457.443,67	16.200,00
Perdas com Alienação de Imobilizado - Consolidação	457.443,67	16.200,00
Perdas Involuntárias	906.094,91	995.833,49
Perdas Involuntárias com Imobilizado	906.094,91	995.833,49
Perdas Involuntárias com Imobilizado - Consolidação	906.094,91	995.833,49
Incorporação de Passivos	2.966.972,44	108.330,04
Incorporação de Passivos	2.966.972,44	108.330,04
Incorporação de Passivos - Consolidação	2.966.972,44	108.330,04
Desincorporação de Ativos	191.081.608,71	117.775.467,00
Desincorporação de Ativos	191.081.608,71	117.775.467,00
Desincorporação de Ativos - Consolidação	191.081.608,71	117.775.467,00
Tributárias	194.240.934,99	186.260.694,46
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.006.754,31	4.396.957,92
Impostos	3.727.734,92	2.891.983,73
Impostos - Consolidação	53.466,93	59.156,51
Impostos - Inter OFSS União	413.386,92	389.516,85
Impostos - Inter OFSS Município	3.260.879,37	2.443.307,37
Taxas	1.309.049,39	1.504.974,19
Taxas - Consolidação	207.847,88	143.065,68
Taxas - Inter OFSS - Municípios	1.101.201,50	1.361.908,51

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 200
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 198
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Outras Premiações - Consolidação	21.420,00	12.796,40
Resultado Negativo de Participações	64.751.698,71	133.262.816,02
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	64.751.698,71	133.262.816,02
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Consolidação	31.460.404,45	112.732.453,73
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial - Intra OFSS	33.291.282,26	20.530.362,29
Incentivos	32.536.354,22	32.205.795,23
Incentivos à Educação	25.780.782,22	22.082.815,74
Incentivos à Educação - Consolidação	25.780.782,22	22.082.815,74
Incentivos à Ciência	6.255.572,00	10.122.979,49
Incentivos a Ciência - Consolidação	6.255.572,00	10.122.979,49
Subvenções Econômicas	23.004.327,03	22.909.176,40
Subvenções Econômicas	23.004.327,03	22.909.176,40
Subvenções Econômicas - Consolidação	23.004.327,03	22.909.176,40
VPD de Constituição de Provisões	37.809.175.973,48	49.567.937.439,80
VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas	7.483.637,94	28.026.112,76
VPD de Provisão para Riscos Trabalhistas - Consolidação	7.483.637,94	28.026.112,76
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	37.796.507.710,06	49.539.465.798,28
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação	37.796.507.710,06	49.539.465.798,28
VPD de Provisões para Riscos Fiscais	2.857.199,17	-
VPD de Provisões para Riscos Fiscais - Consolidação	2.857.199,17	-
VPD de Provisão para Riscos Cíveis	2.327.456,41	3.445.528,76
VPD de Provisão para Riscos Cíveis - Consolidação	2.327.456,41	3.445.528,76
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	603.683.088,38	722.116.480,85
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	18.458,40	-
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS - Inter OFSS - União	18.458,40	-
Indenizações e Restituições	322.936.596,51	247.317.327,94
Indenizações e Restituições - Consolidação	322.936.596,51	247.317.327,94
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	280.728.033,48	474.799.152,91

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 201
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 199
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Incorporação de Ativo	1.264.105.371,69	1.337.342.785,72
Desincorporação de Passivo	610.790.655,32	894.824.410,43
Incorporação de Passivo	1.353.880.610,78	1.146.895.088,00
Desincorporação de Ativo	32.428.543,88	28.116.261,77

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 202
Rub.
Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 200
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	23.291.979.249,77	20.777.753.902,13
Impostos	22.467.859.918,71	20.032.883.687,40
Impostos sobre Patrimônio e a Renda	5.203.663.095,78	2.963.219.278,97
Impostos sobre a Produção e a Circulação	19.264.196.222,93	17.069.764.408,43
Taxas	823.819.931,06	744.770.214,73
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	560.450.359,57	510.043.540,54
Taxas pela Prestação de Serviços	263.369.571,49	234.726.674,19
Contribuições	838.719.407,63	727.582.688,98
Contribuições Sociais	838.719.407,63	727.582.688,98
Contribuições Sociais - RPPS	838.719.407,63	727.582.688,98
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	783.600.424,57	683.074.868,55
Venda de Mercadorias	18.955.805,37	19.121.453,28
Venda Bruta de Mercadorias	18.955.805,37	19.121.453,28
Venda de Produtos	5.250.510,24	4.782.921,48
Venda Bruta de Produtos	5.250.510,24	4.782.921,48
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	759.394.109,96	669.175.493,79
Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	769.012.912,25	669.413.971,59
(-) Deduções do Valor Bruto de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	(618.803,29)	(243.477,80)
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3.700.970.885,59	1.606.325.650,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	409.429,04	533.791,88
Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos	409.429,04	533.791,88
Juros e Encargos de Mora	890.879.583,19	420.980.956,66
Juros e Encargos de Mora sobre Fornecimentos de Bens e Serviços	594.485,51	1.445.713,22
Juros e Encargos de Mora sobre Créditos Tributários	880.223.387,48	410.166.216,09
Outros Juros e Encargos de Mora	10.059.707,20	9.368.727,35
Variações Monetárias e Cambiais	1.929.679.202,91	756.459.148,87

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 203
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 201
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos	89.825.611,35	91.879.003,65
Ganhos com Desincorporação de Passivos	151.034.340,30	10.393.254,74
Ganhos com Desincorporação de Passivos	151.034.340,30	10.393.254,74
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	38.699.171.521,18	50.793.735.045,06
Resultado Positivo de Participações	164.150.978,61	172.020.922,19
Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	164.150.939,99	172.009.447,66
Dividendos e Rendimentos de Outros Investimentos	38,62	11.474,44
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	37.973.660.146,34	50.145.887.654,30
Reversão de Provisões	37.685.259.593,66	49.728.177.726,44
Reversão de Ajustes de Perdas	288.400.552,68	417.709.927,86
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	861.360.096,23	475.748.359,77
Compensação Financeira entre RGPS/RPPS	27.551.728,19	24.998.887,33
Multas Administrativas	111.681.969,59	114.977.750,12
Indenizações e Restituições	255.630.900,85	199.672.709,72
VPA Decorrente Alienação Bens Apreendidos	-	1.999.276,24
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	166.491.097,60	134.193.645,24
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	**73.354.708.477,21**	**81.886.962.514,87**

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 204
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 202
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Outros Benefícios Previdenciários - RPPS	9.773.873,21	4.979.931,41
Outros Benefícios Previdenciários - RGPS	51.370,00	18.300,00
Outros Benefícios Previdenciários - Militar	573.736,00	463.752,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	6.859.034,99	7.088.027,54
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	4.152.117.755,83	3.810.584.775,14
Uso de Material de Consumo	880.966.856,37	931.442.257,51
Consumo de Material	785.568.712,79	801.218.167,89
Distribuição de Material Gratuito	95.398.143,58	130.224.089,62
Serviços	2.944.024.142,29	2.999.670.509,54
Diárias	47.144.900,49	47.102.333,27
Serviços Terceiros - PF	153.230.449,18	110.902.494,29
Serviços Terceiros - PJ	2.717.617.694,93	2.417.120.989,94
Contrato de Terceirização por Substituição de Mão de Obra - Art. 18 § 1, Lc 101/00	26.031.397,97	24.464.083,14
Depreciação, Amortização e Exaustão	327.126.757,17	279.471.995,09
Depreciação	314.790.795,81	270.962.997,72
Amortização	12.335.961,36	8.508.992,37
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.474.643.524,98	4.503.855.294,98
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	671.254.327,44	958.840.196,89
Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna	542.938.217,04	823.579.931,42
Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa	128.316.109,80	135.260.267,47
Juros e Encargos de Mora	61.256.375,03	37.453.782,30
Juros e Encargos de Mora de Aquisição de Bens e Serviços	330.755,53	112.823,95
Juros e Encargos de Mora de Obrigações Tributárias	60.925.619,50	37.340.958,35
Variações Monetárias e Cambiais	2.736.869.001,37	3.507.334.909,55
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Interna	1.852.775.584,45	1.550.677.340,91
Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Contratual Externa	591.287.513,00	1.734.336.380,44
Outras Variações Monetárias e Cambiais	292.805.903,92	222.321.218,30

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 205
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 203
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Incorporação de Passivos	2.958.972,44	203.926,47
Desincorporação de Ativos	186.958.159,67	125.492.123,38
Desincorporação de Ativos	186.958.159,67	125.492.123,38
Tributárias	195.282.257,77	188.906.320,94
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.851.088,23	4.848.934,69
Impostos	4.133.690,83	3.021.100,47
Taxas	1.717.397,40	1.827.834,22
Contribuições	189.431.179,54	182.057.386,25
Contribuições Sociais	188.361.290,77	180.914.092,90
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	708,19	152,06
Outras Contribuições	1.069.180,58	1.143.141,29
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	41.405,61	748.389,78
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	41.405,61	69.545,46
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV	41.405,61	69.545,46
Custo dos Serviços Prestados - CSP	-	678.844,32
Custo dos Serviços Prestados - CSP	-	678.844,32
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	38.599.338.560,30	50.544.362.685,59
Premiações	3.131.871,58	6.102.462,24
Premiações Culturais	2.336.767,00	7.056.625,00
Premiações Artísticas	3.724,32	36.775,58
Premiações Científicas	258.928,93	13.289,45
Premiações Desportivas	344.443,92	841.940,37
Ordens Honoríficas	91.294,56	37.409,22
Outras Premiações	94.492,53	114.422,62
Resultado Negativo de Participações	31.460.404,45	112.732.463,73
Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial	31.460.404,45	112.732.463,73
Incentivos	32.036.394,22	32.205.795,23

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 206
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 204
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO GERAL
EXCLUÍDAS AS OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2016	Janeiro a Dezembro / 2015
Incorporação de Ativo	1.372.934.607,07	1.481.546.460,36
Desincorporação de Passivo	610.790.655,32	834.924.410,43
Incorporação de Passivo	1.253.880.610,78	1.146.695.288,00
Desincorporação de Ativo	32.428.543,99	29.116.261,77

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 202
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 205
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

	Janeiro a Dezembro 2016	Janeiro a Dezembro 2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	**90.519.236.292,82**	**87.223.885.804,34**
Receitas derivadas e originárias	16.530.261.911,17	14.725.428.891,94
Transferências correntes recebidas	6.576.751.676,15	6.730.837.626,42
Outros ingressos operacionais	67.612.222.705,50	65.767.619.326,58
Desembolsos	**89.432.853.483,16**	**85.992.237.984,02**
Pessoal e demais despesas	18.140.366.372,82	16.591.101.378,26
Juros e encargos da dívida	671.254.327,44	967.396.002,78
Transferências concedidas	2.956.555.695,59	2.667.927.691,79
Outros desembolsos operacionais	67.664.677.177,32	65.765.842.943,19
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	**1.086.382.809,66**	**1.231.647.820,32**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	**32.428.543,96**	**28.116.261,77**
Alienação de bens	9.078.706,19	6.137.434,61
Amortização de empréstimos e financiamentos	23.349.837,60	21.978.827,16
Outros ingressos de investimentos	-	-
Desembolsos	**1.437.392.786,16**	**1.529.862.664,99**
Aquisição de ativo não circulante	1.294.725.822,79	1.401.872.295,16
Concessão de empréstimos e financiamentos	10.536.125,85	10.254.374,26
Outros desembolsos de investimentos	132.131.037,54	117.703.995,57
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	**(1.404.964.242,20)**	**(1.501.746.403,22)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	**1.344.824.112,61**	**1.257.396.693,47**
Operações crédito	1.253.880.610,79	1.146.995.088,00
Integralização do capital social de empresas dependentes	9.905.880,91	23.445.654,07
Transferências de capital recebidas	57.023.093,58	49.998.797,60
Outros ingressos de financiamentos	24.013.927,34	37.457.153,80

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 208
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 206
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016
QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

R$

	Janeiro a Dezembro 2016	Janeiro a Dezembro 2015
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária	13.263.425.410,16	12.030.862.547,60
Receita de Contribuições	830.771.217,38	726.047.030,11
Receita Patrimonial	36.107.815,33	155.931.830,45
Receita Agropecuária	1.165.429,92	936.210,93
Receita Industrial	4.088.570,67	4.232.907,60
Receita de Serviços	594.130.891,04	505.734.335,88
Remuneração das Disponibilidades	880.526.487,16	720.245.619,09
Outras Receitas Derivadas e Originárias	719.048.090,51	581.435.199,49
TOTAL DAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	**16.330.261.911,17**	**14.725.426.851,34**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 209
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 207
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

R$

	Janeiro a Dezembro 2016	Janeiro a Dezembro 2015
Legislativa	562.690.237,47	529.987.527,11
Judiciária	1.391.438.718,18	1.371.122.983,80
Essencial à Justiça	889.064.396,45	821.209.981,18
Administração	1.466.015.752,70	1.473.073.584,20
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	2.062.078.821,76	1.920.983.437,91
Relações Exteriores	2.849.846,09	193.038,79
Assistência Social	71.394.267,18	35.808.768,54
Previdência Social	5.619.081.302,47	4.922.950.142,06
Saúde	1.990.003.529,68	1.810.014.019,87
Trabalho	5.208.158,76	5.253.370,46
Educação	2.479.023.014,50	2.444.491.882,50
Cultura	29.078.724,06	27.852.173,41
Direitos da Cidadania	665.269.744,09	517.748.350,28
Urbanismo	-	959,69
Habitação	20.275.106,19	23.465.476,40
Saneamento	212.395,96	2.389.960,45
Gestão Ambiental	67.993.976,84	74.193.986,43
Ciência e Tecnologia	24.443.871,37	27.142.984,06
Agricultura	553.535.777,30	549.609.576,10
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	28.044.415,81	31.078.896,75
Comunicações	53.343.506,72	37.020.080,44
Energia	2.861,26	966,00
Transporte	209.022.861,41	181.743.604,07
Desporto e Lazer	30.790.999,15	28.734.631,25
Encargos Especiais	115.234.279,55	55.670.972,39
Reserva de Contingência	-	-
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	18.140.366.372,82	16.591.101.376,26

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 210
Rub. 10

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 208
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

NOTAS EXPLICATIVAS

002 - As receitas derivadas são as que derivam do poder do Estado de tributar os contribuintes, por meio de leis. Já as receitas originárias são as que se originam do próprio patrimônio do Estado.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 211
Rub.

Fls. 209
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PODER EXECUTIVO
Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

	Janeiro a Dezembro 2016	Janeiro a Dezembro 2015
Desembolsos	**610.790.655,32**	**834.924.410,43**
Amortização / Refinanciamento da dívida	608.954.284,26	834.924.410,43
Outros desembolsos de financiamentos	1.836.371,06	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	**734.033.457,29**	**422.472.283,04**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	**333.191.748,13**	**79.796.057,51**
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	2.870.985.072,43	2.790.989.014,92
Caixa e Equivalente de Caixa Final	3.203.976.820,56	2.870.985.072,43

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 212
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 210
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PODER EXECUTIVO
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016
QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS E CONCEDIDAS

R$

	Janeiro a Dezembro 2016	Janeiro a Dezembro 2015
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
Intergovernamentais	2.256.203.184,85	2.011.172.934,82
da União	2.255.297.515,78	2.009.848.025,37
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	905.669,07	1.323.909,45
Intragovernamentais	1.559.831.749,39	1.295.351.598,09
Outras transferências correntes recebidas	2.760.234.298,95	3.420.652.056,04
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	**6.576.269.233,19**	**6.727.176.589,95**
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	578.590.148,44	541.853.608,87
a União	-	-
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	578.590.148,44	541.853.608,87
Intragovernamentais	1.281.233.872,22	1.064.478.608,30
Outras transferências correntes concedidas	813.542.879,89	808.219.034,99
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS	**2.673.366.898,55**	**2.414.351.252,16**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 213
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 211
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PODER EXECUTIVO
Anexo 19 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

R$

	Janeiro a Dezembro 2016	Janeiro a Dezembro 2015
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	516.942.980,33	791.997.910,50
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	110.171.079,50	114.827.041,97
Outros Encargos da Dívida	44.140.267,61	50.771.050,31
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	**671.254.327,44**	**957.296.002,78**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 214
Rub.

Fls. 212

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO GERAL

Valores em 31/12/2015 e 31/12/2016

R$

ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL/CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	198.096.987,41	368.427,88	5.814.681,63	2.273.520,58	2.191.142.765,90	2.397.696.383,40
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					111.982.631,65	111.982.631,65
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL						
AUMENTO DE CAPITAL	23.445.654,07					23.445.654,07
Com Reservas e Lucros						
Com Subscrição de Novas Ações	23.445.654,07					23.445.654,07
RESULTADO DO EXERCÍCIO					-1.470.584.954,08	-1.470.584.954,08
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS						
DIVIDENDOS PROPOSTOS						
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ATUAL	221.542.641,48	368.427,88	5.814.681,63	2.273.520,58	832.540.443,47	1.062.539.715,04
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					7.494.599.638,09	7.494.599.638,09
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL						
AUMENTO DE CAPITAL						
Com Reservas e Lucros						
Com Subscrição de Novas Ações	9.905.880,91					9.905.880,91
RESULTADO DO EXERCÍCIO					584.472.176,42	584.472.176,42
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS						
DIVIDENDOS PROPOSTOS						
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL	231.448.522,39	368.427,88	5.814.681,63	2.273.520,58	8.911.612.457,98	9.151.517.610,46

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017

GRAZIELA LUIZA MENCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.036/O-3

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR CRCSC Nº 23.823/O-7

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 215
Rub.

Fl. 213
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO GERAL

Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Valores em 31/12/2015 e 31/12/2016

R$

ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL/CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	DEMAIS RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	6.655.354,10	368.427,88	5.814.681,63	2.273.520,58	2.360.836.565,93	2.375.949.550,12
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					111.982.631,65	111.982.631,65
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL						
AUMENTO DE CAPITAL						
Com Reservas e Lucros						
Com Subscrição de Novas Ações						
RESULTADO DO EXERCÍCIO					-1.433.665.503,64	-1.433.665.503,64
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS						
DIVIDENDOS PROPOSTOS						
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ATUAL	**6.655.354,10**	**368.427,88**	**5.814.681,63**	**2.273.520,58**	**1.039.153.693,94**	**1.054.265.678,13**
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					7.478.210.739,94	7.478.210.739,94
REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL						
AUMENTO DE CAPITAL						
Com Reservas e Lucros						
Com Subscrição de Novas Ações						
RESULTADO DO EXERCÍCIO					613.191.973,88	613.191.973,88
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE RESERVAS						
DIVIDENDOS PROPOSTOS						
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL	**6.655.354,10**	**368.427,88**	**5.814.681,63**	**2.273.520,58**	**9.130.556.407,56**	**9.145.668.391,75**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-3

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR CRCSC Nº 23.823/O-7

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 216
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 214
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
1 - Executivo	**20.744.504.526,92**
15000 - Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	**45.290.982,20**
150001 - Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	**45.290.982,20**
14 - Direitos da Cidadania	45.290.982,20
122 - Administração Geral	43.876.515,49
0745 - Cidadania e Direitos Humanos	5.896.735,35
0173 - Ampliação de atuação na defensoria	5.896.735,35
9900 - Gestão de Pessoas	33.303.473,92
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	33.303.473,92
9900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.676.306,22
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	792.237,26
0946 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	884.068,96
128 - Formação de Recursos Humanos	1.414.046,71
9900 - Gestão de Pessoas	1.414.046,71
0006 - Encargos com estagiários	1.414.046,71
16000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública	**2.590.875.131,17**
160004 - Fundo de Melhoria da Polícia Civil	**520.791.837,59**
04 - Administração	38.143,40
122 - Administração Geral	38.143,40
9900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	38.143,40
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	38.143,40
06 - Segurança Pública	520.753.694,19
122 - Administração Geral	478.825.491,21
0706 - De Olho no Crime	468.203.987,49
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	468.203.987,49
0707 - Suporte Institucional Integrado	10.421.503,72

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 217
Rub.

Fl. 215
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0706 - Dir Dlho no Crime	316.644.967,85
0849 - Administração de pessoal e encargos sociais	316.644.967,85
0707 - Suporte Institucional Integrado	9.658.771,47
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	8.162.386,05
0186 - reforma e ou ampliação de instalações	41.748,27
0446 - Gestão da alimentação	2.348.155,29
0483 - Manutenção de instalações físicas	36.000,24
0484 - Gestão de uniformes	680.357,06
0491 - Construção de instalações físicas	389.114,62
128 - Formação de Recursos Humanos	199.820,32
0709 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	199.820,32
0482 - Aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública	199.820,32
181 - Policiamento	9.814.322,20
0705 - Segurança Cidadã	446.693,52
0218 - Gestão integrada de atividades	446.693,52
0707 - Suporte Institucional Integrado	5.959.732,68
0178 - Gestão sustentável de combustível	1.945.953,92
0230 - Gestão de hospitais	663.240,00
0241 - Modernização, integração e manutenção da tecnologia	685.339,57
0246 - Gestão de acordos e convênios	272.865,44
0248 - Gestão de contratos	511.174,47
0249 - Aquisição de equipamentos	858.506,44
0251 - Aquisição de veículos	182.000,00
0252 - Manutenção de veículos	840.642,82
0709 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	208.906,02
0236 - Indenização decorrente acidente de trabalho	156.563,32

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 218
Rub.
Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
FL. 216
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0253 - Mobiliário para o Complexo da Segurança Pública	726.777,00
0460 - Manutenção de instalações físicas	269.742,99
126 - Tecnologia da Informação	8.133.642,97
0707 - Suporte Institucional Integrado	8.133.642,97
0259 - Modernização e integração	8.133.642,97
128 - Formação de Recursos Humanos	1.380.701,38
0707 - Suporte Institucional Integrado	1.376.601,38
0006 - Encargos com estagiários	1.376.601,38
0709 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	13.900,00
0482 - Aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública	13.900,00
181 - Policiamento	112.729.423,31
0101 - Acelera Santa Catarina	9.399.291,58
0460 - Construção de instalações físicas	7.927.553,58
0815 - Renovação de frota	1.469.738,00
0705 - Segurança Cidadã	37.311.856,04
0643 - Gestão da emissão da carteira nacional de habilitação	37.311.856,04
0706 - De Olho no Crime	10.364.906,67
0142 - Gestão das Centrais Regionais de Emergências	161.376,80
0262 - Manutenção de veículos	594.881,02
0264 - Realização de operações integradas	88.746,87
0408 - Monitoramento de espaços públicos	9.539.902,18
0707 - Suporte Institucional Integrado	55.653.366,82
0176 - Gestão sustentável de combustível	1.056.673,22
0217 - Gestão de pessoal terceirizado	28.039.602,82
0241 - Modernização, integração e manutenção de tecnologia	11.184.235,73
0246 - Gestão de acordos e convênios	3.823.031,68

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 219
Rub.
Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 217
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0600 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.054.975,69
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	615.975,69
0525 - Aquisição de veículos e equipamentos	439.000,00
06 - Segurança Pública	1.372.973.863,27
122 - Administração Geral	1.291.171.248,26
0706 - De Olho no Crime	1.265.248.006,60
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.265.248.006,60
0707 - Suporte Institucional Integrado	25.923.241,66
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	8.151.848,40
0197 - Construção de instalações físicas	357.275,42
0198 - reforma e ou ampliação de instalações	159.580,78
0446 - Gestão da alimentação	14.486.501,22
0483 - Manutenção de instalações físicas	398.037,29
0484 - Gestão de uniformes	2.357.998,54
128 - Formação de Recursos Humanos	97.069,00
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	97.069,00
0482 - Aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública	97.069,00
181 - Policiamento	74.037.851,72
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	6.458.496,63
0021 - Administração e manutenção da PMRv	6.458.496,63
0705 - Segurança Cidadã	278.449,28
0181 - Ampliação e manutenção de programas	167.000,00
0235 - Ações de enfrentamento e resistência às drogas	110.949,28
0706 - De Olho no Crime	17.799.506,06
0162 - Gestão das Centrais Regionais de Emergências	22.967,01
0180 - Operação Veraneio Segura	9.758.234,66

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 220
Rub. 10

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 218
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0034 - Ampliação e modernização do PRODEC	193.010,00
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	491.800,03
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	491.800,03
0465 - Saúde e segurança no contexto ocupacional	491.800,03
18 - Gestão Ambiental	1.500.000,00
542 - Controle Ambiental	1.500.000,00
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	1.500.000,00
0174 - Fiscalização e atendimento de reclamações	1.500.000,00
26 - Transporte	1.284.421,41
782 - Transporte Rodoviário	1.284.421,41
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	1.284.421,41
0007 - Aquisição de combustível e lubrificante	1.284.421,41
18000 - Secretaria de Estado do Planejamento	**12.605.473,73**
180001 - Secretaria de Estado do Planejamento	**11.483.669,75**
04 - Administração	11.483.669,75
122 - Administração Geral	11.343.880,95
0650 - Gestão de Pessoas	9.457.103,78
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	9.457.103,78
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.886.783,09
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.886.783,09
128 - Tecnologia da Informação	11.950,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	11.950,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	11.950,00
126 - Formação de Recursos Humanos	107.852,90
0650 - Gestão de Pessoas	107.852,90
0006 - Encargos com estagiários	93.050,97

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 221
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 219
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	13.044.125,03
0850 - Gestão de Pessoas	10.879.947,65
0940 - Administração de pessoal e encargos sociais	10.879.947,65
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.164.277,38
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.164.277,38
128 - Formação de Recursos Humanos	101.860,04
0850 - Gestão de Pessoas	101.860,04
0006 - Encargos com estagiários	101.860,04
813 - Lazer	183.770,60
0850 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	183.770,60
0820 - Incentivo e manutenção de entidades	183.770,60
230021 - Fundação Catarinense de Esporte	**19.502.991,37**
27 - Desporto e Lazer	19.502.991,37
122 - Administração Geral	8.320.148,73
0850 - Gestão de Pessoas	5.358.599,41
0940 - Administração de pessoal e encargos sociais	5.358.599,41
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.961.549,32
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.961.549,32
128 - Formação de Recursos Humanos	98.109,33
0850 - Gestão de Pessoas	98.109,33
0006 - Encargos com estagiários	98.109,33
812 - Desporto Comunitário	11.184.733,31
0850 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	11.184.733,31
0853 - Realização de eventos	11.153.239,42
0421 - Apoio a entidades e eventos	11.493,89
230022 - Fundação Catarinense de Cultura	**32.916.877,71**

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 222
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 220
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
230023 - Santa Catarina Turismo S/A	**17.149.410,64**
23 - Comércio e Serviços	14.042.281,22
122 - Administração Geral	8.448.758,31
0850 - Gestão de Pessoas	5.093.435,40
0040 - Administração de pessoal e encargos sociais	5.093.435,40
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.353.322,88
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.353.322,88
126 - Tecnologia da Informação	6.062,50
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	6.062,50
0040 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	6.062,50
695 - Turismo	5.589.460,61
0840 - Promoção do Turismo Catarinense	5.589.460,61
0097 - Elaboração de estudos e pesquisas	2.000,00
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	379.000,00
0123 - Promoção, pesquisa e recuperação	70.576,75
0134 - Realização de campanha de caráter promocional	3.164.171,86
0466 - Divulgação do potencial turístico de Santa Catarina	1.973.711,00
24 - Comunicações	3.107.129,42
131 - Comunicação Social	3.107.129,42
0810 - Comunicação do Poder Executivo	3.107.129,42
0132 - Divulgação institucional	3.107.129,42
230093 - Fundo Estadual de Incentivo à Cultura	**6.314.025,82**
04 - Administração	900.000,00
122 - Administração Geral	900.000,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	900.000,00
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	900.000,00

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 223
Rub.

Fl. 221
DOG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	7.193.265,99
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	7.193.265,99
126 - Tecnologia da Informação	1.422.202,78
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.422.202,78
0348 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	1.422.202,78
128 - Formação de Recursos Humanos	91.067,96
0850 - Gestão de Pessoas	91.067,96
0006 - Encargos com estagiários	90.667,96
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	200,00
243 - Assistência à Criança e do Adolescente	416.665,00
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	416.665,00
0404 - Apoio financeiro - Fundosocial	416.665,00
244 - Assistência Comunitária	4.691.043,73
0101 - Acelera Santa Catarina	3.432.618,31
0360 - Construção, reforma e ampliação	3.432.618,31
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	1.175.470,54
0229 - Apoio técnico e financeiro	175.854,18
0230 - Apoio às ações de desenvolvimento social, trabalho e renda	999.616,36
0550 - Erradicação da Fome em Santa Catarina	72.954,89
0343 - Implementação e consolidação de políticas	72.954,89
845 - Transferências	312.499,00
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	312.499,00
0304 - Apoio a Conselhos	312.499,00
11 - Trabalho	9.150.948,34
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	522.368,86
0630 - Pró-Emprego e Renda	522.368,86

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 224
Rub.

Fl. 222
DOE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	199.492,27
0309 - Gestão estadual do SUAS	199.492,27
128 - Formação de Recursos Humanos	277.179,59
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	277.179,59
0280 - Capacitações de pessoas	277.179,59
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	465.579,59
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	465.579,59
0307 - Serviço de acolhimento institucional	465.579,59
244 - Assistência Comunitária	7.953.957,40
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	7.953.957,40
0179 - Apoio técnico e financeiro aos municípios	7.910.087,94
0304 - Apoio a Conselhos	43.469,46
845 - Transferências	13.333.044,49
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	13.333.044,49
0193 - Cumprimento de medidas judiciais	182.999,19
0203 - Pagamento de benefícios	1.512.999,31
0204 - Transferência de renda	11.637.045,99
265036 - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	**7.062.117,53**
08 - Assistência Social	6.831.563,95
122 - Administração Geral	289.815,82
0101 - Acelera Santa Catarina	289.815,82
0360 - Aquisição de mobiliário e equipamentos	289.815,82
244 - Assistência Comunitária	6.541.748,11
0101 - Acelera Santa Catarina	6.541.748,11
0360 - Construção, reforma e ampliação	6.484.600,94
0510 - Implantação de rede de equipamentos públicos de apoio	57.147,17

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 225
Rub.

Fl. 223
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	507.104,02
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	507.104,02
126 - Tecnologia da Informação	46.515,28
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	46.515,28
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	46.515,28
128 - Formação de Recursos Humanos	78.183,94
0850 - Gestão de Pessoas	78.183,94
0006 - Encargos com estagiários	78.183,94
542 - Controle Ambiental	752.871,96
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	752.871,96
0004 - Apoio a Conselhos	752.871,96
270021 - Fundação do Meio Ambiente	**57.722.498,05**
18 - Gestão Ambiental	57.722.498,05
122 - Administração Geral	53.751.013,69
0850 - Gestão de Pessoas	45.495.175,26
0946 - Administração de pessoal e encargos sociais	45.495.175,26
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	8.255.838,43
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	8.255.838,43
128 - Formação de Recursos Humanos	301.083,49
0850 - Gestão de Pessoas	301.083,49
0006 - Encargos com estagiários	301.083,49
541 - Preservação e Conservação Ambiental	970.009,18
0335 - Santa Catarina Rural - MICROBACIAS 3	889.928,56
0384 - Gestão socioambiental	889.928,56
0348 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	80.080,62
0053 - Realização de eventos	1.272,00

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 226
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 224
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0206 - Planejamento Estratégico e Gestão da Informações	380.000,00
0616 - Planejamento estratégico de desenvolvimento	380.000,00
10 - Saúde	6.002.638,91
301 - Atenção Básica	6.002.638,91
0400 - Gestão do SUS	6.002.638,91
0433 - Implantação de rede de saúde	6.002.638,91
11 - Trabalho	343.231,15
333 - Empregabilidade	343.231,15
0042 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	343.231,15
0014 - Apoio à projetos	343.231,15
12 - Educação	18.805,97
571 - Desenvolvimento Científico	18.805,97
0230 - INOVAR - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	18.805,97
0013 - Incentivo a programas e projetos	18.805,97
18 - Gestão Ambiental	5.006.454,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental	337.096,00
0048 - Gestão Ambiental Estratégica	337.096,00
0018 - Ações ambientais	337.096,00
544 - Recursos Hídricos	4.669.358,00
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	4.669.358,00
0092 - Elaboração de planos	2.414.000,00
0308 - Monitorar, controlar e apoiar ações	300.000,00
0366 - Elaboração e implementação de planos	1.955.358,00
19 - Ciência e Tecnologia	35.753.835,66
122 - Administração Geral	4.029.798,99
0690 - Gestão de Pessoas	2.530.006,07

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 227
Rub.

Fl. 225

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
128 - Formação de Recursos Humanos	61.090,96
0650 - Gestão de Pessoas	61.090,96
0008 - Encargos com estagiários	61.090,96
270029 - Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - Aresc	**8.652.941,45**
04 - Administração	8.289.795,81
122 - Administração Geral	8.289.795,81
0650 - Gestão de Pessoas	4.565.097,91
0049 - Administração de pessoal e encargos sociais	4.565.097,91
0600 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.724.697,90
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.724.697,90
17 - Saneamento	360.284,38
125 - Normalização e Fiscalização	360.284,38
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	360.284,38
0044 - Fiscalização e regulação	360.284,38
25 - Energia	2.861,26
125 - Normalização e Fiscalização	2.861,26
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	2.861,26
0169 - Fiscalização e regulação	2.861,26
270091 - Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente	**78.008,41**
18 - Gestão Ambiental	78.008,41
542 - Controle Ambiental	78.008,41
0048 - Gestão Ambiental Estratégica	78.008,41
0003 - Implantação, organização e gestão	78.008,41
270092 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos	**3.473.768,16**
18 - Gestão Ambiental	3.473.768,16
544 - Recursos Hídricos	3.473.768,16

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 228
Rub.

Fl. 226

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0850 - Gestão de Pessoas	30.425,92
0008 - Encargos com estagiários	27.625,92
0128 - Capacitação profissional dos agentes públicos	2.800,00
781 - Transporte Aéreo	6.297.153,21
0600 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	6.297.153,21
0632 - Fornecimento de transporte	6.297.153,21
782 - Transporte Rodoviário	2.105.794,43
0600 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.105.794,43
0632 - Fornecimento de transporte	2.105.794,43
410302 - Procuradoria Geral do Estado	**191.586.368,60**
03 - Essencial à Justiça	191.158.941,68
092 - Representação Judicial e Extrajudicial	83.511.628,53
0600 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	83.511.628,53
0345 - Pagamento de encargos	83.511.628,53
122 - Administração Geral	107.512.535,27
0850 - Gestão de Pessoas	105.796.980,38
0348 - Administração de pessoal e encargos sociais	105.796.980,38
0600 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.715.554,89
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.715.554,89
126 - Tecnologia da Informação	134.777,88
0600 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	134.777,88
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	134.777,88
10 - Saúde	347.426,92
122 - Administração Geral	347.426,92
0600 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	347.426,92
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	347.426,92

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 229
Rub.

Fl. 227

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0817 - Promover relações comerciais, culturais e sociais	32.702,00
410005 - Secretaria de Estado de Comunicação	**72.559.440,51**
18 - Gestão Ambiental	514.501,60
542 - Controle Ambiental	514.501,60
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	514.501,60
0014 - Apoio a projetos	514.501,60
24 - Comunicações	72.044.938,91
122 - Administração Geral	8.126.899,67
0850 - Gestão de Pessoas	4.667.905,35
0040 - Administração de pessoal e encargos sociais	4.667.905,35
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.459.385,32
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.459.385,32
126 - Tecnologia da Informação	17.872,86
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	17.872,86
0048 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	17.872,86
131 - Comunicação Social	63.900.173,38
0810 - Comunicação do Poder Executivo	63.900.173,38
0053 - Realização de eventos	338.610,00
0132 - Divulgação institucional	63.457.193,76
0514 - Realizar publicações legais	104.371,62
410091 - Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento	**10.772.168,37**
03 - Essencial à Justiça	10.772.168,37
122 - Administração Geral	6.464.651,10
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	6.464.651,10
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	6.464.651,10
126 - Tecnologia da Informação	1.668.483,47

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 230
Rub. 46

FL. 228
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0850 - Gestão de Pessoas	18.952.619,74
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	18.952.619,74
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	982.977,39
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	982.977,39
126 - Tecnologia da Informação	77.976,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	77.976,00
0946 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	77.976,00
128 - Formação de Recursos Humanos	77.584,54
0850 - Gestão de Pessoas	77.584,54
0008 - Encargos com estagiários	77.584,54
44000 - Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca	**427.416.498,61**
440001 - Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca	**23.512.831,75**
20 - Agricultura	23.512.831,75
122 - Administração Geral	14.850.012,96
0850 - Gestão de Pessoas	6.188.275,20
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	6.188.275,20
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	5.091.737,76
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.332.732,64
0397 - Coordenação e gestão de programas	3.359.003,12
126 - Tecnologia da Informação	3.422.097,60
0250 - Inclusão Digital	3.421.601,25
0432 - Implantar telecentros de inclusão digital	3.421.601,25
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	496,35
0946 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	496,35
128 - Formação de Recursos Humanos	172.766,98
0850 - Gestão de Pessoas	172.766,98

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 231
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 229
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0223 - Capacitação e treinamento	103.357,40
0231 - Capacitação e treinamento de técnicos	907.849,97
0830 - Gestão de Pessoas	877.943,18
0006 - Encargos com estagiários	868.011,18
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	9.932,00
601 - Promoção da Produção Vegetal	471.263,23
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	471.263,23
0308 - Classificação de produtos	471.263,23
603 - Defesa Sanitária Vegetal	932.101,42
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	932.101,42
0214 - Monitoramento da sanidade	333.942,91
0318 - Ações de defesa sanitária	589.210,76
0319 - Fiscalização de insumos	8.947,76
604 - Defesa Sanitária Animal	7.462.149,00
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	5.832.073,44
0209 - Fiscalização de estabelecimentos	1.184.418,07
0318 - Ações de defesa sanitária	4.383.139,92
0833 - Laboratório de defesa agropecuária	64.515,45
0335 - Santa Catarina Rural - MICROBACIAS 3	1.630.075,56
0362 - Melhoria de infraestrutura	1.630.075,56
605 - Extensão Rural	119.844,65
0332 - Qualidade de Vida no Campo e no Cidade	119.844,65
0014 - Apoio a projetos	119.844,65
621 - Promoção Comercial	15.664.193,60
0315 - Agronegócio Competitivo	15.664.193,60
0091 - Movimentação de granéis	15.664.193,60

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 232
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 230
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0850 - Gestão de Pessoas	22.720,69
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	22.720,69
571 - Desenvolvimento Científico	3.987.891,79
0310 - Agronegócio Competitivo	3.987.891,79
0411 - Pesquisa agropecuária	3.827.839,89
0603 - Apoio a projetos	160.051,90
608 - Extensão Rural	13.378.887,83
0330 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	162.931,57
0014 - Apoio a projetos	162.931,57
0310 - Agronegócio Competitivo	13.215.956,26
0409 - Assistência técnica e extensão rural	6.734.619,15
0410 - Capacitação de agricultores	5.943.212,99
0414 - Educação ambiental	584.488,09
0415 - Capacitação de equipe técnica	816.129,75
0416 - Monitoramento, avaliação e divulgação	37.505,29
23 - Comércio e Serviços	5.172,55
695 - Turismo	5.172,55
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	5.172,55
0123 - Promoção, pesquisa e recuperação	5.172,55
440091 - Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	**899.029,00**
20 - Agricultura	899.029,00
334 - Fomento ao Trabalho	899.029,00
0320 - Agricultura Familiar	899.029,00
0224 - Financiamento de terras	899.029,00
440093 - Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	**50.348.405,71**
20 - Agricultura	50.348.405,71

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 233
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 231
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0436 - Indenizações em emergências e ações sanitárias	3.640.311,24
45000 - Secretaria de Estado da Educação	**3.061.680.984,49**
450001 - Secretaria de Estado da Educação	**2.377.944.085,03**
12 - Educação	2.377.044.085,03
122 - Administração Geral	218.660.016,48
0850 - Gestão de Pessoas	199.137.746,25
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	180.231,92
0948 - Administração de pessoal e encargos sociais	188.954.523,33
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	19.522.271,23
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	18.801.780,74
0333 - Manutenção de conselho	720.490,49
126 - Tecnologia da Informação	115.275,87
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	115.275,87
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	115.275,87
128 - Formação de Recursos Humanos	311.852,47
0850 - Gestão de Pessoas	311.852,47
0006 - Encargos com estagiários	311.852,47
361 - Ensino Fundamental	1.056.632.702,48
0850 - Gestão de Pessoas	1.056.632.702,48
0948 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.056.632.702,48
362 - Ensino Médio	583.617.246,28
0850 - Gestão de Pessoas	583.617.246,28
0948 - Administração de pessoal e encargos sociais	583.617.246,28
363 - Ensino Profissional	3.642.868,63
0615 - Gestão do Ensino Profissional	3.642.868,63
0104 - Operacionalização da educação	496.667,07

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 234
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 232
PCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2019

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	28.108.057,89
0652 - Gestão de Pessoas	28.452.414,17
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	28.452.414,17
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.655.643,72
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.655.643,72
126 - Tecnologia da Informação	33.504,78
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	33.504,78
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	33.504,78
128 - Formação de Recursos Humanos	18.816,59
0652 - Gestão de Pessoas	18.816,59
0006 - Encargos com estagiários	18.816,59
367 - Educação Especial	170.028.894,10
0535 - Cidadania e Diversidade	8.376.991,27
0242 - Capacitação de profissionais	174.279,75
0921 - Realização de assistência técnica	33.694,25
0925 - Realização de atendimento às pessoas com deficiência	3.340.224,86
0926 - Apoio financeiro às APAES	4.380.168,82
0927 - Construção, ampliação e reforma	402.746,01
0928 - Produção de conhecimento na área de educação especial	45.867,50
0936 - Gestão de Pessoas	161.651.872,83
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	161.651.872,83
450022 - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	**361.358.037,46**
10 - Saúde	572.853,10
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	572.853,10
0406 - Gestão do SUS	572.853,10
0547 - Custeio de hospital e maternidade	97.379,14

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 235
Rub.

Fl. 233
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0230 - INOVAR - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	50.000,00
0012 - Fomento ao desenvolvimento científico	50.000,00
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	8.326,60
0230 - INOVAR - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	8.326,60
0375 - Conceder bolsas para incentivo à formação	8.326,60
460391 - Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de SC	**42.459.941,76**
12 - Educação	42.459.941,76
364 - Ensino Superior	42.459.941,76
0830 - Gestão do Ensino Superior	42.459.941,76
0240 - Bolsas de estudo	42.459.941,76
450002 - Fundo Estadual de Educação- FEDUC	**81.729.596,88**
12 - Educação	81.729.596,88
368 - Educação Básica	81.729.596,88
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	5.651.497,13
0565 - Revitalização de rede física	5.651.497,13
0101 - Acelera Santa Catarina	76.078.099,75
0565 - Revitalização de rede física	76.078.099,75
47000 - Secretaria de Estado da Administração	**6.070.969.581,35**
470001 - Secretaria de Estado da Administração	**152.969.313,32**
04 - Administração	126.009.320,67
122 - Administração Geral	112.340.640,95
0650 - Gestão de Pessoas	108.255.927,28
0948 - Administração de pessoal e encargos sociais	108.255.927,28
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.084.713,67
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.100.772,68
0117 - Operacionalização do Cecop	1.863,66

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 236
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 234
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	237.684,56
0246 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	237.684,56
128 - Formação de Recursos Humanos	135.357,42
0650 - Gestão de Pessoas	135.357,42
0006 - Encargos com estagiários	125.557,42
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	9.800,00
272 - Previdência do Regime Estatutário	3.000,00
0660 - Gestão Previdenciária	3.000,00
0137 - Sentenças judiciais	3.000,00
470376 - Fundo Financeiro	**5.131.656.034,00**
09 - Previdência Social	5.131.656.034,00
272 - Previdência do Regime Estatutário	5.131.656.034,00
0660 - Gestão Previdenciária	5.131.656.034,00
0136 - Encargos com inativos	4.159.385.228,73
0137 - Sentenças judiciais	12.957.873,26
0320 - Pensões	959.312.932,01
470391 - Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	**96.997.108,63**
04 - Administração	96.990.645,63
122 - Administração Geral	90.934.892,56
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	90.934.892,56
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	5.312.947,98
0248 - Gestão de contratos	66.057.327,55
0251 - Aquisição de matéria-prima	1.457.393,67
0313 - Administração e manutenção de serviços	9.107.223,36
126 - Tecnologia da Informação	15.165.292,83
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	15.165.292,83

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 237
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 235
DOC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	1.570.108,96
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.570.108,96
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	425.345,86
0353 - Ampliação e reforma de imóveis	218.902,50
0474 - Aquisição de mobiliário e equipamentos	3.707,60
0529 - Aquisição de veículos e equipamentos	922.150,00
48000 - Secretaria de Estado da Saúde	**2.963.860.713,60**
480091 - Fundo Estadual de Saúde	**2.932.441.779,57**
04 - Administração	2.995.521,34
122 - Administração Geral	2.995.521,34
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.995.521,34
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	2.995.521,34
10 - Saúde	2.929.446.258,23
122 - Administração Geral	1.777.701.322,10
0400 - Gestão do SUS	494.122.636,08
0358 - Realizar atividades de saúde	10.202.554,59
0458 - Subvenção financeira	422.403.004,68
0511 - Equipar unidades de Saúde	32.900,89
0512 - Ampliar e reformar unidades administrativas	672.445,71
0538 - Manutenção de serviços e unidades	539.836,17
0544 - Apoio ao colegiado de gestão regional	140.239,27
0645 - Manutenção do conselho	26.650,00
0410 - Vigilância em Saúde	18.555.886,48
0358 - Realizar atividades de saúde	8.590.906,32
0641 - Realizar ações de gestão	9.964.980,13
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	7.382.782,11

COORDENADORIA DE CONTADORIA
Fls. 238
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 236
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0053 - Realizar serviços assistenciais	13.239.644,34
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	46.187,00
0420 - Atenção Básica	46.187,00
0242 - Capacitação de profissionais	46.187,00
301 - Atenção Básica	111.825.413,37
0400 - Gestão do SUS	14.709.827,20
0433 - Implantação de rede de saúde	13.767.507,47
0454 - Rede de atenção à saúde	942.319,73
0420 - Atenção Básica	63.515.380,73
0220 - Adequação e reaparelhamento de unidades de atenção básica	50.000,00
0339 - Incentivo financeiro	56.538.153,01
0440 - Cofinanciamento estadual	376.473,96
0634 - Incentivos financeiros a municípios	8.749.804,16
0440 - Assistência Farmacêutica	33.700.205,44
0005 - Apoio financeiro a municípios	33.700.205,44
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	823.062.351,94
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	8.052.112,08
0081 - Construção de centro cirúrgico	5.240.080,67
0901 - Elaboração de estudos e projetos	631.877,80
0519 - Equipar hospital	1.180.153,71
0101 - Aviários Santa Catarina	65.152.022,71
0358 - Ampliação e readequação de hospital	9.706.707,14
0394 - Reforma de hospital	6.547.060,43
0511 - Equipar unidades da Saúde	40.006.256,12
0400 - Gestão do SUS	308.600.725,61
0233 - Realizar cursos de pós graduação	59.300,15

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 239
Rub.

Fl. 237
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0410 - Vigilância em Saúde	275.663,76
0232 - Realizar ações de gestão	275.663,76
765 - Transportes Especiais	1.177.039,84
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	1.177.039,84
0424 - Transporte aeromédico de urgência	767.337,46
0437 - Transporte aéreo e e terrestre de órgãos	409.702,38
480092 - Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde-INVESTSAÚDE	**31.218.934,03**
10 - Saúde	31.218.934,03
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	31.218.934,03
0101 - Acelera Santa Catarina	31.218.934,03
0675 - Ações na área da saúde	31.218.934,03
52000 - Secretaria de Estado da Fazenda	**2.083.737.187,09**
520001 - Secretaria de Estado da Fazenda	**457.609.252,97**
04 - Administração	457.609.252,97
122 - Administração Geral	445.657.538,75
0650 - Gestão de Pessoas	401.484.687,44
0540 - Administração de pessoal e encargos sociais	401.484.687,44
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	44.172.851,31
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	42.657.037,75
0163 - Aquisição de imóvel	1.465.813,56
123 - Administração Financeira	211.375,24
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	211.375,24
0323 - Despesas diversas	211.375,24
126 - Tecnologia da Informação	11.140.758,23
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	11.140.758,23
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	11.140.758,23

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 240
Rub.

Fl. 238
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	512.524,54
128 - Formação de Recursos Humanos	356.482,54
0825 - Formação de Gestores Públicos	329.412,89
0157 - Cursos de capacitação	329.412,89
0950 - Gestão de Pessoas	31.069,65
0036 - Encargos com estagiários	30.269,65
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	800,00
520090 - Fundo Estadual de Apoio aos Municípios	**89.720.025,52**
04 - Administração	89.720.025,52
125 - Administração Financeira	89.720.025,52
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	22.277.971,44
2246 - Apoio a projetos municipais de investimentos	22.277.971,44
0101 - Acelera Santa Catarina	67.442.054,08
0014 - Apoio a projetos	67.442.054,08
520092 - Fundo de Esforço Fiscal	**16.401.592,38**
04 - Administração	16.401.592,38
123 - Administração Financeira	15.980.047,49
0836 - Modernização da Administração Fazendária	15.980.047,49
0275 - Gestão estratégica integrada	3.475,00
0276 - Administração tributária, financeira e fiscal	8.399.164,95
0277 - Gestão de recursos estratégicos	7.353.800,34
0278 - Gestão de projeto	56.607,20
128 - Tecnologia da Informação	421.544,89
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	421.544,89
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	421.544,89
520093 - Fundo Pró-Emprego	**8.004.771,83**

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 241
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 239
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0334 - Administração, manutenção e gerenciamento de aeroporto	4.757.124,77
782 - Transporte Rodoviário	162.566.039,87
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	1.021.885,39
0271 - Gerenciamento de programa de financiamento	1.021.885,39
0101 - Acelera Santa Catarina	21.691.243,18
0178 - Restabilização/ aumento de capacidade/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	21.324.400,32
0271 - Gerenciamento de programa de financiamento	366.842,86
0105 - Mobilidade Urbana	23.640.403,87
0340 - Apoio ao sistema viário	23.640.403,87
0110 - Construção de Rodovias	109.804.004,59
0271 - Gerenciamento de programa de financiamento	1.207.950,00
0340 - Apoio ao sistema viário	8.756.731,06
0417 - Apoio ao sistema viário	10.030.860,75
0383 - Ações na área de infraestrutura	89.809.462,78
0120 - Integração Logística	5.859.502,84
0186 - Implantação de acesso	1.391.019,04
0271 - Gerenciamento de programa de financiamento	4.468.483,80
784 - Transporte Hidroviário	34.049.748,70
0150 - Modernização Portuária	34.049.748,70
0383 - Adequação e melhoria de infraestrutura aquaviária	34.049.748,70
530323 - Departamento de Transportes e Terminais	**30.538.521,99**
26 - Transporte	30.538.521,99
122 - Administração Geral	21.669.652,55
0600 - Gestão de Pessoas	19.257.855,98
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	19.257.855,98
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.411.196,58

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 242
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 240
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0064 - Levantamentos, estudos e projetos	1.060.880,59
26 - Transporte	789.991.317,93
122 - Administração Geral	90.358.287,64
0650 - Gestão de Pessoas	74.465.342,04
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	1.561,00
0340 - Administração de pessoal e encargos sociais	74.463.681,04
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	15.892.945,60
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	15.801.362,24
0005 - Administração e manutenção de superintendências	91.583,36
126 - Tecnologia da Informação	4.442.160,58
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.442.160,58
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	4.442.160,58
128 - Formação de Recursos Humanos	394.359,18
0650 - Gestão de Pessoas	394.359,18
0006 - Encargos com estagiários	394.359,18
782 - Transporte Rodoviário	694.796.510,53
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	63.940.092,35
0068 - Revitalização de rodovias	8.361.725,23
0178 - Reabilitação/ aumento de capacidade/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	55.578.367,12
0101 - Acelera Santa Catarina	166.379.582,32
0009 - Terraplenagem/ pavimentação/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	26.088.678,04
0010 - Conservação e reabilitação de travessias	74.527.176,21
0178 - Reabilitação/ aumento de capacidade/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	72.763.643,77
0298 - Conclusão de via expressa	23.200.684,30
0105 - Mobilidade Urbana	48.942.108,28
0009 - Terraplenagem/ pavimentação/ OAE/ meio ambiente/ supervisão de obras	41.304.684,12

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 243
Rub.

Fl. 241

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
27 - Desporto e Lazer	3.106.839,41
813 - Lazer	3.106.839,41
0660 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	3.106.839,41
0578 - Ações na área da cultura, turismo e esporte	3.106.839,41
54000 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania	**769.023.736,82**
540091 - Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	**286.313,32**
14 - Direitos da Cidadania	286.313,32
421 - Custódia e Reintegração Social	286.313,32
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	286.313,32
0390 - Profissionalização e reintegração social	286.313,32
540092 - Fundo Rotativo da Penitenciária Sul	**514.103,70**
14 - Direitos da Cidadania	514.103,70
421 - Custódia e Reintegração Social	514.103,70
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	514.103,70
0390 - Profissionalização e reintegração social	514.103,70
540093 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitibanos	**1.380.417,04**
14 - Direitos da Cidadania	1.380.417,04
421 - Custódia e Reintegração Social	1.380.417,04
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	1.380.417,04
0390 - Profissionalização e reintegração social	1.380.417,04
540094 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	**2.609.422,97**
14 - Direitos da Cidadania	2.609.422,97
421 - Custódia e Reintegração Social	2.609.422,97
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	2.609.422,97
0390 - Profissionalização e reintegração social	2.609.422,97
540096 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	**4.365.451,54**

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 244
Rub.
Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 242
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0466 - Construção de unidade prisional	16.000.614,57
0488 - Construção de centro de atendimento socioeducativo	3.251.993,33
0790 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	23.027.422,72
0992 - Profissionalização dos apenados e adolescentes em conflito com a lei	680.722,47
0635 - Atendimento social, psicológico, jurídico, pedagógico de saúde	19.457.029,40
0636 - Apoio às centrais de penas e medidas alternativas	2.589.670,62
0850 - Gestão de Pessoas	354.338.261,81
0040 - Administração de pessoal e encargos sociais	354.338.261,81
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	100.288.131,44
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	100.288.131,44
540097 - Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	**579.537,02**
14 - Direitos da Cidadania	579.537,02
421 - Custódia e Reintegração Social	579.537,02
0790 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	579.537,02
0390 - Profissionalização e reintegração social	579.537,02
540098 - Fundo Especial da Defensoria Dativa	**14.854.682,89**
14 - Direitos da Cidadania	14.854.682,89
062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	14.854.682,89
3745 - Cidadania e Direitos Humanos	14.854.682,89
0173 - Ampliação de atuação na defensoria	14.854.682,89
55000 - Secretaria de Estado da Defesa Civil	**54.966.572,99**
550001 - Secretaria de Estado da Defesa Civil	**28.609.054,73**
06 - Segurança Pública	903.823,29
122 - Administração Geral	354.743,99
3900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	354.743,99
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	9.933,16

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 245
Rub.

Fl. 243

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0721 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	220.415,50
0319 - Aquisição, atualização e manutenção	86.161,81
0491 - Contratação de consultoria, estudos e projetos	107.947,44
0494 - Promoção da educação continuada	26.306,50
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	12.653.485,52
0342 - Ações em defesa civil	12.653.485,52
18 - Gestão Ambiental	1.671.985,60
182 - Defesa Civil	3.537,47
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	3.537,47
0342 - Ações em defesa civil	3.387,47
0495 - Ações de gestão de produtos perigosos	150,00
544 - Recursos Hídricos	1.667.828,13
0360 - Gestão dos Recursos Hídricos	1.667.828,13
0521 - Reforma, manutenção e conservação de barragens	1.667.828,13
60060 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Itapiranga	**9.223.111,31**
600001 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Itapiranga	**9.223.111,31**
04 - Administração	1.726.334,34
122 - Administração Geral	1.725.334,34
0650 - Gestão de Pessoas	1.206.750,04
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.206.750,04
0000 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	518.584,30
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	325.565,60
0451 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	193.018,70
128 - Formação de Recursos Humanos	1.200,00
0650 - Gestão de Pessoas	1.200,00
0006 - Encargos com estagiários	1.200,00

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 246
Rub.

Fls. 244
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0110 - Construção de Rodovias	2.386.366,71
0417 - Apoio ao sistema viário	1.827.771,10
0583 - Ações na área de infraestrutura	558.595,61
27 - Desporto e Lazer	70.018,19
812 - Desporto Comunitário	70.018,19
0850 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	70.018,19
0420 - Apoio a ações na área do esporte	40.796,99
0421 - Apoio a entidades e eventos	30.221,20
61000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Quilombo	**6.254.826,75**
610301 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Quilombo	**6.254.826,75**
04 - Administração	1.517.253,94
121 - Planejamento e Orçamento	191.707,15
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	191.707,15
0674 - Promoção do desenvolvimento regional	191.707,15
122 - Administração Geral	1.309.959,79
0850 - Gestão de Pessoas	813.709,64
0948 - Administração de pessoal e encargos sociais	813.709,64
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	496.250,15
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	310.384,85
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	185.865,30
126 - Tecnologia da Informação	9.500,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	9.500,00
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	9.500,00
128 - Formação de Recursos Humanos	6.067,00
0850 - Gestão de Pessoas	6.067,00
0006 - Encargos com estagiários	6.067,00

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 247
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 245
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0110 - Construção de Rodovias	1.047.064,04
0417 - Apoio ao sistema viário	790.284,04
0580 - Ações na área de infraestrutura	256.780,00
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	1.500,00
0413 - Manutenção rotineira de rodovias	1.500,00
27 - Desporto e Lazer	229.706,15
812 - Desporto Comunitário	229.706,15
0690 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	229.706,15
0053 - Realização de eventos	6.956,15
0420 - Apoio a ações na área do esporte	218.750,00
62000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Seara	**7.838.879,88**
620001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Seara	**7.838.879,88**
04 - Administração	1.772.743,30
121 - Planejamento e Orçamento	49.755,63
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	49.755,63
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	49.755,63
122 - Administração Geral	1.722.987,67
0690 - Gestão de Pessoas	940.228,28
0940 - Administração de pessoal e encargos sociais	940.228,28
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	782.759,39
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	411.375,09
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	371.384,30
10 - Saúde	156.279,61
122 - Administração Geral	76.279,61
0400 - Gestão do SUS	76.279,61
0638 - Manutenção de serviços e unidades	76.279,61

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 248
Rub

Fls. 246
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0417 - Apoio ao sistema viário	835.595,50
0583 - Ações na área de infraestrutura	670.954,81
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	7.840,00
0011 - Conservação de rodovias	7.840,00
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	14.875,00
0264 - Levantamentos, estudos e projetos	14.875,00
27 - Desporto e Lazer	14.160,00
812 - Desporto Comunitário	14.160,00
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	14.160,00
0353 - Realização de eventos	14.160,00
63000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Taió	**7.886.049,13**
530501 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Taió	**7.886.049,13**
04 - Administração	1.716.355,45
122 - Administração Geral	1.696.494,31
0650 - Gestão de Pessoas	1.070.428,76
0940 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.070.428,76
0600 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	626.065,55
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	461.493,74
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	164.559,81
126 - Tecnologia da Informação	15.321,14
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	15.321,14
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	15.321,14
128 - Formação de Recursos Humanos	4.550,00
0650 - Gestão de Pessoas	4.550,00
0006 - Encargos com estagiários	4.550,00
06 - Segurança Pública	59.698,00

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 249
Rub.

Fl. 247
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0144 - Manutenção e reforma de escolas	75.662,21
0371 - Manutenção e reforma de escola	7.987,88
18 - Gestão Ambiental	84.497,97
182 - Defesa Civil	84.497,97
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	84.497,97
0342 - Ações em defesa civil	84.497,97
20 - Agricultura	28.980,85
606 - Extensão Rural	28.980,85
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	28.980,85
0014 - Apoio a projetos	28.980,85
23 - Comércio e Serviços	7.500,00
695 - Turismo	7.500,00
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	7.500,00
0121 - Desenvolvimento e apoio a atividades	7.500,00
26 - Transporte	982.936,14
782 - Transporte Rodoviário	982.936,14
0110 - Construção de Rodovias	919.347,62
0417 - Apoio ao sistema viário	450.920,81
0560 - Ações na área de infraestrutura	468.426,81
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	63.588,52
0011 - Conservação de rodovias	14.988,29
0415 - Manutenção rotineira de rodovias	48.600,23
27 - Desporto e Lazer	40.000,31
812 - Desporto Comunitário	40.000,31
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	40.000,31
0420 - Apoio a ações na área do esporte	40.000,31

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 250
Rub.

Fl. 248

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
10 - Saúde	53.570,59
122 - Administração Geral	53.570,59
0400 - Gestão do SUS	53.570,59
0638 - Manutenção de serviços e unidades	53.570,59
12 - Educação	8.300.613,87
122 - Administração Geral	2.036.304,78
0610 - Educação Básica	51.930,01
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	51.930,01
0650 - Gestão de Pessoas	1.984.374,77
0648 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.984.374,77
363 - Ensino Profissional	44.874,61
0615 - Gestão do Ensino Profissional	44.874,61
0104 - Operacionalização da educação	44.874,61
367 - Educação Especial	382.170,13
0520 - Cidadania e Diversidade	382.170,13
0626 - Apoio financeiro às APAES	382.170,13
368 - Educação Básica	3.837.264,35
0610 - Educação Básica	3.837.264,35
0103 - Transporte escolar	2.907.310,38
0104 - Operacionalização da educação	744.663,14
0371 - Manutenção e reforma de escola	11.260,50
0460 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	173.980,33
14 - Direitos da Cidadania	24.766,10
421 - Custódia e Reintegração Social	24.766,10
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	24.766,10
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	24.766,10

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 251
Rub.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 249
DCG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	80.439,16
0400 - Gestão do SUS	80.439,16
0838 - Manutenção de serviços e unidades	80.439,16
12 - Educação	6.937.500,53
122 - Administração Geral	3.112.977,76
0610 - Educação Básica	30.447,50
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	30.447,50
0850 - Gestão de Pessoas	2.082.530,26
0848 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.082.530,26
367 - Educação Especial	405.263,59
0520 - Cidadania e Diversidade	405.263,59
0826 - Apoio financeiro às APAES	405.263,59
368 - Educação Básica	3.969.293,18
0610 - Educação Básica	3.969.293,18
0103 - Transporte escolar	1.870.976,00
0104 - Operacionalização da educação	389.178,10
0144 - Manutenção e reforma de escolas	41.113,41
0242 - Capacitação de profissionais	2.000,00
0371 - Manutenção e reforma de escola	23.101,60
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	1.642.896,02
20 - Agricultura	186.757,66
606 - Extensão Rural	186.757,66
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	186.757,66
0014 - Apoio a projetos	152.636,12
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	34.121,54
26 - Transporte	6.392.000,84

Fls. 250
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 252
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	268.753,01
0400 - Gestão do SUS	268.753,01
0838 - Manutenção de serviços e unidades	268.755,01
301 - Atenção Básica	119.471,09
0420 - Atenção Básica	119.471,09
0220 - Adequação e reaparelhamento de unidades de atenção básica	119.471,09
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	105.487,99
0400 - Gestão do SUS	100.766,99
0547 - Custeio de hospital e maternidade	100.766,99
0410 - Vigilância em Saúde	4.721,00
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	4.721,00
12 - Educação	5.524.092,36
122 - Administração Geral	3.576.212,64
0610 - Educação Básica	41.923,79
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	41.923,79
0850 - Gestão de Pessoas	3.534.287,05
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.534.287,05
363 - Ensino Profissional	108.436,00
0615 - Gestão do Ensino Profissional	108.436,00
0104 - Operacionalização da educação	108.436,00
367 - Educação Especial	304.201,78
0620 - Cidadania e Diversidade	304.201,78
0626 - Apoio financeiro às APAES	304.201,78
368 - Educação Básica	1.535.241,69
0610 - Educação Básica	1.535.241,69
0103 - Transporte escolar	1.074.142,29

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 251
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 253
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
710001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Maravilha	**16.367.228,60**
04 - Administração	2.794.659,70
122 - Administração Geral	2.794.110,37
0850 - Gestão de Pessoas	1.392.894,74
0948 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.392.894,74
0500 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.391.215,63
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	334.769,38
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	1.056.446,25
126 - Formação de Recursos Humanos	10.549,33
0850 - Gestão de Pessoas	10.549,33
0006 - Encargos com estagiários	10.549,33
06 - Segurança Pública	27.116,41
122 - Administração Geral	27.116,41
0500 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	27.116,41
0827 - Construção, ampliação e reforma	27.116,41
10 - Saúde	411.999,02
122 - Administração Geral	18.537,82
0400 - Gestão do SUS	18.537,82
0838 - Manutenção de serviços e unidades	18.537,82
301 - Atenção Básica	393.461,70
0420 - Atenção Básica	393.461,70
0220 - Adequação e reaparelhamento de unidades da atenção básica	393.461,70
12 - Educação	8.990.109,09
122 - Administração Geral	2.941.358,16
0810 - Educação Básica	62.795,77
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	62.795,77

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 252
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 254
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
26 - Transporte	5.674.172,46
782 - Transporte Rodoviário	5.674.172,46
0110 - Construção de Rodovias	5.674.172,46
0417 - Apoio ao sistema viário	4.763.763,28
0563 - Ações na área de infraestrutura	910.407,18
27 - Desporto e Lazer	209.877,93
812 - Desporto Comunitário	209.877,93
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	209.877,93
0053 - Realização de eventos	10.000,00
0420 - Apoio a ações na área do esporte	199.877,93
72000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - SDR - São Lourenço Do Oeste	**9.484.313,88**
720001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Lourenço do Oeste	**9.484.313,88**
04 - Administração	1.645.197,33
122 - Administração Geral	1.645.197,33
0850 - Gestão de Pessoas	928.190,84
0849 - Administração de pessoal e encargos sociais	928.190,84
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	717.006,49
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	254.311,45
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	462.695,04
10 - Saúde	303.786,17
122 - Administração Geral	63.987,58
0400 - Gestão do SUS	63.987,58
0836 - Manutenção de serviços e unidades	63.987,58
301 - Atenção Básica	239.798,59
0420 - Atenção Básica	239.798,59
0220 - Adequação e reaparelhamento de unidades de atenção básica	239.798,59

Fl. 253
OCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 255
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0014 - Apoio a projetos	44.610,53
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	85.459,09
26 - Transporte	1.823.589,32
782 - Transporte Rodoviário	1.823.589,32
0110 - Construção de Rodovias	1.823.589,32
0417 - Apoio ao sistema viário	1.391.236,32
0583 - Ações na área de infraestrutura	432.351,00
27 - Desporto e Lazer	504.157,36
812 - Desporto Comunitário	504.157,36
0600 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	504.157,36
0420 - Apoio a ações na área do esporte	504.157,36
73000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Chapecó	**42.317.886,70**
730001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Chapecó	**42.317.886,70**
04 - Administração	7.082.387,11
122 - Administração Geral	7.082.387,11
3850 - Gestão de Pessoas	2.939.478,78
0948 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.939.478,78
3900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.142.908,33
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	1.126.908,33
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	3.016.000,00
10 - Saúde	8.673.910,86
122 - Administração Geral	190.792,74
3400 - Gestão do SUS	125.696,39
0838 - Manutenção de serviços e unidades	125.696,39
3410 - Vigilância em Saúde	53.654,18
0841 - Realizar ações de gestão	53.654,18

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 254
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 256
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0610 - Educação Básica	4.449.102,30
0105 - Transporte escolar	2.262.096,69
0104 - Operacionalização da educação	1.775.300,98
0144 - Manutenção e reforma de escolas	86.829,55
0371 - Manutenção e reforma de escola	200.314,67
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	145.850,43
14 - Direitos da Cidadania	16.010,18
421 - Custódia e Reintegração Social	16.010,18
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	16.010,18
0396 - Construção, reforma e ampliação de unidades	16.010,18
18 - Gestão Ambiental	50.000,00
544 - Recursos Hídricos	50.000,00
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	50.000,00
0631 - Fortalecimento de comitês	50.000,00
20 - Agricultura	671.713,14
606 - Extensão Rural	671.713,14
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	671.713,14
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	671.713,14
26 - Transporte	16.578.346,00
782 - Transporte Rodoviário	16.578.346,00
0110 - Construção de Rodovias	16.578.346,00
0010 - Execução de obras rodoviárias	1.068.838,71
0417 - Apoio ao sistema viário	14.810.004,19
0563 - Ações na área de infraestrutura	699.503,10
27 - Desporto e Lazer	516.782,86
812 - Desporto Comunitário	516.782,86

Fl. 255
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 257
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
12 - Educação	9.164.484,15
122 - Administração Geral	3.420.674,84
0610 - Educação Básica	6.072,89
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	6.072,89
0850 - Gestão de Pessoas	3.420.602,00
0948 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.420.602,00
367 - Educação Especial	975.559,90
0520 - Cidadania e Diversidade	975.559,90
0626 - Apoio financeiro às APAES	975.559,90
368 - Educação Básica	4.792.249,31
0610 - Educação Básica	4.792.249,31
0103 - Transporte escolar	3.373.396,11
0104 - Operacionalização da educação	1.122.464,67
0108 - Alimentação escolar	8.584,00
0144 - Manutenção e reforma de escolas	39.291,42
0371 - Manutenção e reforma de escola	80.396,83
0468 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	120.316,08
14 - Direitos da Cidadania	125.528,90
421 - Custódia e Reintegração Social	125.528,90
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	125.528,90
0366 - Construção, reforma e ampliação de unidades	125.528,90
15 - Urbanismo	496.312,30
451 - Infra-Estrutura Urbana	496.312,30
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	496.312,30
0402 - Aquisição, construção, reforma ou manutenção	496.312,30
18 - Gestão Ambiental	277.486,37

Fl. 256
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 258
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0946 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.179.778,35
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.022.135,17
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	554.972,18
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	467.162,99
128 - Formação de Recursos Humanos	12.866,34
0950 - Gestão de Pessoas	12.866,34
0006 - Encargos com estagiários	12.866,34
10 - Saúde	90.206,84
122 - Administração Geral	89.656,84
0400 - Gestão do SUS	88.073,31
0838 - Manutenção de serviços e unidades	86.076,31
0410 - Vigilância em Saúde	1.583,53
0356 - Realizar atividades de saúde	1.583,53
128 - Formação de Recursos Humanos	550,00
0400 - Gestão do SUS	550,00
0946 - Ações de capacitação e qualificação	550,00
12 - Educação	5.356.814,97
122 - Administração Geral	2.552.053,49
0810 - Educação Básica	36.163,62
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	36.163,62
0950 - Gestão de Pessoas	2.515.889,87
0946 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.515.889,87
367 - Educação Especial	378.876,23
0533 - Cidadania e Diversidade	378.876,23
0626 - Apoio financeiro às APAES	378.876,23
368 - Educação Básica	2.325.885,25

Fl. 257

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 259
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0583 - Ações na área de infraestrutura	693.754,13
27 - Desporto e Lazer	65.994,76
812 - Desporto Comunitário	65.994,76
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	65.994,76
0053 - Realização de eventos	10.000,00
0420 - Apoio a ações na área do esporte	55.994,76
76000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Joaçaba	**17.775.382,27**
760001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Joaçaba	**17.775.382,27**
04 - Administração	4.855.274,45
122 - Administração Geral	4.626.155,12
0650 - Gestão de Pessoas	3.580.170,02
0849 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.580.170,02
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.045.959,10
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	417.448,06
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	628.510,14
128 - Formação de Recursos Humanos	29.139,33
0650 - Gestão de Pessoas	29.139,33
0008 - Encargos com estagiários	29.139,33
06 - Segurança Pública	332.687,93
182 - Defesa Civil	332.687,93
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	162.258,64
0191 - Estruturação de unidades	162.258,64
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	170.429,29
0042 - Ações em defesa civil	170.429,29
10 - Saúde	279.766,83
122 - Administração Geral	279.724,83

Fl. 258
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 260
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0610 - Educação Básica	3.362.603,24
0103 - Transporte escolar	2.280.966,10
0104 - Operacionalização da educação	660.669,62
0164 - Manutenção e reforma de escolas	8.965,40
0371 - Manutenção e reforma de escola	212.052,12
18 - Gestão Ambiental	50.000,00
544 - Recursos Hídricos	50.000,00
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	50.000,00
0831 - Fortalecimento de comitês	50.000,00
20 - Agricultura	272.790,95
126 - Tecnologia da Informação	100.000,00
0358 - Inclusão Digital	100.000,00
0347 - Telefonia fixa e internet	100.000,00
608 - Extensão Rural	172.790,95
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	172.790,95
0014 - Apoio a projetos	69.335,42
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	103.455,53
26 - Transporte	4.111.340,23
782 - Transporte Rodoviário	4.111.340,23
0110 - Construção de Rodovias	4.111.340,23
0417 - Apoio ao sistema viário	3.213.049,86
0583 - Ações na área de infraestrutura	898.290,37
27 - Desporto e Lazer	107.400,00
812 - Desporto Comunitário	13.000,00
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	13.000,00
0420 - Apoio a ações na área do esporte	13.000,00

Fl. 259
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 261
Rub

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0520 - Cidadania e Diversidade	220.766,67
0626 - Apoio financeiro às APAES	220.766,67
368 - Educação Básica	1.954.084,78
0610 - Educação Básica	1.954.084,78
0103 - Transporte escolar	1.521.517,85
0104 - Operacionalização da educação	380.041,47
0371 - Manutenção e reforma de escola	52.525,46
20 - Agricultura	309.484,24
606 - Extensão Rural	309.484,24
0306 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	309.484,24
0014 - Apoio a projetos	15.000,00
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	294.484,24
26 - Transporte	3.418.170,21
782 - Transporte Rodoviário	3.418.170,21
0110 - Construção de Rodovias	3.418.170,21
0417 - Apoio ao sistema viário	1.142.846,15
0560 - Ações na área de infraestrutura	2.275.324,06
78008 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Videira	**9.879.584,89**
780001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Videira	**9.879.584,89**
04 - Administração	2.455.711,46
122 - Administração Geral	2.455.711,46
0950 - Gestão de Pessoas	1.340.016,48
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.340.016,48
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.095.694,98
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	298.709,17
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	796.985,81

Fl. 260
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 2602
Rub

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0144 - Manutenção e reforma de escolas	154.703,82
0371 - Manutenção e reforma de escola	80.000,00
0624 - Cooperação Estado e Municípios - SED	25.000,00
0341 - Cooperação com municípios	25.000,00
18 - Gestão Ambiental	50.539,54
182 - Defesa Civil	50.539,54
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	50.539,54
0342 - Ações em defesa civil	50.539,54
20 - Agricultura	217.383,00
126 - Tecnologia da Informação	18.000,00
0250 - Inclusão Digital	18.000,00
0432 - Implantar telecentros de inclusão digital	18.000,00
606 - Extensão Rural	199.383,00
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	199.383,00
0014 - Apoio a projetos	39.077,97
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	160.305,43
26 - Transporte	1.780.125,51
782 - Transporte Rodoviário	1.780.125,51
0110 - Construção de Rodovias	1.780.125,51
0417 - Apoio ao sistema viário	1.262.229,08
0583 - Ações na área de infraestrutura	517.896,43
27 - Desporto e Lazer	47.849,04
812 - Desporto Comunitário	47.849,04
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	47.849,04
0420 - Apoio a ações na área do esporte	47.849,04
79000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Caçador	**8.199.720,27**

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 261
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 263
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2015

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	51.418,00
0850 - Gestão de Pessoas	3.485.868,03
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.485.868,03
367 - Educação Especial	404.329,65
0520 - Cidadania e Diversidade	404.329,65
0626 - Apoio financeiro as APAES	404.329,65
368 - Educação Básica	1.535.014,63
0610 - Educação Básica	1.535.014,63
0103 - Transporte escolar	871.473,47
0104 - Operacionalização da educação	497.079,63
0144 - Manutenção e reforma de escolas	71.446,19
0371 - Manutenção e reforma de escola	95.015,34
20 - Agricultura	293.499,48
606 - Extensão Rural	293.499,48
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	293.499,48
0014 - Apoio a projetos	293.499,48
26 - Transporte	1.162.629,53
782 - Transporte Rodoviário	1.162.629,53
0110 - Construção de Rodovias	1.162.629,53
0417 - Apoio ao sistema viário	441.429,74
0580 - Ações na área de infraestrutura	721.199,79
27 - Desporto e Lazer	368.177,63
812 - Desporto Comunitário	368.177,63
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	368.177,63
0053 - Realização de eventos	287.454,60
0420 - Apoio a ações na área do esporte	80.723,03

Fls. 262
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 264
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0371 - Manutenção e reforma de escola	146.723,45
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	151.987,97
14 - Direitos da Cidadania	140.653,66
421 - Custódia e Reintegração Social	140.653,66
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	140.653,66
0385 - Construção, reforma e ampliação de unidades	140.653,66
18 - Gestão Ambiental	36.718,67
544 - Recursos Hídricos	36.718,67
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	36.718,67
0831 - Fortalecimento de comitês	36.718,67
26 - Transporte	816.547,64
782 - Transporte Rodoviário	816.547,64
0110 - Construção de Rodovias	816.547,64
0417 - Apoio ao sistema viário	396.874,09
0565 - Ações na área de infraestrutura	419.673,55
27 - Desporto e Lazer	72.548,70
812 - Desporto Comunitário	72.548,70
0690 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	72.548,70
0050 - Realização de eventos	20.213,10
0420 - Apoio a ações na área do esporte	52.335,60
81000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Rio do Sul	**12.485.631,86**
810001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Rio do Sul	**12.485.631,86**
04 - Administração	1.709.138,57
122 - Administração Geral	1.709.675,39
0650 - Gestão de Pessoas	1.264.966,91
0948 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.264.966,91

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 263
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 265
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0104 - Operacionalização da educação	24.333,75
367 - Educação Especial	531.157,57
0520 - Cidadania e Diversidade	531.157,57
0626 - Apoio financeiro às APAES	531.157,57
368 - Educação Básica	2.793.107,99
0610 - Educação Básica	2.793.107,99
0103 - Transporte escolar	1.968.018,37
0104 - Operacionalização da educação	534.055,94
0144 - Manutenção e reforma de escolas	48.390,25
0371 - Manutenção e reforma de escola	38.129,75
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	217.013,67
14 - Direitos da Cidadania	136.400,37
421 - Custódia e Reintegração Social	136.400,37
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	136.400,37
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	136.400,37
18 - Gestão Ambiental	193.679,11
182 - Defesa Civil	193.679,11
0720 - Prevenção e Preparação para Desastres	193.679,11
0342 - Ações em defesa civil	193.679,11
20 - Agricultura	16.856,37
606 - Extensão Rural	16.856,37
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	16.856,37
0014 - Apoio a projetos	16.856,37
26 - Transporte	2.078.354,06
782 - Transporte Rodoviário	2.078.354,06
0110 - Construção de Rodovias	2.078.354,06

Fl. 264
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 266
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0006 - Encargos com estagiários	4.713,33
06 - Segurança Pública	157.453,06
182 - Defesa Civil	157.453,06
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	157.453,06
0942 - Ações em defesa civil	157.453,06
10 - Saúde	106.963,94
122 - Administração Geral	14.963,94
0400 - Gestão do SUS	14.963,94
0600 - Manutenção de serviços e unidades	14.963,94
301 - Atenção Básica	92.000,00
0420 - Atenção Básica	92.000,00
0220 - Adequação e reaparelhamento de unidades de atenção básica	92.000,00
12 - Educação	8.813.801,46
122 - Administração Geral	2.915.391,61
0610 - Educação Básica	94.085,05
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	94.085,05
0450 - Gestão de Pessoas	2.821.306,56
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.821.306,56
367 - Educação Especial	207.593,47
0620 - Cidadania e Diversidade	207.593,47
0626 - Apoio financeiro às APAES	207.593,47
368 - Educação Básica	3.690.816,38
0610 - Educação Básica	3.690.816,38
0103 - Transporte escolar	3.006.668,13
0104 - Operacionalização da educação	322.618,22
0144 - Manutenção e reforma de escolas	171.162,12

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 265
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 267
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
122 - Administração Geral	1.700.108,15
0900 - Gestão de Pessoas	1.276.951,59
0940 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.276.951,59
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	519.156,56
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	439.112,13
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	79.044,43
126 - Tecnologia da Informação	16.173,49
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	16.173,49
0946 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	16.173,49
06 - Segurança Pública	668.095,69
182 - Defesa Civil	668.095,69
0739 - Respostas aos Desastres e Recuperação	668.095,69
0342 - Ações em defesa civil	668.095,69
10 - Saúde	866.863,48
122 - Administração Geral	84.378,39
0400 - Gestão do SUS	81.878,78
0626 - Manutenção de serviços e unidades	81.878,78
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.499,60
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.499,60
301 - Atenção Básica	26.017,69
0420 - Atenção Básica	26.017,69
0220 - Adequação e reaparelhamento de unidades de atenção básica	26.017,69
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	776.467,41
0400 - Gestão do SUS	776.467,41
0547 - Custeio de hospital e maternidade	53.705,58
0626 - Manutenção de serviços e unidades	722.763,83

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA
Fl. 266
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 268
Rub.

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0009 - Monitorar, controlar e apoiar ações	129.961,20
20 - Agricultura	159.264,52
606 - Extensão Rural	159.264,52
0026 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	159.264,52
0014 - Apoio a projetos	69.425,10
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	89.839,42
26 - Transporte	3.167.700,73
782 - Transporte Rodoviário	3.167.700,73
0110 - Construção de Rodovias	3.167.700,73
0417 - Apoio ao sistema viário	2.850.571,74
0993 - Ações na área de infraestrutura	317.128,99
27 - Desporto e Lazer	284.723,18
812 - Desporto Comunitário	284.723,18
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	284.723,18
0053 - Realização de eventos	36.471,46
0420 - Apoio a ações na área do esporte	248.251,72
84000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Blumenau	**16.161.552,19**
840001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Blumenau	**16.161.552,19**
04 - Administração	4.060.783,01
122 - Administração Geral	4.006.983,95
0650 - Gestão de Pessoas	3.118.838,24
0946 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.118.838,24
0600 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	888.045,71
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	844.393,69
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	43.491,82
126 - Tecnologia da Informação	46.184,06

Fl. 267
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 269
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0104 - Operacionalização da educação	2.240.722,35
0144 - Manutenção e reforma de escolas	16.760,00
0371 - Manutenção e reforma de escola	388.062,67
0468 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	70.000,00
14 - Direitos da Cidadania	369.905,65
421 - Custódia e Reintegração Social	369.905,65
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	369.905,65
0355 - Construção, reforma e ampliação de unidades	369.905,65
18 - Gestão Ambiental	411.860,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental	411.860,00
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	411.860,00
0014 - Apoio a projetos	411.860,00
26 - Transporte	1.024.641,69
782 - Transporte Rodoviário	1.024.641,69
0110 - Construção de Rodovias	737.718,15
0340 - Apoio ao sistema viário	329.623,00
0417 - Apoio ao sistema viário	49.966,18
0583 - Ações na área de infraestrutura	357.859,97
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	287.123,54
0087 - Humanização de rodovias	287.123,54
85000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Brusque	**22.337.132,99**
850001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Brusque	**22.337.132,99**
04 - Administração	2.517.799,29
122 - Administração Geral	2.517.799,29
0950 - Gestão de Pessoas	1.139.239,92
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.139.239,92

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fls. 268
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 270
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
14 - Direitos da Cidadania	26.711,47
421 - Custódia e Reintegração Social	26.711,47
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	26.711,47
0395 - Construção, reforma e ampliação de unidades	26.711,47
18 - Gestão Ambiental	286.810,00
182 - Defesa Civil	151.810,00
0750 - Prevenção e Preparação para Desastres	151.810,00
0342 - Ações em defesa civil	151.810,00
544 - Recursos Hídricos	135.000,00
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	135.000,00
0631 - Fortalecimento de comitês	135.000,00
26 - Transporte	10.113.481,98
782 - Transporte Rodoviário	10.113.481,98
0110 - Construção de Rodovias	10.113.481,98
0417 - Apoio ao sistema viário	9.468.155,01
0585 - Ações na área de infraestrutura	645.326,97
27 - Desporto e Lazer	276.654,64
812 - Desporto Comunitário	276.654,64
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	276.654,64
0053 - Realização de eventos	30.000,00
0420 - Apoio a ações na área do esporte	246.654,64
86000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itajaí	**27.066.823,02**
860001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itajaí	**27.066.823,02**
04 - Administração	4.284.135,87
122 - Administração Geral	4.250.439,22
0650 - Gestão de Pessoas	2.760.628,60

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 269
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 271
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
11 - Trabalho	1.500.000,00
333 - Empregabilidade	1.500.000,00
0342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	1.500.000,00
0014 - Apoio a projetos	1.500.000,00
12 - Educação	13.570.472,99
122 - Administração Geral	8.390.826,46
0610 - Educação Básica	12.242,82
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	12.242,82
0650 - Gestão de Pessoas	8.378.583,64
0040 - Administração de pessoal e encargos sociais	8.378.583,64
364 - Ensino Superior	12.114,54
0630 - Gestão do Ensino Superior	12.114,54
0048 - Serviços administrativos ensino superior	12.114,54
367 - Educação Especial	1.609.451,93
0620 - Cidadania e Diversidade	1.609.451,93
0626 - Apoio financeiro às APAES	1.609.451,93
368 - Educação Básica	5.558.080,08
0610 - Educação Básica	5.558.080,08
0103 - Transporte escolar	3.366.864,01
0104 - Operacionalização da educação	1.687.107,70
0144 - Manutenção e reforma de escolas	210.000,00
0371 - Manutenção e reforma de escola	215.429,34
0460 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	76.799,01
0533 - Implantação e manutenção de sistema	2.080,00
15 - Urbanismo	34.000,00
451 - Infra-Estrutura Urbana	34.000,00

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 270
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 272
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	860.865,66
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	129.082,84
128 - Formação de Recursos Humanos	18.118,33
0850 - Gestão de Pessoas	18.118,33
0006 - Encargos com estagiários	18.118,33
10 - Saúde	192.432,76
122 - Administração Geral	192.012,01
0400 - Gestão do SUS	192.012,01
0638 - Manutenção de serviços e unidades	192.012,01
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	420,75
0410 - Vigilância em Saúde	420,75
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	420,75
12 - Educação	9.285.291,37
122 - Administração Geral	3.291.596,93
0610 - Educação Básica	10.432,54
0001 - Administração e manutenção da Gerências Regional de Educação	10.432,54
0850 - Gestão de Pessoas	3.281.164,39
0040 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.281.164,39
367 - Educação Especial	504.516,94
0020 - Cidadania e Diversidade	504.516,94
0626 - Apoio financeiro às APAES	504.516,94
368 - Educação Básica	5.489.177,50
0610 - Educação Básica	5.411.226,05
0103 - Transporte escolar	3.642.611,62
0104 - Operacionalização da educação	672.462,60
0144 - Manutenção e reforma de escolas	98.693,25

Fl. 271
DOC

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 273
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro à Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
85000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Tubarão	**23.639.597,76**
850001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Tubarão	**23.639.597,76**
04 - Administração	3.858.204,51
122 - Administração Geral	3.832.917,58
0850 - Gestão de Pessoas	2.729.865,07
0040 - Administração de pessoal e encargos sociais	2.729.865,07
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.073.052,51
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	727.337,50
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	345.715,01
126 - Tecnologia da Informação	26.409,61
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	26.409,61
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	26.409,61
128 - Formação de Recursos Humanos	28.877,32
0850 - Gestão de Pessoas	28.877,32
0006 - Encargos com estagiários	28.877,32
06 - Segurança Pública	98.946,80
122 - Administração Geral	98.946,80
0707 - Suporte Institucional Integrado	98.946,80
0483 - Manutenção de instalações físicas	98.946,80
10 - Saúde	179.923,95
122 - Administração Geral	163.151,19
0400 - Gestão do SUS	160.849,20
0838 - Manutenção de serviços e unidades	160.849,20
0410 - Vigilância em Saúde	2.301,99
0335 - Realizar atividades de saúde	2.301,99
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.732,80

Fl. 272
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 274
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0309 - Monitorar, controlar e apoiar ações	126.872,79
0631 - Fortalecimento de comitês	49.700,04
20 - Agricultura	79.936,41
606 - Extensão Rural	79.936,41
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	79.936,41
0014 - Apoio a projetos	79.936,41
26 - Transporte	4.589.203,32
782 - Transporte Rodoviário	4.589.203,32
0110 - Construção de Rodovias	3.252.054,15
0417 - Apoio ao sistema viário	2.674.065,27
0565 - Ações na área de infraestrutura	577.948,88
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	1.337.169,17
0010 - Execução de obras rodoviárias	1.337.169,17
90000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Criciúma	**41.982.428,85**
900001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Criciúma	**41.982.428,85**
04 - Administração	8.122.856,60
122 - Administração Geral	8.060.256,52
0950 - Gestão de Pessoas	3.140.176,24
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.140.176,24
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.919.962,28
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	579.581,59
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	4.339.530,69
128 - Tecnologia da Informação	50.869,78
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	50.869,78
0949 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	50.869,78
128 - Formação de Recursos Humanos	6.738,30

Fls. 273
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 275
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0358 - Realizar atividades da saúde	9.245,01
12 - Educação	18.589.382,91
122 - Administração Geral	5.421.856,88
0610 - Educação Básica	200.310,62
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	200.310,62
0650 - Gestão de Pessoas	5.221.546,26
0120 - Capacitação profissional dos agentes públicos	10.000,00
0049 - Administração de pessoal e encargos sociais	5.211.546,26
367 - Educação Especial	1.442.547,83
0320 - Cidadania e Diversidade	1.442.547,83
0626 - Apoio financeiro as APAES	1.442.547,83
368 - Educação Básica	9.724.958,20
0610 - Educação Básica	9.724.958,20
0103 - Transporte escolar	7.469.332,78
0104 - Operacionalização da educação	1.984.968,79
0144 - Manutenção e reforma de escolas	27.950,57
0371 - Manutenção e reforma da escola	87.262,31
0469 - Construção, ampliação ou reforma da unidade escolares	156.433,77
18 - Gestão Ambiental	100.000,00
544 - Recursos Hídricos	100.000,00
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	100.000,00
0631 - Fortalecimento do comitês	100.000,00
20 - Agricultura	347.117,50
608 - Extensão Rural	347.117,50
0305 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	347.117,50
0014 - Apoio a projetos	162.399,51

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 274
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 276
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0800 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	78.964,64
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	78.964,64
128 - Formação de Recursos Humanos	26.359,13
0850 - Gestão de Pessoas	26.359,13
0306 - Encargos com estagiários	14.248,33
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	12.110,80
10 - Saúde	1.955.820,65
122 - Administração Geral	142.952,09
0400 - Gestão do SUS	139.607,29
0638 - Manutenção de serviços e unidades	139.607,29
0410 - Vigilância em Saúde	3.344,80
0398 - Realizar atividades de saúde	3.344,80
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.812.868,56
0101 - Assistir Santa Catarina	1.812.868,56
0514 - Construção de policlínica	1.812.868,56
12 - Educação	10.846.379,72
122 - Administração Geral	4.767.213,52
0610 - Educação Básica	212.370,45
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	212.370,45
0850 - Gestão de Pessoas	4.554.843,07
0948 - Administração de pessoal e encargos sociais	4.554.843,07
367 - Educação Especial	1.031.148,67
0520 - Cidadania e Diversidade	1.031.148,67
0926 - Apoio financeiro às APAES	1.031.148,67
368 - Educação Básica	5.048.017,53
0610 - Educação Básica	5.048.017,53

Fl. 275
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 277
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	227.249,84
0574 - Promoção do desenvolvimento regional	227.249,84
122 - Administração Geral	6.049.754,42
0800 - Gestão de Pessoas	4.429.651,05
0849 - Administração de pessoal e encargos sociais	4.429.651,05
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.620.103,37
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	818.062,10
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	702.041,32
126 - Tecnologia da Informação	128.186,07
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	128.186,07
0948 - Manutenção e modernização dos serviços de tecnologia da informação e comunicação	128.186,07
128 - Formação de Recursos Humanos	40.872,65
0800 - Gestão de Pessoas	40.872,65
0006 - Encargos com estagiários	40.872,65
06 - Segurança Pública	4.110.034,44
122 - Administração Geral	1.863,80
0707 - Suporte institucional integrado	1.863,80
0483 - Manutenção de instalações físicas	1.863,80
182 - Defesa Civil	4.108.170,64
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	4.047.736,85
0404 - Apoio financeiro - Fundossocial	4.047.736,85
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	60.433,79
0342 - Ações em defesa civil	60.433,79
08 - Assistência Social	4.072.215,69
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	3.819.079,82
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	3.819.079,82

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 276
DICG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 278
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0104 - Operacionalização da educação	10.512,44
367 - Educação Especial	885.855,42
0820 - Cidadania e Diversidade	885.855,42
0826 - Apoio financeiro às APAES	885.855,42
368 - Educação Básica	10.660.074,62
0810 - Educação Básica	10.660.074,62
0100 - Transporte escolar	8.134.851,04
0104 - Operacionalização da educação	1.971.575,22
0144 - Manutenção e reforma de escolas	513.966,36
0242 - Capacitação de profissionais	9.460,00
0371 - Manutenção e reforma de escola	30.200,00
13 - Cultura	1.015.379,19
392 - Difusão Cultural	1.015.379,19
0990 - Pró-Cultura	1.015.379,19
0122 - Fomento a atividades desenvolvidas no estado	1.015.379,19
14 - Direitos da Cidadania	30.523,18
421 - Custódia e Reintegração Social	30.523,18
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	30.523,18
0365 - Construção, reforma e ampliação de unidades	30.523,18
18 - Gestão Ambiental	40.966,98
544 - Recursos Hídricos	40.966,98
0300 - Gestão dos Recursos Hídricos	40.966,98
0631 - Fortalecimento de comitês	40.966,98
20 - Agricultura	60.000,00
606 - Extensão Rural	60.000,00
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	60.000,00

Fls. 277

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 279
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
128 - Formação de Recursos Humanos	90.004,99
0850 - Gestão de Pessoas	90.004,99
0006 - Encargos com estagiários	90.004,99
131 - Comunicação Social	754.645,63
0810 - Comunicação do Poder Executivo	754.645,63
0132 - Divulgação institucional	754.645,63
784 - Transporte Hidroviário	21.091.048,38
0150 - Modernização Portuária	21.052.371,79
0072 - Construção de prédios e instalações	107.773,72
0005 - Estudos, projetos e consultorias	27.960,00
0150 - Manutenção, reforma e demolição	658.837,57
0240 - Aquisição de equipamentos	1.069.720,85
0308 - Modernização da segurança	1.967.092,92
0310 - Manutenção e reforma	1.886.198,85
0311 - Dragagem e derrocagem	13.260.571,09
0317 - Manutenção sinalização náutica	626.482,79
0335 - Ampliação e reforma	407.000,00
0422 - Locação de bens e equipamentos	1.033.764,00
0850 - Gestão de Pessoas	38.676,57
0125 - Capacitação profissional dos agentes públicos	38.676,57
93008 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Jaraguá do Sul	**17.091.094,97**
930001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Jaraguá do Sul	**17.091.094,97**
04 - Administração	4.297.399,67
122 - Administração Geral	4.292.535,32
0850 - Gestão de Pessoas	1.897.884,38
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.897.884,38

Fl. 278
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 290
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0001 - Administração e manutenção da Gerência Regional de Educação	23.753,11
0853 - Gestão de Pessoas	3.893.135,16
0948 - Administração de pessoal e encargos sociais	3.893.135,16
367 - Educação Especial	575.822,03
0020 - Cidadania e Diversidade	575.822,03
0826 - Apoio financeiro as APAES	575.822,03
368 - Educação Básica	5.096.404,38
0810 - Educação Básica	5.096.404,38
0103 - Transporte escolar	3.389.006,97
0104 - Operacionalização da educação	1.005.944,87
0371 - Manutenção e reforma de escola	293.529,12
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	407.923,42
18 - Gestão Ambiental	660.340,48
182 - Defesa Civil	150.000,00
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	150.000,00
0342 - Ações em defesa civil	150.000,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental	228.186,50
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	228.186,50
0010 - Ações ambientais	228.186,50
544 - Recursos Hídricos	282.153,98
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	282.153,98
0009 - Monitorar, controlar e apoiar ações	232.153,98
0631 - Fortalecimento de comitês	50.000,00
20 - Agricultura	46.666,67
606 - Extensão Rural	46.666,67
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	46.666,67

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
Fl. 279
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 281
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
128 - Formação de Recursos Humanos	19.897,04
0850 - Gestão de Pessoas	19.897,04
0006 - Encargos com estagiários	19.897,04
06 - Segurança Pública	60.600,00
182 - Defesa Civil	60.600,00
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	60.600,00
0342 - Ações em defesa civil	60.600,00
08 - Assistência Social	484.042,80
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	133.757,58
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	133.757,58
0404 - Apoio financeiro - Fundoescrai	133.757,58
244 - Assistência Comunitária	350.285,22
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	350.285,22
0230 - Apoio às ações de desenvolvimento social, trabalho e renda	350.285,22
10 - Saúde	754.802,13
122 - Administração Geral	223.299,01
0400 - Gestão do SUS	223.299,01
0838 - Manutenção de serviços e unidades	223.299,01
301 - Atenção Básica	84.353,43
0400 - Gestão do SUS	44.387,80
0433 - Implantação de rede de saúde	44.387,80
0420 - Atenção Básica	39.965,60
0330 - Adequação e reaparelhamento de unidades de atenção básica	39.965,60
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	437.149,69
0400 - Gestão do SUS	436.664,69
0838 - Manutenção de serviços e unidades	436.664,69

Fl. 280
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 282
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	366.000,00
0342 - Ações em defesa civil	366.000,00
20 - Agricultura	24.929,46
606 - Extensão Rural	24.929,46
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	24.929,46
0014 - Apoio a projetos	24.929,46
26 - Transporte	3.966.990,91
782 - Transporte Rodoviário	3.966.990,91
0110 - Construção de Rodovias	3.966.990,91
0417 - Apoio ao sistema viário	3.304.240,63
0563 - Ações na área de infraestrutura	662.750,28
27 - Desporto e Lazer	352.787,04
812 - Desporto Comunitário	352.787,04
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	352.787,04
0063 - Realização de eventos	107.766,53
0420 - Apoio a ações na área do esporte	245.020,51
95000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Canoinhas	**12.901.429,35**
950001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Canoinhas	**12.901.429,35**
04 - Administração	2.276.962,71
122 - Administração Geral	2.148.942,39
0853 - Gestão de Pessoas	1.428.025,54
0040 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.428.025,54
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	720.916,85
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	482.328,20
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	238.588,65
126 - Tecnologia da Informação	128.020,32

Fl. 281
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 283
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
3815 - Gestão do Ensino Profissional	132.756,84
0104 - Operacionalização da educação	132.756,84
367 - Educação Especial	604.808,87
0520 - Cidadania e Diversidade	604.808,87
0626 - Apoio financeiro às APAES	604.808,87
368 - Educação Básica	5.373.095,26
0610 - Educação Básica	5.373.095,26
0103 - Transporte escolar	2.212.021,39
0104 - Operacionalização da educação	303.023,22
0144 - Manutenção e reforma de escolas	456.529,93
0371 - Manutenção e reforma de escola	396.520,72
18 - Gestão Ambiental	710.404,30
182 - Defesa Civil	196.919,13
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	196.919,13
0342 - Ações em defesa civil	196.919,13
541 - Preservação e Conservação Ambiental	145.300,07
0048 - Gestão Ambiental Estratégica	145.300,07
0015 - Ações ambientais	145.300,07
544 - Recursos Hídricos	368.185,10
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	368.185,10
0309 - Monitorar, controlar e apoiar ações	268.185,10
0631 - Fortalecimento de comitês	100.000,00
20 - Agricultura	139.161,16
606 - Extensão Rural	139.161,16
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	139.161,16
0014 - Apoio a projetos	20.001,96

Fl. 282

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 284
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
06 - Segurança Pública	56.600,00
182 - Defesa Civil	56.600,00
0732 - Respostas aos Desastres e Recuperação	56.600,00
0042 - Ações em defesa civil	56.600,00
08 - Assistência Social	452.024,13
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	250.000,00
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	250.000,00
0404 - Apoio financeiro - Funcosocial	250.000,00
244 - Assistência Comunitária	202.024,13
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	202.024,13
0230 - Apoio às ações de desenvolvimento social, trabalho e renda	202.024,13
10 - Saúde	9.298.837,12
122 - Administração Geral	192.256,04
0400 - Gestão do SUS	181.849,15
0638 - Manutenção de serviços e unidades	181.849,15
0410 - Vigilância em Saúde	11.406,89
0358 - Realizar atividades de saúde	11.406,89
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	9.104.323,58
0101 - Acelera Santa Catarina	8.934.550,15
0058 - Ampliação e readequação de hospital	8.934.550,15
0410 - Vigilância em Saúde	169.773,43
0426 - Realizar ações de vigilância, prevenção e controle	169.773,43
304 - Vigilância Sanitária	397,50
0410 - Vigilância em Saúde	397,50
0358 - Realizar atividades de saúde	397,50
305 - Vigilância Epidemiológica	660,00

Fl. 283

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 285
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0371 - Manutenção e reforma de escola	670.015,98
0469 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	70.288,57
0624 - Cooperação Estado e Municípios - SED	127.288,47
0341 - Cooperação com municípios	127.288,47
20 - Agricultura	559.088,98
606 - Extensão Rural	559.088,98
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	559.088,98
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	559.088,98
26 - Transporte	3.960.886,66
781 - Transporte Aéreo	190.483,56
0120 - Integração Logística	190.483,56
0196 - Adequação e melhoria de aeroporto	72.949,08
0334 - Administração, manutenção e gerenciamento de aeroporto	117.534,50
782 - Transporte Rodoviário	3.770.403,13
0110 - Construção de Rodovias	3.770.403,13
0417 - Apoio ao sistema viário	2.746.921,48
0583 - Ações na área de infraestrutura	1.024.481,65
27 - Desporto e Lazer	159.552,07
812 - Desporto Comunitário	159.552,07
0630 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	159.552,07
0420 - Apoio a ações na área do esporte	159.552,07
97000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Joaquim	**9.378.891,87**
970001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Joaquim	**9.378.891,87**
04 - Administração	1.739.717,06
122 - Administração Geral	1.732.567,06
0850 - Gestão de Pessoas	1.299.348,77

Fls. 284
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 286
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0486 - Construção, ampliação ou reforma de unidade escolares	46.019,79
20 - Agricultura	297.134,91
606 - Extensão Rural	297.134,91
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	297.134,91
0014 - Apoio a projetos	138.583,88
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	158.551,03
23 - Comércio e Serviços	7.800,00
695 - Turismo	7.800,00
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	7.800,00
0123 - Promoção, pesquisa e recuperação	7.800,00
26 - Transporte	1.479.621,33
782 - Transporte Rodoviário	1.479.621,33
0110 - Construção de Rodovias	1.479.621,33
0417 - Apoio ao sistema viário	966.281,31
0583 - Ações na área de infraestrutura	513.340,04
98000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Palmitos	**12.849.735,56**
980001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Palmitos	**12.849.735,56**
04 - Administração	1.626.138,24
122 - Administração Geral	1.626.138,24
0650 - Gestão de Pessoas	679.348,61
0049 - Administração de pessoal e encargos sociais	679.348,61
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	746.789,63
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	319.874,09
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	426.915,55
06 - Segurança Pública	97.274,29
182 - Defesa Civil	97.274,29

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 285
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 287
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
3360 - Abastecimento de Água	47.183,79
0403 - Apoio às ações de abastecimento e saneamento	47.183,79
20 - Agricultura	267.633,22
608 - Extensão Rural	267.633,22
3330 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	267.633,22
0014 - Apoio a projetos	17.409,03
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	250.224,19
26 - Transporte	4.513.660,52
782 - Transporte Rodoviário	4.513.660,52
3110 - Construção de Rodovias	4.513.660,52
0417 - Apoio ao sistema viário	2.058.811,98
0583 - Ações na área de infraestrutura	2.454.848,54
27 - Desporto e Lazer	87.454,50
812 - Desporto Comunitário	87.454,50
3650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	87.454,50
0420 - Apoio a ações na área do esporte	87.454,50
99030 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Dionisio Cerqueira	**12.995.507,29**
990001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Dionisio Cerqueira	**12.995.507,29**
04 - Administração	3.042.615,50
122 - Administração Geral	3.032.472,94
3650 - Gestão de Pessoas	1.203.491,37
0940 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.203.491,37
9900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.828.981,47
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	336.750,96
0401 - Apoio à aquisição, construção, ampliação ou reforma	1.292.230,51
128 - Formação de Recursos Humanos	10.142,56

Fl. 286
DOC

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 288
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
0400 - Apoio às ações na área de agricultura e desenvolvimento rural	407.892,71
26 - Transporte	1.701.868,24
782 - Transporte Rodoviário	1.701.868,24
0110 - Construção de Rodovias	1.701.868,24
0417 - Apoio ao sistema viário	1.468.503,91
0553 - Ações na área de infraestrutura	233.364,33
27 - Desporto e Lazer	141.999,54
812 - Desporto Comunitário	141.999,54
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	141.999,54
0420 - Apoio a ações na área do esporte	141.999,54
2 - Legislativo	**926.248.999,65**
01000 - Assembléia Legislativa do Estado	**575.985.015,74**
010001 - Assembléia Legislativa do Estado	**575.985.015,74**
01 - Legislativa	450.146.738,53
031 - Ação Legislativa	39.474.777,01
0820 - Comunicação do Poder Legislativo	28.950.968,29
0130 - Sessões e audiências públicas	16.193,20
0131 - Divulgação institucional	28.360.514,60
0135 - Manutenção e ampliação de acervo	10.574.270,49
0825 - Modernização do Processo Legislativo	523.808,72
0138 - Renovação de acervo	1.234,30
0143 - Modernização e manutenção de escola	522.634,42
122 - Administração Geral	395.500.831,79
0820 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	395.500.831,79
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	108.244.912,83
0949 - Administração de pessoal e encargos sociais	287.256.999,16

Fl. 287
501
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 289
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
272 - Previdência do Regime Estatutário	66.709.692,66
0960 - Gestão Previdenciária	57.556.121,12
0136 - Encargos com inativos	57.556.121,12
0905 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	9.153.571,56
0136 - Encargos com inativos	9.153.571,56
3 - Judiciário	**1.965.268.316,40**
03000 - Tribunal de Justiça do Estado	**1.965.268.316,40**
030001 - Tribunal de Justiça do Estado	**1.757.013.419,52**
02 - Judiciária	1.442.291.362,62
061 - Ação Judiciária	672.466,62
0931 - Infraestrutura do Judiciário	672.466,62
0148 - Reforma de Imóvel	672.466,62
122 - Administração Geral	1.300.687.056,54
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	1.300.687.056,54
0002 - Administração e manutenção dos serviços administrativos gerais	56.282.710,74
0154 - Administração de pessoal extraquadro	8.867.373,23
0948 - Administração de pessoal e encargos sociais	1.237.736.972,57
126 - Tecnologia da Informação	67.216.864,20
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	67.216.864,20
0004 - Manutenção, serviços e equipamentos de informática	67.216.864,20
128 - Formação de Recursos Humanos	48.896.555,29
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	48.896.555,29
0158 - Capacitação e aperfeiçoamento	48.896.555,29
272 - Previdência do Regime Estatutário	24.819.421,17
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	24.819.421,17
0136 - Encargos com inativos	24.819.421,17

Fl. 288
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 190
Rub

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE TRABALHO - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

PODER / ÓRGÃO / UNIDADE GESTORA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / AÇÃO	VALORES EMPENHADOS
03 - Essencial à Justiça	548.089.758,75
091 - Defesa da Ordem Jurídica	491.373.263,00
0915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	491.373.263,00
0116 - Coordenação institucional	491.373.263,00
122 - Administração Geral	56.715.495,75
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	56.715.495,75
0115 - Coordenação e manutenção dos serviços administrativos	51.587.963,53
0119 - Manutenção, conservação e reforma de instalações	5.127.532,22
09 - Previdência Social	55.720.359,25
272 - Previdência do Regime Estatutário	55.720.359,25
0960 - Gestão Previdenciária	55.720.359,25
0957 - Encargos com inativos	55.720.359,25
040091 - Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados	**813.067,33**
03 - Essencial à Justiça	813.067,33
091 - Defesa da Ordem Jurídica	813.067,33
0915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	813.067,33
0120 - Reconstituição de bens lesados	546.340,80
0126 - Custeio dos honorários periciais	266.726,53
040092 - Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público SC	**2.016.815,41**
03 - Essencial à Justiça	2.016.815,41
128 - Formação de Recursos Humanos	2.016.815,41
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	2.016.815,41
0127 - Aperfeiçoamento de membros e servidores	2.016.815,41
040093 - Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público	**37.903.827,75**
03 - Essencial à Justiça	37.903.827,75
091 - Defesa da Ordem Jurídica	2.400,00

Fls. 289

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 291
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
01 - Legislativa	**633.932.423,01**
031 - Ação Legislativa	39.474.777,01
0820 - Comunicação do Poder Legislativo	38.950.968,29
0825 - Modernização do Processo Legislativo	523.808,72
122 - Administração Geral	576.137.602,61
0820 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	396.735.217,04
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	179.402.385,57
126 - Tecnologia da Informação	11.332.988,09
0825 - Modernização do Processo Legislativo	8.932.057,60
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	2.400.909,46
128 - Formação de Recursos Humanos	793.797,20
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	793.797,20
272 - Previdência do Regime Estatutário	5.238.080,11
0820 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	5.238.080,11
02 - Judiciária	**1.550.546.289,70**
061 - Ação Judiciária	86.526.418,23
0931 - Infraestrutura do Judiciário	86.526.418,23
122 - Administração Geral	1.443.288.030,81
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	1.443.288.030,81
126 - Tecnologia da Informação	67.216.864,20
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	67.216.864,20
128 - Formação de Recursos Humanos	48.896.555,29
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	48.896.555,29
272 - Previdência do Regime Estatutário	24.618.421,17
0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	24.618.421,17
03 - Essencial à Justiça	**781.495.225,83**
061 - Defesa da Ordem Jurídica	402.638.554,67

Fl. 290
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 292
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
126 - Tecnologia da Informação	29.521.263,02
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	29.521.263,02
128 - Formação de Recursos Humanos	2.860.655,46
0825 - Formação de Gestores Públicos	325.412,99
0850 - Gestão de Pessoas	2.535.242,57
274 - Previdência Especial	12.126.092,54
0870 - Pensões Especiais	12.126.092,54
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	589.231.751,01
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	589.231.751,01
781 - Transporte Aéreo	6.297.153,21
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	6.297.153,21
782 - Transporte Rodoviário	2.105.794,43
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.105.794,43
06 - Segurança Pública	**2.514.242.757,73**
122 - Administração Geral	2.317.476.937,39
0101 - Acelera Santa Catarina	35.518.790,89
0705 - De Olho no Crime	2.199.317.047,78
0707 - Suporte Institucional Integrado	80.572.409,51
0850 - Gestão de Pessoas	2.713.758,93
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.359.390,29
126 - Tecnologia da Informação	6.552.881,90
0707 - Suporte Institucional Integrado	6.133.642,97
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	419.238,93
128 - Formação de Recursos Humanos	3.920.643,09
0707 - Suporte Institucional Integrado	3.396.131,09
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	499.043,72
0850 - Gestão de Pessoas	25.468,28

Fls. 291

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 293
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
211 - Relações Diplomáticas	255.653,29
0204 - Missões, Recepções e Eventos Internacionais	255.653,29
212 - Cooperação Internacional	32.702,00
0212 - Promoção Comercial e Cooperação Internacional	32.702,00
08 - Assistência Social	**101.442.298,99**
122 - Administração Geral	30.900.269,79
0101 - Acelera Santa Catarina	269.815,62
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	486.267,68
0850 - Gestão de Pessoas	22.930.911,30
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	7.155.265,99
125 - Tecnologia da Informação	1.422.202,78
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.422.202,78
128 - Formação de Recursos Humanos	358.277,55
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	277.179,99
0850 - Gestão de Pessoas	81.097,56
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	465.579,59
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	465.579,59
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	5.259.653,59
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	5.259.653,59
244 - Assistência Comunitária	22.404.283,55
0101 - Acelera Santa Catarina	9.974.366,42
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	12.358.962,25
0550 - Erradicação da Fome em Santa Catarina	72.954,88
274 - Previdência Especial	28.665.992,63
0870 - Pensões Especiais	28.665.992,63
843 - Transferências	13.646.943,49
0510 - Sistema Único de Assistência Social - SUAS	13.646.943,49

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 292
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 294
Rub

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
126 - Formação de Recursos Humanos	19.954.647,81
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2.500.801,19
0950 - Gestão de Pessoas	1.885.790,65
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	13.327.355,48
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	13.327.355,48
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	48.187,00
0420 - Atenção Básica	48.187,00
244 - Assistência Comunitária	193.010,00
0705 - Segurança Cidadã	193.010,00
301 - Atenção Básica	121.342.666,36
0400 - Gestão do SUS	20.756.853,54
0420 - Atenção Básica	86.885.784,66
0440 - Assistência Farmacêutica	13.700.205,44
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	885.849.324,80
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	8.052.112,06
0101 - Acelera Santa Catarina	122.907.798,10
0400 - Gestão do SUS	312.381.732,52
0410 - Vigilância em Saúde	3.456.812,76
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	439.141.769,32
930 - Suporte Profilático e Terapêutico	175.067.884,46
0440 - Assistência Farmacêutica	175.067.884,46
304 - Vigilância Sanitária	5.521.295,81
0410 - Vigilância em Saúde	5.521.295,81
305 - Vigilância Epidemiológica	1.910.119,77
0410 - Vigilância em Saúde	1.910.119,77
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	767.403,79
0410 - Vigilância em Saúde	275.993,76

FL. 293
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 295
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
362 - Ensino Medio	983.817.246,28
0950 - Gestão de Pessoas	983.817.246,28
363 - Ensino Profissional	4.599.937,39
0615 - Gestão do Ensino Profissional	4.599.937,39
364 - Ensino Superior	425.462.806,61
0230 - INOVAR - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	4.790.326,55
0630 - Gestão do Ensino Superior	137.637.604,73
0950 - Gestão de Pessoas	283.034.877,33
365 - Educação Infantil	14.934.158,19
0950 - Gestão de Pessoas	14.934.158,19
366 - Educação de Jovens e Adultos	93.398.999,83
0950 - Gestão de Pessoas	93.398.999,83
367 - Educação Especial	189.592.813,87
0520 - Cidadania e Diversidade	27.940.941,04
0950 - Gestão de Pessoas	161.651.872,83
368 - Educação Básica	907.216.386,92
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	5.851.487,13
0101 - Acelera Santa Catarina	76.078.089,75
0610 - Educação Básica	425.563.324,11
0623 - Autonomia de gestão escolar - SED	99.693.224,68
0624 - Cooperação Estado e Municípios - SED	230.240,92
571 - Desenvolvimento Científico	18.805,97
0230 - INOVAR - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	18.805,97
13 - Cultura	**38.676.373,38**
122 - Administração Geral	25.402.560,79
0950 - Gestão de Pessoas	13.346.738,92
0990 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	12.055.821,87

Fl. 294
DCOG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 294
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
421 - Custódia e Reintegração Social	740.888.689,06
0850 - Gestão de Pessoas	354.326.261,81
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	920.295.752,30
846 - Transferências	9.000,06
0745 - Cidadania e Direitos Humanos	9.000,06
15 - Urbanismo	**532.312,30**
451 - Infra-Estrutura Urbana	532.312,30
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	532.312,30
16 - Habitação	**21.324.359,79**
122 - Administração Geral	20.927.535,94
0850 - Gestão de Pessoas	16.729.450,51
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.000.080,43
126 - Tecnologia da Informação	408.782,79
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	408.782,79
481 - Habitação Rural	14.724,60
0540 - Nova Casa	14.724,60
482 - Habitação Urbana	73.316,40
0540 - Nova Casa	73.316,40
17 - Saneamento	**736.585,78**
125 - Normatização e Fiscalização	360.284,38
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	360.284,38
512 - Saneamento Básico Urbano	373.601,40
0360 - Abastecimento de Água	373.601,40
18 - Gestão Ambiental	**118.984.190,91**
122 - Administração Geral	64.909.737,61
0546 - Gestão Ambiental Estratégica	35.298,30
0850 - Gestão de Pessoas	55.202.406,86

Fl. 295
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 297
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
571 - Desenvolvimento Científico	23.732.949,40
0230 - INOVAR - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	23.013.645,40
0346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	719.304,00
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	12.874.597,02
0101 - Acelera Santa Catarina	5.004.771,83
0230 - INOVAR - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	7.869.825,19
20 - Agricultura	**628.595.348,06**
122 - Administração Geral	468.300.114,13
0850 - Gestão de Pessoas	454.035.099,06
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	44.265.015,07
126 - Tecnologia da Informação	16.377.001,32
0250 - Inclusão Digital	5.636.253,93
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	11.740.747,39
128 - Formação de Recursos Humanos	3.721.440,12
0310 - Agronegócio Competitivo	2.848.039,27
0850 - Gestão de Pessoas	873.400,85
334 - Fomento ao Trabalho	13.998.967,07
0310 - Agronegócio Competitivo	13.089.938,07
0320 - Agricultura Familiar	909.029,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental	998.863,53
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	998.863,53
571 - Desenvolvimento Científico	3.987.891,79
0310 - Agronegócio Competitivo	3.987.891,79
601 - Promoção da Produção Vegetal	471.263,23
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	471.263,23
602 - Promoção da Produção Animal	6.929.530,00
0310 - Agronegócio Competitivo	6.929.530,00

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 296
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 298
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2014

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	VALORES EMPENHADOS
695 - Turismo	40.942.954,46
24 - Comunicações	**75.182.068,33**
122 - Administração Geral	8.128.650,67
0850 - Gestão de Pessoas	4.667.505,35
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	3.459.385,32
126 - Tecnologia da Informação	17.872,66
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	17.872,66
131 - Comunicação Social	67.007.304,80
0510 - Comunicação do Poder Executivo	67.007.304,80
25 - Energia	**2.661,26**
125 - Normatização e Fiscalização	2.661,26
0950 - Defesa dos Interesses Sociais	2.661,26
26 - Transporte	**1.235.040.830,83**
122 - Administração Geral	147.172.175,51
0850 - Gestão de Pessoas	117.419.302,30
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	29.752.873,21
126 - Tecnologia da Informação	9.053.960,39
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	9.053.960,39
128 - Formação de Recursos Humanos	986.400,03
0850 - Gestão de Pessoas	986.400,03
131 - Comunicação Social	794.645,63
0510 - Comunicação do Poder Executivo	794.645,63
781 - Transporte Aéreo	8.343.547,14
0120 - Integração Logística	8.343.547,14
782 - Transporte Rodoviário	1.004.725.669,86
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	65.461.977,74
0101 - Acelera Santa Catarina	218.070.805,50

Fl. 297
DS
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 299
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 7 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

Notas Explicativas
002 - Pode haver o mesmo Programa para várias Subfunções e em Função diferentes.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

Fl. 298
A1

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 300
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VINCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 6 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
091 - Defesa da Ordem Jurídica	476.997.342,08	15.641.212,79	492.638.554,87
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	2.400,00	-	2.400,00
0915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	476.994.942,08	15.641.212,79	492.636.154,87
092 - Representação Judicial e Extrajudicial	83.511.628,53	-	83.511.628,53
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	83.511.628,53	-	83.511.628,53
122 - Administração Geral	206.866.777,25	1.889.356,42	208.856.133,67
0850 - Gestão de Pessoas	105.796.960,38	-	105.796.960,38
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	8.180.205,99	-	8.180.205,99
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	93.009.589,88	1.889.356,42	94.878.947,30
126 - Tecnologia da Informação	1.833.261,35	-	1.833.261,35
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.833.261,35	-	1.833.261,35
128 - Formação de Recursos Humanos	4.625.647,21	-	4.625.647,21
0850 - Gestão de Pessoas	2.609.031,80	-	2.609.031,80
0910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	2.016.615,41	-	2.016.615,41
04 - Administração	**1.664.549.207,88**	**186.874.139,67**	**1.851.442.347,55**
121 - Planejamento e Orçamento	1.677.074,27	100.000,00	1.677.074,27
0206 - Planejamento Estratégico e Gestão de Informações	380.000,00	-	380.000,00
0210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	1.197.074,27	100.000,00	1.297.074,27
122 - Administração Geral	793.339.447,62	78.119.573,32	871.459.020,94
0850 - Gestão de Pessoas	603.963.855,39	46.594.672,43	650.558.527,82
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	189.375.592,23	31.524.900,89	220.900.493,12
123 - Administração Financeira	228.003.763,94	108.157.778,73	336.161.542,67
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	-	22.277.971,44	22.277.971,44
0101 - Acelera Santa Catarina	-	67.442.054,06	67.442.054,06
0830 - Modernização da Administração Fazendária	-	15.980.047,49	15.980.047,49
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	228.003.763,94	2.457.705,72	230.461.469,66
126 - Tecnologia da Informação	29.085.566,36	435.666,66	29.521.263,02

Fls. 299
SCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 301
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
126 - Formação de Recursos Humanos	51.600,00	3.869.043,09	3.920.643,09
181 - Policiamento	65.396.230,15	168.559.036,47	233.955.266,62
0101 - Acelera Santa Catarina	-	9.396.291,58	9.396.291,58
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	7.204.547,15	-	7.204.547,15
0705 - Segurança Cidadã	26.003.500,20	12.032.468,64	38.035.968,84
0706 - De Olho no Crime	7.969.395,73	27.384.972,83	35.354.258,56
0707 - Suporte Institucional Integrado	24.068.454,57	118.703.745,85	142.767.200,42
0708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	152.342,50	1.044.627,57	1.196.970,07
182 - Defesa Civil	920.332,22	39.053.497,24	39.973.829,46
0705 - Segurança Cidadã	520.332,22	14.264.967,99	14.785.300,21
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	-	9.958.261,01	9.958.261,01
0731 - Gestão de Riscos e Redução de Desastres	-	225.815,55	225.815,55
0735 - Respostas aos Desastres e Recuperação	-	14.606.452,69	14.606.452,69
183 - Informação e Inteligência	401.000,00	3.223.520,64	3.624.520,64
0706 - De Olho no Crime	243.000,00	2.247.032,56	2.490.032,56
0707 - Suporte Institucional Integrado	158.000,00	976.488,08	1.134.488,08
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	-	1.339.564,73	1.339.564,73
0705 - Segurança Cidadã	-	1.339.564,73	1.339.564,73
542 - Controle Ambiental	7.623.243,01	44.451,29	7.667.694,30
0706 - De Olho no Crime	7.623.243,01	44.451,29	7.667.694,30
67 - Relações Exteriores	**2.965.592,23**	-	**2.965.592,23**
122 - Administração Geral	2.822.938,55	-	2.822.938,55
0950 - Gestão de Pessoas	2.131.739,92	-	2.131.739,92
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	690.998,13	-	690.998,13
126 - Tecnologia da Informação	93.508,89	-	93.508,89
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	93.508,89	-	93.508,89
211 - Relações Diplomáticas	256.653,29	-	256.653,29

Fl. 300
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 304
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
846 - Transferências	9.036.930,72	4.109.112,77	13.046.043,49
09 - Previdência Social	**2.845.519.562,80**	**2.832.895.971,80**	**5.678.415.534,48**
122 - Administração Geral	4.961.499,48	91.706.303,67	96.661.760,13
0850 - Gestão de Pessoas	384.833,00	41.531.152,53	41.885.985,53
0860 - Gestão Previdenciária	-	50.084,28	50.084,28
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	4.606.821,48	50.119.066,86	54.725.890,32
126 - Tecnologia da Informação	-	237.684,56	237.684,56
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	-	237.684,56	237.684,56
128 - Formação de Recursos Humanos	-	138.357,42	138.357,42
0850 - Gestão de Pessoas	-	138.357,42	138.357,42
244 - Assistência Comunitária	1.950.000,00	-	1.950.000,00
0860 - Gestão Previdenciária	1.950.000,00	-	1.950.000,00
272 - Previdência do Regime Estatutário	2.836.608.106,34	2.740.822.625,95	5.579.430.732,29
0860 - Gestão Previdenciária	2.829.454.534,78	2.740.822.625,95	5.570.277.160,73
0935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	9.153.571,56	-	9.153.571,56
10 - Saúde	**2.208.891.962,14**	**801.707.186,40**	**3.010.599.858,54**
122 - Administração Geral	1.660.204.719,59	121.957.837,57	1.782.162.557,16
0400 - Gestão do SUS	349.033.057,98	88.838.897,36	437.870.955,34
0410 - Vigilância em Saúde	5.294.990,20	11.533.722,62	16.828.712,82
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	6.779.909,86	693.174,14	7.473.114,00
0850 - Gestão de Pessoas	1.183.980.162,52	19.511.175,95	1.203.491.338,47
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	115.119.899,00	1.382.997,50	116.498.826,50
126 - Tecnologia da Informação	1.296.412,70	645.759,00	1.942.171,70
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	500.000,00	645.759,00	1.145.759,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	796.412,70	-	796.412,70
128 - Formação de Recursos Humanos	14.619.682,50	5.334.795,11	19.954.487,61
0400 - Gestão do SUS	12.733.891,82	2.833.933,92	15.567.825,74

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 301
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 303
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	510.026,23	257.467,56	767.493,79
3708 - Valorização do Servidor - Segurança Pública	330.926,23	160.903,80	491.830,03
785 - Transportes Especiais	4.316.149,80	208.218,06	4.524.367,86
0430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	4.316.149,80	208.218,06	4.524.367,86
11 - Trabalho	**10.136.680,72**	**9.892.703,10**	**20.031.383,82**
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	-	322.368,86	322.368,86
3530 - Pró-Emprego e Renda	-	322.368,86	322.368,86
333 - Empregabilidade	10.136.680,72	7.872.280,27	18.010.973,99
3101 - Acelera Santa Catarina	-	230.563,60	230.563,60
3342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	10.094.123,04	2.043.231,15	12.137.354,19
3530 - Pró-Emprego e Renda	44.557,68	5.598.508,52	5.643.066,20
334 - Fomento ao Trabalho	-	1.698.037,97	1.698.037,97
3530 - Pró-Emprego e Renda	-	1.698.037,97	1.698.037,97
12 - Educação	**792.616.534,33**	**2.554.715.588,74**	**3.347.332.123,07**
122 - Administração Geral	395.101.967,57	7.555.512,27	402.657.479,84
0610 - Educação Básica	2.749.548,91	-	2.749.548,91
0650 - Gestão de Pessoas	340.480.854,83	-	340.480.854,83
0600 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	51.871.565,83	7.555.512,27	59.427.078,10
126 - Tecnologia da Informação	2.426.803,79	201.589,50	2.628.393,29
0600 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.426.803,79	201.589,50	2.628.393,29
128 - Formação de Recursos Humanos	330.669,06	235.261,66	565.930,72
0650 - Gestão de Pessoas	330.669,06	235.261,66	565.930,72
334 - Fomento ao Trabalho	6.460,00	-	6.460,00
0520 - Cidadania e Diversidade	6.460,00	-	6.460,00
361 - Ensino Fundamental	-	1.056.932.702,48	1.056.932.702,48
0650 - Gestão de Pessoas	-	1.056.932.702,48	1.056.932.702,48
362 - Ensino Médio	11.759.412,04	571.858.834,24	583.617.246,28

Fl. 392
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 304
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
122 - Administração Geral	14.001.291,51	11.401.299,28	25.402.590,79
126 - Tecnologia da Informação	-	3.439,00	3.439,00
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	-	3.439,00	3.439,00
128 - Formação de Recursos Humanos	-	118.658,00	118.658,00
0950 - Gestão de Pessoas	-	118.658,00	118.658,00
391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	1.937,86	934.518,00	936.455,86
0950 - Pró-Cultura	1.937,86	934.518,00	936.455,86
392 - Difusão Cultural	38.900,00	13.176.459,73	13.215.359,73
0950 - Pró-Cultura	38.900,00	13.176.459,73	13.215.359,73
14 - Direitos da Cidadania	**559.104.558,49**	**256.865.356,97**	**815.969.915,46**
062 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	14.854.682,89	-	14.854.682,89
0745 - Cidadania e Direitos Humanos	14.854.682,89	-	14.854.682,89
122 - Administração Geral	43.676.515,49	-	43.676.515,49
0745 - Cidadania e Direitos Humanos	8.896.735,35	-	8.896.735,35
0950 - Gestão de Pessoas	33.303.473,92	-	33.303.473,92
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.476.306,22	-	1.476.306,22
126 - Tecnologia da Informação	1.548.335,54	3.642.242,07	5.190.577,61
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.548.335,54	3.642.242,07	5.190.577,61
128 - Formação de Recursos Humanos	2.025.551,55	-	2.025.551,55
0950 - Gestão de Pessoas	2.025.551,55	-	2.025.551,55
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	124.932,90	-	124.932,90
0745 - Cidadania e Direitos Humanos	124.932,90	-	124.932,90
421 - Custódia e Reintegração Social	496.865.532,06	253.223.157,00	749.888.689,06
0101 - Acelera Santa Catarina	3.134.048,79	477.343,97	3.611.392,76
0740 - Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	38.172.510,84	52.860.607,51	91.033.118,35
0750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	44.692.052,00	123.157.442,53	167.849.494,53
0760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	29.563.616,17	3.206.856,14	32.770.666,31

Fl. 303
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 305
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
122 - Administração Geral	64.000.737,61	-	64.000.737,61
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	8.782.942,45	-	8.782.942,45
126 - Tecnologia da Informação	46.515,28	-	46.515,28
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	46.515,28	-	46.515,28
128 - Formação de Recursos Humanos	379.267,43	-	379.267,43
0950 - Gestão de Pessoas	379.267,43	-	379.267,43
182 - Defesa Civil	-	29.674.554,06	29.674.554,06
0730 - Prevenção e Preparação para Desastres	-	29.674.554,06	29.674.554,06
541 - Preservação e Conservação Ambiental	2.672.390,57	2.378.189,81	5.050.580,38
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	1.065.889,59	-	1.065.889,59
0355 - Santa Catarina Rural - MICROBACIAS 2	-	889.928,56	889.928,56
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	1.190.640,98	-	1.190.640,98
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	411.860,00	1.488.261,25	1.900.121,25
542 - Controle Ambiental	4.696.937,29	844.094,39	5.540.731,68
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	4.171.012,69	18.847,00	4.189.859,69
0348 - Gestão Ambiental Estratégica	525.924,60	825.247,39	1.350.871,99
544 - Recursos Hídricos	65.412,38	14.226.302,12	14.291.714,50
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	65.412,38	14.226.302,12	14.291.714,50
19 - Ciência e Tecnologia	**7.244.908,93**	**37.473.469,19**	**44.717.366,32**
122 - Administração Geral	4.011.992,55	17.806,44	4.029.798,99
0850 - Gestão de Pessoas	2.539.036,07	-	2.539.036,07
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.472.954,48	17.806,44	1.490.760,92
126 - Tecnologia da Informação	1.152.998,58	2.920.781,69	4.073.858,25
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	1.152.998,58	2.920.781,69	4.073.858,25
128 - Formação de Recursos Humanos	6.356,66	-	6.356,66
0850 - Gestão de Pessoas	6.356,66	-	6.356,66
571 - Desenvolvimento Científico	1.945.557,26	22.687.382,14	23.732.949,40

Fl. 304
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 306
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
602 - Promoção da Produção Animal	-	6.929.530,00	6.929.530,00
603 - Defesa Sanitária Vegetal	769.433,44	162.667,98	932.101,42
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	769.433,44	162.667,98	932.101,42
604 - Defesa Sanitária Animal	5.903.911,34	7.403.548,90	13.307.460,24
0310 - Agronegócio Competitivo	2.893.771,24	2.951.540,00	5.845.311,24
0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	3.010.140,10	2.621.953,34	5.632.073,44
0335 - Santa Catarina Rural - MICROBACIAS 3	-	1.830.075,56	1.830.075,56
606 - Extensão Rural	39.747.828,88	12.168.562,37	51.916.211,25
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	19.045.921,01	11.295.286,56	30.341.107,57
0310 - Agronegócio Competitivo	20.701.907,87	873.295,81	21.575.103,68
607 - Irrigação	-	3.293.307,66	3.293.307,66
0100 - Caminhos do Desenvolvimento	-	2.714.389,74	2.714.389,74
0300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	-	578.947,92	578.947,92
691 - Promoção Comercial	15.618.734,81	45.458,99	15.664.193,80
0310 - Agronegócio Competitivo	15.618.734,81	45.458,99	15.664.193,80
23 - Comércio e Serviços	**21.638.529,77**	**44.226.946,25**	**65.865.476,02**
122 - Administração Geral	18.253.459,26	3.278.229,48	21.531.688,74
0850 - Gestão de Pessoas	12.767.861,87	251.612,95	13.019.474,82
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	5.485.597,39	3.046.416,54	8.512.013,92
126 - Tecnologia da Informação	896.382,02	6.062,30	902.444,32
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	896.382,02	6.062,30	902.444,32
128 - Formação de Recursos Humanos	12.300,00	-	12.300,00
0850 - Gestão de Pessoas	12.300,00	-	12.300,00
691 - Promoção Comercial	2.476.388,50	-	2.476.388,50
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	2.476.388,50	-	2.476.388,50
695 - Turismo	-	40.942.654,46	40.942.654,46
0640 - Promoção do Turismo Catarinense	-	40.942.654,46	40.942.654,46

Fl. 305

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 307
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO DOS RECURSOS - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 8 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL EMPENHADO
782 - Transporte Rodoviário	110.219.338,22	894.506.321,64	1.004.725.659,86
0105 - Mobilidade Urbana	911.768,66	71.717.773,16	72.629.541,82
0110 - Construção de Rodovias	62.138.840,79	358.580.647,48	420.719.488,27
0115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	5.238.679,07	-	5.238.679,07
0120 - Integração Logística	170.000,00	3.689.302,84	3.859.302,84
0130 - Conservação e Segurança Rodoviária	24.813.873,65	2.632.267,25	27.446.140,90
0140 - Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias	881.331,92	170.106.123,73	170.787.455,65
0145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	11.691.426,35	8.832.641,72	18.912.068,07
784 - Transporte Hidroviário	22.527.705,06	34.876.734,11	57.404.439,17
0115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	2.263.642,11	-	2.263.642,11
0150 - Modernização Portuária	20.225.386,28	34.876.734,11	55.102.120,49
0650 - Gestão de Pessoas	38.676,67	-	38.676,67
27 - Desporto e Lazer	**16.720.688,66**	**26.397.826,00**	**43.126.517,63**
122 - Administração Geral	16.238.447,06	5.125.826,70	21.364.273,76
0650 - Gestão de Pessoas	16.238.447,06	-	16.238.447,06
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	-	5.125.826,70	5.125.826,70
126 - Formação de Recursos Humanos	-	119.970,27	119.970,27
0650 - Gestão de Pessoas	-	119.970,27	119.970,27
812 - Desporto Comunitário	251.039,62	16.226.825,82	16.477.865,44
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	251.039,62	16.226.825,82	16.477.865,44
813 - Lazer	240.000,00	6.924.408,18	7.164.408,18
0650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	240.000,00	6.924.408,18	7.164.408,18
28 - Encargos Especiais	**1.273.028.091,47**	**123.414.799,78**	**1.396.442.891,25**
846 - Outros Encargos Especiais	1.272.028.091,47	123.414.799,78	1.395.442.891,25
0030 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	79.377.117,85	35.857.161,70	115.234.279,55
0990 - Encargos Especiais	1.192.650.973,62	87.557.638,08	1.280.208.611,70
TOTAL	**15.696.463.982,07**	**8.573.115.579,43**	**24.179.579.471,50**

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fls. 306
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 308
Rubr.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2014

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
01000 - Assembleia Legislativa do Estado	**675.965.015,74**
010001 - Assembleia Legislativa do Estado	675.965.015,74
01 - Legislativa	450.146.716,53
09 - Previdência Social	125.818.299,21
02000 - Tribunal de Contas do Estado	**249.263.983,91**
020001 - Tribunal de Contas do Estado	249.263.983,91
01 - Legislativa	182.554.291,23
09 - Previdência Social	66.709.692,68
03000 - Tribunal de Justiça do Estado	**1.965.268.316,40**
030001 - Tribunal de Justiça do Estado	1.757.013.419,52
02 - Judiciária	1.442.291.392,82
09 - Previdência Social	199.487.747,15
28 - Encargos Especiais	115.234.279,55
030091 - Fundo de Reaparelhamento da Justiça	208.254.896,88
02 - Judiciária	208.254.896,88
04000 - Ministério Público	**644.557.828,53**
040001 - Ministério Público	603.824.118,04
03 - Essencial à Justiça	548.088.798,79
09 - Previdência Social	55.735.319,25
040091 - Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados	813.067,33
03 - Essencial à Justiça	813.067,33
040092 - Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público SC	2.016.815,41
03 - Essencial à Justiça	2.016.815,41
040093 - Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público	37.903.827,75
03 - Essencial à Justiça	37.903.827,75
15000 - Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	**49.290.502,20**
150001 - Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	49.290.502,20

Fls. 307
TCE
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 309
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
23 - Comércio e Serviços	32.374.291,91
27 - Desporto e Lazer	13.329.756,57
230021 - Fundação Catarinense de Esporte	19.502.991,37
27 - Desporto e Lazer	19.502.991,37
230022 - Fundação Catarinense de Cultura	32.910.677,71
13 - Cultura	32.908.177,71
23 - Comércio e Serviços	2.500,00
230023 - Santa Catarina Turismo S/A	17.149.410,64
23 - Comércio e Serviços	14.042.291,22
24 - Comunicações	3.107.129,42
230093 - Fundo Estadual de Incentivo à Cultura	9.314.035,82
04 - Administração	900.000,00
13 - Cultura	8.414.035,82
230094 - Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo	2.958.519,39
23 - Comércio e Serviços	2.958.519,39
230095 - Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte	3.513.573,08
27 - Desporto e Lazer	3.513.573,08
28000 - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	**94.234.173,04**
280001 - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	43.517.409,51
08 - Assistência Social	37.367.461,17
11 - Trabalho	6.159.948,34
280022 - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	21.324.399,70
16 - Habitação	21.324.399,70
280093 - Fundo Estadual de Assistência Social	22.196.353,34
08 - Assistência Social	22.196.353,34
280098 - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	7.062.117,53
08 - Assistência Social	6.831.563,93

Fl. 308
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 310
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
270042 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos	3.473.766,16
18 - Gestão Ambiental	3.473.766,16
270095 - Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas	35.296,30
18 - Gestão Ambiental	35.296,30
41000 - Gabinete do Governador do Estado	**328.341.262,51**
410001 - Secretaria de Estado da Casa Civil	45.541.597,53
01 - Legislativa	1.231.415,25
04 - Administração	44.310.182,28
410002 - Procuradoria Geral do Estado	191.508.366,60
03 - Essencial à Justiça	191.159.941,68
10 - Saúde	347.426,92
410003 - Secretaria Executiva de Articulação Nacional	4.980.740,18
04 - Administração	4.980.740,18
410004 - Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais	2.965.502,23
07 - Relações Exteriores	2.965.502,23
410005 - Secretaria de Estado de Comunicação	72.559.440,51
18 - Gestão Ambiental	514.501,60
24 - Comunicações	72.044.938,91
410091 - Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento	10.772.166,37
03 - Essencial à Justiça	10.772.166,37
410094 - Fundo de Desenvolvimento Social	5.477,19
08 - Assistência Social	5.477,19
42000 - Gabinete do Vice-Governador do Estado	**5.230.238,01**
420001 - Gabinete do Vice-Governador do Estado	5.230.238,01
04 - Administração	5.230.238,01
43000 - Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas	**19.871.157,67**
430001 - Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas	19.871.157,67

Fl. 309
Rubrica

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 311
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
450091 - Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de SC	42.469.941,76
12 - Educação	42.469.941,76
450092 - Fundo Estadual de Educação- FEDUC	81.729.596,99
12 - Educação	81.729.596,99
47000 - Secretaria de Estado da Administração	**6.070.988.501,35**
470001 - Secretaria de Estado da Administração	152.995.313,32
04 - Administração	126.009.320,67
08 - Assistência Social	26.985.992,65
470022 - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina	97.038.402,11
09 - Previdência Social	97.038.402,11
470076 - Fundo Financeiro	5.131.856.034,00
09 - Previdência Social	5.131.856.034,00
470081 - Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	98.997.108,63
04 - Administração	98.990.648,63
12 - Educação	6.460,00
470082 - Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais	590.729.537,33
04 - Administração	590.729.537,33
470083 - Fundo Patrimonial	1.370.105,96
04 - Administração	1.370.105,96
48000 - Secretaria de Estado da Saúde	**2.963.860.713,88**
480091 - Fundo Estadual de Saúde	2.932.441.779,57
04 - Administração	2.995.521,34
10 - Saúde	2.929.446.258,23
480092 - Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde-INVESTSAUDE	31.218.934,03
10 - Saúde	31.218.934,03
52000 - Secretaria de Estado da Fazenda	**2.063.737.187,09**
520001 - Secretaria de Estado da Fazenda	457.609.252,97

Tribunal de Contas de Santa Catarina
fl. 310
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 312
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2014

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
540091 - Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	286.313,32
14 - Direitos da Cidadania	286.313,32
540092 - Fundo Rotativo da Penitenciária Sul	514.103,70
14 - Direitos da Cidadania	514.103,70
540093 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitibanos	1.390.417,04
14 - Direitos da Cidadania	1.390.417,04
540094 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	2.809.422,97
14 - Direitos da Cidadania	2.809.422,97
540095 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	4.365.451,54
14 - Direitos da Cidadania	4.365.451,54
540096 - Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina - FUPESC	744.423.808,34
04 - Administração	63.365,50
14 - Direitos da Cidadania	744.360.442,84
540097 - Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	579.537,02
14 - Direitos da Cidadania	579.537,02
540098 - Fundo Especial da Defensoria Dativa	14.864.882,89
14 - Direitos da Cidadania	14.864.882,89
55000 - Secretaria de Estado da Defesa Civil	**54.366.372,99**
550001 - Secretaria de Estado da Defesa Civil	28.809.054,73
06 - Segurança Pública	803.623,29
18 - Gestão Ambiental	28.005.431,44
550081 - Fundo Estadual da Defesa Civil	25.557.318,26
06 - Segurança Pública	24.486.152,66
18 - Gestão Ambiental	1.071.165,60
60000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itapiranga	**9.223.111,31**
600001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itapiranga	9.223.111,31
04 - Administração	1.726.534,34

Fl. 311
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 313
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
18 - Gestão Ambiental	84.497,97
20 - Agricultura	28.980,85
23 - Comércio e Serviços	7.500,00
26 - Transporte	982.936,14
27 - Desporto e Lazer	40.000,31
55000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Timbó	**10.195.344,67**
550001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Timbó	10.195.344,67
04 - Administração	2.234.995,51
06 - Segurança Pública	107.000,00
08 - Assistência Social	50.021,91
10 - Saúde	53.370,59
12 - Educação	6.300.613,87
14 - Direitos da Cidadania	24.798,10
20 - Agricultura	49.029,46
26 - Transporte	1.334.827,23
27 - Desporto e Lazer	40.000,00
67000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Braço do Norte	**15.140.813,12**
670001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Braço do Norte	15.140.813,12
04 - Administração	1.984.949,78
10 - Saúde	80.439,16
12 - Educação	6.907.506,53
20 - Agricultura	186.757,66
26 - Transporte	5.392.000,84
27 - Desporto e Lazer	109.460,15
70000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Miguel D`Oeste	**15.120.689,15**
700001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Miguel do Oeste	15.120.689,15
04 - Administração	4.158.290,30

Fl. 312
OCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 314
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
26 - Transporte	1.823.589,22
27 - Desporto e Lazer	504.157,56
73000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Chapecó	**42.317.866,70**
730001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Chapecó	42.317.866,70
04 - Administração	7.092.367,11
10 - Saúde	8.673.910,66
12 - Educação	8.728.716,53
14 - Direitos da Cidadania	16.010,16
18 - Gestão Ambiental	50.000,00
20 - Agricultura	671.713,14
26 - Transporte	16.578.346,00
27 - Desporto e Lazer	516.782,66
74000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Xanxerê	**34.728.087,82**
740001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Xanxerê	34.728.087,82
04 - Administração	7.923.119,01
10 - Saúde	5.198.240,66
12 - Educação	9.164.484,15
14 - Direitos da Cidadania	125.529,90
15 - Urbanismo	469.312,30
18 - Gestão Ambiental	277.486,37
20 - Agricultura	388.864,37
26 - Transporte	10.880.709,47
27 - Desporto e Lazer	271.339,69
75000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Concórdia	**11.662.487,02**
750001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Concórdia	11.662.487,02
04 - Administração	3.214.781,66
10 - Saúde	90.208,84

Fls. 313
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 315
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
10 - Saúde	350.787,50
12 - Educação	4.977.188,81
18 - Gestão Ambiental	50.539,54
20 - Agricultura	217.383,00
26 - Transporte	1.790.125,51
27 - Desporto e Lazer	47.849,04
79000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Caçador	**9.199.720,27**
790001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Caçador	9.199.720,27
04 - Administração	1.679.425,79
06 - Segurança Pública	92.046,98
08 - Assistência Social	149.992,65
10 - Saúde	20.316,67
12 - Educação	5.476.630,64
18 - Gestão Ambiental	0,00
20 - Agricultura	250.499,46
26 - Transporte	1.162.629,53
27 - Desporto e Lazer	368.177,63
80000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Curitibanos	**7.843.007,68**
800001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Curitibanos	7.843.007,68
04 - Administração	2.305.691,55
10 - Saúde	0,00
12 - Educação	4.470.547,51
14 - Direitos da Cidadania	140.653,66
18 - Gestão Ambiental	38.718,67
26 - Transporte	818.547,64
27 - Desporto e Lazer	72.548,70
81000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Rio do Sul	**12.485.631,86**

Fls. 314

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 316
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

ORGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
15 - Gestão Ambiental	229.350,00
20 - Agricultura	159.264,52
26 - Transporte	3.167.700,73
27 - Desporto e Lazer	284.723,18
84000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Blumenau	**16.161.552,19**
840001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Blumenau	16.161.552,19
04 - Administração	4.060.783,01
10 - Saúde	220.919,27
12 - Educação	10.073.245,57
14 - Direitos da Cidadania	368.905,65
18 - Gestão Ambiental	411.860,00
26 - Transporte	1.024.841,69
27 - Desporto e Lazer	0,00
85000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Brusque	**22.337.132,96**
850001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Brusque	22.337.132,96
04 - Administração	2.517.788,29
08 - Assistência Social	150.000,00
10 - Saúde	31.509,53
12 - Educação	8.954.177,05
14 - Direitos da Cidadania	25.711,47
18 - Gestão Ambiental	288.810,00
26 - Transporte	10.113.481,98
27 - Desporto e Lazer	276.654,64
86000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itajaí	**27.066.823,02**
860001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itajaí	27.066.823,02
04 - Administração	4.284.135,87
06 - Segurança Pública	100.000,00

Fl. 315
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 317
Rub

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES SETORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
18 - Gestão Ambiental	178.572,83
20 - Agricultura	79.936,41
26 - Transporte	4.599.203,32
27 - Desporto e Lazer	0,00
90000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Criciúma	**41.982.428,85**
900001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Criciúma	41.982.428,85
04 - Administração	9.122.896,60
08 - Assistência Social	1.964.126,18
10 - Saúde	787.712,80
12 - Educação	16.599.362,91
18 - Gestão Ambiental	100.000,00
20 - Agricultura	347.117,50
26 - Transporte	13.469.780,17
27 - Desporto e Lazer	601.432,69
91000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Araranguá	**27.850.996,77**
910001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Araranguá	27.850.996,77
04 - Administração	3.642.806,24
08 - Assistência Social	0,00
10 - Saúde	1.855.820,65
12 - Educação	10.848.379,72
14 - Direitos da Cidadania	13.949,04
20 - Agricultura	27.980,66
26 - Transporte	11.266.043,26
27 - Desporto e Lazer	98.016,66
92000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Joinville	**88.754.983,41**
920001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Joinville	38.378.040,58
04 - Administração	6.446.062,66

Fl. 316
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 318
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
08 - Assistência Social	484.042,80
10 - Saúde	754.802,13
12 - Educação	10.702.184,39
14 - Direitos da Cidadania	207.643,68
18 - Gestão Ambiental	399.000,00
20 - Agricultura	24.929,46
26 - Transporte	3.966.990,91
27 - Desporto e Lazer	362.787,04
95000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Canoinhas	**12.901.429,35**
950001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Canoinhas	12.901.429,35
04 - Administração	2.279.062,71
06 - Segurança Pública	0,00
08 - Assistência Social	193.599,68
10 - Saúde	283.109,98
12 - Educação	7.557.904,64
18 - Gestão Ambiental	710.404,30
20 - Agricultura	139.161,18
26 - Transporte	1.077.760,36
27 - Desporto e Lazer	160.430,11
96000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Lages	**39.641.587,03**
960001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Lages	39.641.587,03
04 - Administração	6.798.577,51
06 - Segurança Pública	58.500,00
08 - Assistência Social	452.024,13
10 - Saúde	9.298.837,12
11 - Trabalho	200.000,00
12 - Educação	18.158.220,13

Fls. 317
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 319
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 9 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

ÓRGÃOS / UNIDADES GESTORAS / FUNÇÕES	VALORES EMPENHADOS
20 - Agricultura	527.992,71
26 - Transporte	1.701.558,24
27 - Desporto e Lazer	141.999,04
TOTAL	**24.179.579.471,50**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.823/O-7

Fl. 318
DOR

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 320
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

TITULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.1.2.1.99.03.00	Taxa de Prevenção Contra Sinistro	1.049.907,00	1.203.711,07	153.804,07	-
1.1.2.1.99.03.00	Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Saneamento Básico	7.838.936,00	7.886.293,70	47.857,70	-
1.1.2.2.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	99.454.852,00	41.986.039,13	-	17.468.812,87
1.1.2.2.99.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	99.454.852,00	41.986.039,13	-	17.468.812,87
1.1.2.2.99.01.00	Taxa Judiciária	7.133.121,00	7.508.865,82	375.744,82	-
1.1.2.2.99.02.00	Taxa de Segurança Contra Incêndio	1.798,00	-	-	1.798,00
1.1.2.2.99.03.00	Taxa de Segurança Ostensiva Contra Delitos	817,00	-	-	817,00
1.1.2.2.99.04.00	Taxa de Segurança Preventiva	1.313.643,00	679.607,80	-	634.235,20
1.1.2.2.99.05.00	Taxa de Apossentadoria de Serventuários e Auxiliares da Justiça	-	17,00	17,00	-
1.1.2.2.99.06.00	Taxa de Registro Contrato Veículo	51.005.076,00	33.797.548,51	-	17.207.527,49
1.1.3.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	-	-	-	-
1.1.3.0.99.00.00	Outras Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
1.2.0.0.00.00.00	Receita de Contribuições	870.146.110,00	841.184.095,80	-	28.962.014,20
1.2.1.0.00.00.00	Contribuições Sociais	870.146.110,00	841.184.095,80	-	28.962.014,20
1.2.1.0.29.00.00	Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	858.974.179,00	830.127.567,74	-	28.846.611,26
1.2.1.0.29.01.00	Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência	2.126.412,00	2.047.856,54	-	78.555,46
1.2.1.0.29.07.00	Contribuição de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio de Previdência	554.309.837,00	504.925.806,04	-	49.384.030,96
1.2.1.0.29.08.00	Contribuição de Servidor Ativo Militar para o Regime Próprio de Previdência	115.135.870,00	119.756.491,48	4.616.616,48	-
1.2.1.0.29.09.00	Contribuição de Servidor Inativo Civil para o Regime Próprio de Previdência	110.883.096,00	110.073.214,05	-	809.881,95
1.2.1.0.29.10.00	Contribuição de Servidor Inativo Militar para o Regime Próprio de Previdência	34.413.724,00	49.907.138,54	15.493.414,54	-
1.2.1.0.29.11.00	Contribuição de Pensionista Civil para o Regime Próprio de Previdência	36.638.775,00	36.650.999,84	12.191,84	-
1.2.1.0.29.12.00	Contribuição de Pensionista Militar	4.703.404,00	6.084.473,08	1.381.369,08	-
1.2.1.0.29.15.00	Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos	763.096,00	682.921,09	-	80.434,91
1.2.1.0.99.00.00	Outras Contribuições Sociais	11.171.931,00	11.056.528,09	-	115.402,94

Fls. 319
TCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 321
RUBRICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.3.2.5.01.05.00	Remuneração de Depósitos Bancários -Vinc.- Manut. Desenv. Ensino - MDE	31.839.338,00	18.235.225,81	-	13.404.112,19
1.3.2.5.01.08.00	Remuneração de Depósitos Bancários-Vinc.- Salário Educação	9.812.666,00	1.525.535,18	-	8.287.182,82
1.3.2.5.01.09.00	Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Vinc. - CIDE	-	2.388.234,90	2.388.234,90	-
1.3.2.5.01.99.00	Remuneração de Outros Depósitos de Recursos Vinculados	68.331.692,00	212.701.894,50	144.370.202,50	-
1.3.2.5.02.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados	414.345.167,00	591.442.318,41	177.096.151,41	-
1.3.2.5.02.99.00	Remuneração de Outros Depósitos Bancários Recursos Não Vinculados	414.345.167,00	591.442.318,41	177.096.151,41	-
1.3.2.8.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor	85.009.827,00	64.136.887,74	-	20.872.939,26
1.3.2.8.10.00.00	Remuneração Investim. do Regime Proprio Previd. Servidor em Renda Fixa	85.009.827,00	64.136.887,74	-	20.872.939,26
1.3.2.8.10.01.00	Remuneração Depósitos Vinculados - Movimento	54.363.264,00	-	-	54.363.264,00
1.3.2.8.10.02.00	Remuneração Depósitos Vinculados - Tribunal Justiça	18.115.510,00	-	-	18.115.510,00
1.3.2.8.10.03.00	Remuneração Depósitos Vinculados - Tribunal Contas	909.694,00	-	-	909.694,00
1.3.2.8.10.04.00	Remuneração Depósitos Vinculados - Assembléia Legislativa	665.442,00	-	-	665.442,00
1.3.2.8.10.05.00	Remuneração Depósitos Vinculados - Ministério Público	2.822.472,00	-	-	2.822.472,00
1.3.2.8.10.06.00	Remuneração Depósitos Vinculados - Movimento - Fundo Financeiro	4.230.318,00	26.831.272,63	22.600.954,63	-
1.3.2.8.10.07.00	Remuneração Depósitos Vinculados - Trib. Justiça - Fundo Financeiro	888.093,00	24.888.287,09	24.000.194,09	-
1.3.2.8.10.08.00	Remuneração Depósitos Vinculados - Trib. Contas - Fundo Financeiro	439.064,00	1.558.879,41	1.119.815,41	-
1.3.2.8.10.09.00	Remuneração Depósitos Vinculados - ALESC - Fundo Financeiro	695.745,00	1.188.580,22	492.835,22	-
1.3.2.8.10.10.00	Remuneração Depósitos Vinculados - Ministério Público - Fundo Financeiro	2.194.225,00	8.333.089,71	6.138.864,71	-
1.3.2.8.10.11.00	Remuneração Depósitos Vinculados - IPREV	15.000,00	1.825.978,51	1.810.978,51	-
1.3.2.9.00.00.00	Outras Receitas de Valores Mobiliários	38.102.819,00	412.018,57	-	37.690.800,43
1.3.2.9.01.00.00	Outras Receitas de Valores Mobiliários - Adm. Direta	-	330.971,72	330.971,72	-
1.3.2.9.01.01.00	Remuneração Depósitos Bancários por Outras Entidades Não Vinc. F 0180	-	246.413,06	246.413,06	-
1.3.2.9.01.02.00	Remuneração Depósitos Bancários por Outras Entidades Vinc. F 0185	-	457,60	457,60	-

Fl. 320
PGCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 322
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

TITULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.4.2.0.00.00.00	Receita da Produção Animal e Derivados	451.485,00	441.196,17	-	10.288,83
1.4.2.0.02.00.00	Piscicultura	57.375,00	48.610,54	-	8.764,46
1.4.2.0.03.00.00	Avicultura	71.019,00	121.119,66	50.100,66	-
1.4.2.0.04.00.00	Apicultura	1.500,00	-	-	1.500,00
1.4.2.0.05.00.00	Suinocultura	27.511,00	-	-	27.511,00
1.4.2.0.06.00.00	Ovinocultura	19.486,00	7.746,61	-	11.747,39
1.4.2.0.99.00.00	Outras Receitas de Produção Animal e Derivados	274.596,00	263.681,36	-	10.914,64
1.5.0.0.00.00.00	Receita Industrial	4.112.211,00	4.088.570,67	-	23.640,33
1.5.2.0.00.00.00	Receita da Indústria da Transformação	71.693,00	31.082,25	-	40.610,75
1.5.2.0.27.00.00	Receita da Indústria de Bebidas e Destilados	71.693,00	31.082,25	-	40.610,75
1.5.3.0.00.00.00	Receita da Indústria de Construção	4.040.518,00	4.057.488,42	16.970,42	-
1.5.3.0.02.00.00	Prestação dos Mutuários	4.040.518,00	4.057.488,42	16.970,42	-
1.6.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	647.178.781,00	594.728.823,48	-	52.449.957,52
1.6.0.0.01.00.00	Serviços Comerciais	31.191.853,00	21.730.905,47	-	9.460.747,53
1.6.0.0.01.02.00	Serviços Comercial. Livros,Periódicos,Mat. Escolares e Publicidade	31.012.872,00	21.477.995,68	-	9.534.876,32
1.6.0.0.01.99.00	Outros Serviços Comerciais	178.781,00	252.909,79	74.128,79	-
1.6.0.0.03.00.00	Serviços de Transporte	27.969.921,00	14.839.837,54	-	13.130.083,46
1.6.0.0.03.01.00	Serviços de Transporte Rodoviário	22.260.256,00	10.326.514,01	-	11.933.740,99
1.6.0.0.03.06.00	Receita de Terminais Rodoviários	5.709.665,00	4.513.323,53	-	1.196.339,47
1.6.0.0.04.00.00	Serviços de Comunicação	15.537,00	71.480,64	55.943,64	-
1.6.0.0.04.02.00	Serviços de Radiodifusão	15.537,00	71.480,64	55.943,64	-
1.6.0.0.05.00.00	Serviços de Saúde	330.812.593,00	339.919.811,58	9.107.218,58	-
1.6.0.0.05.01.00	Serviços Hospitalares	3.159.840,00	1.413.340,91	-	1.746.499,09
1.6.0.0.05.05.00	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil	327.652.713,00	312.494.815,60	-	15.157.897,40
1.6.0.0.05.06.00	Serviços de Assistência à Saúde - Adesão ao Plano de Saúde	-	26.011.656,07	26.011.656,07	-
1.6.0.0.06.00.00	Serviços Portuários	60.982.813,00	42.533.709,93	-	18.449.103,07
1.6.0.0.06.01.00	Utilização da Infra Estrutura Portuária	46.440.025,00	42.533.709,93	-	3.906.315,07
1.6.0.0.06.02.00	Utilização da Infra-Estrutura Terrestre	14.542.588,00	-	-	14.542.588,00
1.6.0.0.07.00.00	Serviços de Armazenagem	42.015.922,00	34.730.152,60	-	7.285.769,40

Fl. 321
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 323
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.6.0.0.19.23.00	Ingressos de Eventos Culturais	374.940,00	368.214,91	-	6.725,09
1.6.0.0.19.24.00	Museu Nacional do Mar	32.590,00	72.264,00	39.674,00	-
1.6.0.0.20.00.00	Serviços de Consultoria, Assist. Tec. e Análises de Projetos	13.904.672,00	12.392.467,69	-	1.512.204,31
1.6.0.0.20.01.00	Consultoria Técnica	230.000,00	361.038,22	131.501,22	-
1.6.0.0.20.02.00	Análise de Solos	800.000,00	1.166.798,67	366.798,67	-
1.6.0.0.20.03.00	Análise de Água	60.000,00	118.631,77	58.631,77	-
1.6.0.0.20.05.00	Outras Análises	100.000,00	81.859,64	-	18.140,36
1.6.0.0.20.07.00	Elaboração e Supervisão de Projetos	3.178.866,00	1.425.740,71	-	1.752.925,29
1.6.0.0.20.08.00	Prestação de Assist. Tecn. e Ext. Rural	9.235.471,00	8.939.410,68	-	296.060,32
1.6.0.0.21.00.00	Serviços de Hospedagem e Alimentação	544.980,00	613.934,56	68.948,56	-
1.6.0.0.24.00.00	Serviços de Registro do Comércio	23.671.607,00	19.780.184,89	-	3.891.422,11
1.6.0.0.25.00.00	Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas	7.838,00	-	-	7.838,00
1.6.0.0.39.00.00	Serviços Veterinários	110.267,00	30.570,57	-	79.696,43
1.6.0.0.39.01.00	Serviços Laboratoriais de Animais	110.267,00	30.570,57	-	79.696,43
1.6.0.0.99.00.00	Outros Serviços	8.434.622,00	12.463.253,48	4.028.631,48	-
1.7.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	6.116.268.681,00	5.369.470.581,03	-	746.798.099,97
1.7.2.0.00.00.00	Transferências Intergovernamentais	5.412.387.137,00	4.574.604.799,41	-	837.782.337,59
1.7.2.1.00.00.00	Transferências da União	3.045.240.037,00	2.491.822.476,29	-	553.417.560,71
1.7.2.1.01.00.00	Participação na Receita da União	1.727.244.774,00	1.438.181.177,05	-	289.063.596,95
1.7.2.1.01.01.00	Cota-Parte do Fundo Participação Estado e DF	1.361.989.888,00	1.140.411.556,23	-	221.578.111,77
1.7.2.1.01.12.00	Cota-Parte do IPI - Estados Exportadores Prod. Industrial	307.425.054,00	253.397.123,42	-	54.027.930,58
1.7.2.1.01.15.00	Cota-Parte CIDE - Contrib. Intervenção no Domínio Econômico	57.731.992,00	44.388.334,73	-	13.343.457,27
1.7.2.1.01.32.00	Cotaparte Imp.s/Cp.Créd.,Câmbio, Seg ou Rel.Tit.ou Valores Mobiliários - Comerc. Ouro	108.900,00	4.282,07	-	104.097,93
1.7.2.1.22.00.00	Transferência da Compensação Financeira pr Explor. Rec. Naturais	34.383.678,00	59.515.968,49	25.430.290,49	-
1.7.2.1.22.11.00	Cota-Parte Comp. Financ. Recursos Hídricos	26.949.104,00	52.279.413,96	25.329.309,96	-
1.7.2.1.22.20.00	Cota-Parte Comp. Financ. Rec. Minerais - CFEM	4.334.580,00	4.334.122,24	99.542,24	-
1.7.2.1.22.70.00	Cota-Parte do Fundo Esp. do Petróleo-FEP	2.901.994,00	3.003.432,30	1.438,30	-
1.7.2.1.33.00.00	Transferências Recursos Sus - Repasses Fundo a Fundo	711.399.631,00	541.549.932,03	-	169.849.698,97

Fls. 322
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 324
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.7.3.0.01.01.00	Transf. Instit. Priv.-FUNDOSOCIAL-Estadual	100.736.071,00	476.279.366,38	375.543.295,38	-
1.7.3.0.01.05.00	Transf. Instit. Priv.-FUNDOSOCIAL-Municipal F. 0291	-	-	-	-
1.7.3.0.03.00.00	Transferências de Instituições Privadas - Outras - Administração Direta	-	9.013.198,37	9.013.198,37	-
1.7.3.0.05.00.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundos	252.911.541,00	173.381.286,02	-	79.530.254,98
1.7.3.0.05.01.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundo Pró-Emprego	120.000.000,00	68.324.220,40	-	51.675.779,60
1.7.3.0.05.03.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundo Educação Superior	78.953.400,00	46.226.472,79	-	32.726.927,21
1.7.3.0.05.04.00	Transferências de Agroindustrias - FDR	18.537.017,00	19.741.689,11	1.404.672,11	-
1.7.3.0.05.05.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundo Estadual de Defesa Civil	32.366.545,00	21.639.286,12	-	10.727.258,88
1.7.3.0.05.06.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundo Infância e Adolescência	529.784,00	1.307.842,19	778.058,19	-
1.7.3.0.05.07.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundo de Recuperação de Bens Lesados	-	272.541,87	272.541,87	-
1.7.3.0.05.08.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundo Estadual de Saúde	4.724.765,00	25.316.606,36	20.592.011,36	-
1.7.3.0.05.09.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundo de Melhoria da Polícia Civil	-	122.427,19	122.427,19	-
1.7.3.0.05.10.00	Transferências de Instituições Privadas-Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	-	430.000,00	430.000,00	-
1.7.3.0.06.00.00	Transferências de Instituições Privadas - FAPESC	5.981.839,00	4.348.654,92	-	1.633.184,08
1.7.3.0.06.02.00	Transferências de Empresas Produtoras de Vinho	-	3.043,92	3.043,92	-
1.7.3.0.06.05.00	Transferências de Instituições Privadas a FAPESC	5.981.839,00	4.345.611,00	-	1.636.228,00
1.7.3.0.07.00.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundações	100.000,00	5.136.271,48	5.036.271,48	-
1.7.3.0.07.02.00	Transferências de Instituições Privadas - Fundação UDESC	-	5.136.271,48	5.136.271,48	-
1.7.5.0.00.00.00	Transferências de Pessoas	233.936,00	1.124.952,91	891.016,91	-
1.7.5.0.04.00.00	Transferências de Pessoas - Fundos	233.936,00	1.104.113,02	870.177,02	-
1.7.5.0.04.01.00	Transferências de Pessoas - Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente	233.936,00	689.185,56	455.249,56	-
1.7.5.0.04.03.00	Transferências de Pessoas - Fundo de Recuperação de Bens Lesados	-	183.616,53	183.616,53	-
1.7.5.0.04.05.00	Transferências de Pessoas - Fundo de Melhoria da Polícia Civil	-	231.330,93	231.330,93	-

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA
Fl. 323
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 325
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.9.1.1.39.02.90	Multas e Juros de Fiscalização de Vig. Sanitária - Animal	-	173.946,99	173.946,99	-
1.9.1.1.41.00.00	Multas e Juros de Mora de IPVA	4.331.994,00	3.325.136,57	-	1.006.457,43
1.9.1.1.41.01.00	Multas/Juros de Mora IPVA- Estadual	2.165.802,00	1.662.571,45	-	503.230,55
1.9.1.1.41.02.00	Multas/Juros de Mora de IPVA - Municipal	2.166.192,00	1.662.585,12	-	503.226,88
1.9.1.1.42.00.00	Multas/Juros de Mora ICMS	123.507.979,00	123.084.306,67	-	9.523.492,33
1.9.1.1.42.01.00	Multas/Juros de Mora ICMS - Estadual	100.130.939,00	92.988.320,09	-	7.142.618,91
1.9.1.1.42.02.00	Multas/Juros de Mora de ICMS - Municipal	33.376.933,00	30.996.075,58	-	2.380.863,42
1.9.1.2.00.00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições	134.341,00	560.045,51	449.704,51	-
1.9.1.2.29.00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições para o Regime Próprio Prev. Servidor	134.341,00	560.045,51	449.704,51	-
1.9.1.2.29.01.00	Multas e Juros de Mora da Contribuição Patronal para o Regime Próprio Previdência	27.279,00	356.791,78	329.513,78	-
1.9.1.2.29.02.90	Multas e Juros de Mora da Contribuição Servidor para o Regime Próprio Previdência	113.063,00	323.253,73	210.190,73	-
1.9.1.3.00.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	55.384.298,00	64.460.716,55	9.099.450,55	-
1.9.1.3.14.00.00	Multas e Juros de Mora D.A de IPVA	4.082.824,00	3.697.067,54	-	385.756,46
1.9.1.3.14.01.00	Multas e Juros de Mora D.A IPVA - Estadual	2.041.420,00	1.848.544,97	-	192.875,03
1.9.1.3.14.02.00	Multas e Juros de Mora D.A IPVA-Municipal	2.041.404,00	1.848.512,57	-	192.891,43
1.9.1.3.15.00.00	Multas e Juros de Mora D.A de ICMS	50.487.896,00	58.459.305,27	7.971.309,27	-
1.9.1.3.15.01.00	Multas e Juros de Mora D.A ICMS - Estadual	37.965.233,00	43.944.415,21	5.979.480,21	-
1.9.1.3.15.02.00	Multas e Juros de Mora D.A ICMS- Municipal	12.521.961,00	14.514.760,06	1.992.629,06	-
1.9.1.3.20.00.00	Multa e Juros de Mora D.A de ITCMD	813.549,00	2.294.453,74	1.480.907,74	-
1.9.1.3.20.01.00	Multas D.A de ITCMD	201.951,00	683.719,48	681.768,48	-
1.9.1.3.20.02.00	Juros D.A da ITCMD	611.598,00	1.410.734,28	799.139,28	-
1.9.1.6.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	1.734.458,00	8.796.931,75	7.062.473,75	-
1.9.1.6.02.00.00	Multas e Juros de Mora de Arrendamentos	1.734.458,00	594.465,51	-	1.139.970,49
1.9.1.6.03.01.00	Multas e Juros de Mora de Serviços Portuários	1.734.458,00	594.465,51	-	1.139.970,49
1.9.1.6.99.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	-	8.202.446,24	8.202.446,24	-
1.9.1.9.00.00.00	Multas de Outras Origens	57.884.134,00	114.660.550,06	56.776.516,06	-
1.9.1.9.15.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	51.115.184,00	75.484.073,01	24.368.889,01	-

FL. 324
DOC

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 326
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

TITULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.9.2.2.01.00.00	Restituições de Convênios	32.035.193,00	24.010.238,14	-	8.024.916,86
1.9.2.2.01.01.00	Restituições de Convênios - FR 0100	25.000.000,00	3.080.121,96	-	21.919.878,04
1.9.2.2.01.02.50	Restituições de Convênios - FR 0124	18.909,00	1.553,44	-	17.352,56
1.9.2.2.01.04.00	Restituições de Convênios - FR 0120	-	765,00	765,00	-
1.9.2.2.01.06.00	Restituições de Convênios - FR 0128	-	35.661,58	35.661,58	-
1.9.2.2.01.12.50	Restituições de Convênios - FR 0228	1.427,00	286.306,75	284.879,75	-
1.9.2.2.01.14.00	Restituições de Convênios - FR 0121	-	14.147,51	14.147,51	-
1.9.2.2.01.21.00	Restituições de Convênios - FR 0122	-	822.527,73	822.527,73	-
1.9.2.2.01.22.00	Restituições de Convênios - FR 0201	-	2.106.107,77	2.106.107,77	-
1.9.2.2.01.23.00	Restituições de Convênios - FR 0265	458.052,00	417.984,73	-	40.067,27
1.9.2.2.01.24.00	Restituições de Convênios - FR 0262	-	846.202,62	846.202,62	-
1.9.2.2.01.25.00	Restituições de Convênios - FR 0240	-	13.410,97	13.410,97	-
1.9.2.2.01.27.00	Restituições de Convênios - FR 0129	-	118.515,94	118.515,94	-
1.9.2.2.01.28.00	Restituições de Convênios - FR 0229	-	339.287,52	339.287,52	-
1.9.2.2.01.29.00	Restituições de Convênios - FR 0263	-	203,88	203,88	-
1.9.2.2.01.30.00	Restituições de Convênios - FR 0111	-	77.929,42	77.929,42	-
1.9.2.2.01.31.00	Restituições de Convênios - FR 0101	-	16.350.061,42	16.350.061,42	-
1.9.2.2.01.32.00	Restituições de Convênios - FR 0269	8.556.770,00	-	-	8.556.770,00
1.9.2.2.07.00.00	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	28.366.327,00	113.899.148,23	85.512.821,23	-
1.9.2.2.07.01.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0101	28.000.000,00	14.589.837,83	-	9.410.162,17
1.9.2.2.07.02.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0119	-	1.381,00	1.381,00	-
1.9.2.2.07.05.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0240	57.896,00	85.577.686,29	85.519.790,29	-
1.9.2.2.07.06.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0229	128.535,00	-	-	128.535,00
1.9.2.2.07.07.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0262	-	18.814,43	18.814,43	-
1.9.2.2.07.08.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0250	-	2.749.667,76	2.749.667,76	-
1.9.2.2.07.10.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0259	156.383,00	2.229,90	-	154.153,10
1.9.2.2.07.11.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0111	-	909.488,19	909.488,19	-
1.9.2.2.07.12.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0131	-	528.639,54	528.639,54	-
1.9.2.2.07.15.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0250	-	8.041,05	8.041,05	-
1.9.2.2.07.16.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0122	-	11.101,80	11.101,80	-

Fl. 325
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 327
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
1.9.3.1.15.00.00	Receita da Dívida Ativa do ICMS	42.969.384,00	80.344.737,22	30.375.353,22	-
1.9.3.1.15.01.00	Receita da Dívida Ativa do ICMS-Estadual	37.477.049,00	60.258.580,45	22.781.531,45	-
1.9.3.1.15.02.00	Receita da Dívida Ativa do ICMS-Municipal	12.492.335,00	20.086.176,77	7.593.841,77	-
1.9.3.1.20.00.00	Receita da Dívida Ativa do ITCMD	1.306.566,00	2.325.544,95	1.018.978,95	-
1.9.3.1.20.01.00	Receita da Dívida Ativa do ITCMD	1.306.566,00	2.325.544,95	1.018.978,95	-
1.9.3.1.99.00.00	Receita Dívida Ativa de Outros Tributos	-	467,85	467,85	-
1.9.3.1.99.03.00	Receita Dívida Ativa Outros Tributos - Custas Extrajudiciais	-	467,85	467,85	-
1.9.3.2.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não Tributária	3.336.163,00	27.348.305,73	24.007.142,73	-
1.9.3.2.99.00.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas	3.336.163,00	27.348.305,73	24.007.142,73	-
1.9.3.2.99.01.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas - Principal	879.162,00	599.497,60	-	60.264,40
1.9.3.2.99.03.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas - Adm. Indireta	2.552.552,00	2.621.984,90	-	90.897,10
1.9.3.2.99.04.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas - Adm. Direta	-	23.897.376,55	23.897.376,55	-
1.9.3.2.99.09.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária - Multa Moratória/Compensatória	-	651,78	651,78	-
1.9.3.2.99.06.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária - Multa Ato Atentatório Exercício de Jurisdição	-	947,02	947,02	-
1.9.3.2.99.08.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária - Devolução de Valores Percebidos Indevidamente	-	50.699,23	50.699,23	-
1.9.3.2.99.09.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária - Multas Administrativas	5.849,00	170.068,19	164.219,19	-
1.9.9.0.00.00.00	Receitas Diversas	252.556.821,00	249.283.854,84	-	3.272.786,16
1.9.9.0.02.00.00	Receita de Ônus de Sucumbência de Ações Judiciais	14.039.545,00	15.048.342,90	1.008.797,90	-
1.9.9.0.02.01.00	Receita de Honorários Advocatícios	14.039.545,00	15.048.342,90	1.008.797,90	-
1.9.9.0.03.00.00	Receita Decorrente da Alienação de Bens Apreendidos	1.326.143,00	887.718,54	-	440.424,46
1.9.9.0.03.01.00	Receita de Leilões de Mercadorias Apreendidas	1.160.097,00	189.309,48	-	970.787,52
1.9.9.0.03.02.00	Receita de Alienação de Bens Apreendidos	166.046,00	696.412,08	530.366,08	-
1.9.9.0.21.00.00	Receita de Prêmios de Seguro	184.014,00	317.084,37	133.050,37	-
1.9.9.0.21.01.00	Receita de Prêmios de Seguros - Administração Direta	-	22.184,00	22.184,00	-
1.9.9.0.21.02.00	Receita de Prêmios de Seguros - Administração Indireta	184.014,00	294.900,37	110.886,37	-
1.9.9.0.99.00.00	Outras Receitas	237.004.919,00	233.030.729,03	-	3.974.189,97

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fls. 326
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 326
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
2.1.2.3.99.00.00	Outras Operações de Crédito Externas - Contratuais	29.513.550,00	56.111.000,00	26.597.450,00	-
2.1.2.3.99.02.00	CAF - Lei n. 15.714/1°	29.513.550,00	56.111.000,00	26.597.450,00	-
2.2.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	54.149.001,00	9.078.706,18	-	45.069.294,82
2.2.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	27.411.303,00	7.856.309,86	-	19.554.993,14
2.2.1.0.02.00.00	Alienação de Bens Móveis - Administração Indireta	7.500.000,00	-	-	7.500.000,00
2.2.1.9.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	19.911.303,00	7.856.309,86	-	12.054.993,14
2.2.1.9.01.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis - Adm. Direta	-	447.752,00	447.752,00	-
2.2.1.9.02.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis - Adm. Indireta	19.911.303,00	7.408.557,86	-	12.502.745,14
2.2.2.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	26.737.698,00	1.222.396,32	-	25.514.301,68
2.2.2.5.00.00.00	Alienação de Imóveis Urbanos	26.737.698,00	849.400,00	-	25.887.298,00
2.2.2.5.02.00.00	Alienação de Imóveis Urbanos - Adm. Indireta	26.737.698,00	849.400,00	-	25.887.298,00
2.2.2.9.00.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis	-	372.996,32	372.996,32	-
2.2.2.9.01.00.00	Alienação de Outros Bens Imóveis - Adm. Direta	-	372.996,32	372.996,32	-
2.3.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos	12.905.647,00	23.349.837,90	10.444.190,90	-
2.3.0.0.70.00.00	Outras Amortizações de Empréstimos	-	12.379.773,90	12.379.773,90	-
2.3.0.0.70.02.00	Amortização de Empréstimos - Em Contratos	-	12.379.773,90	12.379.773,90	-
2.3.0.0.99.00.00	Amortização de Financiamentos Diversos	12.905.647,00	10.970.063,90	-	1.935.583,10
2.3.0.0.99.02.00	Amortização de Financiamentos Diversos - Adm. Indireta	12.905.647,00	10.900.685,99	-	1.704.961,01
2.3.0.0.99.04.00	Amortização de Financiamentos Águas do Campo - FDR	-	169.377,91	169.377,91	-
2.4.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	22.423.140,00	57.023.693,59	34.600.553,59	-
2.4.2.0.00.00.00	Transferências Intergovernamentais	9.509.695,00	4.841.239,64	-	4.868.455,36
2.4.2.1.00.00.00	Transferências da União	9.509.695,00	4.841.239,64	-	4.868.455,36
2.4.2.1.01.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	9.509.695,00	4.636.460,00	-	4.873.235,00
2.4.2.1.01.01.00	Bloco Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	9.509.695,00	4.636.460,00	-	4.873.235,00
2.4.2.1.99.00.00	Outras Transferências da União	-	4.779,64	4.779,64	-
2.4.2.1.99.02.00	Outras Transferências da União - Adm. Indireta	-	4.779,64	4.779,64	-
2.4.3.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	-	290.581,69	290.581,69	-
2.4.3.0.02.00.00	Transferências de Instituições Privadas - Adm. Indireta	-	290.581,69	290.581,69	-
2.4.7.0.00.00.00	Transferências de Convênios	12.913.445,00	51.891.875,25	38.978.430,25	-

Fl. 327
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls 329
Rub

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
7.6.0.0.00.00.00	Serviços de Saúde	247.724.606,00	224.414.199,28	-	23.310.407,72
7.6.0.0.05.01.00	Serviços Hospitalares	-	383.340,49	383.340,49	-
7.6.0.0.05.05.00	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil	247.724.606,00	224.050.857,79	-	23.673.748,21
7.6.0.0.16.00.00	Serviços Educacionais	902.865,00	196.427,16	-	706.437,84
7.6.0.0.16.07.00	Serviços Educacionais o Taxas e Emolumentos - ENA	902.865,00	196.427,16	-	706.437,84
7.9.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	92.498.174,00	89.017.548,68	-	3.480.625,32
7.9.1.0.00.00.00	Multas e Juros de Mora	-	64,32	64,32	-
7.9.1.2.00.00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições	-	64,32	64,32	-
7.9.1.2.29.00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições para o Regime Próprio Prev. Servidor	-	64,32	64,32	-
7.9.1.2.29.01.00	Multas e Juros de Mora da Contribuição Patronal para o Regime Próprio Previdência	-	64,32	64,32	-
7.9.2.0.00.00.00	Indenizações e Restituições	92.498.174,00	89.017.484,36	-	3.480.689,64
7.9.2.2.00.00.00	Restituições	92.498.174,00	89.017.484,36	-	3.480.689,64
7.9.2.2.07.00.00	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	-	5.348.260,62	5.348.260,62	-
7.9.2.2.07.01.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0101	-	716.860,15	716.860,15	-
7.9.2.2.07.04.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - Fonte 0.111	-	178.280,23	178.280,23	-
7.9.2.2.07.05.00	Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0240	-	975.823,77	975.823,77	-
7.9.2.2.07.35.00	Recup.Desp.Exerc.Anteriores - Ressarcimento de Pessoal Cedido	-	3.478.326,47	3.478.326,47	-
7.9.2.2.99.00.00	Outras Restituições	92.498.174,00	83.669.223,74	-	8.828.950,26
7.9.2.2.99.20.00	Ressarcimento Correios - Administração Indireta - F. 0269	16.477.411,00	15.316.280,53	838.674,53	-
7.9.2.2.99.21.00	Ressarcimento CIASC - Administração Indireta - F. 0299	2.982.363,00	1.643.194,67	-	1.339.168,33
7.9.2.2.99.23.00	Ressarcimento Rede Lógica - Administração Indireta - F. 0299	75.038.200,00	43.833.554,79	-	31.204.645,21
7.9.2.2.99.26.00	Ressarcimento de Despesas com SC Saúde - Adm. Indireta - F. 0269	-	-	-	-
7.9.2.2.99.28.00	Ressarcimento de Despesas FR 0298	-	135.293,07	135.293,07	-
7.9.2.2.99.29.00	Ressarcimento BNDES - Programa PMAE/SPED - F. 0.101	-	435.696,66	435.696,66	-
7.9.2.2.99.30.00	Ressarcimento Diversos - Adm. Direta - F. 0169	-	5.304.300,00	5.304.300,00	-
7.9.2.2.99.33.00	Ressarcimento de Pessoal Cedido	-	13.586.162,94	13.586.162,94	-
7.9.2.2.99.36.00	Ressarcimento Obras do Pacto - F. 0101	-	3.612.400,66	3.612.400,66	-
7.9.2.2.99.37.00	Ressarcimento de Precatórios ao Tesouro	-	832.330,10	832.330,10	-

Fl. 328
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 330
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

TITULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
9.1.2.1.17.02.00	*Ded. Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Animal	-	(2.292,15)	-	2.292,15
9.1.2.1.99.00.00	Ded. Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	(17.984,00)	(37.765,14)	-	20.181,14
9.1.2.1.99.01.00	Ded. Taxa de Serviços Gerais	(17.984,00)	(37.765,14)	-	20.181,14
9.1.2.2.00.00.00	Dedução de Taxas pela Prestação de Serviços	-	(162,00)	-	162,00
9.1.2.2.99.00.00	Ded. Outras Taxas pela Prestação de Serviços	-	(162,00)	-	162,00
9.1.2.2.99.04.00	*Ded. Taxa de Segurança Preventiva	-	(162,00)	-	162,00
9.2.0.0.00.00.00	Dedução da Receita de Contribuições	-	(10.412.878,42)	-	10.412.878,42
9.2.1.0.00.00.00	Dedução das Contribuições Sociais	-	(10.412.878,42)	-	10.412.878,42
9.2.1.0.29.00.00	Dedução das Contribuições para o Regime Próprio de Previd. Servidor Pública	-	(10.108.538,63)	-	10.108.538,63
9.2.1.0.29.01.00	Dedução da Contrib. Patronal para o Regime Próprio Previdência	-	(4.435.127,32)	-	4.435.127,32
9.2.1.0.29.07.00	Dedução da Contribuição de Servidor Ativo RPPS	-	(2.877.740,57)	-	2.877.740,57
9.2.1.0.29.08.00	*Dedução - Contribuição de Servidor Ativo Militar	-	(9.553,83)	-	9.553,83
9.2.1.0.29.09.00	Dedução - Contribuição de Servidor Inativo RPPS	-	(1.867.998,00)	-	1.867.998,00
9.2.1.0.29.10.00	*Dedução de Contribuição de Servidor Inativo Militar	-	(437.115,55)	-	437.115,55
9.2.1.0.29.11.00	Dedução de Contribuição de Pensionista RPPS	-	(394.231,60)	-	394.231,60
9.2.1.0.29.12.00	*Dedução da Contribuição de Pensionista Militar	-	(87.771,76)	-	87.771,76
9.2.1.0.99.00.00	Ded. Outras Contribuições Sociais	-	(304.339,79)	-	304.339,79
9.2.1.0.99.09.00	Ded. Outras Contribuições Previdenciárias	-	(304.339,79)	-	304.339,79
9.3.0.0.00.00.00	Dedução Receita Patrimonial	(12.582,00)	(52.527.244,45)	-	52.514.662,45
9.3.2.0.00.00.00	Dedução da Receitas de Valores Mobiliários	(12.582,00)	(52.460.730,32)	-	52.448.148,32
9.3.2.5.00.00.00	Dedução da Remuneração de Depósitos Bancários	(12.582,00)	(52.460.730,32)	-	52.448.148,32
9.3.2.5.01.00.00	Dedução da Remuneração de Depósitos Bancários - Vinculados	(12.582,00)	(299.869,82)	-	354.287,82
9.3.2.5.01.03.00	*Ded. da Rem. de Depósitos Bancários Vinc. Fundo de Saúde	-	(202.203,82)	-	202.203,82
9.3.2.5.01.05.00	*Ded. Remuneração de Depósitos Bancários-Vinc.- Manut. Desenv. Ensino - MDE	-	(13.662,79)	-	13.662,79
9.3.2.5.01.99.00	Ded. Remuneração de Outros Depósitos de Recursos Vinculados	(12.582,00)	(51.003,41)	-	38.421,41
9.3.2.5.02.00.00	Dedução da Remuneração de Depósitos Bancários - Não Vinculados	-	(52.193.860,50)	-	52.193.860,50
9.3.2.5.02.01.00	*Ded. Remuneração de Depósitos de Poupança	-	-	-	-
9.3.2.5.02.99.00	Ded. de Rem. de Outros Depósitos Bancários Não Vinc.	-	(52.193.860,50)	-	52.193.860,50

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fls. 329
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 331
Rub

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

TÍTULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
9.7.2.0.00.00.00	Transferências Intergovernamentais	(409.600.892,00)	(351.769.322,45)	57.831.529,55	-
9.7.2.1.00.00.00	Transferências da União	(409.600.892,00)	(391.181.966,04)	58.418.183,96	-
9.7.2.1.01.00.00	Participação na Receita da União	(395.387.895,00)	(340.533.218,32)	54.854.736,68	-
9.7.2.1.01.01.00	*Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEB - FPE	(272.397.934,00)	(226.062.310,96)	44.335.623,04	-
9.7.2.1.01.12.00	Dedução da Receita - Cota-Parte IPI Exportação	(122.970.021,00)	(101.356.848,68)	21.611.172,32	-
9.7.2.1.01.13.00	Dedução Cota-Parte Cide	-	(11.092.058,68)	-	11.092.058,68
9.7.2.1.33.00.00	Ded. Transf. Recursos SUS - Repasses Fundo a Fundo	-	(143.000,00)	-	143.000,00
9.7.2.1.33.12.00	Ded. Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	-	(110.000,00)	-	110.000,00
9.7.2.1.33.99.00	*Dedução Outras Transferência Fundo a Fundo	-	(33.000,00)	-	33.000,00
9.7.2.1.36.00.00	*Ded. Rec. p/ Formação FUNDEB - ICMS Deson. LC 87/96	(14.232.997,00)	(10.504.581,72)	3.728.315,28	-
9.7.2.1.99.00.00	Ded. Outras Transferências da União	-	(868,00)	-	868,00
9.7.2.1.99.99.00	*Ded. Outras Transferências da União - Situação de Emergência e Calamidade F. 0232	-	(868,00)	-	868,00
9.7.2.4.00.00.00	Transferências Multigovernamentais	-	(467.654,41)	-	467.654,41
9.7.2.4.01.00.00	Ded. Transferências de Recursos do FUNDEB	-	(467.654,41)	-	467.654,41
9.7.3.0.00.00.00	Dedução das Transferências de Instituições Privadas	-	(381.331,62)	-	381.331,62
9.7.3.0.01.00.00	Dedução da Transf. Instit. Privadas-FUNDOSOCIAL	-	(355.763,37)	-	355.763,37
9.7.3.0.01.01.00	Ded. Transf. Instit. Priv.-FUNDOSOCIAL-Estadual	-	(355.763,37)	-	355.763,37
9.7.3.0.01.05.00	Dedução da Transf. Instit. Priv.-FSOCIAL-Munic. F.0261	-	-	-	-
9.7.3.0.03.00.00	Dedução Transferências de Instituições Privadas - Outras Administração Direta	-	(19.950,07)	-	19.950,07
9.7.3.0.05.00.00	Dedução Transferências de Instituições Privadas - Fundos	-	(5.610,13)	-	5.610,13
9.7.3.0.05.01.00	*Ded. Transferências de Instituições Privadas-Fundo Pró-Emprego	-	(4.915,66)	-	4.915,66
9.7.3.0.05.03.00	*Ded. Transferências de Instituições Privadas-Fundo Educ. Superior	-	(74,33)	-	74,33
9.7.3.0.05.05.00	*Ded. Transferências de Instituições Privadas-Fundo Estadual da Defesa Civil	-	(619,14)	-	619,14
9.7.3.0.07.00.00	Ded. Transferências de Instituições Privadas - Fundações	-	(8,25)	-	8,25
9.7.3.0.07.02.00	Ded. Transferências de Instituições Privadas - Fundação UDESC	-	(8,25)	-	8,25
9.7.6.0.00.00.00	Transferências de Convênios	-	(500.000,00)	-	500.000,00
9.7.6.1.00.00.00	Transferências de convênios da União e suas entidades	-	(500.000,00)	-	500.000,00

Fl. 330
303
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 332
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

TITULOS		ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA +	DIFERENÇA PARA -
9.9.1.3.20.00.00	Ded. Multa e Juros de Mora D.A de ITCMD	(162.707,00)	(459.887,41)	-	296.180,41
9.9.1.3.20.01.00	*Ded. Multas/Juros D.A de ITCMD - FUNDEB	(162.707,00)	(459.887,41)	-	296.180,41
9.9.1.3.20.03.00	Ded. Multas/Juros D.A.ITCMD- Restituições do Estado - Processos	-	-	-	-
9.9.1.9.00.00.00	Ded. Multas de Outras Origens	-	(1.570.006,14)	-	1.570.006,14
9.9.1.9.15.00.00	Ded.Multas de Infração a Legislação de Trânsito	-	(1.539.925,25)	-	1.539.925,25
9.9.1.9.15.01.00	Ded.Multas de Infração a Legislação de Trânsito	-	(1.539.925,25)	-	1.539.925,25
9.9.1.9.48.00.00	*Ded. Multa Aplicadas pelos Tribunais de Contas	-	(11.236,52)	-	11.236,52
9.9.1.9.50.00.00	Ded. Multas por Auto de Infração	-	(7.679,25)	-	7.679,25
9.9.1.9.50.01.00	*Ded. Multas por Auto de Infração - Ad. Direta	-	(1.920,00)	-	1.920,00
9.9.1.9.50.02.00	*Ded. Multas por Auto de Infração - Ad. Indireta	-	(5.759,25)	-	5.759,25
9.9.1.9.99.00.00	Dedução Outras Multas	-	(11.265,12)	-	11.265,12
9.9.1.9.99.01.00	*Ded. Outras Multas - Administração Direta	-	(1.949,57)	-	1.949,57
9.9.1.9.99.02.00	*Ded. Outras Multas - Administração Indireta	-	(9.315,55)	-	9.315,55
9.9.2.0.00.00.00	Indenizações e Restituições	-	(11.246,69)	-	11.246,69
9.9.2.1.00.00.00	Dedução de Indenizações	-	(1.774,94)	-	1.774,94
9.9.2.1.99.00.00	Dedução de Outras Indenizações	-	(1.774,94)	-	1.774,94
9.9.2.1.99.01.00	Ded. Outras Indenizações - Administração Direta	-	(1.367,30)	-	1.367,30
9.9.2.1.99.06.00	Ded. Outras Indenizações - Administração Direta FR 0.159	-	(407,64)	-	407,64
9.9.2.2.00.00.00	Restituições	-	(9.471,95)	-	9.471,95
9.9.2.2.07.00.00	Dedução Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	-	(9.471,95)	-	9.471,95
9.9.2.2.07.28.00	Ded. Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores - FR 0250	-	(9.471,95)	-	9.471,95
9.9.3.0.00.00.00	Dedução da Receita da Dívida Ativa	(24.037.810,00)	(34.930.942,64)	-	10.893.023,64
9.9.3.1.00.00.00	Ded. Receita da Dívida Ativa Tributária	(23.995.596,00)	(34.891.823,33)	-	10.896.227,33
9.9.3.1.07.00.00	*Ded. Receita da Dívida Ativa da Custas Judiciais	-	(10.858,46)	-	10.858,46
9.9.3.1.14.00.00	Ded. Receita da Dívida Ativa do IPVA	(3.583.574,00)	(2.039.899,48)	1.563.189,52	-
9.9.3.1.14.01.00	*Ded. Receita Dívida Ativa IPVA- FUNDEB	(592.287,00)	(383.513,75)	228.773,25	-
9.9.3.1.14.02.00	*Ded. Receita Dívida Ativa IPVA-Municipal	(2.962.561,00)	(1.818.002,42)	1.144.078,58	-
9.9.3.1.14.03.00	Ded. Receita Dívida Ativa IPVA - Restituição do Estado - Processos	(5.706,00)	(11.348,41)	-	2.640,41
9.9.3.1.14.07.00	Ded. Receita Dívida Ativa IPVA- Restituição do FUNDEB - Processos	-	(2.836,00)	-	2.836,93

Fl. 331

ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 333
Rub.

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

Notas Explicativas
002 - São consideradas as receitas arrecadadas brutas.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

GILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.825/O-7

FL. 332

ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 334
Rub

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.500.000,00	-	1.500.000,00	594.366,25	905.633,75
98 - Ressarcimento Despesa Pessoal Requisitado	6.666.000,00	-	6.666.000,00	6.529.310,73	136.689,27
2 - Juros e Encargos da Dívida	825.915.338,54	-	825.915.338,54	671.254.327,44	154.661.011,10
90 - Aplicações Diretas	825.915.338,54	-	825.915.338,54	671.254.327,44	154.661.011,10
21 - Juros sobre a Dívida por Contrato	747.279.532,78	-	747.279.532,78	627.114.059,83	120.165.472,95
22 - Outros Encargos sobre Dívida por Contrato	64.292.112,76	-	64.292.112,76	44.140.267,61	20.151.845,15
25 - Encarg. s/Operações Créd. Antecipação Receita	14.343.693,00	-	14.343.693,00	-	14.343.693,00
3 - Outras Despesas Correntes	8.047.759.216,42	55.254.225,34	8.103.013.441,76	6.329.409.712,82	1.773.603.728,94
20 - Transferências a União	372.527,87	-	372.527,87	-	372.527,87
41 - Contribuições	-	-	-	-	-
22 - Execução Orçamentária Delegada à União	-	-	-	-	-
39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	-	-	-	-	-
40 - Transferências a Municípios	101.484.888,34	-	101.484.888,34	64.041.415,13	37.443.473,21
41 - Contribuições	2.500.000,00	-	2.500.000,00	-	2.500.000,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	256.626,30	-	256.626,30	-	256.626,30
41 - Transferências a Municípios Fundo a Fundo	175.010.523,86	33.747.129,10	208.757.652,96	172.240.082,44	36.517.570,52
41 - Contribuições	5.178.164,49	-	5.178.164,49	4.163.164,49	1.015.000,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	-	20.117.755,41	20.117.755,41	-	20.117.755,41
42 - Execução Orçamentária Delegada aos Municípios	124.493.870,77	-	124.493.870,77	94.583.570,61	30.080.300,16
39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	22.934.345,01	-	22.934.345,01	5.376.290,80	17.558.054,21
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.560.633,64	-	1.560.633,64	1.560.633,62	0,02

Fls. 333

ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 335
Rub.

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
37 - Locação de Mão-de-Obra	50.372.300,00	-	50.372.300,00	44.058.255,81	6.314.044,19
38 - Arrendamento Mercantil	81.452,25	-	81.452,25	15.342,25	66.110,00
39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	80.824.396,92	-	80.824.396,92	51.509.031,05	29.315.365,87
46 - Auxílio-Alimentação	48.800.000,00	-	48.800.000,00	39.065.100,93	9.734.899,07
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	650.000,00	-	650.000,00	359.126,60	290.873,40
48 - Outros Auxílios Financeiros Pessoas Físicas	328.078,04	-	328.078,04	-	328.078,04
49 - Auxílio-Transporte	200.000,00	-	200.000,00	137.700,00	62.300,00
59 - Pensões Especiais	38.099.652,76	-	38.099.652,76	38.099.578,43	21.074,33
67 - Depósitos Compulsórios	10.000,00	-	10.000,00	7.197,90	2.802,10
91 - Sentenças Judiciais	60.000.000,00	-	60.000.000,00	45.271.366,37	14.728.633,63
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.795.000,00	-	1.795.000,00	283.149,78	1.511.850,22
93 - Indenizações e Restituições	14.377.693,00	-	14.377.693,00	9.188.952,25	5.188.740,75
91 - Aplicação Direta Decor de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades	360.669.364,64	-	360.669.364,64	315.063.829,30	45.605.535,34
13 - Obrigações Patronais	2.760.000,00	-	2.760.000,00	2.195.691,43	564.308,57
30 - Material de Consumo	93.000,00	-	93.000,00	-	93.000,00
32 - Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita	25.600,00	-	25.600,00	10.600,00	15.000,00
39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	200.000,00	-	200.000,00	75.000,00	125.000,00
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	10.000,00	-	10.000,00	7.500,00	2.500,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	212.000,00	-	212.000,00	139.590,26	72.409,74
93 - Indenizações e Restituições	360.000,00	-	360.000,00	-	360.000,00
4 - Despesas de Capital	4.768.976.018,73	65.525.586,11	4.834.501.604,84	2.480.938.394,85	2.353.563.209,99
4 - Investimentos	3.934.038.877,09	40.925.586,11	3.974.964.463,20	1.817.411.602,32	2.157.152.860,88

Fl. 334

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 336
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO GERAL
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
91 - Aplicação Direta Decor. de Operação entre Orgãos, Fundos e Entidades	3.907.814,33	-	3.907.814,33	3.159.277,64	748.536,69
52 - Equipamentos e Material Permanente	126.000,00	-	126.000,00	-	126.000,00
93 - Indenizações e Restituições	1.500.000,00	-	1.500.000,00	1.500.000,00	-
5 - Inversões Financeiras	71.034.883,91	-	71.034.883,91	52.706.137,21	18.328.746,70
90 - Aplicações Diretas	71.034.883,91	-	71.034.883,91	52.706.137,21	18.328.746,70
51 - Aquisição de Imóveis	132.967,00	-	132.967,00	-	132.967,00
60 - Const. ou Aumento de Capital de Empresas	40.769.647,85	-	40.769.647,85	40.662.241,50	107.406,35
69 - Concessão de Empréstimos e Financiam.	1.868.814,49	-	1.868.814,49	-	1.868.814,49
6 - Amortização da Dívida	763.902.257,73	25.000.000,00	788.902.257,73	610.790.655,32	178.111.602,41
90 - Aplicações Diretas	763.902.257,73	25.000.000,00	788.902.257,73	610.790.655,32	178.111.602,41
71 - Principal da Dívida Contrat. Resgatado	742.962.857,73	-	742.962.857,73	608.954.284,26	134.008.573,47
79 - Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada	4.586.540,00	-	4.586.540,00	-	4.586.540,00
77 - Principal Corrigido Dívida Contrat. Refinanc.	16.353.060,00	-	16.353.060,00	-	16.353.060,00
93 - Indenizações e Restituições	-	25.000.000,00	25.000.000,00	1.836.371,06	23.163.628,94
8 - Reserva de Contingência	-	-	-	-	-
9 - Reserva de Contingência	-	-	-	-	-
99 - Reserva de Contingência RPPS	-	-	-	-	-
99 - Reserva de Contingência RPPS	-	-	-	-	-
TOTAL	29.418.640.859,02	120.779.811,48	29.539.420.670,47	24.179.579.471,50	5.359.841.198,97

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Fl. 335

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 337
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
10001 - Assembléia Legislativa do Estado	963.525.286,92	-	963.525.286,92	975.985.015,74	(12.359.728,82)
3 - Despesas Correntes	948.975.074,92	-	948.975.074,92	971.601.006,33	(22.775.931,41)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	314.960.837,00	-	314.960.837,00	409.315.224,32	(94.354.387,32)
3 - Outras Despesas Correntes	633.914.237,92	-	633.914.237,92	562.335.782,01	71.578.455,91
4 - Despesas de Capital	14.750.212,00	-	14.750.212,00	4.384.009,41	10.416.202,59
4 - Investimentos	14.617.645,00	-	14.617.645,00	4.384.009,41	10.283.635,59
5 - Inversões Financeiras	132.567,00	-	132.567,00	-	132.567,00
20001 - Tribunal de Contas do Estado	236.343.024,00	-	236.343.024,00	249.263.963,91	(12.920.939,91)
3 - Despesas Correntes	228.143.024,00	-	228.143.024,00	243.946.875,13	(15.803.851,13)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	170.411.024,00	-	170.411.024,00	201.832.854,27	(31.421.830,27)
3 - Outras Despesas Correntes	57.732.000,00	-	57.732.000,00	42.114.020,86	15.617.979,14
4 - Despesas de Capital	8.200.000,00	-	8.200.000,00	5.317.108,78	2.882.891,22
4 - Investimentos	8.200.000,00	-	8.200.000,00	5.317.108,78	2.882.891,22
30001 - Tribunal de Justiça do Estado	2.071.993.642,91	-	2.071.993.642,91	1.757.013.419,52	314.580.223,39
3 - Despesas Correntes	2.010.833.408,66	-	2.010.833.408,66	1.723.808.615,77	287.024.792,89
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.512.436.781,97	-	1.512.436.781,97	1.354.603.049,85	157.833.732,12
3 - Outras Despesas Correntes	498.396.626,69	-	498.396.626,69	369.205.565,92	129.191.060,77
4 - Despesas de Capital	60.720.234,25	-	60.720.234,25	33.204.803,75	27.515.430,50
4 - Investimentos	60.720.234,25	-	60.720.234,25	33.204.803,75	27.515.430,50
5 - Inversões Financeiras	10.000,00	-	10.000,00	-	10.000,00
30091 - Fundo de Reaparelhamento da Justiça	264.942.698,30	700.000,00	265.642.698,30	208.254.896,88	57.387.801,42
3 - Despesas Correntes	189.843.778,24	-	189.843.778,24	154.931.292,24	34.912.486,00
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.113.000,00	-	6.113.000,00	4.197.597,52	1.952.402,48
3 - Outras Despesas Correntes	183.733.778,24	-	183.733.778,24	150.773.694,72	32.960.083,52
4 - Despesas de Capital	75.099.920,06	700.000,00	75.799.920,06	53.323.604,64	22.476.315,42
4 - Investimentos	75.099.920,06	700.000,00	75.799.920,06	53.323.604,64	22.476.315,42

Fl. 336
DOC

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 338
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
150001 - Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	45.330.341,52	-	45.330.341,52	45.290.562,20	39.779,32
3 - Despesas Correntes	44.911.653,54	-	44.911.653,54	44.871.874,22	39.779,32
1 - Pessoal e Encargos Sociais	26.575.732,31	-	26.575.732,31	26.570.471,94	5.260,37
3 - Outras Despesas Correntes	18.335.921,23	-	18.335.921,23	18.301.402,28	34.518,95
4 - Despesas de Capital	418.687,98	-	418.687,98	418.687,98	-
4 - Investimentos	418.687,98	-	418.687,98	418.687,98	-
160084 - Fundo de Melhoria da Polícia Civil	551.005.760,88	-	551.005.760,88	520.701.837,59	30.303.923,29
3 - Despesas Correntes	539.427.133,90	-	539.427.133,90	519.031.006,34	20.426.127,56
1 - Pessoal e Encargos Sociais	421.688.201,61	-	421.688.201,61	420.441.127,71	1.247.073,90
3 - Outras Despesas Correntes	117.738.932,29	-	117.738.932,29	98.589.978,63	19.179.053,66
4 - Despesas de Capital	11.578.626,98	-	11.578.626,98	1.700.831,25	9.877.795,73
4 - Investimentos	11.578.626,98	-	11.578.626,98	1.700.831,25	9.877.795,73
160085 - Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	361.727.993,15	230.000,00	361.957.993,15	351.719.866,73	10.238.126,42
3 - Despesas Correntes	357.259.258,74	230.000,00	357.489.258,74	349.957.895,91	7.531.362,83
1 - Pessoal e Encargos Sociais	268.515.754,61	-	268.515.754,61	267.276.797,91	1.238.956,70
3 - Outras Despesas Correntes	88.743.504,13	230.000,00	88.973.504,13	82.681.098,00	6.292.406,13
4 - Despesas de Capital	4.468.734,41	-	4.468.734,41	1.761.970,82	2.706.763,59
4 - Investimentos	4.468.734,41	-	4.468.734,41	1.761.970,82	2.706.763,59
160091 - Fundo para Melhoria da Segurança Pública	473.484.642,40	-	473.484.642,40	340.619.426,45	132.865.215,95
3 - Despesas Correntes	350.643.623,09	-	350.643.623,09	286.140.199,25	64.503.423,84
1 - Pessoal e Encargos Sociais	124.617.759,28	-	124.617.759,28	123.319.837,44	1.297.921,84
3 - Outras Despesas Correntes	226.025.863,80	-	226.025.863,80	162.820.361,81	63.205.501,99
4 - Despesas de Capital	122.841.019,32	-	122.841.019,32	54.479.227,20	68.361.792,12
4 - Investimentos	122.841.019,32	-	122.841.019,32	54.479.227,20	68.361.792,12
160097 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar	1.421.932.014,68	-	1.421.932.014,68	1.377.834.000,40	44.098.014,48

Fl. 337

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 339
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.251.351,64	-	5.251.351,64	5.219.042,79	32.308,85
3 - Outras Despesas Correntes	18.984.721,92	-	18.984.721,92	14.236.326,98	4.748.394,94
4 - Despesas de Capital	1.165.577,00	-	1.165.577,00	47.621,60	1.117.955,40
4 - Investimentos	1.165.577,00	-	1.165.577,00	47.621,60	1.117.955,40
230002 - Fundação Catarinense de Cultura	33.259.090,69	-	33.259.090,69	32.910.877,71	348.213,18
3 - Despesas Correntes	31.847.417,36	-	31.847.417,36	32.043.362,98	(195.945,62)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.765.787,14	-	12.765.787,14	12.670.594,68	95.192,46
3 - Outras Despesas Correntes	19.081.630,22	-	19.081.630,22	19.372.768,30	(291.138,08)
4 - Despesas de Capital	1.411.673,53	-	1.411.673,53	867.514,73	544.158,80
4 - Investimentos	1.411.673,53	-	1.411.673,53	867.514,73	544.158,80
230023 - Santa Catarina Turismo SA	13.748.916,48	-	13.748.916,48	17.149.410,64	(3.400.494,16)
3 - Despesas Correntes	13.498.756,48	-	13.498.756,48	16.919.783,70	(3.421.027,22)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.891.012,22	-	4.891.012,22	4.878.490,74	12.521,48
3 - Outras Despesas Correntes	8.605.744,26	-	8.605.744,26	12.041.292,96	(3.435.548,70)
4 - Despesas de Capital	252.160,00	-	252.160,00	229.626,94	22.533,06
4 - Investimentos	252.160,00	-	252.160,00	229.626,94	22.533,06
230093 - Fundo Estadual de Incentivo à Cultura	9.461.000,00	-	9.461.000,00	6.314.025,62	3.146.974,38
3 - Despesas Correntes	9.090.840,00	-	9.090.840,00	5.164.060,28	3.926.779,72
3 - Outras Despesas Correntes	9.090.840,00	-	9.090.840,00	5.164.060,28	3.926.779,72
4 - Despesas de Capital	370.160,00	-	370.160,00	1.149.965,54	(779.805,54)
4 - Investimentos	370.160,00	-	370.160,00	1.149.965,54	(779.805,54)
230094 - Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo	5.751.000,00	-	5.751.000,00	2.958.519,39	2.792.480,61
3 - Despesas Correntes	5.290.421,62	-	5.290.421,62	2.826.711,50	2.463.710,12
3 - Outras Despesas Correntes	5.290.421,62	-	5.290.421,62	2.826.711,50	2.463.710,12
4 - Despesas de Capital	460.578,38	-	460.578,38	131.807,89	328.770,49
4 - Investimentos	460.578,38	-	460.578,38	131.807,89	328.770,49

Fl. 338

ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 340
Rub.

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Despesas de Capital	-	-	-	-	-
4 - Investimentos	-	-	-	-	-
260095 - Fundo Estadual de Artesanato e da Economia Solidária	-	-	-	-	-
3 - Despesas Correntes	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
260099 - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	56.922.272,80	-	56.922.272,80	7.092.117,53	49.860.155,27
4 - Despesas de Capital	56.922.272,80	-	56.922.272,80	7.092.117,53	49.860.155,27
4 - Investimentos	56.922.272,80	-	56.922.272,80	7.092.117,53	49.860.155,27
260228 - Fundo para a Infância e Adolescência	2.255.925,42	-	2.255.925,42	133.932,96	2.121.992,46
3 - Despesas Correntes	2.246.925,36	-	2.246.925,36	124.932,90	2.121.992,46
3 - Outras Despesas Correntes	2.246.925,36	-	2.246.925,36	124.932,90	2.121.992,46
4 - Despesas de Capital	9.000,06	-	9.000,06	9.000,06	-
4 - Investimentos	9.000,06	-	9.000,06	9.000,06	-
270001 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	41.631.729,32	-	41.631.729,32	21.504.897,90	20.126.831,42
3 - Despesas Correntes	32.578.438,50	-	32.578.438,50	21.499.781,80	11.078.656,60
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.300.076,65	-	9.300.076,65	9.295.980,62	4.096,03
3 - Outras Despesas Correntes	23.278.361,85	-	23.278.361,85	12.203.801,28	11.074.560,57
4 - Despesas de Capital	9.053.290,82	-	9.053.290,82	5.116,00	9.048.174,82
4 - Investimentos	9.053.290,82	-	9.053.290,82	5.116,00	9.048.174,82
270021 - Fundação do Meio Ambiente	65.411.418,95	-	65.411.418,95	57.722.486,05	27.688.932,90
3 - Despesas Correntes	60.032.007,89	-	60.032.007,89	57.226.357,18	32.805.650,71
1 - Pessoal e Encargos Sociais	44.785.684,34	-	44.785.684,34	43.949.719,09	835.965,25
3 - Outras Despesas Correntes	35.246.323,55	-	35.246.323,55	13.276.638,09	21.969.685,46
4 - Despesas de Capital	5.379.411,06	-	5.379.411,06	496.038,87	4.883.372,19

Fl. 339
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 341
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Investimentos	1.786.944,00	-	1.786.944,00	1.207.990,00	578.954,00
270091 - Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente	1.322.673,00	-	1.322.673,00	78.008,41	1.244.664,59
3 - Despesas Correntes	851.921,81	-	851.921,81	78.008,41	773.913,40
3 - Outras Despesas Correntes	851.921,81	-	851.921,81	78.008,41	773.913,40
4 - Despesas de Capital	470.751,19	-	470.751,19	-	470.751,19
4 - Investimentos	470.751,19	-	470.751,19	-	470.751,19
270092 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos	13.787.787,40	-	13.787.787,40	3.473.768,16	10.314.019,24
3 - Despesas Correntes	10.010.611,94	-	10.010.611,94	2.886.223,06	7.124.388,88
1 - Pessoal e Encargos Sociais	70.000,00	-	70.000,00	59.594,28	10.405,72
3 - Outras Despesas Correntes	9.940.611,94	-	9.940.611,94	2.826.628,80	7.113.983,14
4 - Despesas de Capital	3.777.175,46	-	3.777.175,46	587.545,08	3.189.630,38
4 - Investimentos	3.777.175,46	-	3.777.175,46	587.545,08	3.189.630,38
270095 - Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas	1.038.990,00	-	1.038.990,00	30.288,30	1.003.691,70
3 - Despesas Correntes	1.025.000,00	-	1.025.000,00	27.196,30	997.803,70
3 - Outras Despesas Correntes	1.025.000,00	-	1.025.000,00	27.196,30	997.803,70
4 - Despesas de Capital	13.990,00	-	13.990,00	3.102,00	6.888,00
4 - Investimentos	13.990,00	-	13.990,00	3.102,00	6.888,00
270096 - Fundo Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais	-	-	-	-	-
3 - Despesas Correntes	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
4 - Despesas de Capital	-	-	-	-	-
4 - Investimentos	-	-	-	-	-
410001 - Secretaria de Estado da Casa Civil	44.908.308,50	-	44.908.308,50	45.541.997,53	(633.289,03)
3 - Despesas Correntes	44.463.412,91	-	44.463.412,91	45.096.701,94	(633.289,03)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	20.808.127,15	-	20.808.127,15	20.793.625,66	15.501,49

Fls. 340

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 342
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Despesas de Capital	20.510,86	-	20.510,86	19.154,86	1.356,00
4 - Investimentos	20.510,86	-	20.510,86	19.154,86	1.356,00
410001 - Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento	13.103.086,00	-	13.103.086,00	10.772.166,37	2.330.919,63
3 - Despesas Correntes	10.914.830,00	-	10.914.830,00	9.491.203,80	1.423.626,20
3 - Outras Despesas Correntes	10.914.830,00	-	10.914.830,00	9.491.203,80	1.423.626,20
4 - Despesas de Capital	2.188.256,00	-	2.188.256,00	1.280.962,57	907.293,43
4 - Investimentos	2.188.256,00	-	2.188.256,00	1.280.962,57	907.293,43
410004 - Fundo de Desenvolvimento Social	323.239.779,23	-	323.239.779,23	5.477,19	323.234.302,04
3 - Despesas Correntes	66.764.803,52	-	66.764.803,52	5.477,19	66.759.326,33
3 - Outras Despesas Correntes	66.764.803,52	-	66.764.803,52	5.477,19	66.759.326,33
4 - Despesas de Capital	256.474.975,71	-	256.474.975,71	-	256.474.975,71
4 - Investimentos	256.474.975,71	-	256.474.975,71	-	256.474.975,71
410005 - Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, Hemosc, Cepon e Hospitais	-	50.000.000,00	50.000.000,00	-	50.000.000,00
3 - Despesas Correntes	-	50.000.000,00	50.000.000,00	-	50.000.000,00
3 - Outras Despesas Correntes	-	50.000.000,00	50.000.000,00	-	50.000.000,00
420001 - Gabinete do Vice-Governador do Estado	5.239.260,74	-	5.239.260,74	5.230.238,01	9.022,73
3 - Despesas Correntes	5.090.566,69	-	5.090.566,69	5.081.543,96	9.022,73
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.657.244,98	-	2.657.244,98	2.653.212,40	4.032,58
3 - Outras Despesas Correntes	2.233.321,70	-	2.233.321,70	2.228.331,56	4.990,14
4 - Despesas de Capital	148.694,05	-	148.694,05	148.694,05	-
4 - Investimentos	148.694,05	-	148.694,05	148.694,05	-
430001 - Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas	20.338.221,56	-	20.338.221,56	19.871.157,67	467.063,89
3 - Despesas Correntes	20.242.245,56	-	20.242.245,56	19.779.956,77	465.288,79
1 - Pessoal e Encargos Sociais	18.170.623,94	-	18.170.623,94	18.066.945,08	103.678,29

Fl. 341
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 343
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA

Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
5 - Inversões Financeiras	1.007.212,00	-	1.007.212,00	899.029,00	108.183,00
440093 - Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	69.680.233,09	2.732.456,90	72.412.689,99	50.548.405,71	21.864.284,28
3 - Despesas Correntes	31.441.835,99	-	31.441.835,99	31.275.462,62	166.373,24
3 - Outras Despesas Correntes	31.441.835,99	-	31.441.835,99	31.275.462,62	166.373,24
4 - Despesas de Capital	38.238.397,23	2.732.456,90	40.970.854,13	19.272.943,09	21.697.911,04
4 - Investimentos	28.425.963,23	2.732.456,90	31.158.120,13	9.643.889,74	21.514.230,39
5 - Inversões Financeiras	9.812.734,00	-	9.812.734,00	9.629.053,35	183.680,65
440094 - Fundo Estadual de Sanidade Animal	6.789.290,62	-	6.789.290,62	5.845.311,24	943.979,38
3 - Despesas Correntes	6.483.420,62	-	6.483.420,62	5.845.311,24	638.109,38
3 - Outras Despesas Correntes	6.483.420,62	-	6.483.420,62	5.845.311,24	638.109,38
4 - Despesas de Capital	305.870,00	-	305.870,00	-	305.870,00
4 - Investimentos	305.870,00	-	305.870,00	-	305.870,00
450001 - Secretaria de Estado da Educação	2.823.874.986,65	-	2.823.874.986,65	2.377.944.095,03	445.930.891,62
3 - Despesas Correntes	2.645.425.337,58	-	2.645.425.337,58	2.335.294.324,67	310.131.012,91
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.838.418.856,57	-	1.838.418.856,57	1.759.318.832,85	79.100.023,72
3 - Outras Despesas Correntes	807.006.481,01	-	807.006.481,01	575.975.491,82	231.030.989,19
4 - Despesas de Capital	178.449.649,07	-	178.449.649,07	42.649.770,36	135.799.878,71
4 - Investimentos	178.449.649,07	-	178.449.649,07	42.649.770,36	135.799.878,71
450021 - Fundação Catarinense de Educação Especial	279.907.923,70	-	279.907.923,70	198.189.233,36	81.718.690,34
3 - Despesas Correntes	275.793.932,91	-	275.793.932,91	198.185.888,92	77.618.043,99
1 - Pessoal e Encargos Sociais	177.970.957,08	-	177.970.957,08	176.882.417,43	1.088.539,63
3 - Outras Despesas Correntes	97.812.975,83	-	97.812.975,83	21.283.471,49	76.529.504,36
4 - Despesas de Capital	4.123.990,79	-	4.123.990,79	23.344,44	4.100.646,35
4 - Investimentos	4.123.990,79	-	4.123.990,79	23.344,44	4.100.646,35
450022 - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	388.032.992,15	-	388.032.992,15	361.358.037,40	26.674.954,69

Fls. 342
Rub

ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 344
Rub

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
470075 - Fundo Previdenciário	-	-	-	-	-
3 - Despesas Correntes	-	-	-	-	-
1 - Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
9 - Reserva de Contingência	-	-	-	-	-
9 - Reserva de Contingência	-	-	-	-	-
470076 - Fundo Financeiro	6.056.913.165,62	-	6.056.913.165,62	5.131.656.034,00	925.257.131,62
3 - Despesas Correntes	6.056.913.165,62	-	6.056.913.165,62	5.131.656.034,00	925.257.131,62
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.005.893.642,86	-	6.005.893.642,86	5.088.257.911,45	917.635.731,41
3 - Outras Despesas Correntes	51.019.522,76	-	51.019.522,76	43.398.122,55	7.621.400,21
470091 - Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	150.947.414,19	-	150.947.414,19	96.997.108,63	53.950.305,56
3 - Despesas Correntes	124.217.147,19	-	124.217.147,19	89.432.611,89	34.784.535,30
3 - Outras Despesas Correntes	124.217.147,19	-	124.217.147,19	89.432.611,89	34.784.535,30
4 - Despesas de Capital	26.730.267,00	-	26.730.267,00	7.564.496,74	19.165.770,26
4 - Investimentos	26.730.267,00	-	26.730.267,00	7.564.496,74	19.165.770,26
470092 - Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais	845.675.468,04	-	845.675.468,04	590.725.537,33	255.149.930,71
3 - Despesas Correntes	828.577.758,04	-	828.577.758,04	590.725.556,06	237.852.201,98
1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.040.405,00	-	14.040.405,00	9.750.000,00	4.290.405,00
3 - Outras Despesas Correntes	814.537.353,04	-	814.537.353,04	580.975.556,06	233.561.796,98
4 - Despesas de Capital	17.297.710,00	-	17.297.710,00	3.981,27	17.293.728,73
4 - Investimentos	17.297.710,00	-	17.297.710,00	3.981,27	17.293.728,73
470093 - Fundo Patrimonial	52.279.959,67	-	52.279.959,67	1.570.105,96	50.709.853,71
3 - Despesas Correntes	1.124.803,00	-	1.124.803,00	484.845,86	639.957,14
3 - Outras Despesas Correntes	1.124.803,00	-	1.124.803,00	484.845,86	639.957,14
4 - Despesas de Capital	51.155.156,67	-	51.155.156,67	1.085.260,10	50.069.896,57
4 - Investimentos	40.364.195,00	-	40.364.195,00	1.085.260,10	39.278.934,90

Fl. 343

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 345
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
6 - Amortização da Dívida	763.902.257,73	25.000.000,00	788.902.257,73	610.790.665,32	178.111.602,41
520032 - Fundação Escola de Governo - ENA	4.620.891,17	-	4.620.891,17	2.592.838,27	2.028.052,90
3 - Despesas Correntes	4.277.332,17	-	4.277.332,17	2.576.629,37	1.700.703,80
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.652.504,67	-	1.652.504,67	1.648.029,71	4.474,96
3 - Outras Despesas Correntes	2.625.027,50	-	2.625.027,50	928.799,66	1.696.228,84
4 - Despesas de Capital	343.559,00	-	343.559,00	16.008,90	327.349,10
4 - Investimentos	343.559,00	-	343.559,00	16.008,90	327.349,10
520090 - Fundo Estadual de Apoio aos Municípios	93.787.593,20	30.472.489,69	124.260.082,89	89.720.025,52	34.540.057,37
4 - Despesas de Capital	93.787.593,20	30.472.489,69	124.260.082,89	89.720.025,52	34.540.057,37
4 - Investimentos	93.787.593,20	30.472.489,69	124.260.082,89	89.720.025,52	34.540.057,37
520091 - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina	4.200.947,10	-	4.200.947,10	-	4.200.947,10
4 - Despesas de Capital	4.200.947,10	-	4.200.947,10	-	4.200.947,10
5 - Inversões Financeiras	4.200.947,10	-	4.200.947,10	-	4.200.947,10
520092 - Fundo de Esforço Fiscal	35.194.553,05	-	35.194.553,05	15.401.592,38	19.792.960,67
3 - Despesas Correntes	5.297.342,38	-	5.297.342,38	2.090.654,09	3.206.688,27
3 - Outras Despesas Correntes	5.297.342,38	-	5.297.342,38	2.090.654,09	3.206.688,27
4 - Despesas de Capital	30.897.210,69	-	30.897.210,69	14.310.938,29	16.586.272,40
4 - Investimentos	30.897.210,69	-	30.897.210,69	14.310.938,29	16.586.272,40
520093 - Fundo Pró-Emprego	45.883.972,23	-	45.883.972,23	5.034.771,83	40.879.200,40
4 - Despesas de Capital	45.883.972,23	-	45.883.972,23	5.034.771,83	40.879.200,40
4 - Investimentos	45.883.972,23	-	45.883.972,23	5.034.771,83	40.879.200,40
530001 - Secretaria de Estado da Infraestrutura	409.757.873,96	-	409.757.873,96	214.437.643,88	195.320.330,08
3 - Despesas Correntes	67.998.142,56	-	67.998.142,56	14.339.646,71	53.658.495,85
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.928.705,42	-	6.928.705,42	6.448.115,56	80.589,86
3 - Outras Despesas Correntes	61.069.437,14	-	61.069.437,14	7.891.531,15	53.177.905,99

Fl. 344

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 346
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
540093 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitibanos	3.468.359,66	-	3.468.359,66	1.390.417,04	2.077.942,62
3 - Despesas Correntes	2.422.907,32	-	2.422.907,32	1.338.712,28	1.084.195,04
3 - Outras Despesas Correntes	2.422.907,32	-	2.422.907,32	1.338.712,28	1.084.195,04
4 - Despesas de Capital	1.045.452,34	-	1.045.452,34	51.704,76	993.747,58
4 - Investimentos	1.045.452,34	-	1.045.452,34	51.704,76	993.747,58
540094 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	3.118.443,18	-	3.118.443,18	2.609.422,97	509.020,21
3 - Despesas Correntes	3.117.449,18	-	3.117.449,18	2.608.433,19	509.015,99
3 - Outras Despesas Correntes	3.117.449,18	-	3.117.449,18	2.608.433,19	509.015,99
4 - Despesas de Capital	994,00	-	994,00	989,78	4,22
4 - Investimentos	994,00	-	994,00	989,78	4,22
540095 - Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	4.434.662,98	-	4.434.662,98	4.365.451,54	69.211,44
3 - Despesas Correntes	4.320.030,81	-	4.320.030,81	4.251.019,37	69.011,44
3 - Outras Despesas Correntes	4.320.030,81	-	4.320.030,81	4.251.019,37	69.011,44
4 - Despesas de Capital	114.632,17	-	114.632,17	114.432,17	200,00
4 - Investimentos	114.632,17	-	114.632,17	114.432,17	200,00
540096 - Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina - FUPESC	848.044.338,71	-	848.044.338,71	744.423.808,34	103.620.530,37
3 - Despesas Correntes	705.323.286,73	-	705.323.286,73	680.358.713,43	24.964.683,30
1 - Pessoal e Encargos Sociais	348.778.511,60	-	348.778.511,60	339.054.192,53	9.724.319,07
3 - Outras Despesas Correntes	356.544.885,13	-	356.544.885,13	341.304.520,90	15.240.364,23
4 - Despesas de Capital	142.720.941,98	-	142.720.941,98	64.065.094,91	78.655.847,07
4 - Investimentos	142.720.941,98	-	142.720.941,98	64.065.094,91	78.655.847,07
540097 - Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	864.694,34	-	864.694,34	579.537,02	285.157,32
3 - Despesas Correntes	730.213,34	-	730.213,34	512.953,92	217.259,42

Fl. 345

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 347
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
510001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Quilombo	5.080.751,20	-	5.080.751,20	6.254.828,75	(1.174.077,55)
3 - Despesas Correntes	5.040.620,80	-	5.040.620,80	5.441.518,34	(400.897,54)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.764.437,28	-	2.764.437,28	2.760.647,01	3.790,25
3 - Outras Despesas Correntes	2.276.183,54	-	2.276.183,54	2.680.871,33	(404.687,79)
4 - Despesas de Capital	40.130,40	-	40.130,40	813.310,41	(773.180,01)
4 - Investimentos	40.130,40	-	40.130,40	813.310,41	(773.180,01)
520001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Seara	6.063.402,50	-	6.063.402,50	7.638.679,86	(1.575.277,36)
3 - Despesas Correntes	6.003.193,50	-	6.003.193,50	7.086.331,36	(1.083.137,86)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.956.956,99	-	2.956.956,99	2.954.027,51	2.929,48
3 - Outras Despesas Correntes	3.046.236,51	-	3.046.236,51	4.132.303,85	(1.086.067,34)
4 - Despesas de Capital	60.209,00	-	60.209,00	552.348,52	(492.139,52)
4 - Investimentos	60.209,00	-	60.209,00	552.348,52	(492.139,52)
530001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Tabi	7.111.110,84	-	7.111.110,84	7.866.049,13	(754.938,29)
3 - Despesas Correntes	7.064.180,84	-	7.064.180,84	7.151.288,01	(87.107,17)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.132.764,77	-	3.132.764,77	3.130.138,18	2.626,59
3 - Outras Despesas Correntes	3.931.416,07	-	3.931.416,07	4.021.149,83	(89.733,76)
4 - Despesas de Capital	46.930,00	-	46.930,00	714.761,12	(667.831,12)
4 - Investimentos	46.930,00	-	46.930,00	714.761,12	(667.831,12)
560001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Timbó	8.284.597,91	-	8.284.597,91	10.195.344,67	(1.910.746,76)
3 - Despesas Correntes	8.130.989,84	-	8.130.989,84	8.138.234,64	(7.244,80)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.739.674,91	-	2.739.674,91	2.735.391,53	4.283,38
3 - Outras Despesas Correntes	5.391.314,93	-	5.391.314,93	5.402.843,11	(11.528,18)
4 - Despesas de Capital	153.608,07	-	153.608,07	2.057.110,03	(1.903.501,96)

Fl. 346
RCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 348
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
3 - Despesas Correntes	6.219.238,67	-	6.219.238,67	8.050.046,01	(1.830.909,34)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.643.486,91	-	3.643.486,91	3.639.555,71	3.931,20
3 - Outras Despesas Correntes	2.575.751,76	-	2.575.751,76	4.410.489,30	(1.834.737,54)
4 - Despesas de Capital	42.075,00	-	42.075,00	1.354.268,67	(1.312.193,67)
4 - Investimentos	42.075,00	-	42.075,00	1.354.268,67	(1.312.193,67)
730001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Chapecó	14.077.246,16	2.213.799,88	16.291.046,04	42.317.866,70	(26.026.820,66)
3 - Despesas Correntes	13.765.607,79	-	13.765.607,79	16.570.363,20	(2.804.755,41)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.331.403,54	-	6.331.403,54	6.327.034,25	4.369,29
3 - Outras Despesas Correntes	7.434.204,25	-	7.434.204,25	10.243.328,95	(2.809.124,70)
4 - Despesas de Capital	311.638,38	2.213.799,89	2.525.438,25	25.747.503,50	(23.222.065,25)
4 - Investimentos	311.638,38	2.213.799,89	2.525.438,25	25.747.503,50	(23.222.065,25)
740001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Xanxerê	13.278.090,03	-	13.278.090,03	34.728.087,82	(21.449.997,79)
3 - Despesas Correntes	13.112.503,70	-	13.112.503,70	22.686.788,70	(9.574.285,00)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.431.443,22	-	5.431.443,22	5.426.572,50	4.870,72
3 - Outras Despesas Correntes	7.681.060,48	-	7.681.060,48	17.260.196,20	(9.579.135,72)
4 - Despesas de Capital	165.586,33	-	165.586,33	12.041.319,12	(11.875.732,79)
4 - Investimentos	165.586,33	-	165.586,33	12.041.319,12	(11.875.732,79)
750001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Concórdia	8.783.153,85	-	8.783.153,85	11.662.487,02	(2.879.331,17)
3 - Despesas Correntes	8.715.192,85	-	8.715.192,85	9.880.570,05	(1.165.377,20)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.815.218,79	-	4.815.218,79	4.809.653,05	5.565,74
3 - Outras Despesas Correntes	4.099.974,06	-	4.099.974,06	5.270.917,00	(1.170.942,94)
4 - Despesas de Capital	67.960,00	-	67.960,00	1.781.916,97	(1.713.953,97)
4 - Investimentos	67.960,00	-	67.960,00	1.781.916,97	(1.713.953,97)

Fls. 347

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 349
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
4 - Investimentos	105.388,60	-	105.388,60	238.170,06	(132.781,46)
600001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Curitibanos	7.101.928,99	-	7.101.928,99	7.843.007,88	(741.078,89)
3 - Despesas Correntes	6.979.448,99	-	6.979.448,99	7.040.215,81	(60.766,82)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.123.518,08	-	4.123.518,08	4.118.466,90	5.051,18
3 - Outras Despesas Correntes	2.855.930,91	-	2.855.930,91	2.921.748,91	(65.818,00)
4 - Despesas de Capital	122.480,00	-	122.480,00	802.791,87	(680.311,87)
4 - Investimentos	122.480,00	-	122.480,00	802.791,87	(680.311,87)
610001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Rio do Sul	9.822.065,23	-	9.822.065,23	12.485.631,86	(2.663.566,63)
3 - Despesas Correntes	9.699.496,23	-	9.699.496,23	11.513.549,10	(1.814.052,87)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.445.938,02	-	5.445.938,02	5.440.992,41	4.945,61
3 - Outras Despesas Correntes	4.253.558,21	-	4.253.558,21	6.072.556,69	(1.818.998,48)
4 - Despesas de Capital	122.569,00	-	122.569,00	972.082,76	(849.513,76)
4 - Investimentos	122.569,00	-	122.569,00	972.082,76	(849.513,76)
620001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Itajaí	10.003.556,33	-	10.003.556,33	14.005.261,88	(4.001.705,55)
3 - Despesas Correntes	9.942.127,43	-	9.942.127,43	12.334.419,06	(2.392.291,63)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.453.544,69	-	4.453.544,69	4.449.922,56	3.622,13
3 - Outras Despesas Correntes	5.488.582,74	-	5.488.582,74	7.884.496,50	(2.395.913,76)
4 - Despesas de Capital	61.428,90	-	61.428,90	1.670.842,93	(1.609.414,03)
4 - Investimentos	61.428,90	-	61.428,90	1.670.842,93	(1.609.414,03)
630001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Ibirama	10.799.233,63	-	10.799.233,63	16.180.911,74	(5.381.678,11)
3 - Despesas Correntes	10.436.704,63	-	10.436.704,63	13.757.169,32	(3.320.464,69)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.312.600,45	-	4.312.600,45	4.308.673,24	3.927,21
3 - Outras Despesas Correntes	6.124.104,18	-	6.124.104,18	9.448.496,08	(3.324.391,90)

Fl. 348

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 350
Rub

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2018

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
3 - Outras Despesas Correntes	16.244.606,00	-	16.244.606,00	-	16.244.606,00
4 - Despesas de Capital	1.400.292,00	-	1.400.292,00	-	1.400.292,00
4 - Investimentos	1.400.292,00	-	1.400.292,00	-	1.400.292,00
660001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Laguna	13.201.688,27	-	13.201.688,27	15.986.808,99	(2.784.120,72)
3 - Despesas Correntes	12.950.843,67	-	12.950.843,67	13.392.166,01	(441.322,14)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.724.131,83	-	5.724.131,83	5.712.503,49	11.628,34
3 - Outras Despesas Correntes	7.226.712,04	-	7.226.712,04	7.679.662,52	(452.950,48)
4 - Despesas de Capital	250.844,40	-	250.844,40	2.603.642,98	(2.352.798,58)
4 - Investimentos	250.844,40	-	250.844,40	2.603.642,98	(2.352.798,58)
850001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Tubarão	15.667.630,31	-	15.667.630,31	23.639.597,76	(7.971.967,45)
3 - Despesas Correntes	15.433.441,02	-	15.433.441,02	17.103.760,45	(1.670.319,43)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.490.281,56	-	7.490.281,56	7.475.133,62	15.147,94
3 - Outras Despesas Correntes	7.943.159,46	-	7.943.159,46	9.628.626,83	(1.685.467,37)
4 - Despesas de Capital	234.189,29	-	234.189,29	6.535.837,31	(6.301.648,02)
4 - Investimentos	234.189,29	-	234.189,29	6.535.837,31	(6.301.648,02)
900001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Criciúma	20.961.312,43	-	20.961.312,43	41.982.428,85	(21.021.116,42)
3 - Despesas Correntes	20.688.942,43	-	20.688.942,43	22.966.428,32	(2.273.485,89)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.016.793,45	-	8.016.793,45	8.002.949,90	13.843,55
3 - Outras Despesas Correntes	12.672.148,98	-	12.672.148,98	14.967.478,42	(2.287.329,44)
4 - Despesas de Capital	274.370,00	-	274.370,00	19.022.000,53	(18.747.630,53)
4 - Investimentos	274.370,00	-	274.370,00	19.022.000,53	(18.747.630,53)
910001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Araranguá	15.514.814,42	12.110,80	15.526.925,22	27.850.996,77	(12.324.071,55)
3 - Despesas Correntes	15.328.313,22	12.110,80	15.340.424,02	15.859.278,74	(518.854,72)

Fl. 349

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 351
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA - CONSOLIDADO POR UNIDADE GESTORA
Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

DESCRIÇÃO	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES MENOS ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS MENOS ANULAÇÕES	TOTAL	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO	SALDO NÃO UTILIZADO
3 - Despesas Correntes	13.649.992,32	-	13.649.992,32	18.754.726,94	(5.104.734,62)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.074.309,48	-	5.074.309,48	5.056.865,01	17.404,47
3 - Outras Despesas Correntes	8.575.682,84	-	8.575.682,84	13.697.821,93	(5.122.139,09)
4 - Despesas de Capital	256.961,80	-	256.961,80	3.777.465,30	(3.520.503,50)
4 - Investimentos	256.961,80	-	256.961,80	3.777.465,30	(3.520.503,50)
660001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Canoinhas	9.964.256,16	-	9.964.256,16	12.901.429,35	(2.937.173,19)
3 - Despesas Correntes	9.773.115,16	-	9.773.115,16	11.141.953,43	(1.368.838,27)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.587.641,04	-	4.587.641,04	4.570.429,85	17.211,19
3 - Outras Despesas Correntes	5.175.474,12	-	5.175.474,12	6.561.523,58	(1.386.049,46)
4 - Despesas de Capital	191.141,00	-	191.141,00	1.759.475,92	(1.568.334,92)
4 - Investimentos	191.141,00	-	191.141,00	1.759.475,92	(1.568.334,92)
660001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Lages	14.054.240,64	-	14.054.240,64	39.641.587,03	(25.587.346,09)
3 - Despesas Correntes	13.617.420,20	-	13.617.420,20	17.683.976,36	(4.066.556,16)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.882.542,79	-	5.882.542,79	5.867.546,61	14.996,18
3 - Outras Despesas Correntes	7.734.877,41	-	7.734.877,41	11.816.429,77	(4.081.552,36)
4 - Despesas de Capital	436.820,74	-	436.820,74	21.957.610,65	(21.520.789,91)
4 - Investimentos	436.820,74	-	436.820,74	21.957.610,65	(21.520.789,91)
670001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - São Joaquim	7.415.304,00	-	7.415.304,00	9.378.691,87	(1.963.387,87)
3 - Despesas Correntes	7.099.504,00	-	7.099.504,00	8.994.257,23	(1.894.753,23)
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.742.893,00	-	3.742.893,00	3.702.687,51	40.205,49
3 - Outras Despesas Correntes	3.356.611,00	-	3.356.611,00	5.291.569,72	(1.934.958,72)
4 - Despesas de Capital	315.800,00	-	315.800,00	384.434,64	(67.634,64)
4 - Investimentos	315.800,00	-	315.800,00	384.434,64	(67.634,64)

Fl. 350

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 352
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - CONSOLIDADO GERAL

Anexo 17 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2019

R$

TÍTULOS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO EXERCÍCIO		SALDO EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	218.709.271,12	17.664.934.793,42	17.685.986.624,64	227.557.399,90
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	870.308.420,39	2.804.414.389,70	3.250.238.772,03	624.484.037,06
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	457.280.318,70	6.062.174.332,99	6.075.692.669,10	443.761.982,59
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	18.084.411,90	245.970.996,55	245.777.675,64	18.277.732,99
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	1.181.940.624,01	1.181.940.624,01	-
Provisões a Curto Prazo	470.347.303,23	1.586.080.612,33	1.428.384.460,33	628.043.455,23
Demais Obrigações a Curto Prazo	6.957.936.621,19	55.600.739.282,41	54.159.596.069,18	8.379.080.014,41
(-) Recursos a Liberar - Limite de Saque	(1.453.733.070,26)	(38.637.504.189,50)	(37.916.090.021,54)	(2.175.147.238,22)
TOTAL	**7.518.935.476,26**	**45.618.560.001,29**	**45.091.428.893,59**	**8.146.067.383,96**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA - CRCSC Nº 25.039/O-2

SILCEU FERREIRA
GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTADOR - CRCSC Nº 23.625/O-7

FL. 351

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 353
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA
(LANTO 4.320, LEI FEDERAL 4.320/64)
EXERCÍCIO DE 2016

ESPECIFICAÇÃO			SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
DÍVIDA FUNDADA E DATA (NATUREZA/DESCRIÇÃO)	VALOR DA UNIDADE		(INTERNA)	(INTERNA)			
	EM QUANTIDADE	EM REAL		EMISSÃO	AMORTIZAÇÃO	EM QUANTIDADE	VALOR EM REAIS
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF							
Contrato nº 11/0599 - Lei n. 16.837 de 22.12.97	US$	11.000.000,00	14.906.600,00	7.560.118,16	1.866.206,72	9.922.124,17	999.280,13
BANCO DO BRASIL S/A							
Contrato nº 307/1999 - PROSC - Lei n. 9.731 de 09/11/98		-	20.999.034,13	525.483,81	7.326,04	711.433,96	129.240,23
Contrato nº 331/99 - COHAB - Lei n. 9.731 de 09/11/98		-	140.970.042,29	22.104.254,01	488.343,82	5.133.674,79	17.424.696,79
Contrato nº 11/0548 - FUNDESTEC/CIASC - Lei n. 9.496 de 11/03/97		-	1.994.422.701,13	9.550.720.840,30	1.381.484.346,14	110.111.981,09	10.218.427.106,17
Contrato nº 11/0199 - CIASC - Lei n. 10.542 de 30/09/97	US$	20.000.000,11	40.000.000,42	91.347.370,63	170.175.471,77	-	15.799.900,75
Contrato nº 31.0.08 - PEF I - Lei n. 14.328 de 13/08/08		-	91.130.000,04	19.956.980,11	198.333,88	6.864.333,96	13.320.780,19
Contrato nº 16.01.2013 - Financiação ao Desarme Tarifário Lei 15.461 de 24/1/2013	US$	572.142.346,03	1.058.000.000,00	1.450.220.946,81	1.030.938.987,55	-	999.999.999,97
Contrato nº 21.11.2013 - Plano ext 02 - Lei 16.139 de 23/08/2013			2.000.000.000,00	666.666.766,66	640.344.444,08	-	1.018.999.999,99
BANCO NAC. DES. ECON. E SOCIAL - BNDES							
Contrato nº 11.00.00 - FINEM - Lei n. 14.328 de 13/08/08	UFIR.S.P	7.588.645,25	15.000.000,00	7.950.943,64	38.888,28	4.950.944,64	3.078.999,97
Contrato nº 20.10.00 - PEF II - Lei n. 14.328 de 13/08/08	UFIR.S.P	38.888.119,65	79.756.000,00	40.499.235,18	521.325,88	2.021.353,04	77.191.808,28
Contrato nº 13.08.17 - CIASA/FINEP - Lei nº 14.328 de 21/08/2008, e Lei nº 16.256, de 05/08/2013 (edifício em construção)	UFIR.S.P	76.625.756,64	150.475.000,20	40.681.451,07	1.200.481,14	12.579.772,86	92.417.178,21
Contrato nº 15.12.2013 - Fatorada "Transporte pesado" Lei n 14.037 de 23/08/07	UFIR.S.P	25.282.856,16	50.000.000,00	25.011.737,50	230.021,02	4.961.952,16	20.499.807,12
Contrato nº 14.05.2012 - PRIME Gestão Lei 16.288 de 23/08/2013	UFIR.S.P	3.000.000,00	10.000.000,00	9.401.334,04	109.136,58	1.946.530,12	8.780.160,46
Contrato nº 31.11.2012 - Caminhos de Desenvolvimento Lei 16.938 de 05/08/13	UFIR.S.P	200.017.288,04	511.000.000,00	417.000.846,10	30.604.846,98	68.141.357,01	331.000.335,10
Contrato nº 16.05.2013 - Avaliero Santa Catarina Lei 15.925 de 30/12/2013	UFIR.S.P	1.510.598.150,43	3.000.000.000,00	2.958.977.774,91	256.196.429,09	-	3.440.918.256,85
PARCELAMENTO DO PASEP			332.999.999,17	270.000.001,99	22.997.301,08	13.401.071,16	278.997.929,89
TOTAL GERAL	US$	926.381.884,79	5.595.999.138,03	14.978.108.580,13	2.726.988.291,68	556.449.999,28	18.964.999.961,28
	UFIR.S.P	1.977.087.196,48					1.745.429.291,48

FEDERAL

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

MARCELLO PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.674/O

NADIRE LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 023.000/O-0

Fl. 352
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 354
Rub

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL S/A - (PESC - LO Nº 6.737
CONTRATO ASSINADO EM 20100/99
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal	R$ 38.000.000,00		
Autorização Legal	Lei Estadual nº 6.940 de 10/12/2008 Lei Federal 9.707 de 18/11/1998		
Credor	Banco do Brasil S/A (PESC) - Lei nº 9.707 - União		
Taxa	7,50% ao ano sobre o saldo devedor, pagos trimestralmente		
Correção Monetária	Nº	Outros Encargos	0,50% ao ano
Prazo	240 meses, sendo os primeiros 18 meses de carência		
Pagamento	221 prestações mensais e consecutivas, calculadas pela Tabela Price, vencendo a primeira em 21/06/2007 e a última em 21/03/2014		
Vencimento	21/03/2014		
Garantia	FUNDEF e IPI		
Objetivo	Financiamento financeiro através de transferência de dívida refinanciada em contragarantia e transferência de ações		
Governo	Paulo Afonso Evangelista Vieira		

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1995	37.704.065,08	37.704.065,08	-	-	-
1996	42.865.446,99	5.403.454,91	796.979,69	288.240,80	1.084.220,49
1997	45.809.980,98	2.838.991,01	34.338,02	1.354.196,64	1.388.534,66
1998	51.062.214,84	6.963.608,32	180.393,48	1.171.285,02	1.351.678,48
1999	52.171.946,21	6.350.198,15	5.249.773,69	66.134,80	5.295.208,49
2000	53.573.981,65	4.889.778,59	1.087.941,75	98.040,46	2.083.786,21
2001	50.606.439,48	5.879.196,97	1.065.813,44	445.089,56	1.445.981,50
2002	53.701.600,78	2.377.366,47	8.882.187,19	3.687.804,00	10.569.991,19
2003	46.406.027,36	2.558.733,62	6.793.527,33	5.691.596,44	12.485.123,77
2004	32.864.780,85	92.364,34	8.884.431,85	3.093.286,75	12.978.718,60
2005	20.657.149,81	1.144.606,41	11.172.210,35	2.902.850,23	14.074.085,80
2006	17.000.006,14	902.051,37	12.690.091,14	1.931.976,80	14.321.067,94
2007	13.202.626,82	764.455,94	5.562.960,56	882.265,84	6.453.232,32
2008	11.452.379,43	249.992,20	1.999.812,81	738.453,97	2.732.266,78
2009	9.428.772,36	294.928,65	2.320.071,43	922.943,76	3.551.719,59
2010	8.128.071,92	46.364,21	2.340.979,65	488.341,33	2.813.420,18
2011	4.600.277,87	74.568,81	1.988.168,49	306.200,60	1.806.358,81
2012	3.202.482,86	283.598,51	1.366.125,31	285.357,23	1.824.482,74
2013	2.036.586,54	35.677,75	1.150.936,56	184.981,99	1.335.920,12
2014	1.461.736,70	57.250,62	631.281,89	126.452,53	757.534,16
2015	**826.480,68**	**18.152,78**	**653.439,03**	**92.183,36**	**738.881,39**
2016	**139.342,51**	**7.326,04**	**713.433,96**	**34.018,51**	**747.452,47**
TOTAL		**75.451.191,56**	**79.190.758,07**	**32.176.334,72**	**97.309.092,59**

PC201209 Saldos atualizados até o mês de referência

FLORIANÓPOLIS, 09 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DIAS BEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.057/O-9

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 032.697/O-5

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
Fl. 353
DOG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 355
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO DO BRASIL S/A - Nº 13/98 - STN/COAFI
CONTRATO ASSINADO EM 31/03/98
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R$ 1.404.920.701,10 (valor inicial contratado)	Parcelas Vincendas:			
Autorização Legal:	Lei Federal nº 9.496 de 11/09/1997 e Lei Catarinense nº 10.942 de 30.09.97	R$	1.191.340.159,21		1998
Credor:	União	R$	194.134.452,28		1999
Juros:	6% ao ano calculados sobre o saldo devedor corrigido com capitalização mensal	R$	970.991.841,40		2000
Correção monetária:	IGP-DI	R$	973.955.508,73		2001
Prazo:	360 meses	R$	1.389.166,05		2002
Pagamentos:	360 prestações mensais e sucessivas, calculadas pela Tabela Price	R$	1.436.600.830,54		2003
Vencimento:	31/03/2028	Valor total da operação:		R$	5.421.383.806,40
Garantia:	ICMS-FPE/FPE-EXPORTAÇÃO				
Objetivo:	Contratação, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas				
Governo:	Paulo Afonso Evangelista Vieira	Dívida emergente (s/ emi.):		0,00	0,00%

ESTADO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
1998	1.404.509.149,03	1.410.880.832,29	13.377.009,58	63.494.980,89	76.872.908,28
1999	2.952.795.424,39	1.213.882.237,71	15.594.083,08	14.886.080,29	30.861.354,14
2000	3.289.620.065,15	1.256.939.366,89	372.104.265,03	43.632.413,40	615.736.701,40
2001	3.912.466.515,01	922.846.310,36	-	109.672.909,30	109.672.909,30
2002	5.864.936.089,60	2.280.419.808,74	197.948.200,05	186.186.598,04	384.134.978,89
2003	6.411.512.599,19	101.530.364,00	4.988.958,41	237.080.884,70	242.341.493,11
2004	7.306.357.077,19	992.136.975,24	7.264.497,26	304.680.717,49	311.945.374,75
2005	7.593.156.197,69	76.931.758,85	54.158.466,27	349.623.674,31	405.750.322,70
2006	7.328.359.442,67	310.692.742,10	121.389.487,15	391.980.885,73	513.238.388,82
2007	7.966.986.676,48	497.998.898,89	145.054.660,18	460.181.691,05	605.221.264,73
2008	8.900.927.910,64	2.327.381.645,16	307.528.711,08	523.692.300,12	831.129.211,14
2009	8.436.874.027,04	1236.930.883,94]	227.453.010,08	945.387.442,69	672.920.462,34
2010	13.050.353.011,87	842.785.775,20	549.398.780,87	747.910.972,66	987.137.763,53
2011	9.966.287.060,04	243.456.072,10	257.501.951,63	622.592.117,08	1.286.994.108,71
2012	8.468.132.254,33	1.39.443.719,70]	1.835.868.984,08	1.469.927.680,90	3.032.796.434,86
2013	5.364.764.753,52	780.536.397,81	403.878.649,42	475.980.880,31	879.777.743,73
2014	5.668.185.689,53	985.283.182,11	403.892.017,11	523.459.788,04	927.351.727,05
2015	**6.993.753.040,59**	**892.967.813,23**	**458.275.071,19**	**522.378.663,19**	**980.654.834,84**
2016	**10.219.427.196,17**	**1.381.804.338,16**	**219.215.061,36**	**97.923.737,12**	**316.134.738,65**
TOTAL		**15.420.856.500,32**	**5.519.788.938,63**	**6.999.380.871,32**	**13.119.156.818,15**

PCGN/312 Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.474/O

ANDRÉ LUIZ VON ANCKEN AVOM
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.857/O-1

Fl. 354
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 356
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PUBLICA
GERENCIA DA DIVIDA PUBLICA - GEDIP

EMPRESTIMO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - PMAE
CONTRATO ASSINADO EM 11/09/2009
CARACTERISTICAS

Valor Nominal	R$ 10.000.000,00	Parcelas Recebidas	R$	8.920.734,39 - 2009
Autorização Legal	Lei Estadual nº 14.308 de 13/08/2008			1.080.000,00 - 2013
Credor	BNDES			4.921.497,46 - 2014
Taxa	2,00% ao ano sobre o saldo devedor atualizado		R$	2.157.495,14 - 2015
Correção Monetária	T.J.P.			
Prazo	96 meses, sendo os primeiros 36 meses de carência			
Pagamentos	60 prestações mensais calculadas pelo Sistema de Amortizações constantes, vencendo-se a primeira em 15/10/2012 e a última em 15/09/2017			
Vencimento	15/09/2017			
Garantia	FAPEMPI E EXPORTAÇÃO			
Objetivo	Programa de Modernização da administração das Receitas e da Administração Estaduais PNAE			
Governo	Luiz Henrique da Silveira			

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2009	8.920.734,39	8.920.734,39	-	39.576,17	39.576,17
2010	8.920.734,39	-	-	640.340,04	640.340,04
2011	8.944.444,82	23.710,44	-	640.340,04	640.340,04
2012	8.593.212,00	(5.196,11)	346.038,71	531.525,94	877.564,65
2013	8.107.744,41	999.075,25	1.484.148,54	436.227,20	1.920.374,94
2014	9.083.719,14	4.930.125,03	2.374.148,80	531.813,74	2.905.700,64
2015	**7.082.842,94**	**2.154.536,04**	**3.764.411,54**	**891.710,70**	**4.416.128,28**
2016	**3.075.554,47**	**50.036,33**	**4.062.944,50**	**411.535,45**	**4.474.998,88**
TOTAL		**15.111.240,36**	**12.031.686,49**	**3.682.275,36**	**15.723.968,89**

PCDI/0928 Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANOPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PUBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRE LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DIVIDA PUBLICA
CONTADOR CRC/SC 029.807/O-8

Fl. 355
SCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 357
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - PCF II
CONTRATO ASSINADO EM 22/10/2009
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	R$ 78.780.000,00	Parcelas Roteadas:	R$	36.000.000,00 - 2010
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.900 de 13/08/2009		R$	21.402.000,00 - 2011
Credor:	BNDES		R$	15.000.000,00 - 2012
Taxa:	3,07% ao ano sobre o saldo devedor atualizado			
Correção Monetária:	TJLP			
Prazo:	126 meses, sendo os primeiros 32 meses de carência			
Pagamentos:	96 prestações mensais e sucessivas de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 15/08/2012 e a última em 15/07/2020			
Vencimento:	15/07/2020			
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO			
Objetivo:	Programa Emergencial de financiamento aos Estados e ao Distrito Federal - PEF II			
Governo:	Luiz Henrique da Silveira			

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2010	39.000.000,00	39.000.000,00	-	124.426,54	124.426,54
2011	61.004.184,44	22.004.184,44	-	2.915.477,29	2.915.477,29
2012	71.855.040,98	14.311.624,13	3.709.967,52	5.313.768,96	9.023.736,58
2013	62.205.924,00	(39.930,23)	9.425.576,53	4.043.343,72	13.468.920,05
2014	52.705.262,02	(14.597,98)	9.425.674,32	3.486.075,79	12.860.750,11
2015	**43.489.273,10**	**156.085,04**	**9.432.740,05**	**3.288.358,19**	**12.721.098,24**
2016	**34.489.248,70**	**527.323,68**	**9.527.393,00**	**2.748.517,00**	**12.275.870,32**
TOTAL		**76.010.568,69**	**41.521.311,91**	**21.883.968,31**	**63.415.256,22**

POSIÇÃO: Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON IHERING KLAUCK
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 032.697/O-3

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - SISTEMA TRANSPORTE JOINVILLE
CONTRATO ASSINADO EM 19/12/2011
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	80.000.000,00	Parcelas Liberadas:	R$	4.227.156,00 - 2012
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.331de 22/06/2007		R$	12.000.000,00 - 2013
Credor:	BNDES		R$	10.713.014,97 - 2014
Taxa:	1,3% ao ano sobre o saldo devedor atualizado		R$	9.649.000,00 - 2015
Correção Monetária:	TJLP	Parcelas a Receber:	R$	4.206.829,03 - 2017
Prazo:	121 meses, sendo os primeiros 37 meses de carência			
Pagamentos:	85 prestações mensais e sucessivas de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 15/08/2014 e a última em 17/01/2022			
Vencimento:	17/01/2022			
Garantia:	FPE/IPI EXPORTAÇÃO			
Objetivo:	Ampliação e modernização do Sistema Integrado de Transporte de Joinville			
Governo:	João Raimundo Colombo			

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	4.202.199,24	4.202.199,24	-	98.817,19	98.817,19
2013	16.521.287,58	12.229.088,34	-	438.881,31	438.881,31
2014	25.575.066,96	10.554.639,98	1.500.008,00	1.752.809,00	3.252.817,00
2015	39.671.737,59	5.732.379,48	4.236.029,77	2.111.470,22	6.347.999,99
2016	25.489.497,12	379.521,63	4.961.862,10	2.164.464,55	7.126.326,65
TOTAL		36.157.698,49	10.698.491,37	6.564.221,57	17.262.622,94

PCDV/037 Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.879/O

ANDRÉ LUIZ VON FINKELAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 052.897/O-3

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 357
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 359
Rub

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PUBLICA
GERÊNCIA DA DIVIDA PUBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES - PMAE GESTÃO
CONTRATO ASSINADO EM 14/06/2013
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal	10.000.000,00	Parcelas Recebidas	R$	-	2014
Autorização Legal	Lei Estadual nº 15.268 de 23/08/2012, alterada em 19/12/2012		R$	9.090.079,10	2015
Credor	BNDES				
Taxa	1,0% ao ano sobre o saldo devedor atualizado				
Correção Monetária	TJLP				
Prazo	96 meses, sendo os primeiros 30 meses de carência				
Pagamentos	66 prestações mensais e sucessivas de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 15/06/2015 e a última em 15/05/2020				
Vencimento	15/05/2020				
Garantia	FPE/ISP/EXPORTAÇÃO				
Objetivo	Melhoria da qualidade da gestão pública, por meio de investimentos em infraestrutura, capacitação e tecnologia da informação				
Governo	João Raimundo Colombo				

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-
2014	-	-	-	-	-
2015	**9.021.334,90**	**9.141.360,70**	**520.011,70**	**184.573,40**	**704.585,10**
2016	**8.765.162,49**	**922.158,39**	**1.958.336,19**	**831.453,51**	**2.960.783,70**
TOTAL		**8.244.934,37**	**2.478.341,89**	**786.026,91**	**3.265.368,80**

PCDAY05 Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PUBLICA
CONTADOR CRCSC Nº 015.813/O-0

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DIVIDA PUBLICA
CONTADOR CRCSC 032.857/O-0

Fls. 358

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 360
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PUBLICA
GERENCIA DA DIVIDA PUBLICA - GEDIP

EMPRESTIMO: BANCO DO BRASIL- CAMINHOS ESTRATEGICOS DA PRODUÇÃO E PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS
CONTRATO ASSINADO EM 18/07/2013
CARACTERISTICAS

Valor Nominal:	1.000.400.000,00			
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 15.941 de 21/12/2012			
Credor:	Banco do Brasil	Parcelas Recebidas:	R$	118.800.000,00 2013
Taxa:	3,70%a.a + Libor semestral		R$	383.716.494,04 2014
Atualização Monetária:	Variação Cambial			418.883.505,96 2015
Prazo:	240 meses, sendo os primeiros 60 meses de carência			
Pagamento:	Prestações semestrais de principal calculada pela Tabela Sac, vencendo-se a primeira em 18/07/2018 e a última em 18/07/2033			
Vencimento:	18/07/2033			
Garantia:	FPE/IPI-EXPORTAÇÃO			
Objetivo:	Custear Despesas de Capital destinadas aos Projetos Caminhos Estratégicos da Produção e Prevenção de Desastres Naturais			
Governo:	João Raimundo Colombo			

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2012	-	-	-	-	-
2013	218.800.000,00	218.800.006,08	-	7.923.000,00	7.923.000,00
2014	675.740.903,84	456.940.903,84	-	16.803.253,92	16.803.253,92
2015	**1.430.220.945,40**	**754.480.044,76**	-	**42.199.545,09**	**42.199.545,09**
2016	**1.199.983.960,57**	**(230.936.987,83)**	-	**64.904.901,58**	**64.904.901,58**
TOTAL		**1.199.983.968,57**	-	**131.240.700,49**	**131.240.700,49**

PCDI/058 Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PUBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 019.974/O

ANDRE LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DIVIDA PUBLICA
CONTADOR CRC/SC 023.897/O-5

Fl. 359

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 361
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS PAGAMENTOS
DÍVIDA INTERNA E ENCARGOS DOS ARCOS
EXERCÍCIO DE 2016

(Em Reais)

NATUREZA DAS OPERAÇÕES	VALORES PAGOS	TOTAIS
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - Contrato assinado em 4/1/1999 - Lei Estadual nº 11.911 de 23/12/97		
Amortização	4.642.136,17	
Juros, Comissões e outros Encargos	199.292,55	4.841.428,72
BANCO DO BRASIL S/A - PESC - Contrato assinado em 9/1/1999 - Lei Federal nº 9.707 de 20/11/98		
Amortização	723.432,69	
Juros, Comissões e outros Encargos	84.210,51	797.643,20
BANCO DO BRASIL S/A - COHAB - Contrato assinado em 19/1/1999 - Lei Federal nº 9.707 de 20/11/98		
Amortização	6.128.574,16	
Juros, Comissões e outros Encargos	639.774,08	6.768.348,24
BANCO DO BRASIL S/A - FUNDEF/FUNDEB - Contrato assinado em 8/1/2008 - Lei Federal nº 9.496 de 11/09/97		
Amortização	5.04.512.484,48	
Juros, Comissões e outros Encargos	107.633.797,13	312.134.726,08
BANCO DO BRASIL S/A - CRUP - Contrato assinado em 21/07/98 - Lei Federal nº 10.243 de 19/06/97		
Amortização		
Juros, Comissões e outros Encargos	3.265.418,43	3.265.418,43
FINANC.AMORTIZ.DO PASEP		
Amortização	15.467.371,34	
Juros, Comissões e outros Encargos	1.166.373,00	16.633.744,34
BRDES (TESAC) - Contrato assinado em 1/1/2008 - Lei Estadual nº 14.328 de 15/06/08		
Amortização	4.305.636,00	
Juros, Comissões e outros Encargos	111.000,00	4.471.636,00
BANCO DO BRASIL S/A - PEC I - Contrato assinado em 22/12/98 - Lei Estadual nº 11.920 de 13/06/01		
Amortização	6.486.128,63	
Juros, Comissões e outros Encargos	1.486.111,04	7.966.237,67
BANCO INV. DO DESEN. ECON. E SOCIAL - BRADES - PEC II - Contrato assinado em 22/12/12 - Lei Estadual nº 14.924 de 13/06/08		
Amortização	8.327.356,49	
Juros, Comissões e outros Encargos	3.146.117,48	11.473.473,97
BANCO INV. DO DESEN. ECON. E SOCIAL - BRADES - CAIXA - PEC - Contrato assinado em 22/12/12 - Lei Estadual nº 14.924 de 13/06/08		
Amortização	15.616.775,85	
Juros, Comissões e outros Encargos	5.023.448,13	20.640.223,14
BANCO INV. DO DESEN. ECON. E SOCIAL - BRADES - BNP JOBACLE - Contrato assinado em 30/06/10 - Lei Estadual nº 14.924 de 13/06/08		
Amortização	4.881.980,13	
Juros, Comissões e outros Encargos	2.184.466,05	7.126.446,18
BANCO INV. DO DESEN. ECON. E SOCIAL - BRADES - EMP. DO DESENVOLVIMENTO - Contrato assinado em 21/11/2013 - Lei Estadual nº 14.924 de 13/06/08		
Amortização	28.114.120,51	
Juros, Comissões e outros Encargos	38.832.460,58	66.946.581,09
BANCO INV. DO DESEN. ECON. E SOCIAL - BRADES - PEAS Saúde - Contrato assinado em 14/08/2013 - Lei 15.594 de 26/06/2013		
Amortização	1.206.180,19	
Juros, Comissões e outros Encargos	821.439,01	2.027.619,20
BANCO INV. DO DESEN. ECON. E SOCIAL - BRADES - ACELGRA SC - Contrato assinado em 19/12/13 - Lei Estadual nº 15.955 de 29/12/2011		
Amortização	164.333,31	164.333,31
BANCO DO BRASIL - BB - PROJECRED DESENVOLVIMENTO - Contrato assinado em 15/01/13 - Lei Estadual nº 15.941 de 21/12/12		
Amortização		
Juros, Comissões e outros Encargos	64.824.001,08	64.824.001,08
BANCO DO BRASIL - BB - PACTO FISCAL - Contrato assinado em 27/11/2013 - Lei Estadual nº 15.130 de 23/08/2013		
Amortização		
Juros, Comissões e outros Encargos	134.370.997,23	134.370.997,23
TOTAL	306.449.050,20	
AMORTIZAÇÕES	647.884.450,23	
Juros, Comissões e outros Encargos		
GERAL		954.333.500,43

FONTE: SIT
Dados atualizados até a data de expedição

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 025.000/O-5

Fls. 360

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 362
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA
(Anexo nº 15 da Lei Federal 4.320/64)
EXERCÍCIO DE 2016

AUTORIZAÇÕES				SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO EM REAIS		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE		
INSTITUIÇÕES CREDORAS	VALOR DA EMISSÃO			EM CIRCULAÇÃO	VARIAÇÕES		EM MOEDA		VALOR
LEIS, NÚMERO E DATA	EM MOEDA ESTRANGEIRA		EM REAIS	EM REAIS	PARA +	PARA -	ESTRANGEIRA		EM REAIS
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID (BIRD/BIRF/FGTS)	US$	150.000.000,00	367.760.850,00	288.899.858,50	(48.234.954,13)	37.751.560,64	US$	62.171.471,74	(52.823.043,93)
BANCO INTERNACIONAL P/RECONST. E DESENV. - BIRD (BIRF 7837 - FGDE)	US$	82.800.000,00	195.482.940,00	36.857.170,72	(5.515.723,68)	21.079.680,00	US$	5.148.877,82	10.269.787,12
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID (1711/OC/BR)	US$	90.200.000,00	68.650.000,00	173.595.265,13	(29.012.706,63)	7.699.477,00	US$	42.229.644,98	137.827.081,50
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID (1712/OC/BR)	US$	90.000.000,00	92.323.000,00	99.771.242,44	(3.486.899,00)	5.739.980,37	US$	33.038.994,94	61.364.382,98
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF	US$	92.950.000,00	98.784.407,60	118.643.614,84	(19.280.991,89)	10.795.949,22	US$	28.884.966,48	87.674.922,69
BANCO INTERNACIONAL P/RECONST. E DESENV. / (BIRD 7854 BR PE/RS)	US$	80.000.000,00	152.479.000,00	280.060.865,61	9.082.907,10	-	US$	84.118.359,56	274.143.481,51
BANCO DE DESENV. - BADE 714 (DIV/08)	US$	726.041.988,00	1.479.156.976,41	3.909.973.800,64	(408.997.008,94)	232.907.386,45	US$	575.226.580,71	1.668.208.258,81
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - BID (BIRD)	US$	260.000.000,00	513.020.000,00	436.386.700,72	16.236.709,13	-	US$	139.801.297,96	455.626.409,81
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF 7/PR/2008	US$	80.000.000,00	133.170.000,00	19.991.940,06	52.176.440,71	-	US$	22.943.293,76	71.641.286,80
TOTAL GERAL	US$	1.446.709.988,00	2.985.733.024,21	5.941.460.262,61	(435.956.215,90)	315.991.553,18	US$	976.600.684,75	3.180.026.646,97

FGDF/2
Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.974/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.830/O-3

Fl. 361

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 363
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PUBLICA
GERÊNCIA DA DIVIDA PUBLICA - GEDIP

EMPRÉSTIMO: BANCO INTER. PI RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD Nº 4680- BR- ROF - TA 233596
CONTRATO ASSINADO EM 10/03/2002
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal	US$ 37.000.000,00
Autorização Legal	Lei Estadual Nº 12.931 de 04 de novembro de 2003 e Resolução do Senado Federal nº 142/2002
Juros	Libor 6 a.a. acima do custo de captação (Libor 6 meses) - cotados no semestre imediatamente anterior ao saldo devedor financiado.
Comissão	Comissão à razão de 0,75% ao ano sobre o saldo
Prazo	25 anos, incluso os primeiros 05 anos de carência
Pagamentos	38 prestações semestrais consecutivas e a primeira em 15/03/2007 e a última em 15/09/2031
Encargos	1,00% a.a.
Garantia	Aval
Objetivo	Projeto de recuperação ambiental, apoio ao desenvolvimento e combate à pobreza
Governo	Superintendência	Outros Encargos	0,75% a.a. ou saldo não desembolsado

POSIÇÃO DOS FLAVOS

Capital em circulação em 31/12/2016	US$	9.320.000,00
Amortização em 2016	US$	1.180.000,00
Desistido em 2016	US$	
Capital em circulação em 31/12/2016	US$	8.140.000,00

ESTADO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2002	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2003	5.234.746,39	5.234.746,39	0,00	2.988.835,13	2.988.835,13
2004	0,087.117,75	1.452.372,36	0,00	533.023,21	533.023,21
2005	35.134.021,14	31.436.900,39	0,00	683.349,19	683.349,19
2006	74.285.266,10	36.371.244,96	0,00	2.547.423,66	2.547.423,66
2007	80.340.359,10	11.703.393,00	5.626.480,00	4.295.799,04	9.922.279,04
2008	123.287.722,80	54.971.271,68	12.153.756,00	3.804.793,50	15.958.541,50
2009	82.287.130,38	-26.538.907,42	12.283.680,00	3.488.765,10	15.772.445,90
2010	66.374.677,14	-3.257.958,24	10.754.520,00	575.448,19	11.329.968,19
2011	66.199.860,85	7.208.223,74	10.475.040,00	477.840,15	10.952.880,15
2012	57.169.310,00	4.089.549,12	12.139.100,00	994.089,29	13.740.689,29
2013	51.490.348,00	8.756.879,08	13.049.680,00	434.000,57	13.484.740,57
2014	41.785.184,07	4.728.849,07	14.433.010,00	285.000,86	14.718.010,86
2015	35.557.176,75	10.914.369,83	21.643.410,00	530.000,39	22.173.410,39
2016	10.265.767,12	-8.915.723,38	31.070.680,00	275.542,85	31.346.222,85
TOTAL		144.040.235,12	153.783.858,00	21.219.437,33	155.001.905,33

FOD/4572
Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

VANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PUBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.970/O-7

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DIVIDA PUBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/O-3

Fl. 362
PGE

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 364
Rub

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRESTIMO: BANCO INTER. DESENVOLVIMENTO - BID-2173/OC/BR
CONTRATO ASSINADO EM 01/09/2010
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal:	US$ 39.800.000,00	Parcelas Periódicas:		
Autorização Legal:	Lei Estadual nº 14.328 de 29 de outubro de 2008	USD	1.593.068,89	2010
Taxa:	Taxa determinada pelo custo de empréstimo qualificado para o semestre anterior, acrescida de uma margem aplicada o saldo devedor, contado a partir da data de desembolso	USD	930.197,44	2011
		USD	12.076.191,41	2012
		USD	3.515.315,32	2014
		USD	1.697.711,89	2015
Prazo:	24 anos e seis meses, sendo os primeiros 54 meses de carência			
Pagamentos:	37 prestações semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais vencendo-se a primeira em 31/03/2015 e a última em 31/09/2034			
Vencimento:	31/09/2030	USD	3.615.508,41	2016
Garantia:	PFRC/94			
Objetivo:	Programa de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira da Administração Estadual - PROFISCO			
Governo:	Lochet Arcângelo Pizzeri	Outros Encargos:	0,75% a.a. s/ saldo não desembolsado.	

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2015:	US$	22.934.517,21	Parcelas a Resgatar:	USD	2.193.508,88 2017
Amortização em 2016:	US$	(1.580.041,13)			
Inscrição em 2016:	US$	1.611.506,41			
Capital em circulação em 31/12/2016:	US$	24.934.982,49			

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANO	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2010	2.489.306,09	2.489.306,09	0,00	0,00	0,00
2011	3.013.706,09	314.400,00	0,00	117.492,88	117.492,88
2012	5.088.936,73	2.274.936,73	0,00	166.819,42	166.819,42
2013	34.127.914,02	29.038.177,29	0,00	315.696,38	315.696,38
2014	54.619.518,68	20.667.782,96	0,00	612.826,05	612.826,05
2015	89.771.352,44	29.287.996,96	4.142.267,73	836.035,85	4.998.303,58
2016	81.566.382,98	-2.466.890,00	5.735.968,37	1.589.968,82	7.325.829,19
TOTAL		81.446.611,07	9.882.236,09	3.819.139,61	13.401.367,50

PCDV874
Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/O-3

Fls. 363
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 365
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PUBLICA
GERÊNCIA DA DIVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRESTIMO: BANCO INTER. P/ RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD/ 7982-BR - ROF: TA 590787
CONTRATO ASSINADO EM 30/09/2010
CARACTERISTICAS

Valor Nominal:	US$ 98.000.000,00	Parcelas Recebidas:		
Autorizadora Legal:	Lei Estadual nº 14.962 de 22 de Dezembro de 2008	USD	225.306,08	2011
Taxa:	Libor + Spread variavel	USD	9.263.296,19	2012
Prazo:	25 anos, sendo os primeiros 7,09 meses de carência	USD	11.979.423,57	2013
Pagamentos:	39 prestações semestrais, vencendo-se a primeira em 15/05/2020 e a última em 15/05/2038	USD	10.065.213,52	2014
Vencimento:	15/11/2037	USD	32.422.896,28	2015
Garantia:	FPE/ICMS	USD	15.172.850,93	2016
Objetivo:	Programa Santa Catarina Rural - Microbacias III - Aumentar a competitividade das organizações dos agricultores familiares em Santa Catarina.			
Governo:		Outros Encargos:	0,75% a.a. s/ saldo não desembolsado	

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2015:	US$	88.746.913,82	Parcelas a Receber:	USD	6.091.306,05 2017
Amortização em 2016:	US$	-			
Inscrição em 2016:	US$	15.172.850,93			
Capital em circulação em 31/12/2016:	US$	82.819.063,89			

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANO	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2010					
2011	422.099,08	422.099,08	0,00	383.000,71	383.000,71
2012	17.105.377,15	16.900.322,75	0,00	143.873,59	143.873,59
2013	61.511.216,78	44.185.933,04	0,00	208.816,46	208.816,46
2014	96.724.695,78	35.213.384,90	0,00	502.341,68	502.341,68
2015	269.053.968,31	172.329.264,73	0,00	1.462.930,13	1.462.930,13
2016	274.143.461,61	5.992.581,76	0,00	3.149.583,42	3.149.583,42
TOTAL		269.950.960,51	0,00	2.630.564,87	2.630.564,87

PCDW976
Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON RHOBLAUCH
GERENTE DA DIVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.937/O-3

Fl. 364
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 366
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

EMPRESTIMO: BANCO INTER. DESENVOLVIMENTO - BID VI - Rodovias
CONTRATO ASSINADO EM 09/01/2013
CARACTERÍSTICAS

Valor Nominal	US$ 250.063.906,00	Parcelas Revisadas		
Autorização Legal	Lei Estadual nº 14.332 de 08 de Novembro de 2008	USD	46.261.057,24	2013
Taxa	Taxa determinada pelo custo do empréstimo qualificado para o semestre anterior, acrescida de uma margem aplicada o saldo devedor, contado a partir da data de desembolso	USD	38.000.000,00	2014
		USD	34.000.000,00	2015
Prazo	25 anos, sendo os primeiros 05 meses de carência	USD	31.000.000,00	2016
Pagamentos	40 prestações semestrais, sucessivas, vencendo-se a primeira em 09/07/2018 e a última em 09/01/2038			
Vencimento	09/01/2038			
Garantia	FPE/IPI			
Objetivo	Programa para o melhoria das condições físicas e operacionais da infraestrutura rodoviária estadual			
Governo	João Raimundo Colombo			

POSIÇÃO DOS PLANOS

Capital em circulação em 31/12/2015	US$	113.261.057,24	Parcelas a Revisar:		
Amortização em 2016	US$	-	USD	61.859.988,97	2017
Revisão em 2016	US$	37.000.000,00	USD	48.376.319,09	2018
Capital em circulação em 31/12/2016	US$	139.261.057,24			

EXTRATO DE CONTA

(Em Reais)

ANOS	SALDOS	VARIAÇÃO	PAGAMENTOS		
			AMORTIZAÇÕES	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
2013	115.405.043,45	115.405.043,45	0,00	1.339.258,47	1.339.258,47
2014	232.333.864,72	116.920.821,26	0,00	2.696.276,76	2.696.276,76
2015	**439.384.708,72**	**207.050.833,99**	**0,00**	**5.475.819,25**	**5.475.819,25**
2016	**485.826.409,85**	**46.441.701,13**	**0,00**	**10.305.272,56**	**10.305.272,56**
TOTAL		**485.826.409,85**	**0,00**	**19.716.337,04**	**19.716.337,04**

PCD/GEDIP
Saldos atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 015.874/O

ANDRÉ LUIZ VON KNOBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.037/O-1

Fl. 365
Rub.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 367
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
GERÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA - GEDIP

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS PAGAMENTOS
DÍVIDA FUNDADA EXTERNA
EXERCÍCIO DE 2016

(R$ mil)

INSTITUIÇÕES CREDORAS	VALORES PAGOS	SOMA
BANCO INTER. DE DESENVOLVIMENTO - BID - 1966/OC/BR - PGFT - TX. FIXA(S) - Contrato assinado em 06/06/2003 - Lei nº 11.830 de 19 de julho de 2001		
Amortizações	37.791.560,64	
Juros, comissões e outras despesas	6.983.475,05	44.795.059,79
BANCO INTERN. P/ RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD - 4666/BR - PGFT - TX.197181 - Cont. aos. 15/05/2002 - Lei nº 12.007 de 29 de nov. de 2001		
Amortizações	31.975.880,00	
Juros, comissões e outras despesas	275.642,99	31.556.233,99
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV - BID 2171/OC/BR - Contrato assinado em 28/04/2010 - Lei nº 14.022 de 09/11/2009		
Amortizações	7.969.477,30	
Juros, comissões e outras despesas	2.847.422,64	10.710.961,24
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV - BID 2172/OC/BR - Contrato assinado em 01.08.2010 - Lei nº 14.526 de 26/10/2009		
Amortizações	5.730.880,37	
Juros, comissões e outras despesas	1.569.055,82	7.299.936,19
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF - Contrato assinado em 01.08.2010		
Amortizações	10.740.440,22	
Juros, comissões e outras despesas	2.240.320,84	12.980.761,06
BANCO INTERN. P/ RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD 7862/BR-PGFML - Cont. aos. 26/06/2013 - Lei nº 14.982 de 03 de Setembro de 2009		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	3.148.933,42	3.148.933,42
BANK OF AMERICA - BOF TX.454756 - Cont. aos. 27/12/12 - Lei nº 15.661 de 10 de Agosto de 2012		
Amortizações	232.807.388,44	
Juros, comissões e outras despesas	98.724.775,12	331.532.181,57
BANCO INTERAMERICANO DE DESENV - BID 2800 - Contrato assinado em 08.01.13- Lei nº 14.932 de 09 de Novembro de 2009		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	10.909.272,99	10.909.272,99
CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF PROINFA - Contrato assinado em 26.08.14- Lei nº 15.714 de dezembro de 2001		
Amortizações	-	
Juros, comissões e outras despesas	1.202.970,27	1.202.970,27
TOTAL		
AMORTIZAÇÕES	315.981.305,18	
JUROS, COMISSÕES E OUTRAS DESPESAS	128.276.169,19	
GERAL		444.257.474,36

FONTE: SIAFI
Dados atualizados até o mês de dezembro

FLORIANÓPOLIS, 04 DE JANEIRO DE 2017

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC Nº 018 870/O

ANDRÉ LUIZ VON KROBLAUCH
GERENTE DA DÍVIDA PÚBLICA
CONTADOR CRC/SC 022.957/O-3

TCE/SC
Fls. 366
01

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 369
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2018/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

Transferências para o Contrato a Ferrar	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	591.396.534,00	591.396.534,00	187.904.239,23	33,40	719.048.890,51	121,42	(126.649.756,51)
Multas e Juros de Mora	165.480.927,00	148.480.927,00	33.907.974,00	22,80	220.005.671,05	148,12	(72.599.244,05)
Indenizações e Restituições	152.758.381,00	152.758.381,00	105.705.725,09	69,20	169.672.314,55	111,07	(16.913.933,55)
Receita da Dívida Ativa	37.000.505,00	37.000.505,00	18.264.459,16	48,63	79.978.795,36	212,71	(42.978.290,36)
Receitas Correntes Diversas	252.556.821,00	252.556.821,00	39.026.080,43	15,89	247.574.909,55	98,03	4.981.711,45
RECEITAS DE CAPITAL	1.518.184.920,00	1.518.184.920,00	227.920.405,36	15,01	1.387.348.775,68	90,06	150.836.144,32
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.399.108.132,00	1.399.108.132,00	195.406.380,11	13,97	1.253.860.810,78	89,62	145.227.621,22
Operações de Crédito Internas	1.050.677.144,00	1.050.677.144,00	142.053.765,04	13,52	1.037.669.146,04	98,74	13.211.997,96
Operações de Crédito Externas	348.430.988,00	348.430.988,00	53.352.631,07	15,31	216.415.464,74	62,11	132.015.523,26
ALIENAÇÃO DE BENS	54.148.001,00	54.148.001,00	315.641,97	0,58	9.078.706,19	16,77	45.069.294,82
Alienação de Bens Móveis	27.411.393,00	27.411.393,00	305.000,00	1,11	7.968.209,86	29,06	19.554.903,14
Alienação de Bens Imóveis	26.736.608,00	26.736.608,00	65.641,51	0,25	1.222.396,32	4,57	25.514.301,68
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	12.589.647,00	12.589.647,00	2.793.232,16	22,34	23.349.837,00	185,71	(10.844.190,00)
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	22.423.140,00	22.423.140,00	29.356.345,21	130,93	97.023.493,58	254,31	(34.600.053,58)
Transferências Intergovernamentais	9.509.695,00	9.509.695,00	2.936.570,00	30,90	4.941.236,64	52,01	4.568.458,36
Transferências de Instituições Privadas	-	-	117.440,02	-	260.551,00	-	(260.551,00)
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	12.913.445,00	12.913.445,00	26.234.335,19	203,16	91.891.875,05	421,84	(38.978.430,05)
Transferências para o Contrato a Ferrar	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	30.000.000,00	30.000.000,00	-	-	24.013.927,34	80,05	5.986.072,66
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Dív. Ativ. Prov. da Alienação de Emp. e Financ.	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	30.000.000,00	30.000.000,00	-	-	24.013.927,34	80,05	5.986.072,66
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.810.291.010,00	1.810.291.010,00	374.710.308,33	23,27	1.595.300.932,96	87,21	44.990.077,04
RECEITAS CORRENTES	1.810.291.010,00	1.810.291.010,00	371.817.309,92	23,08	1.555.306.423,07	85,56	54.984.363,63
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.247.954.233,00	1.247.954.233,00	298.160.675,20	23,89	1.232.374.490,67	98,75	15.579.932,33
Contribuições Sociais	1.247.954.233,00	1.247.954.233,00	298.160.675,20	23,89	1.232.374.490,67	98,75	15.579.932,33
RECEITA PATRIMONIAL	1.810.070,00	1.810.070,00	503.087,90	27,82	1.944.774,21	90,87	165.303,79
Receitas Imobiliárias	1.810.070,00	1.810.070,00	503.087,90	27,82	1.944.774,21	90,87	165.303,79
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	268.026.531,00	268.026.531,00	39.989.776,15	14,92	232.359.595,51	86,69	35.666.932,49
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	82.498.174,00	82.498.174,00	33.023.260,59	39,70	88.017.548,69	96,24	3.480.625,32
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-	84,32	-	(84,32)

Fls. 367
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 369
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DO BIMESTRE (NOVEMBRO-DEZEMBRO)

MSCC - Anexo I (LRF, Art. 53, inciso I, alínea "c") e "b" do Inciso II do §1º)

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)	(i)=(e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VII)	53.585.486.643,00	57.600.080.070,71	3.886.817.613,23	33.913.370.119,67	6.231.114.641,34	3.036.247.230,09	23.077.125.956,46	3.794.988.190,25	21.660.616.242,19	335.805.832,98
DESPESAS CORRENTES	46.838.502.477,00	53.017.400.280,20	3.887.337.717,38	29.130.190.301,38	2.875.209.887,34	3.071.716.745,64	18.783.838.555,46	2.233.840.565,34	18.557.311.911,05	334.525.756,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.467.931.236,00	19.492.249.627,04	3.345.480.436,73	15.997.380.190,24	866.869.883,34	2.429.139.299,63	13.446.239.446,03	897.891.355,71	13.425.375.081,38	3.939.579,47
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.237.978.615,00	925.975.238,44	68.000.280,13	911.254.027,44	14.721.211,00	138.150.085,13	911.234.223,44	134.961.011,25	911.254.027,44	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.132.593.626,00	7.782.344.977,72	666.911.191,26	6.914.346.483,02	1.737.998.143,00	1.504.147.112,00	3.996.143.636,34	1.975.196.868,34	4.960.640.643,13	686.999.245,74
Transferências a Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	7.132.593.626,00	7.782.344.977,72	666.911.191,26	6.914.346.483,02	1.737.998.143,00	1.504.147.112,00	3.996.143.636,34	1.975.196.868,34	4.960.640.643,13	686.999.245,74
DESPESAS DE CAPITAL	6.204.021.814,00	5.835.330.736,51	179.296.592,16	3.977.784.171,21	2.352.799.972,00	352.591.038,11	2.294.486.248,44	1.336.127.696,91	3.280.257.602,26	183.332.807,27
INVESTIMENTOS	3.123.446.606,00	3.870.950.046,51	140.211.711,06	1.914.503.124,68	1.795.364.163,10	286.271.314,33	1.520.060.881,21	1.330.981.181,68	1.920.210.324,73	183.332.807,27
INVERSÕES FINANCEIRAS	36.137.113,00	11.936.600,00	16.832.580,06	16.795.103,31	19.336.196,70	20.989.913,64	16.795.131,21	16.336.196,91	16.836.823,01	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	975.000.000,00	788.900.252,70	98.180.911,04	915.786.943,22	135.111.852,21	175.882.910,00	741.790.836,32	170.114.482,91	943.760.455,24	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	69.437.884,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.286.133.466,00	1.067.320.126,74	282.956.975,31	1.086.368.662,02	126.139.037,72	322.130.231,36	1.440.275.436,46	126.951.192,79	1.039.888.252,26	6.224.418,06
DESPESAS CORRENTES	1.286.133.466,00	1.063.318.126,74	282.912.280,31	1.080.480.570,36	117.008.191,04	302.120.051,36	1.247.595.748,34	126.152.511,79	1.035.768.194,01	6.224.418,06
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.182.704.684,00	1.032.799.017,74	232.150.312,02	1.050.465.040,36	82.333.977,38	257.625.182,97	1.206.045.294,95	90.156.135,44	1.047.925.485,96	1.409.554,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	111.464.137,00	140.660.338,64	50.761.968,29	314.365.529,97	15.674.213,64	55.379.189,01	959.759.454,39	31.996.375,35	988.747.708,13	4.827.863,91
DESPESAS DE CAPITAL	913.061,00	2.001.913,00	43.195,00	1.191.371,04	190.555,68	47.180,00	1.156.171,04	798.680,96	1.119.277,04	-
INVESTIMENTOS	913.061,00	2.001.913,00	43.195,00	1.191.371,04	190.555,68	47.180,00	1.156.171,04	798.680,96	1.119.277,04	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (IX) = (VIII + IX)	55.791.760.643,00	58.667.400.070,47	3.871.300.980,15	34.170.150.431,91	5.342.941.148,67	3.038.530.040,04	25.053.901.322,47	3.881.240.099,05	22.660.617.066,44	342.078.139,01

Fls. 368

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 370
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Fls. 369

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 371
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Fl. 370
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 372
Rub

ESTADO DE SANTA CATARINA

FL. 371
PGE

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 373
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO FINANCEIRO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
(ANEXO II DO DECRETO DE NUMERAÇÃO DO EXERCÍCIO)

RREO – Anexo IV (LRF, Art.53, inciso II)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	972.139.419,00	972.139.419,00	326.071.870,97	661.674.026,91
RECEITAS CORRENTES	972.139.419,00	972.139.419,00	326.071.710,54	661.674.026,29
Receita da Contribuição dos Segurados	702.979.341,00	702.979.341,00	231.193.078,64	478.880.331,68
Previsão Civil	598.211.811,00	598.211.811,00	196.113.918,80	415.230.668,89
Ativo	450.761.555,00	450.761.555,00	162.048.385,47	338.553.005,53
Inativo	110.889.340,00	110.889.340,00	30.256.218,09	68.353.433,57
Pensionista	36.638.197,00	36.638.197,00	3.809.755,34	11.313.665,79
Previsão Militar	104.252.530,00	104.252.530,00	35.079.159,84	62.739.447,72
Ativo	115.135.675,00	115.135.675,00	39.158.037,05	102.244.058,78
Inativo	34.413.734,00	34.413.734,00	10.470.032,00	35.893.058,09
Pensionista	4.753.091,00	4.753.091,00	3.886.761,00	4.920.415,00
Outras Receitas de Contribuições	14.668.842,00	14.668.842,00	15.673.183,05	5.703.308,88
Receita Patrimonial	5.133.445,00	5.133.445,00	58.777.987,02	8.053.057,41
Receitas Imobiliárias	-	-	37.080,51	-
Receitas de Valores Mobiliários	5.133.445,00	5.133.445,00	58.740.161,51	8.053.057,41
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita de Serviços	910,00	910,00	3.460.972,80	135.096,93
Outras Receitas Correntes	38.033.013,00	38.033.013,00	11.251.376,01	28.274.060,27
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	38.262.359,00	38.262.359,00	27.551.109,10	24.909.567,33
Demais Receitas Correntes	185.713,00	185.713,00	5.099.451,53	1.276.064,84
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	160,43	126,69
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	160,43	126,69
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.164.953.255,00	1.164.808.255,00	1.224.918.296,20	836.955.515,90
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I+II)	1.967.588.674,00	1.967.578.674,00	2.170.297.304,50	1.518.329.596,40

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS (EXCETO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	
			Até o Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	Até o Bimestre (f)	Até o Bimestre (g)	Até (h)	Até (i)
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	4.018.080.000,00	4.179.008.063,99	3.973.859.813,01	3.908.135.133,09	3.968.971.810,01	3.908.980.251,87	3.911.004,00	3.024.094,03
ADMINISTRAÇÃO	98.988.800,00	181.231.247,20	89.470.396,13	81.175.980,17	89.291.796,65	98.340.259,65	1.798.540,26	1.537.421,46
Despesas Correntes	97.105.800,00	153.240.177,72	86.109.996,14	81.068.033,01	92.191.461,40	96.163.079,14	1.117.232,14	849.664,30
Despesas de Capital	2.105.000,00	3.990.069,48	931.799,04	990.449,85	918.280,43	992.979,61	31.308,61	162.857,29
PREVIDÊNCIA	3.919.992.191,00	3.918.230.796,79	3.884.323.417,45	4.003.390.053,09	3.884.379.522,84	4.983.547.983,31	913.295,61	2.099,99
Previsão Civil	3.857.265.100,00	3.858.828.089,79	3.206.826.762,17	2.808.970.758,20	3.206.489.939,91	3.859.917.045,80	40.022,98	2.099,99
Aposentadorias	2.719.381.020,00	4.647.822.217,79	3.630.378.230,09	3.100.648.757,28	3.630.063.858,80	3.109.944.731,68	28.051,98	-
Pensões	962.534.818,00	1.048.818.818,00	156.980.032,13	668.126.997,71	756.002.981,01	669.192.048,71	11.941,18	2.099,99
Outros Benefícios Previdenciários	11.000,00	27.088,00	-	-	-	-	-	-
Previsão Militar	-	-	1.287.747.106,04	1.040.030.717,48	1.207.944.613,00	1.040.930.717,48	912.923,99	-
Reformas	-	-	1.186.579.761,00	971.178.788,04	1.055.539.084,15	971.178.788,04	40.720,14	-
Pensões	-	-	101.575.975,04	68.560.909,04	152.508.882,11	69.560.963,04	51.939,24	-

Fl. 372
PGE/SCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 374
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
Plano PREVIDIÁRIO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

(NOE) - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso III) R$ 1,00

Alienação de Bens	-	-						-
Amortização de Empréstimos	-	-						-
Outras Receitas de Capital	-	-						-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (VIII) + (IX) + (X)	1.144.802.000,00	1.144.802.000,00			1.204.919.090,00			60.056.114,54
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		ANULAÇÕES DE EMPENHOS A PAGAR NÃO	
			Até o Bimestre (2016)	Até o Bimestre (2015)	Até o Bimestre (2016)	Até o Bimestre (2015)	Em 2016	Em 2015
ADMINISTRAÇÃO (XIV)	7.616.887,39	11.020.887,00	7.068.905,03	6.064.567,60	7.515.425,39	6.631.771,41	52.580,47	122.626,23
Despesas Correntes	7.616.887,39	11.020.887,00	7.068.905,03	6.064.567,60	7.515.425,39	6.631.771,41	52.580,47	122.626,23
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XIV)	7.616.887,39	11.020.887,00	7.068.905,03	6.064.567,60	7.515.425,39	6.631.771,41	52.580,47	122.626,23

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC
Notas Explicativas:
* Nesta linha foram informados os repasses do Tesouro do Estado ao FPREV referentes:
a) a taxa administrativa, conforme disposto no § 1º do art. 35 da Lei Complementar Estadual nº 412/2008;
b) para pagamento de aposentadorias judiciais, conforme disposto no art. 29 da Lei Complementar Estadual nº 412/2008.

c) Da receita acima (Art. 11 da Lei Complementar nº 662/2015, que institui o Fundo Previdenciário criado pela Lei Complementar nº 412, de 2008, é deduzida receitas arrecadas de extinto Fundo Previdenciário revertidas ao Fundo Financeiro.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2017

ARTURO MARCOS GALVAZZINI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTELA LUZIA MUSSI WEIR
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 35.090/O-5

MARIO WEISSHAUPT NETO
COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADOR CRCSC 032.972/O-0

Fl. 373

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 375
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2015 (a)	Em 31/Out/2016 (b)	Em 31/Dez/2016 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	118.515.960.120,46	118.925.795.362,71	134.371.705.264,22
Passivo Atuarial [1]	118.288.323.439,27	118.288.323.438,27	134.137.768.922,40
Demais Dívidas	227.629.682,19	237.475.924,44	233.936.361,82
DEDUÇÕES (VIII)	731.090.324,01	377.886.739,03	337.074.446,71
Disponibilidade de Caixa Bruta	696.587,44	146.845,25	19.344,94
Investimentos	730.090.352,36	377.696.019,98	337.348.401,29

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2015 (a)	Em 31/Out/2016 (b)	Em 31/Dez/2016 (c)
Demais Haveres Financeiros	52.552,72	40.873,80	40.873,80
(-) Restos a Pagar Processados	269.168,51	0,00	334.173,32
DÍVIDA CONSOL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	117.784.902.796,45	118.147.913.623,68	134.034.630.837,51
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	227.629.682,19	232.506.902,50	233.936.361,82
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	117.557.273.114,26	117.915.407.021,18	133.800.694.475,69

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEFISC

NOTAS EXPLICATIVAS

[1] Disponibilidade de Caixa Bruta representa os valores depositados em Bancos, incluindo aplicações financeiras e os valores de arrecadação indireta (valores arrecadados em processamento pela rede bancária). No entanto, o saldo não representa recursos livres, pois sua composição engloba valores referentes a depósitos de terceiros (tais como cauções, fianças e consignações) e recursos legalmente vinculados.

[2] Nesta linha foram consideradas as dívidas juridicamente dívidas pelo Estado e representativas de déficits passados, tais como: precatórios emitidos após 05/05/2000, os parcelamentos de dívidas junto ao INSS, RPPS/SC e RFB (Pasep), as obrigações tributárias e previdenciárias em litígio.

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 374
MPC

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 376
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
(DEMONSTRATIVO) DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

(ANEXO I-A (DECRETO) [illegible] DO EXERCÍCIO)

[illegible] - ANEXO VI-A (LRF, art. 53, inciso III)

R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		Até 1 Bimestre (2012)		Até 1 Bimestre (2013)
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	33.534.166.400,00	2.529.467.100,10		2.736.030.094,26
Receitas Tributárias	16.078.184.100,00	1.283.825.170,10		1.239.952.947,50
ICMS	11.081.815.033,00	1.460.797.300,05		1.511.036.202,83
IPVA	825.560.022,00	581.761.222,00		572.000.000,12
ITCD	192.300.242,00	199.063.215,17		202.071.007,26
IRRF	1.323.480.701,00	1.414.336.742,08		1.241.237.240,09
Outras Receitas Tributárias	735.000.072,00	662.437.626,31		661.308.417,60
Receitas de Contribuições	2.195.190.540,00	2.067.660.743,27		1.709.000.370,29
Receitas Previdenciárias	2.195.190.413,00	1.958.808.881,15		1.722.130.708,91
Outras Receitas de Contribuições	11.111.001,00	10.702.146,29		1.809.051,71
Receita Patrimonial Líquida	31.938.046,00	39.753.080,58		972.220.051,29
Receita Patrimonial	165.252.913,00	630.276.016,31		971.770.682,59
(-) Aplicações Financeiras	888.524.567,00	880.526.481,16		730.180.010,68
Transferências Correntes	5.765.666.029,00	5.310.510.025,79		5.838.466.207,23
FPE	1.080.561.774,00	810.328.243,23		762.000.721,28
Cotaparte	583.195.051,00	125.982.051,34		89.309.655,80
Outras Transferências Correntes	4.372.149.026,00	3.978.908.030,66		4.988.140.980,09
Demais Receitas Correntes	1.004.410.024,00	1.038.908.439,31		1.233.058.080,96
Dívida Ativa	97.000.001,00	164.604.333,08		64.194.189,83
Diversas Receitas Correntes	1.980.312.573,00	1.030.134.045,29		1.067.331.015,65
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.145.164.000,00	1.377.262.580,50		1.260.112.065,24
Operações de Crédito (III)	1.080.308.132,00	1.332.880.070,70		1.140.605.088,00
Amortização de Empréstimos (IV)	32.000.001,00	23.340.627,80		23.206.027,19
Alienação de Bens (V)	34.160.001,00	5.078.700,15		5.131.444,91
Transferências de Capital	22.422.146,00	17.023.005,80		46.026.797,83
Correntes	12.513.246,00	11.851.870,20		41.030.372,19
Outras Transferências de Capital	9.908.900,00	5.133.835,20		5.022.825,41
Outras Receitas de Capital	32.000.000,00	23.319.996,05		46.052.907,91
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (II) + (-) (III + IV + V)	32.422.146,00	28.553.051,95		102.900.946,47
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VI) = (I + II)	33.967.330.546,00	27.117.420.051,30		25.840.022.956,70

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	
		Até 1 Bimestre (2012)	Até 1 Bimestre (2013)	Até 1 Bimestre (2012)	Até 1 Bimestre (2013)	Em 2012	Em 2013
DESPESAS CORRENTES (VII)	24.708.210.000,00	21.668.511.570,00	25.202.112.960,76	21.238.527.794,00	19.902.917.956,04	555.740.281,00	512.490.007,11
Pessoal e Encargos Sociais	15.775.900.045,00	15.668.007.000,00	15.372.145.060,26	14.980.818.064,76	15.060.836.217,21	6.187.671,61	15.201.922,89
Juros e Encargos da Dívida (IX)	825.015.026,04	811.334.327,46	952.280.365,26	811.334.327,26	937.268.092,76	-	0,00
Outras Despesas Correntes	8.107.312.881,76	5.205.430.712,80	3.774.190.193,53	5.474.861.502,77	3.424.595.636,06	384.896.210,00	396.118.113,64
Transferências Constitucionais e Legais*	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	8.107.312.881,76	5.205.430.712,80	3.774.190.193,53	5.474.861.502,77	3.424.595.636,06	384.896.210,00	396.118.113,64
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VII - IX)	23.883.195.973,96	20.857.177.242,54	24.249.832.595,50	20.427.193.467,24	19.065.649.863,28	555.740.281,00	512.490.007,11
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.084.201.606,04	3.680.908.386,46	3.774.382.757,27	3.297.382.742,71	3.837.267.993,76	192.332.951,13	141.970.944,53
Investimentos	3.974.994.605,28	1.811.311.892,42	1.843.420.984,42	1.804.016.744,44	1.676.917.653,43	192.332.951,13	141.780.947,53
Inversões Financeiras	11.206.680,81	62.100.157,01	125.032.367,42	63.100.137,01	101.959.228,80	-	1.197.997,00
Concessão de Empréstimos (XII)	12.706.190,46	12.525.382,15	16.071.971,74	12.525.382,15	13.476.386,75	-	307.049,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	66.205.133,82	63.135.056,88	112.130.435,68	63.118.054,30	111.378.842,81	-	15.000,00
Amortização da Dívida (XIV)	180.900.247,72	810.100.994,32	934.324.419,43	810.100.994,32	934.934.416,82	-	-

Fls. 375

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 377
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA / EXERCÍCIO

R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (I + II + V)
	Inscritos					Inscritos						
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro do ano	Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro do ano	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	**114.088.891,68**	**113.972.708,96**	**106.477,91**	**9,81**	-	**449.119.440,09**	**387.193.163,82**	**337.193.150,03**	**317.666.238,08**	-	**0,00**
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PODER EXECUTIVO	-	**112.115.573,83**	**112.115.573,83**	**0,00**	-	-	**380.195.483,82**	**181.850.161,81**	**131.850.161,81**	**177.220.041,23**	-	**0,00**
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	-	**77.777.457,24**	**987.466,13**	**0,00**	-	-	**92.137.378,42**	**10.868.639,99**	**10.868.639,99**	**27.467.403,08**	-	**0,00**
SECRETARIAS	-	**77.777.457,22**	**987.466,13**	**0,00**	-	-	**92.137.378,42**	**10.868.639,99**	**10.868.639,99**	**27.467.403,08**	-	**0,00**
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	-	15.150,00	15.150,00	-	-	-	397.087,94	250.146,00	250.146,00	146.941,94	-	-
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL	-	1.884.116,48	1.884.116,48	-	-	-	3.682.084,21	1.933.124,79	1.933.124,79	2.205.044,42	-	-
SEC. DE ESTADO DO PLANEJAMENTO	-	157.226,69	157.226,69	-	-	-	53.045,29	30.002,71	30.002,71	23.102,58	-	-
SEC. DE ESTADO FORMAÇ. CULTURA E ESPORTE	-	32.777,08	31.765,50	446,00	-	-	300.796,99	113.784,00	112.784,00	188.227,07	-	-
SEC. DE EST. ASSIST. SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO	-	3.773.448,49	3.350.533,79	106.031,74	-	-	3.194.235,00	1.594.869,00	1.594.869,00	514.418,00	-	-
SEC. DE ESTADO DO DESENV. SOCIAL SUSTENTÁVEL	-	47.643,48	47.643,48	-	-	-	33.972,20	28.819,64	28.979,64	5.992,52	-	-
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	-	119.141,27	119.141,27	-	-	-	280.232,42	240.021,71	235.231,71	35.744,65	-	-
SEC. EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO NACIONAL	-	20.148,76	20.148,76	-	-	-	156.144,04	132.427,07	132.427,07	8.109,28	42,69	15,97
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL	-	-	-	-	-	-	527.158,45	500.346,75	500.346,75	26.812,48	42,69	15,97
SEC. EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL	-	77.227,19	77.227,19	-	-	-	135.677,60	32.122,00	32.122,00	103.799,28	-	-
SEC. DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO	-	2.080.127,09	2.080.127,09	-	-	-	2.013.888,00	812.900,00	812.900,00	1.100.187,99	-	-
GABINETE DO VICE - GOVERNADOR DO ESTADO	-	30.479,21	30.479,21	-	-	-	147.235,98	131.317,50	131.317,50	16.709,69	-	-
PROCURADORIA GERAL JUNTO AO TCE	-	137.666,95	137.666,95	-	-	-	3.833,52	2.131,91	2.131,91	1.080,01	-	-
SEC. DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA	-	389.660,79	389.660,79	-	-	-	701.705,03	130.668,97	130.668,97	483.046,32	-	-
SEC. DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	-	2.166.166,01	2.166.166,01	-	-	-	13.552.209,90	9.038.419,94	8.954.819,94	3.964.389,96	-	-
SEC. DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO	-	201.646,87	201.646,87	-	-	-	282.267,11	197.958,21	197.958,21	84.687,39	-	-
ENGENHOSA GERAL DO ESTADO	-	221.384,17	221.384,17	-	-	-	2.275.195,11	1.387.879,13	1.387.879,13	2.032.699,80	-	-
SEC. DE ESTADO DA FAZENDA	-	1.247.243,57	1.247.243,57	-	-	-	2.972.708,56	2.917.087,28	2.917.087,28	1.055.121,27	-	-
SEC. DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA	-	32.151,48	32.151,48	-	-	-	14.232.119,48	14.232.000,00	14.232.000,00	2.151.151,15	-	-
SDR ITAPIRANGA	-	791.791,73	791.791,73	180,00	-	-	84.284,09	51.155,24	51.155,24	14.670,17	-	-
SDR GUILHERME	-	127.133,77	127.133,77	-	-	-	299.972,91	90.946,23	90.946,23	111.810,42	-	-
SDR SEARA	-	9.683,57	9.683,57	-	-	-	193.581,97	180.318,91	180.318,91	8.945,65	0,06	0,03
SDR YAKI	-	165.340,64	165.340,64	-	-	-	231.139,45	82.895,45	82.895,45	139.449,01	-	-
SDR TIMBÓ	-	11.009,46	11.009,46	-	-	-	207.624,45	202.460,82	202.460,82	16.163,09	-	-
SDR MAFRA CENTRO	-	113.282,46	113.282,46	-	-	-	191.171,46	185.419,99	185.419,99	86.764,88	-	-
SDR SÃO JOAQUIM DE OESTE	-	31.323,88	31.323,88	-	-	-	225.135,15	126.486,28	126.486,28	161.635,27	-	-
SDR MARAVILHA	-	83.661,88	80.797,18	10.224,00	-	-	167.126,08	132.924,19	132.909,19	31.889,15	-	-
SDR SÃO LOURENÇO DO OESTE	-	59.643,43	59.643,43	-	-	-	13.063,91	13.063,91	13.063,91	646,37	-	-
SDR CHAPECÓ	-	29.699,19	29.699,19	-	-	-	3.570.063,13	1.274.753,16	1.274.753,16	2.750.304,88	-	-
SDR XANXERÊ	-	474.513,08	474.513,08	-	-	-	599.543,31	131.483,00	131.483,00	925.703,16	-	-
SDR CONCÓRDIA	-	32.197,01	32.197,01	-	-	-	956.440,91	766.885,93	766.879,93	219,70	0,06	0,03
SDR JOAÇABA	-	140.246,05	140.246,05	-	-	-	960.554,29	501.800,40	501.800,40	598.754,84	-	-
SDR CAMPOS NOVOS	-	12.137,99	12.137,99	-	-	-	356.471,46	46.550,46	46.550,46	162.811,98	-	-
SDR VIDEIRA	-	106.792,11	106.792,11	-	-	-	170.339,97	51.144,17	51.144,17	51.956,80	-	-
SDR CAÇADOR	-	64.980,43	64.980,43	-	-	-	277.258,97	218.749,32	218.749,32	59.509,25	-	-
SDR CURITIBANOS	-	149.958,61	149.958,61	-	-	-	97.881,40	19.383,40	19.383,40	32.555,21	-	-
SDR RIO DO SUL	-	199.959,08	199.959,08	-	-	-	316.179,94	180.734,40	162.719,62	55.462,46	-	-
SDR TAPERA/DA	-	135.951,08	135.951,08	-	-	-	292.952,44	71.709,44	71.709,44	161.292,36	-	-
SDR ARARAS	-	16.232,79	16.232,79	-	-	-	59.384,67	59.384,67	59.384,67	4.084,05	42,69	15,97
SDR BLUMENAU	-	224.161,73	224.161,73	-	-	-	444.736,07	381.033,79	381.033,79	77.122,28	-	-
SDR BRUSQUE	-	69.213,62	69.213,62	-	-	-	200.333,31	48.271,79	48.271,79	116.821,23	-	-
SDR ITAJAÍ	-	1.960.139,66	1.960.139,66	-	-	-	360.389,01	191.322,85	191.322,85	212.933,91	-	-

Fl. 376

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 378
Rub

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ANEXO 5 DA LEI 4.320/64 E DO MANUAL DE DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS APLICADOS

PERÍODO: JANEIRO DE 2017 até DEZEMBRO DE 2017 (Anexo 5) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS OU EXECUTADOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (I+II)
	Inscritos: Em Exercícios Anteriores	Inscritos: Em 31 de dezembro de 2016	Pagos	Cancelados	Saldo (III)	Inscritos: Em Exercícios Anteriores	Inscritos: Em 31 de dezembro de 2016	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (IV)	
FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	-	2.715,00	2.715,00	-	-	-	40.324,08	3.900,00	3.900,00	36.714,08	-	-
FUNDO DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO	-	201.598,00	201.598,00	-	-	-	3.676.970,66	3.670.682,74	3.539.827,79	1.494.120,39	-	-
FUNDO PARA VELOCIDADE MÍNIMA	-	4.388.744,23	4.388.744,23	-	-	-	64.764.788,40	61.687.202,77	61.687.602,77	63.189.642,73	-	-
FUNDO PENITENCIÁRIO	-	-	-	-	-	-	3.689,56	3.689,56	3.689,56	-	-	-
FUNDO ENTRONIZAÇÃO	-	-	-	-	-	-	79.600,00	19.148,00	19.148,00	60.452,00	-	-
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	-	110.164.610,66	110.164.610,66	-	-	-	93.100.164,97	29.466.116,49	29.446.116,49	36.691.643,60	-	-
FUNDO ESTATUTO DA PARTICIPAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS	-	-	-	-	-	-	2.91	-	-	0,91	-	-
FUNDO ESTATUTO PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS	-	-	-	-	-	-	15.000,91	30.058,91	30.058,91	15.044,25	-	-
FUNDO DE ESFORÇO FISCAL	-	251.629,91	172.629,79	36.999,99	21,99	-	1.646.982,07	666.794,64	666.794,64	7.130.067,16	-	0,00
EMPRESAS	**-**	**8.596.081,57**	**8.596.544,04**	**19.547,45**	**(0,92)**	**-**	**3.677.072,68**	**1.666.410,07**	**1.666.410,07**	**1.384.867,40**	**-**	**0,00**
SANTA CATARINA TURISMO S.A. - SANTUR	-	19.518,68	19.525,99	1.991,13	(0,44)	-	900.511,99	19.111,41	19.111,41	278.344,65	-	0,00
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SC - COHAB	-	577,00	577,00	-	-	-	977.002,25	89.990,91	89.990,25	487.488,66	-	-
COMPANHIA DE DESENV. AGRÍCOLA DE SC - CODESC	-	1.999.139,78	1.999.139,78	-	-	-	719.028,99	11.722,04	11.722,04	730.883,77	-	-
EMPRESA DE ASSIST. TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE SC - EPAGRI	-	6.594.340,77	6.594.354,31	4.994,19	(0,00)	-	1.999.414,33	999.377,83	999.377,83	388.323,09	-	0,00
PODER LEGISLATIVO	**-**	**1.837.152,65**	**1.818.952,57**	**1.162,20**	**0,00**	**-**	**(0.000.530,00**	**11.000.000,13**	**11.444.000,13**	**0.084.352,79**	**-**	**0,00**
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	-	1.239.890,01	1.200.950,80	1.162,20	0,00	-	10.930.259,54	9.114.157,00	9.114.347,00	9.270.091,25	-	0,00
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	-	577.152,00	577.152,00	-	-	-	6.130.270,59	2.200.979,04	2.200.979,04	3.990.999,54	-	-
PODER JUDICIÁRIO	**-**	**37.177,00**	**37.177,00**	**-**	**-**	**-**	**17.563.964,31**	**23.000.000,40**	**23.000.000,40**	**20.472.103,91**	**-**	**-**
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	-	-	-	-	-	-	20.137.116,40	19.000.000,00	19.000.000,00	6.790.452,10	-	-
FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DA JUSTIÇA	-	37.177,00	37.177,00	-	-	-	24.047.847,91	13.000.170,11	13.000.170,11	13.594.651,72	-	-
MINISTÉRIO PÚBLICO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**9.000.000,00**	**3.000.000,00**	**3.000.000,00**	**0.010.000,00**	**-**	**-**
MINISTÉRIO PÚBLICO	-	-	-	-	-	-	9.001.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	0.000.101,00	-	-
FUNDO RECOMPOSIÇÃO BENS LESADOS MPSC	-	-	-	-	-	-	0.000,00	0.000,00	0.000,00	-	-	-
FUNDO ESPECIAL MPSC	-	-	-	-	-	-	727.727,40	0.000,00	0.000,00	128.417,40	-	-
RESTOS A PAGAR (NÃO-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**-**	**10.000.000,11**	**10.000.000,11**	**-**	**-**	**-**	**10.000.000,00**	**7.211.527,07**	**7.211.527,07**	**3.000.000,12**	**-**	**-**
TOTAL (III) + (IV) + (II)	**-**	**121.157.107,01**	**106.000.000,10**	**199.277,01**	**0,00**	**-**	**600.129.041,47**	**554.000.000,00**	**554.000.000,00**	**227.321.111,77**	**-**	**0,00**
RESTOS A PAGAR (NÃO-ORÇAMENTÁRIOS)	**-**	**10.000.000,11**	**10.000.000,11**	**-**	**-**	**-**	**10.000.000,00**	**7.211.527,07**	**7.211.527,07**	**3.000.000,12**	**-**	**-**
PODER EXECUTIVO	**-**	**10.000.000,11**	**10.000.000,11**	**-**	**-**	**-**	**3.227.011,01**	**3.001.000,01**	**3.001.000,01**	**3.000.000,11**	**-**	**-**
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**-**	**7.010.000,11**	**7.010.000,11**	**-**	**-**	**-**	**3.227.047,10**	**1.220.700,28**	**1.220.700,28**	**907.300,09**	**-**	**-**
SEGRETARIAS	**-**	**7.010.000,11**	**7.010.000,11**	**-**	**-**	**-**	**3.227.047,10**	**1.220.700,28**	**1.220.700,28**	**907.300,09**	**-**	**-**
GOVERNADORIA PÚBLICA DO ESTADO	-	3.000,00	3.000,00	-	-	-	77.000,10	33.000,10	31.000,10	30.000,00	-	-
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL	-	32.000,00	32.000,00	-	-	-	33.141,10	10.000,10	10.000,10	30.000,01	-	-
SEC. DE ESTADO DO PLANEJAMENTO	-	10.277,10	10.277,10	-	-	-	7.000,10	3.000,00	3.000,00	3.041,00	-	-
SEC. DE ESTADO TURISMO, CULTURA E ESPORTE	-	8.010,00	8.010,00	-	-	-	12.101,00	1.000,00	1.000,00	10.010,00	-	-
SEC. DE EST. ASSIST. SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO	-	64.700,01	64.700,01	-	-	-	101.000,00	104.027,01	104.027,01	10.007,00	-	-
SEC. DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	-	7.000,00	7.000,00	-	-	-	30.000,00	17.000,00	17.000,00	10.000,00	-	-
PROGRAMADORIA GERAL DO ESTADO	-	47.010,10	47.010,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SEC. EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO NACIONAL	-	1.004,01	1.004,01	-	-	-	2.000,01	1.011,01	1.011,01	140,00	-	-
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL	-	2.000,01	2.000,01	-	-	-	000,00	000,10	000,10	000,01	-	-
SEC. EXECUTIVA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS	-	3.000,10	3.000,10	-	-	-	0.010,00	001,01	001,01	0.017,10	-	-
SEC. DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO	-	5.100,00	5.000,00	-	-	-	0.700,10	0.100,00	0.100,00	0.000,00	-	-
GABINETE DO VICE-GOVERNADOR DO ESTADO	-	3.000,00	3.000,00	-	-	-	0.000,10	0.000,01	0.000,01	0.000,00	-	-
PROGRAMADORIA GERAL JUNTO AO TCE	-	3.000,00	3.000,00	-	-	-	000,01	00,00	00,00	000,00	-	-
SEC. DE ESTADO DA MICROEMPRESA E DA PEQUENA	-	00.010,00	00.010,00	-	-	-	00.000,01	01.000,01	01.000,01	0.000,00	-	-
SEC. DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	-	0.270.000,00	0.270.000,00	-	-	-	1.110.001,00	002.000,00	002.000,00	001.000,01	-	-
SEC. DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO	-	001.000,00	001.000,00	-	-	-	00.100,10	10.000,00	10.000,00	10.000,00	-	-
SEC. DE ESTADO DA FAZENDA	-	000.010,10	000.010,10	-	-	-	001.000,10	101.000,10	101.000,10	000.001,00	-	-
SEC. DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA	-	0.000,11	0.000,11	-	-	-	7.011,00	0.000,01	0.000,01	0.011,00	-	-

Fl. 377
Rub.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 379
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos					Inscritos					
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016	Cancelados	Pagos	Saldo a pagar	
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	-	-	-	-	-	-	46.382,36	39.756,74	39.756,74	6.625,62	-
FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO SIM	-	794,00	794,00	-	-	-	20.600,00	20.026,00	20.026,00	574,00	-
FUNDO DE AMPARO À PESQUISA FAPESC	-	1.335,84	1.335,84	-	-	-	11.680,61	4.753,68	4.753,68	6.926,93	-
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	-	226.175,01	226.175,01	-	-	-	33.780,84	2.914,68	2.914,68	30.866,16	-
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADO DE SANTA CATARINA	-	156.144,13	156.144,13	-	-	-	712.791,36	533.473,28	533.473,28	179.318,08	-
FUNDAE	-	**5.285.508,79**	**5.285.508,79**	-	-	-	**1.666.158,04**	**1.149.896,94**	**1.149.896,94**	**516.261,10**	-
FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL	-	-	-	-	-	-	216.585,05	121.204,33	121.204,33	95.761,97	-
FUNDO DEL. CORPO DE BOMBEIRO MILITAR	-	684.446,90	684.446,90	-	-	-	170.646,79	159.480,96	158.480,96	11.967,83	0,00
FUNDO DE APARELHAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA	-	392.786,19	392.786,19	-	-	-	124.836,48	80.142,48	80.142,48	78.693,87	-
FUNDO PENITENCIÁRIO INDUSTRIAL DE SANTA CATARINA	-	-	-	-	-	-	2.945,00	98,99	98,99	2.946,01	-
FUNDO ESPECIAL DE DEFESA CIVIL	-	3.167,67	3.167,67	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDO PENITENCIÁRIO DE SANTA CATARINA	-	464.718,96	464.718,96	-	-	-	83.586,45	5.015,99	5.015,99	80.570,51	-
FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR	-	4.111.235,45	4.111.235,45	-	-	-	276.262,31	154.923,99	154.923,99	121.338,41	-
FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO	-	-	-	-	-	-	2.961,64	1.787,17	1.787,17	1.174,47	-
FUNDO ESP. DE EST. JURÍDICO DE TRATAMENTO AMIGÁVEL	-	3.000,00	3.000,00	-	-	-	54.000,91	15.000,91	15.000,91	39.000,00	-
FUNDO PLANO SAÚDE SAN SERV. PUBL.TEMPORÁRIOS	-	-	-	-	-	-	3.676.446,41	1.790.240,90	1.788.240,90	1.886.205,51	0,00
FUNDO ESP. ROYALTY DE SAÚDE	-	2.687.917,50	2.687.917,50	-	-	-	141.000,00	120.000,00	120.000,00	21.000,00	-
FUNDO DE EMPREGO PÚBLICO	-	-	-	-	-	-	9.750,00	9.750,00	9.750,00	-	-
EMPRESAS	-	**30.750,53**	**30.750,53**	-	-	-	**110.150,73**	**56.910,23**	**56.910,23**	**53.240,50**	-
SANTA CATARINA TURISMO S.A. - SANTUR	-	-	-	-	-	-	1.818,00	-	-	1.818,00	-
COMP. DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SC - COHAB	-	-	-	-	-	-	20.311,47	3.063,53	3.063,53	17.247,94	-
EMP. DE TEC. AGRÍCOLA E EXT. RURAL DE SC - EPAGRI	-	30.750,53	30.750,53	-	-	-	88.020,26	53.846,70	53.846,70	34.173,56	-
PODER LEGISLATIVO	-	**1.178,84**	**1.178,84**	-	-	-	**2.043.420,96**	**1.785.886,80**	**1.785.886,80**	**257.534,16**	-
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	-	-	-	-	-	-	2.001.224,40	1.779.945,47	1.779.945,47	221.278,93	-
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	-	1.178,84	1.178,84	-	-	-	41.145,34	5.884,13	5.884,13	35.261,21	-
JUDICIÁRIO	-	-	-	-	-	-	**7.525,19**	-	-	**7.525,19**	-
FUNDO DE APARELHAMENTO DA JUSTIÇA	-	-	-	-	-	-	7.525,19	-	-	7.525,19	-
MINISTÉRIO PÚBLICO	-	-	-	-	-	-	**12.295,83**	**2.056,01**	**2.056,01**	**10.239,82**	-
MINISTÉRIO PÚBLICO	-	-	-	-	-	-	12.295,83	2.056,01	2.056,01	10.239,82	-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)	-	**16.908.556,11**	**16.908.556,11**	-	-	-	**53.564.403,36**	**7.771.107,91**	**7.771.107,91**	**2.466.474,39**	-

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF - Relatório Acompanhamento de Fluxo e Pagto

Transferência 31 de janeiro de 2017

ORACELLA LUCIA RENCHER
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL

ANTONIO MARCOS GONÇALVES
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

MARIO VANDERLEI ZENATTI
COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO
DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL

Fls. 378

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 38
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
(ANEXO X, DEZEMBRO/1999 MDB/MF/SOF, ACHAMENTO DEZEMBRO)

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a) x 100
9- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-
10- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	459.404.852,00	459.404.852,00	325.029.754,00	70,49
10.1 - Transferências do Salário-Educação	283.474.252,00	283.474.252,00	91.000.829,32	86,49
10.2 - Transferências Diretas - PDDE	11.544.000,00	11.544.000,00	-	-
10.3 - Transferências Diretas - PNAE	64.985.600,00	64.985.600,00	64.985.598,68	99,99
10.4 - Transferências Diretas - PNATE	0,00	-	-	-
10.5 - Outras Transferências do FNDE	98.999.920,00	98.999.920,00	33.998.757,19	33,72
10.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	51.402.080,00	51.402.080,00	72.747.568,81	43,34
11- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	-	-	-
11.1 - Transferências de Convênios	-	-	-	-
11.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-	-
12- RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	-	-	-	-
13 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	-
14 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (14 = 01 + 11 + 12+ 13)	459.404.852,00	459.404.852,00	325.029.754,00	70,49

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a) x 100
15 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.454.221.276,00	5.448.221.354,00	2.120.338.473,64	38,92
15.1 - Receita Resultante do ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 1.1 - 3)	3.021.282.422,00	3.021.282.422,00	1.049.984.535,00	34,75
15.2 - Receita Resultante do IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 1.2)	42.194.917,00	42.194.917,00	54.004.026,64	128,00
15.3 - Receita Resultante do ITCD Destinada ao FUNDEB - (20% de 1.3)	157.693.286,00	157.693.286,00	148.917.648,68	94,43
15.4 - Cota-Parte FPE Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1)	272.367.954,00	272.367.954,00	209.262.373,68	76,81
15.5 - ICMS Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 3.2)	14.252.987,00	14.252.987,00	10.926.482,32	76,66
15.6 - Cota-Parte IPI Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2 - 6)	86.113.708,00	86.113.708,00	68.000.966,96	78,97
16 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.485.240.413,00	2.485.240.413,00	2.149.417.511,05	87,33
16.1 - Transferências do Recursos do FUNDEB	2.397.147.100,00	2.397.147.100,00	2.062.308.344,13	91,01
16.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-
16.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	88.093.313,00	88.093.313,00	23.140.926,92	26,19
17 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (17 = 16 - 15)	(2.987.974.136,00)	(2.987.974.136,00)	(1.243.333.038,59)	41,68

(18) TOTAL PARA O CÁLCULO DA PROPORÇÃO DA RECEITA DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO (18 = 14 + 16 + 17) Até o Bimestre

(19) TOTAL PARA O CÁLCULO DA PROPORÇÃO DA RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (19 = 16 + 17) Até o Bimestre

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
20 - VALORES NÃO UTILIZADOS NO EXERCÍCIO	1.944.221.313,00	1.219.911.020,44	1.139.956.466,27	93,44	1.139.956.466,27	93,44	-
20.1 - Com Ensino Fundamental	833.180.703,00	1.227.204.216,00	1.091.232.944,98	88,93	1.091.232.944,98	88,93	-
20.2 - Com Ensino Médio	510.040.389,00	591.462.773,44	532.970.933,41	90,10	532.970.933,41	90,10	-
30 - OUTRAS DESPESAS	404.794.949,00	390.134.084,00	337.787.348,23	86,58	335.460.906,50	85,99	2.083.484,73
30.1 - Com Ensino Fundamental	303.546.983,00	317.372.478,00	269.536.647,73	87,92	267.891.201,28	87,38	1.180.940,06
30.2 - Com Ensino Médio	885.133.981,00	272.998.606,00	140.754.184,48	82,97	142.569.659,00	83,97	1.180.940,06
31 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (31 = 19 + 30)	2.349.242.417,00	2.388.183.733,44	2.099.909.017,48	89,77	2.084.012.346,73	89,09	2.083.683,17

TJ. 379
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 381
Rub

ESTADO DE SANTA CATARINA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DO EXERCÍCIO DE NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO - ANEXO VIII (LC nº 101/2000, art. 72)

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL DE APLICAÇÃO MÍNIMA EM MDE	VALOR
XIV) RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS (XIV = XV)	
XV) DESPESAS CORRENTES COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	
XVI) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO (XVI = XIII x I)	
XVII) DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
XVIII) DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	
XIX) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	
XX) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO (XX = XI, se XI > 0)	
XXI) TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DO LIMITE CONSTITUCIONAL (XXI = XIV + XVI + XVII + XVIII + XIX + XX)	
XXII) TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (XXII = XII - XXI)	
XXIII) MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS PARA MDE (XXIII = XIII x 25%)	

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DESTINAÇÃO VINCULADA	DESTINAÇÃO A FUNDAMENTAR	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		RECEITAS DE IMPOSTOS A PAGAR INSCRITAS NO EXERCÍCIO
			Até o Bimestre	%	Até o Bimestre	%	
		(XI)	(XII)	(XII / (universo)*100)	(XIII)	(XIII / (universo)*100)	
XXIV) DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO							
XXV) DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO							
XXVI) DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
XXVII) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO							
XXVIII) TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (XXVIII = XXIV + XXV + XXVI + XXVII)							
XXIX) TOTAL GERAL PARA DEMONSTRAÇÃO DO MDE (XXIX = XXII + XXVIII)							
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		SALDO A SER CUMPRIDO			CANCELADO NO EXERCÍCIO		
					(XX)		
XXX) RESTOS A PAGAR DE DESPESAS CORRENTES							
XXX.1) Custeadas com Receita de Impostos Vinculados ao Ensino							
XXX.2) Custeadas com Receita de FUNDEB							

Fl. 380
AS
ACG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 382
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO IX (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c = (a - b))
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	1.399.108.102,93	1.250.880.879,78	148.227.021,22

	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	4.804.971.804,84	2.480.068.364,85	2.297.675.537,48	183.332.857,37	2.353.590.259,99
(-) Operações Fatais a Contribuinte	-	-	-	-	-
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	4.804.971.804,84	2.480.068.364,85	2.297.675.537,48	183.332.857,37	2.353.590.259,99

RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I-II)	(3.405.863.671,84)	(1.227.027.784,07)	-	-	(2.205.366.886,77)

FONTE: SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS

* Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas serão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas inscritas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2017

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINERHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025030/O-2

MARIO WEINHAUSEN GENTIL
COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO
DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADOR CRCSC 30.697/O-0

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 381

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 383
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO FINANCEIRO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 A 2089

LRF, art. 53, § 1º, inciso II – Anexo X

R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exerc. Anterior) + (c)
2042	1.015.197.879,87	8.636.987.336,90	(8.621.089.457,03)	(120.668.315.017,19)
2043	1.007.002.036,93	8.707.251.476,00	(8.779.288.803,08)	(137.408.681.840,26)
2044	1.001.175.560,34	8.956.587.612,89	(8.855.492.052,55)	(144.252.050.993,81)
2045	1.049.415.096,32	10.279.985.333,67	(7.134.570.237,35)	(151.386.666.115,96)
2046	1.100.079.968,60	10.494.005.928,89	(7.293.925.939,30)	(158.680.589.055,26)
2047	1.235.179.135,33	10.635.286.008,80	(7.400.106.801,27)	(166.084.470.538,43)
2048	1.281.121.508,31	10.950.362.607,94	(7.669.240.398,77)	(173.753.337.837,19)
2049	1.321.916.274,56	11.139.126.092,67	(7.851.215.113,01)	(181.574.747.753,09)
2050	1.375.172.680,84	11.396.404.675,30	(8.021.231.565,08)	(189.595.979.762,94)
2051	1.423.100.137,39	11.576.304.955,63	(8.153.204.817,85)	(197.749.184.203,79)
2052	1.471.708.199,73	11.897.090.494,80	(8.425.382.295,17)	(206.174.566.998,95)
2053	1.521.096.415,80	12.093.181.209,10	(8.572.175.961,58)	(214.746.742.339,53)
2054	1.571.054.706,70	12.338.966.988,53	(8.767.958.681,03)	(223.514.701.402,35)
2055	1.621.713.871,04	12.561.393.033,47	(8.941.959.059,91)	(232.456.660.462,28)
2056	1.671.141.297,76	12.818.759.967,20	(9.147.587.669,44)	(241.604.128.341,71)
2057	1.725.399.404,19	13.080.739.878,28	(9.355.478.774,10)	(250.877.995.815,81)
2058	1.776.199.162,83	13.335.780.203,12	(9.559.581.040,29)	(260.284.716.856,20)
2059	1.831.849.895,94	13.575.570.333,46	(9.743.720.701,52)	(269.828.643.717,71)
2060	1.890.301.801,14	13.567.485.959,97	(9.677.184.044,83)	(279.581.047.902,59)
2061	1.941.668.771,48	13.750.366.676,22	(9.808.697.902,74)	(289.315.253.865,28)
2062	1.997.415.217,58	13.959.570.098,12	(9.961.192.775,68)	(299.276.618.863,55)
2063	4.094.178.815,17	14.176.981.098,78	(10.122.323.681,01)	(309.398.741.127,48)
2064	4.151.747.951,31	14.412.542.442,80	(10.260.894.480,09)	(319.659.635.817,57)
2065	4.170.134.771,42	14.642.917.220,00	(10.472.782.457,58)	(330.132.418.375,15)
2066	4.229.393.686,19	14.904.250.255,65	(10.674.856.569,46)	(340.807.617.684,61)
2067	4.289.407.495,59	15.210.265.898,13	(10.920.758.930,28)	(351.728.214.214,81)
2068	4.350.217.051,98	15.469.654.323,19	(11.119.337.471,21)	(362.917.551.686,04)

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 382
ACG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 384
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO FINANCEIRO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 A 2090

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1] Conforme estabelecido no Manual de Demonstrativos Fiscais - STN, os valores do ano de 2015 são os efetivamente executados, conforme Anexo V - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos do RREO 6º Bimestre/2015.

[2] Projeção atuarial elaborada em fevereiro de 2016 pelo atuário Francisco Humberto Simões Magno - MIBA nº 494 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS pelo IPREV.
[3] A Projeção atuarial utilizou informações fornecidas pelo Estado de Santa Catarina e estão posicionadas em fevereiro de 2016. A referida projeção utiliza das seguintes hipóteses, conforme avaliação atuarial:

a) O demonstrativo empregou nas hipóteses biométricas para a Tábua de Mortalidade / Sobrevivência Geral / Sobrevivência de Inválidos os dados do IBGE-2013 e para a Tábua de Entrada em Invalidez dados de Álvaro Vindas.

b) Quanto às hipóteses demográficas a População foi baseada em informações individuais de servidores estatutários ativos, aposentados, pensionistas e dependentes. O Compromisso Médio Familiar do Segurado utilizou da média calculada individualmente, levando em conta a data de nascimento do dependente com expectativa de benefício vitalício ou a data de nascimento do dependente com expectativa de benefício por maior tempo. A Rotatividade estipulada de 1,0% e fio estabelecido a adesão de novas entrados de 1:1.

c) As hipóteses financeiras e econômicas foram estabelecidas a Taxa de Juro Real de 0,00% ao ano, Crescimento Salarial de 2,42% ao ano, o Indexador sendo o IPCA e o Valor Real ao Longo do Tempo Salário/Tempo Benefícios de 100%.

Florianópolis, 23 de Janeiro de 2017

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 029039/O-2

MARIO WENDHAUSEN GENTIL
COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO
DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADOR CRCSC 30.907/O-0

Tribunal de Contas de Santa Catarina
FL. 383

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 385
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

ANEXO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R$ 1,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR[1]	2016	2016	SALDO ATUAL
	(A)	(I) = (B)-(Nem19)	(J)= (B)+(I)
VALOR (R$)	8.712.060,68	3.794.326,92	12.507.396,40

FONTE: SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1] Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas serão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

[2] Tendo em vista que o Saldo Financeiro a Aplicar deve refletir o saldo disponível das fontes de alienação de ativos, registradas contabilmente nas contas de Disponibilidade por Destinação de Recurso, há de se considerar as seguintes situações:

I - **R$ 120.363,20 de despesas correntes executadas.** Este valor foi utilizado incorretamente em despesas correntes, baixando o saldo registrado na conta de Disponibilidade por Destinação de Recurso em 2015. Em 2017 deverão ser resarcidos.

II - **R$ 1.457.220,07 foram convertidos em superávit financeiro do Tesouro (Fonte de Recursos 0397)** e utilizados para pagamento de inversões Financeiras; e

III - **R$ 1.372,92 de consignações a pagar**. As consignações a pagar, embora sejam consideradas despesas pagas, para fins orçamentários, devem ser deduzidas do total das despesas pagas, pois ainda estão não baixadas e a disponibilidade de recursos.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2017

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025039/O-2

MARIO WENDHAUSEN GENTIL
COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO
DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADOR CRCSC 30.667/O-0

Fls. 384
Rub.

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 386
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 (MÊS DE REFERÊNCIA: DEZEMBRO)

RREO - ANEXO 12 (LRF, art. 77)

R$ 1,00

Outras Despesas Correntes	1.807.706.164,00	2.072.309.047,72	1.706.201.466,04	94,06	1.701.712.071,22	93,91	91.988.734,24
DESPESAS DE CAPITAL	337.197.736,00	378.323.068,19	184.787.983,03	41,13	149.388.720,68	39,89	8.225.934,00
Investimentos	337.197.736,00	378.323.068,19	184.787.983,03	41,13	149.388.720,68	39,89	8.225.934,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (VI)	2.144.296.300,00	2.364.932.229,00	2.010.988.958,54	93,08	2.059.408.969,72	88,91	60.172.148,62

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
			Até o Bimestre (b)	% (b/d) x 100	Até o Bimestre (d)	% (d/d) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	3.947.800,00	2.762.670,54	491.830,00	0,00	445.462,54	0,00	90.307,41
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	704.362.676,00	1.240.715.063,89	829.197.320,68	39,04	702.065.467,08	38,04	60.626.048,16
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	530.869.226,00	788.103.224,89	582.470.126,19	73,87	540.025.700,03	68,84	38.648.456,24
Recursos de Operações de Crédito	100.963.423,00	307.026.771,23	121.599.939,68	39,46	133.219.300,27	10,00	5.060.000,40
Outros Recursos	33.516.726,00	152.615.964,71	119.122.585,40	13,83	113.222.377,87	14,45	885.267,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS OU EXIGÍVEIS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (VII)	708.310.476,00	1.243.477.734,43	829.689.150,68	100,00	702.707.829,62	100,00	60.716.355,57

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VIII) = (V - VI)	2.156.296.736,00	2.333.457.564,89	2.164.676.663,43	-	2.167.176.959,47	-	57.196.733,16

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VIII/IX) x 100 - LIMITE CONSTITUCIONAL 12%	15,04%
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL (VIII - (IX x 12%))	128.942.190,73

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELAMENTO (PRESCRIÇÃO)	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CANCELADA NO ANO
Inscritos em 2018	25.590.484,54	9.711.000,00	7.481.234,16	-	
Total (XI)	25.590.484,54	10.016.484,54	7.481.234,16	-	-

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 3º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (g)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados em 2018	-	-	-
Total (XII)	-	-	-

Fl. 385

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 387
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XIV — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	25.751.795.913,00
Previsão Atualizada	25.751.795.913,00
Receitas Realizadas	24.284.399.243,91
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	1.764.379.158,86
DESPESAS	
Dotação Inicial	25.751.795.913,00
Créditos Adicionais	3.787.624.757,47
Dotação Atualizada	29.539.420.670,47
Despesas Empenhadas	24.179.579.471,50
Despesas Liquidadas	23.637.501.332,47
Superávit Orçamentário	104.696.772,41

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	24.179.579.471,50
Despesas Liquidadas	23.637.501.332,47

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	20.449.959.662,36

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)	
Despesas Previdenciárias Executadas(II)	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	2.170.091.054,00
Despesas Previdenciárias Executadas(V)	5.681.561.819,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	(3.511.470.765,00)

Fl. 386
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 388
Rub

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos	-	-	-	-
Receitas Previdenciárias (IV)	1.783.829.035,46	2.406.187.402,19	2.770.546.928,52	3.423.100.137,78
Despesas Previdenciárias (V)	5.166.310.668,22	6.620.323.188,96	8.305.618.141,60	11.576.304.655,03
Resultado Previdenciário (IV - V)	(3.382.381.632,76)	(4.214.135.786,77)	(5.535.071.213,08)	(8.153.204.517,89)

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	9.213.999,05	44.934.061,70
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	3.393.859,75	85.129.281,99

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.184.910.692,03	12%	12,82%
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas/RCL (%)			-

FONTE: Anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Florianópolis, 23 de janeiro de 2017.

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MENCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 26.039/O-2

MARIO WENDHAUSEN GENTIL
COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO DE INFORMAÇÕES DA GESTÃO FISCAL
CONTADOR CRCSC 30.007/O-0

Fl. 387

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 389
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2016 A DEZEMBRO DE 2016

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1] Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 38, inciso II da Lei 4.320/64.

[2] Conforme o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a Despesa Total com Pessoal compreende o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, inativos e os pensionistas com quaisquer espécies remuneratórias. Dessa forma, não foram incluídos no cálculo os valores referentes a verbas indenizatórias, como diárias, auxílio alimentação e auxílio moradia. Também não foram consideradas as despesas empenhadas no item orçamentário 3.3.90.37 - Locação de Mão-de-Obra - Serviços Terceirizados e as Pensões Especiais.

[3] As despesas com verbas indenizatórias, decorrentes da aplicação das Leis Complementares Estaduais nº 608, 611 e 614, de 2013 e Lei Estadual nº 16.160, de 2013, não foram consideradas no cálculo das despesas com pessoal por não estarem enquadradas no conceito do art. 18 da LRF, assim como as despesas com pessoal da Defensoria Pública Estadual e da Procuradoria-Geral junto ao Tribunal de Contas, em virtude de sua autonomia orçamentária e financeira, conforme dispõem o art. 134 da Constituição Federal, com as redações dadas pelas Emendas Constitucionais nº 45/2004 e 80/2014 e o art. 107 da Lei Complementar Estadual nº 202, de 2000, respectivamente.

[4] Para evitar a duplicidade de valores, estão sendo desconsiderados os registros de ressarcimentos realizados pelo Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais na natureza de despesa 31.91.96.xx, destinados ao Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais de Santa Catarina - FMPIO, de acordo com o inciso X do art. 3º do Decreto 1245/2008, acrescido pelo Decreto 2.245/2009. Os valores de despesa em questão são relativos a servidores cedidos pela Secretaria de Estado Administração, onde a execução orçamentária desta despesa ocorre na natureza 31.90.xx.xx. Quando ingressados no FMPIO, os valores são registrados como Receita Intraorçamentária na rubrica 4.7.9.2.2.99.20 não sendo considerada no cálculo da Receita Corrente Líquida.

[5] As despesas com verbas indenizatórias, em virtude da rescisão de contrato de trabalho temporário (rubricas: 0331 - Indenização de Férias - Primeiro Contrato; 0332 - Indenização de Férias - Ano em Curso), para o Magistério Público Estadual (Secretaria de Educação, UDESC, Fundação Catarinense de Educação Especial), foram deduzidas no cálculo das despesas com pessoal conforme o disposto no art. 19, parágrafo 1º, inciso 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fl. 388
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 390
Rub

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	21.025.029.280,96	21.209.634.251,73	21.912.256.868,59	22.489.998.259,76
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	18.982.433.637,48	19.382.937.250,99	19.294.308.938,59	20.117.217.046,77
Interna	15.020.973.574,66	15.731.801.549,73	16.255.915.067,68	16.927.696.933,10
Externa	3.941.460.262,81	3.651.135.701,26	3.038.393.870,91	3.189.520.446,67
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não Pagos	1.835.274.828,36	1.919.370.385,83	1.977.745.159,89	2.053.651.933,08
Outras Dívidas	207.317.815,11	207.317.815,11	240.204.710,11	319.129.409,91
DEDUÇÕES (II)	10.729.917.651,54	12.995.242.175,26	12.988.535.411,45	12.201.795.752,58
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.969.257.192,00	9.943.693.817,30	9.489.554.394,24	9.217.913.689,64
Demais Haveres Financeiros	2.921.938.928,94	3.088.604.364,63	3.101.063.936,34	3.140.631.959,95
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	191.478.469,40	47.056.106,27	24.082.789,09	156.749.794,71
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III)= (I - II)	10.295.909.629,44	8.214.392.076,47	8.945.723.397,10	10.288.202.930,78
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	19.409.870.961,23	19.758.916.088,89	19.973.681.143,59	20.488.906.992,36
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	108,32	107,14	107,72	109,77
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	53,04	41,56	44,79	50,21
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200% SOBRE a RCL				40.977.717.784,72
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>				36.879.946.006,25

FL. 389

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 391
Rub

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R$ 1,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	118.519.953.120,49	118.524.497.970,03	118.920.799.362,71	134.371.705.284,22
Passivo Atuarial [1]	118.288.323.438,27	118.288.323.438,27	118.288.323.438,27	134.137.768.923,40
Outras Dívidas	227.629.682,18	236.174.531,06	237.475.924,44	233.936.361,82
Obrigações Legais e Tributárias	3.888.360,94	2.227.104,94	2.227.104,94	2.390.981,04
Precatórios a Pagar a Partir de 5.5.2000	223.741.319,13	230.947.427,02	235.248.819,50	231.545.380,78
DEDUÇÕES (V)	731.056.324,01	390.395.809,99	469.913.569,39	337.074.446,71
Disponibilidade de Caixa Bruta	656.597,44	4.790.141,12	351.995,01	19.344,94
Investimentos	730.399.352,38	385.594.794,07	469.521.597,58	337.348.401,29
Demais Haveres Financeiros	52.952,72	40.873,80	40.873,80	45.873,80
(-) Restos a Pagar Processados	288.108,51	-	-	334.173,32
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	14.025.965,03	58.285.650,02	60.083.729,14	58.936.706,58
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	117.784.902.796,45	118.134.112.160,04	118.450.885.796,32	134.034.630.837,51

FONTE: SIGEF/SC

Fls. 390

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 392
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF - ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
EXTERNA (I)	406.357.919,77	431.287.057,89	360.948.781,42	359.143.189,58
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	406.357.919,77	431.287.057,89	360.948.781,42	359.143.189,58
CASAN	406.357.919,77	431.287.057,89	360.948.781,42	359.143.189,58
Outras Garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNA (II)	300.034.540,16	300.099.765,81	299.244.496,32	298.217.743,59
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	300.034.540,16	300.099.765,81	299.244.496,32	298.217.743,59
CASAN	300.034.540,16	300.099.765,81	299.244.496,32	298.217.743,59
Outras Garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	707.392.459,93	731.392.823,70	660.193.277,74	657.360.933,17
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	19.409.870.961,23	19.795.816.268,69	19.970.891.143,59	20.488.868.892,36
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	3,64	3,69%	3,31%	3,21%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 043/2001 - DE (22%) sobre a RCL	4.270.171.611,47	4.355.079.541,71	4.393.596.051,59	4.507.549.956,32
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) -	3.843.154.450,32	3.919.571.587,54	3.954.234.466,43	4.056.794.060,69

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	406.357.919,77	431.287.057,89	360.948.781,42	359.143.189,58
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	406.357.919,77	431.287.057,89	360.948.781,42	359.143.189,58
Outras Garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (VI)	300.034.540,16	300.099.765,81	299.244.496,32	298.217.743,59
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	300.034.540,16	300.099.765,81	299.244.496,32	298.217.743,59

Fl. 391

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 393
Rub

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "d")

R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	UNIDADE REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até Quadrimestre de Referência
	(a)	(b)
RECEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	224.834.383,92	1.226.468.926,58
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	224.834.383,92	1.226.468.926,58
Interna	142.953.755,04	1.022.465.146,04
Abertura de Crédito	142.953.755,04	1.022.465.146,04
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas do PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	82.880.628,88	203.943.780,48
Abertura de Crédito	82.880.628,88	203.943.780,48
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	8.920.045,39	37.471.861,29
Parcelamentos de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração da Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	8.920.045,39	13.471.861,29
Programa de Iluminação Pública – RELUZ	-	-
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	-	15.000.000,00

Fl. 392
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 394
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRA A DEZEMBRO DE 2015

Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

DISCRIMINAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Demais Exigíveis a Curto Prazo		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos				
		Do Exercício Anterior	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))	(g)	(h)
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (I)	3.726.542.386,47	0,00	135.636.149,03	0,00	268.616.225,01	3.321.290.012,43	286.427.832,26	0,00
Recursos destinados à saúde e ao seu próprio de caixa	**227.870.842,26**	0,00	**98.618.464,64**	0,00	**6.998.130,21**	**122.752.377,39**	**16.317.866,14**	0,00
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
411.10.000000 - Outros Bens - Vinculados - recursos de balanço - exercício corrente	1.556.997,70	-	-	-	-	1.556.997,70	-	-
411.87.000000 - Restituições Vinculadas - TESOURO ESTADUAL - recursos do balanço - exercício corrente	-	-	-	-	-	-	440.000,00	-
411.89.000000 - Reinscrições de Restos Inscritos - Executivo - não vinculados - de balanço - exercício corrente	91.998,00	-	-	-	-	91.998,00	-	-
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
412.20.000000 - Outros Juros e Encargos - Aplicação e Vinculados - Exercício Corrente	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
412.30.000000 - Outros Juros e Encargos, Ajustes e receitas administrativas - não vinculados - exercício corrente	200.913,13	-	-	-	-	200.913,13	-	-
412.87.000000 - Recursos de serviços - Receitas de subscritores - exercício corrente	46.918,57	-	-	-	-	46.918,57	2.240,00	-
412.89.000000 - Recursos patrimoniais próprios - recursos de subscritores - exercício corrente	212.269,49	0.750,00	-	-	-	204.669,49	441,00	-
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
413.02.000000 - Receitas Diversas - SETTO - recursos de outros fontes - exercício corrente	2.928,79	-	-	-	-	2.928,79	-	-
413.90.000000 - Outros recursos próprios - recursos de outros fontes - exercício corrente	1.283.934,46	-	-	-	-	1.283.934,46	8.366,20	-
413.99.000000 - Reinscrições de Inscritos - Executivo - não vinculados de outros fontes exercício corrente	10.827.527,54	-	-	-	-	10.827.527,54	43.307,80	-
414.10.000000 - Outros Bens - Vinculados - recursos de balanço - exercício anterior	1.171.550,56	-	-	-	-	1.171.550,56	147.000,00	-
414.89.000000 - Reinscrições de Inscritos Restos Inscritos - Executivo - vinculados - exercício anterior	129.944,21	-	-	-	-	129.944,21	-	-
414.91.000000 - Operação de crédito interna - vinculados - exercício anterior - [illegible]	32.714.681,00	-	-	-	-	32.714.681,00	16.660,13	-
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
415.20.000000 - Outros rendimentos, ajustes e receitas administrativas - não vinculados - exercício anterior	7.283.899,46	99.827,08	-	4.642,00	-	7.179.430,38	631.267,13	-
415.21.000000 - Transferências de Lotes - Utilização de emergência e calamidade pública - exercício anterior	127,66	-	-	-	-	127,66	-	-
415.40.000000 - Recursos de serviços - recursos de outros fontes - exercícios anteriores	30.664,79	-	-	-	-	30.664,79	-	-
415.89.000000 - Patrimonial - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	5.997,13	-	-	-	-	5.997,13	-	-
415.97.000000 - Receitas diversas - TESOURO ESTADUAL - recursos de outros fontes - exercício anterior	200.997,45	-	-	-	-	200.997,45	-	-
415.99.000000 - Outros recursos próprios - recursos de outros fontes - exercícios anteriores	191.337,35	-	-	-	-	191.337,35	17.176,32	-
416.89.000000 - Reinscrições de disponibilidade vinculada - Executivo - não vinculados exercício anterior	9.134.918,96	-	-	-	-	9.134.918,96	43.560,00	-
418.05.000000 - Contrapartida de Convênios Federais CONVÊNIOS Federais do Tesouro Exercício Anterior	1.650.432,15	9.947,00	-	320,00	-	1.640.165,15	84.714,00	-
418.89.000000 - Fundo para vulgarmente	3.067.573,77	-	-	3.067.573,77	-	-	-	-
Recursos destinados à vinculação a desenvolvimento do ensino	**(80.738.975,09)**	-	**16.916.525,23**	-	**12.126.194,23**	**(97.230.698,31)**	**10.987.119,99**	-
511.00.000000 - Receitas ordinárias - vinculadas ao tesouro - MDE	14.125.062,54	-	2.159.269,24	-	2.008.774,15	9.976.018,35	2.741.165,26	-
[illegible]	105.252,01	-	-	-	-	105.252,01	-	-
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
513.03.000000 - Convênio - Programas de Educação - recursos de balanço - exercício corrente	31.380.431,23	99.000,00	-	-	-	31.281.431,23	3.040.091,39	-
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
521.40.000000 - Outros serviços - recursos de balanço - exercício corrente	69.466,55	-	-	-	-	69.466,55	69.176,91	-
521.81.000000 - Receitas diversas - TESOURO ESTADUAL - recursos de balanço - exercício corrente	999.789,19	-	-	-	-	999.789,19	999.109,95	-
521.82.000000 - Receitas diversas - SETTO - recursos de balanço - exercício corrente	264.607,91	-	-	-	-	264.607,91	172.958,97	-
521.89.000000 - Reinscrições de disponibilidade vinculada - Executivo - não vinculados - de balanço - exercício corrente	20.857.216,26	-	-	-	-	20.857.216,26	76,25	-
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
521.97.000000 - Reinscrições de disponibilidade vinculada (Saldo Inicial)	-	-	-	-	-	-	135.622,54	-
522.00.000000 - Outros rendimentos, ajustes e receitas administrativas - não vinculados fontes exercício corrente	3.284.103,05	-	-	-	-	3.283.119,41	3.954,44	-
522.40.000000 - Receitas de serviços - recursos de outros fontes - exercício corrente	1.986.496,40	-	-	-	-	1.986.496,40	3.420,00	-
523.89.000000 - Receitas patrimoniais próprias - recursos de outros fontes - exercício corrente	246.856,75	-	-	-	-	246.856,75	27.444,00	-
523.81.000000 - Receitas Diversas - TESOURO ESTADUAL - recursos de outros fontes - exercício corrente	47.128,71	-	-	-	-	47.128,71	-	-
523.82.000000 - Receitas diversas - SETTO - recursos de outros fontes - exercício corrente	19.082,00	-	-	-	-	19.082,00	-	-
523.90.000000 - Receitas diversas - recursos de outros fontes - transferido do exercício anterior	3.708.242,01	-	-	-	-	3.708.242,01	382.126,00	-
523.99.000000 - Outros recursos próprios - recursos de outros fontes - exercício corrente	193.196,00	-	-	-	-	193.196,00	-	-
523.99.000000 - Reinscrições de disponibilidade vinculada - Executivo - não vinculados exercício corrente	20,11	-	-	-	-	20,11	-	-

Fl. 393

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 395
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA – **PODER EXECUTIVO**
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

(LRF, art. 53, inciso III, alínea "a")

R$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)		(c)	(d)	(e)	(f) = (a - b - c - d + e)		
01.1.00.000000 - Saúde Exercícios Anteriores - Recursos do Tesouro - exercícios anteriores	11.267.100,53		3.634,47		-	11.263.466,06	3.634,47	
01.1.01.000000 - Pessoal do FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercícios anteriores	11.267.100,53		3.634,47		-	11.263.466,06	3.634,47	
01.1.01.000000 - Receitas Diretas - FUNDOSOCIAL - recursos do tesouro - exercício corrente	11.197.357,00		106.466,25		11.429,75	11.096.240,50	106.466,25	
01.1.02.000000 - Receitas Diretas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	14.291.483,01		662.216,40		121.552,40	13.296.087,16	1.287.968,80	
01.1.40.000000 - Remuneração das disponibilidades - Executivo - recursos do tesouro - exercício corrente	91.550.035,00		5.340.244,98		316.535,00	86.076.825,06	5.656.780,00	
01.1.41.000000 - Remuneração das disponibilidades - Previdência	2.992.921,37		-		-	2.992.921,37	-	
01.1.51.000000 - Remuneração das disponibilidades vinculadas ao Fundo Previdência	882.394,97		-		-	882.394,97	-	
01.1.60.000000 - Remuneração das disponibilidades do Fundo - CDM	2.088.234,60		-		-	2.088.234,60	-	
01.1.61.000000 - Operações de crédito externas - Recursos do tesouro - exercícios anteriores	40.537.396,75		391.139,06		1.515,00	39.148.892,69	12.960.000,00	
01.1.62.000000 - Receita de alienação de bens - recursos do tesouro - exercício corrente	32.896,75		-		-	32.896,75	-	
01.1.63.000000 - Convênios - diversos (não Saúde) - recursos do tesouro - exercício corrente	1.915.736,31		-		-	1.915.736,31	10.448,75	
01.2.24.000000 - Contrapartida - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercício corrente	85.210.496,22		171.334,07		16.768,00	85.056.329,95	6.469.437,56	
01.2.25.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes exercício corrente	52.300.000,00		155.610,39		511,15	52.145.900,46	3.767.427,40	
01.2.32.000000 - Transferências do Unifap - recursos de arrecadação e vinculados	1.662.241,97		-		-	1.662.241,97	1.292.647,97	
01.2.40.000000 - Receitas Diretas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício corrente	4.001.751,45		-		3.000,15	3.998.897,60	-	
01.2.50.000000 - Receitas Diretas - Programa Pró Emprego	7.167.979,04		-		-	7.167.979,04	1.050.714,91	
01.2.58.000000 - Receitas Diretas - recurso Agroindustrial - FCR	3.186.424,28		-		-	3.186.424,28	3.001.600,00	
01.2.60.000000 - Remuneração das disponíveis - Executivo - rec vinculados rec outras fontes exercício corrente	98.429.657,91		-		-	98.429.657,91	911.082,31	
01.2.96.000000 - Receita de alienação de bens - recursos de outras fontes - exercício corrente	7.509.604,52		-		1.272,50	7.508.332,02	1.949.552,50	
01.2.98.000000 - Recursos do Tesouro - Programa Navegante III - Exercícios Anteriores	3.998,44		-		-	3.998,44	-	
01.3.11.000000 - Fundo de Segurança Pública e Defesa do Cidadão - rec tesouro - exercícios anteriores	5.464.945,10		-		66.775,00	5.398.170,10	4.597.154,44	
01.3.20.000000 - Cota parte da contribuição del Salário-Educação - rec outras fontes - exercícios anteriores	20.808,10		-		2.351,77	18.456,33	4.998,00	
01.3.21.000000 - Cota parte da contrib de interv no domínio econômico - CIDE Estadual	749.855,29		24.998,95		1.997,29	722.859,63	599.333,81	
01.3.24.000000 - Convênio Programa de Assistência Social Exercícios Anteriores	3.794,07		-		-	3.794,07	-	
01.3.25.000000 - Convênio - Programa de Contrapartida à Fonte - exercícios anteriores	218.588,56		-		-	218.588,56	1.923,75	
01.3.26.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - exercícios anteriores	7.558.044,04		-		1.286,22	7.547.053,64	10.932,79	
01.3.32.000000 - Outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	791.757,00		-		-	791.757,00	-	
01.3.40.000000 - Transferências do Unifap - rec de arrecadação e vinculados rec do tesouro - exerc anteriores	1.653.211,96		-		-	1.653.211,96	137.115,00	
01.3.41.000000 - Remuneração das disponibilidades vinculadas - Executivo - recursos vinculados	84.842.788,17		-		-	82.232.783,11	5.656.780,00	
01.3.51.000000 - Remuneração das disponibilidades vinculadas - Saúde Educação	26.262,74		-		-	26.262,74	26.984,91	
01.3.58.000000 - Remuneração das disponibilidades vinculadas - CIDE - recursos tesouro - exercícios anteriores	661.706,86		-		-	661.706,86	-	
01.3.61.000000 - Operação de crédito interna - rec tesouro - exercícios anteriores - supérfluo	373.647.343,02		167.515,61		5.044,29	373.487.784,30	22.619.995,29	
01.3.62.000000 - Operação de crédito interna - exercícios anteriores	6.676.561,06		170.114,98		2.136,66	6.512.284,40	1.007.264,71	
01.3.97.000000 - Recursos de operação with-draw à disposição do estado - exercícios anteriores	3.149.945,75		-		-	3.149.945,75	-	
01.3.98.000000 - Receita de alienação de Bens Exercícios anteriores	7.479,03		-		-	7.479,03	-	
01.3.99.000000 - Convênios - Diversos (não Saúde) - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	7.134,00		7.134,00		-	-	57.000,00	
01.5.20.000000 - Convênios - Programa de Assistência Social - recursos outras fontes - exercícios anteriores	3.242.472,44		-		-	3.242.472,44	10.240,39	
01.5.25.000000 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - rec outras fontes - exercícios anteriores	23.479.348,25		660.423,11		330,00	22.818.595,14	868.291,13	
01.5.26.000000 - Outras contrapartidas - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	10.918.786,03		160.638,74		1.058,97	10.759.206,26	1.100.448,27	
01.5.32.000000 - Transferências do Unifap - situação de emergência e calamidade pública - exercícios anteriores	23.999,00		-		-	23.999,00	-	
01.5.50.000000 - Outras contribuições - recursos rec outras fontes - exercícios anteriores	11.671.143,99		-		-	11.671.143,99	-	
01.5.51.000000 - Receitas Diretas - FUNDOSOCIAL - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	108.197,06		-		-	108.197,06	21.321,10	
01.5.52.000000 - Receitas Diretas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	20.484,28		14.000,00		142,00	14.314,28	3.000,00	
01.5.60.000000 - Remuneração das disponibilidades vinculadas - Executivo - rec vinculados exercícios anteriores	136.764.251,04		115.708,66		-	136.648.542,38	115.000,00	
01.5.96.000000 - Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	7.509.604,52		-		-	7.509.604,52	-	

Fls. 394
Rub.
TCE/SC

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 396
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA – **PODER EXECUTIVO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVA DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DA INSCRITA A PAGAR
EXERCÍCIO FISCAL E DA SEGUNDA DE JUNHO
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA DE DISPONIBILIDADE)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		Do Exercício Anterior	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - b - c - d - e)	(g)	(h)
RECURSO PRÓPRIO DO PREVIDÊNCIA (CIDADÃO EMPREGADO) *	70.388.954,45		644.175,00		56.430.728,06	333.837.743,63	4.936.250,00	

FONTE: Relatório Cálculo da Superávit / Poder Executivo

NOTAS EXPLICATIVAS:

* Valor bruto da carteira do Tesouro do Estado, que não possui controle para identificação destes recursos no momento da emissão/pagto.

** Conforme Relatório Cálculo do Superávit - CO 480001 - Secretaria de Estado da Saúde / CO 480004 - Fundo Estadual de Saúde e CO 480002 - Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde.

*** Conforme Relatório Cálculo do Superávit das CO 480001 - Secretaria de Estado da Educação, 480007 - Fundação Catarinense de Educação Especial, 480005 - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, 480041 - Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ens. Superior e 480063 - Fundo Estadual de Educação

**** Conforme Relatório Cálculo do Superávit das Leis ao EFRGS 4.600/16 - Fundo Financeiro - a responsabilidade de cobrir do EFRGS está compromissada com o Poderes Atuantes

Florianópolis, 23 de janeiro de 2017

JOÃO PAULO KLEIN COLOMBO
GOVERNADOR DO ESTADO

ANTONIO MARCOS VIEIRA DUTRA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Fl. 395
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 397
Rub

ESTADO DE SANTA CATARINA

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

LRF, art. 48 - Anexo VI

R$ 1,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	467.977.609,34	2.928.128.886,01

FONTE: Anexos do Relatório de Gestão Fiscal - 3º Quadrimestre 2016

Florianópolis, 23 de janeiro de 2017.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
GOVERNADOR DO ESTADO

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA NEINCHEIM
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL
CONTADORA CRCSC 025.039/O-2

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E
DA DÍVIDA PÚBLICA
MATRÍCULA Nº 209 886-1

AUGUSTO FUHL PIAZZA
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL
MATRÍCULA Nº 178.726-6

FRANC RIBEIRO CORREA
DIRETOR DO TESOURO ESTADUAL
MATRÍCULA Nº 363.776-1-01

Fl. 396
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 398
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
Ação: 578 Ações na área da cultura, turismo e esporte / Subação: 013478 AP - Construção e manutenção de espaços esportivos - SDR - Grande Florianópolis	2.411.764,63	757.476,56	62.421,56	3.106.809,63
Ato Legal: Decreto nº 743 de 06/06/2016				
Natureza Despesa: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.391.000000	2.411.764,63	-	-	2.411.764,63
Ato Legal: Alteração Sistema nº 1047 de 22/07/2016				
Natureza Despesa: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	-	62.421,56	(62.421,56)
Natureza Despesa: 44.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	62.421,56	-	62.421,56
Ato Legal: Decreto nº 840 de 25/08/2016				
Natureza Despesa: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	350.055,00	-	350.055,00
Ato Legal: Decreto nº 938 de 10/11/2016				
Natureza Despesa: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.391.000000	-	88.115,32	-	88.115,32
Ato Legal: Portaria EX nº 483 de 02/12/2016				
Natureza Despesa: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.185.000000	-	6.574,17	-	6.574,17
Natureza Despesa: 44.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / Fonte Recurso: 0.185.000000	-	10.310,51	-	10.310,51
Ato Legal: Decreto nº 987 de 09/12/2016				
Natureza Despesa: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.185.000000	-	240.000,00	-	240.000,00
41065 - Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, Hemosc, Cepon e Hospitais Municipais	**50.000.000,00**	**43.095.604,59**	**43.095.604,59**	**50.000.000,00**
Função: 10-Saúde/ Subfunção: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial / Programa: 400 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	50.000.000,00	43.095.604,59	43.095.604,59	50.000.000,00
Ação: 23 Apoio aos hospitais filantrópicos / Subação: 014019 Apoio aos hospitais filantrópicos de Santa Catarina - Lei nº 16.968/2016	50.000.000,00	43.095.604,59	43.095.604,59	50.000.000,00
Ato Legal: Decreto nº 803 de 02/08/2016				
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.500.000000	5.445.184,72	-	-	5.445.184,72
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.501.000000	274.509,52	-	-	274.509,52

Fls. 397

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 399
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LIQUIDO (D = A + B - C)
Natureza Despesa: 33.41.92 Despesas de Exercícios Anteriores / Fonte Recurso: 0.381.000000	-	-	386.027,31	(386.027,31)
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.381.000000	-	76.027,31	-	76.027,31
Natureza Despesa: 33.90.92 Despesas de Exercícios Anteriores / Fonte Recurso: 0.381.000000	-	310.000,00	-	310.000,00
Ato Legal: Alteração Sistema nº 1354 de 21/09/2016				
Natureza Despesa: 33.41.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.381.000000	-	707.503,05	-	707.503,05
Natureza Despesa: 33.41.92 Despesas de Exercícios Anteriores / Fonte Recurso: 0.381.000000	-	-	1.027.503,05	(1.027.503,05)
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.381.000000	-	320.000,00	-	320.000,00
Ato Legal: Alteração Sistema nº 1355 de 21/09/2016				
Natureza Despesa: 33.41.92 Despesas de Exercícios Anteriores / Fonte Recurso: 0.381.000000	-	-	114.458,91	(114.458,91)
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.381.000000	-	114.458,91	-	114.458,91
Ato Legal: Alteração Sistema nº 1399 de 30/09/2016				
Natureza Despesa: 33.41.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.300.000000	-	14.253,66	-	14.253,66
Natureza Despesa: 33.41.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.360.000000	-	531,14	-	531,14
Natureza Despesa: 33.41.41 Contribuições / Fonte Recurso: 0.662.000000	-	878,12	-	878,12
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.300.000000	-	-	14.253,66	(14.253,66)
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.360.000000	-	-	531,14	(531,14)
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.662.000000	-	-	878,12	(878,12)
44060 - Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	**2.563.216,00**	**169.240,90**	**-**	**2.732.456,90**

Fls. 398

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 400
Rub

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCICIO - CONSOLIDADO GERAL
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
Função: 4 Administração/ Subfunção: 122 Administração Financeira / Programa: 100 Caminhos do Desenvolvimento	27.540.737,59	2.931.752,10	-	30.472.489,69
Ação: 2248 Apoio a projetos municipais de investimentos / Subação: 013418 Apoio a projetos municipais de investimentos - Pacto pelos Municípios - Caminhos do Desenvolvimento	27.540.737,59	2.931.752,10	-	30.472.489,69
Ato Legal: Decreto nº 585 de 10/02/2016				
Natureza Despesa: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.391.000000	4.523.145,62	-	-	4.523.145,62
Natureza Despesa: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.685.000000	17.591,97	-	-	17.591,97
Ato Legal: Decreto nº 591 de 12/02/2016				
Natureza Despesa: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.391.000000	23.000.000,00	-	-	23.000.000,00
Ato Legal: Decreto nº 714 de 09/05/2016				
Natureza Despesa: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.191.000000	-	122.279,77	-	122.279,77
Natureza Despesa: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.285.000000	-	769.203,03	-	769.203,03
Ato Legal: Decreto nº 754 de 15/06/2016				
Natureza Despesa: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.185.000000	-	1.027.969,82	-	1.027.969,82
Ato Legal: Decreto nº 813 de 05/08/2016				
Natureza Despesa: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.185.000000	-	459.123,28	-	459.123,28
Ato Legal: Decreto nº 861 de 16/09/2016				
Natureza Despesa: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.185.000000	-	231.929,10	-	231.929,10
Ato Legal: Decreto nº 919 de 01/11/2016				
Natureza Despesa: 44.40.42 Auxílios / Fonte Recurso: 0.185.000000	-	321.247,10	-	321.247,10
73001 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Chapecó	**1.143.918,52**	**1.069.691,37**	**-**	**2.213.799,89**
Função: 26 Transporte/ Subfunção: 782 Transporte Rodoviário / Programa: 110 Construção de Rodovias	1.143.918,52	1.069.691,37	-	2.213.799,89
Ação: 10 Execução de obras rodoviárias / Subação: 010402 Ampliação/duplicação/supervisão - acesso viário ao município de Chapecó	1.143.918,52	1.069.691,37	-	2.213.799,89
Ato Legal: Decreto nº 782 de 21/07/2016				
Natureza Despesa: 44.90.51 Obras e Instalações / Fonte Recurso: 0.128.000000	1.143.918,52	-	-	1.143.918,52
Ato Legal: Decreto nº 831 de 23/08/2016				

Fl. 399
SDR

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 401
Rub.

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NO EXERCÍCIO - CONSOLIDADO GERAL
Período: Janeiro a Dezembro de 2016

R$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO / PROGRAMA / ATO LEGAL / AÇÃO / SUBAÇÃO / NATUREZA DESPESA/ FONTE RECURSO	VALOR ABERTO (A)	REFORÇO (B)	CANCELADO (C)	VALOR LÍQUIDO (D = A + B - C)
91061 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Araranguá	**12.110,80**	-	-	**12.110,80**
Função: 4 Administração/ Subfunção: 128 Formação de Recursos Humanos / Programa: 850 Gestão de Pessoas	12.110,80	-	-	12.110,80
Ação: 125 Capacitação profissional dos agentes públicos / Subação: 012873 Capacitação profissional dos agentes públicos - SDR - Araranguá Ato Legal: Decreto nº 730 de 25/03/2016	12.110,80	-	-	12.110,80
Natureza Despesa: 33.90.39 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica / Fonte Recurso: 0.100.000000	12.110,80	-	-	12.110,80
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS (II)	-	-	-	-
TOTAL CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS (III) = (I + II)	**116.794.267,54**	**48.193.705,52**	**43.198.161,61**	**120.779.811,45**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Fls. 400
DCG

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fls. 402
Rub.

CANCELAMENTO DE DESPESAS LIQUIDADAS EM 2016

Os cancelamentos de despesas liquidadas[1] foram objeto de recomendações e ressalvas na apreciação das contas dos últimos exercícios. O Parecer Prévio do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), sobre as Contas do Governo no exercício de 2015, conforme Processo nº PCG-16/00145148, recomendou a implantação, de modo efetivo e definitivo, dos mecanismos de controle e transparência no cancelamento das despesas liquidadas.

A ressalva do TCE/SC refere-se, principalmente, à dificuldade de separar o cancelamento que configura correção de informações nas despesas liquidadas do cancelamento da despesa liquidada propriamente dito, tendo em vista que a sistemática contábil atual, para ambas as situações, é a mesma, ou seja, não existe diferença entre o registro contábil de um estorno de despesa feito para correção de informações e um estorno efetivo de despesa.

Em 2016, para melhorar a qualidade das informações relativas às situações de cancelamentos de despesas liquidadas, a Diretoria de Contabilidade Geral (DCOG) implementou alterações na funcionalidade "Liquidar Despesa Certificada" do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF). Sendo então disponibilizado o botão "RETIFICAR" para ser utilizado no caso de correção de dados informados no documento de liquidação, como por exemplo, retenção e valor, e o botão "CANCELAR" para o cancelamento de despesa liquidada, onde os motivos do cancelamento são cadastrados no SIGEF. Também foram elaborados relatórios evidenciando cada situação de cancelamento, tendo em vista, que em ambos os casos de cancelamento, ocorre o estorno da conta contábil 6.2.2.9.2.01.03 – Empenhos Liquidados.

Assim, foram criados no SIGEF dois relatórios: Relatório Retificar Despesa Liquidada e o Relatório Cancelamento Despesa Liquidada para permitir a efetiva distinção dos cancelamentos de despesas liquidadas das retificações de informações efetuadas na liquidação.

Em 2016, os cancelamentos de liquidações de despesas totalizaram R$ 993,86 milhões, que correspondem a 4,11% do total de despesas executadas no ano.

---

[1] Conforme previsto no artigo 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. O objetivo é apurar a origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação. A liquidação da despesa é a fase da despesa em que é conferido se o recebimento de bens, materiais ou serviços está de acordo com o solicitado. Representa efetivamente a realização da despesa.

ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

Ofício nº TC/GAP/SEG 8.281/17 Florianópolis, 29/06/2017.

À DIRETORIA LEGISLATIVA
PARA PROVIDÊNCIAS
EM, 3/07/17
SECRETÁRIA-GERAL
Angela Aparecida Bez
Secretária-Geral
Matrícula 3072

Ref.: Decisão Singular nº 1/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, venho por meio deste cientificar Vossa Excelência que o Exmo. Relator, Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall, ao constatar equívoco formal nos autos do Processo nº nº PCG-17/00171094, que trata de Prestação de Contas anuais do Estado Prestadas pelo Governador referente ao exercício de 2016, exarou Despacho nº GAC/WWD-CG-001/2017, cópia em anexo, promovendo o devido ajuste.

Com a renovação de meus protestos de elevado e distinguido apreço, firmo-me.

Atenciosamente,

Conselheiro LUIZ EDUARDO CHEREM
Presidente

Lido no Expediente
59ª Sessão de 04/07/17
Encaminhar ao OF 158/17
Secretário

Exmo. Sr. 8.281/17 PCG-17/00171094
Silvio Dreveck
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC
Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310, Alesc - Centro
88020-900 - Florianópolis - SC

RECEBIDO
OF. Nº TC/GAP/SEG: 8.281/2017
SEC. GERAL

ALESC 30/JUN/2017 16:07 PROTOCOLO GERAL 00016[illegible]

Tribunal de Contas de Santa Catarina
Fl. 1949
SEG/DACE

PROCESSO Nº:	PCG – 17/00171094
UNIDADE GESTORA:	Governo do Estado
RESPONSÁVEL:	João Raimundo Colombo – Governador do Estado
ASSUNTO:	Errata ao Relatório GAC/WWD nº 308/2017 (fls. 1929 – PCG 17/00171094) – quanto ao percentual aplicado em despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
DESPACHO:	GAC/WWD – CG – 001/2017

A Diretoria de Controle de Contas do Governo - DCG encaminhou a este Relator o Memorando TC/DCG nº 020/2017, datado de 22 de junho de 2017 (doc. anexo) alertando a respeito de equívoco formal, nos autos do Processo PCG 17/00171094, quanto ao percentual aplicado em despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE.

Esclareceu ainda que no exercício de 2016 a Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLI atingiu o montante de R$ 17.042.279.532,46, e a despesa com MDE correspondeu a R$ 4.600.042.793,41, equivalente 26,99% da RLI e que no Relatório GAC/WWD nº 308/2017 (fls. 1929 – Processo PCG 17/00171094) o percentual aplicado pelo Estado de Santa Catarina no exercício de 2016 em MDE, foi apontado como sendo de 26,55%, muito embora considere, como despesa com MDE, o valor nominal de R$ 4.600.042.793,41.

Conclui sugerindo que, por tratar-se de um equívoco formal, efetue-se a emissão da seguinte errata ao Relatório GAC/WWD nº 308/2017, fls. 1929, constante dos autos do PCG 17/00171094:

Onde lê-se:

Proponho a aceitação do percentual de 50% do total dos gastos com inativos da educação no cômputo dos gastos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, para considerar-se cumprido o dispositivo constitucional em 26,55%, relativamente a Receita Líquida de Impostos, correspondendo a R$ 4.600.042.793,41.

Leia-se:

Proponho a aceitação do percentual de 50% do total dos gastos com inativos da educação no cômputo dos gastos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, para considerar-se cumprido o dispositivo constitucional em 26,99%, relativamente a Receita Líquida de Impostos, correspondendo a R$ 4.600.042.793,41.

Este Relator analisando os fatos e fundamentos trazidos pela Diretoria de Controle de Contas do Governo – DCG, através do Memorando TC/DCG nº 020/2017, entende ser procedente a necessidade de efetivar-se a errata sugerida, motivo pelo qual:

Publicado no DOTC-e n. 2208
de 28/06/2017